

Ministério da Agricultura e Pecuária
Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

AGRO INSIGHT

JANEIRO - 25

UM MUNDO DE OPORTUNIDADES

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

1. África do Sul	4
2. Alemanha	12
3. Angola	15
4. Arábia Saudita	21
5. Argélia	29
6. Argentina	31
7. Austrália	33
8. Bangladesh	40
9. Canadá	45
10. Chile	49
11. China	54
12. Colômbia	64
13. Coreia do Sul	73
14. Costa Rica	83
15. Egito	87
16. Emirados Árabes Unidos	117
17. Estados Unidos	121
18. Etiópia	129
19. França – Organizações Internacionais em Paris	140
20. Filipinas	154
21. Índia	169
22. Indonésia	193
23. Irã	196
24. Itália - FAO.....	200
25. Japão	206

26. Malásia	215
27. Marrocos	222
28. México	232
29. Nigéria	236
30. OMC	244
31. Peru	248
32. Reino Unido	254
33. Rússia	258
34. Singapura	261
35. Tailândia	267
36. Turquia	283
37. União Europeia	289
38. Vietnã	296

ÁFRICA DO SUL



4

TENDÊNCIAS PARA O CONSUMO DE PROTEÍNAS ANIMAIS NA ÁFRICA DO SUL

Número: PRE-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Pretória/África do Sul

Palavras-chave: Carne, África do Sul, Mercados, Inflação, Suínos, Aves, Bovinos.

Responsável: Carlos Vitor Müller – Adido Agrícola

SUMÁRIO: A África do Sul possui elevado consumo per capita de carnes. A inflação, o alto desemprego e o fraco crescimento econômico reduziram a demanda por proteínas de maior valor, como carne bovina e ovina, levando ao aumento do consumo de opções mais acessíveis, como carne de frango, ovos e carne suína. A economia estagnada e a desvalorização do Rand frente ao dólar prejudicaram o poder de compra dos consumidores, aumentando o número de pessoas na faixa de renda mais baixa. O Brasil, apesar das tarifas elevadas e políticas de substituição de importações na África do Sul, aumentou sua participação no mercado sul-africano, especialmente na exportação de produtos de menor valor agregado. A tendência é que, sem melhorias nas condições econômicas, o consumo de proteínas mais baratas continue a crescer, destacando produtos como polony, sardinhas enlatadas e alimentos processados.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



De forma similar como o observado em demais economias emergentes, o consumo de carnes na África do Sul é drasticamente influenciado pelos movimentos econômicos e sociais que afetam o poder de compra da população. Fatores recentes como inflação, desemprego elevado e o fraco crescimento econômico tem pressionado a demanda por itens mais caros, como cortes bovinos, e mitigado o potencial de crescimento no consumo de demais proteínas.

A economia sul-africana encontra-se estagnada nos mesmos patamares de renda média e PIB nos últimos 10 anos, algo que associado a inflação e desvalorização do Rand frente ao dólar prejudicou severamente o poder de compra do consumidor. Neste período também foi observada uma contração nas classes de renda alta e média do país com aumento do número de pessoas na faixa mais baixa de rendimento. O desemprego, quem ao final de 2024 permanece em torno de 32% mantém-se como o maior impedimento ao aumento da renda da população. De modo geral os sul-africanos apresentam elevado consumo per capita de proteína animal, com um consumo total de 70 kg por ano, muito superior à média do continente africano em torno de 10kg/ano e comparável a países europeus.

	Consumo per capita em 2023 (kg)	Varição nos últimos 20 anos	Varição nos últimos 10 anos
Carne de Aves	37	54,2%	5,7%
Carne Bovina	11	-15,4%	-8,3%
Carne de Ovinos	1	-66,7%	-50,0%
Carne Suína	6	50,0%	20,0%
Ovos	9	28,6%	12,5%
Pescado	6	*	*
Total	70		

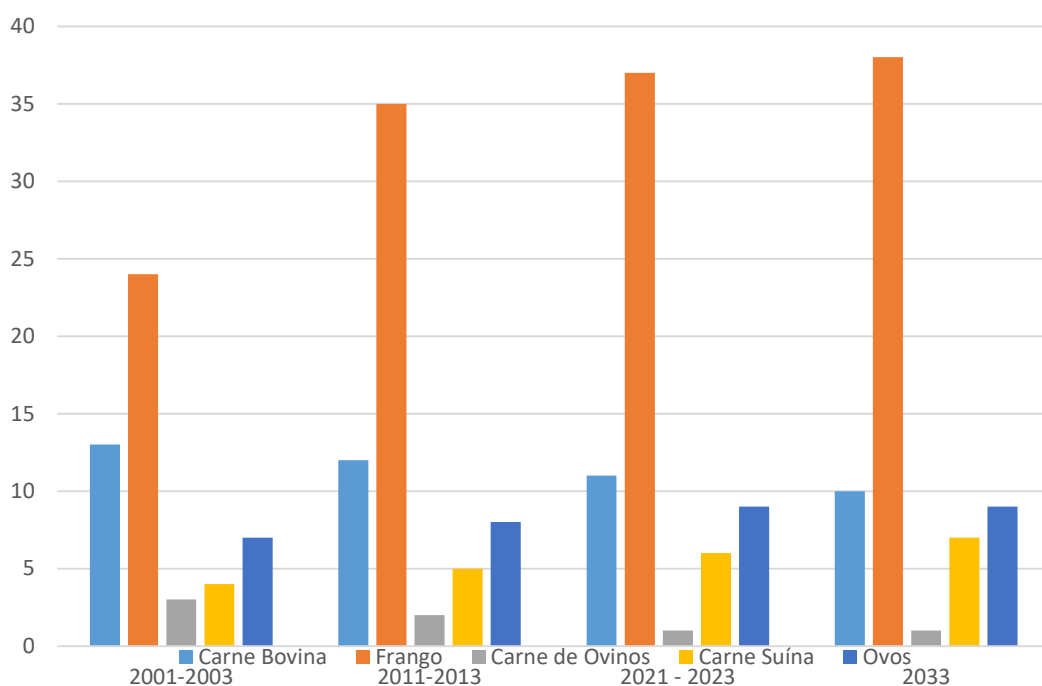
Fonte: BFAP Baseline 2024, FAO, * dados históricos de consumo de pescado indisponíveis.

A carne de frango é a principal proteína consumida no país, superando em mais de 25kg/capita o consumo de carne bovina, segunda colocada. Isto se deve principalmente à maior disponibilidade e menor custo desta proteína, que teve elevado crescimento (54%) em seu consumo deste 2004, mas que nos últimos 10 anos viu esta tendência de crescimento esfriar, muito devido a piora na condição econômica das famílias de baixa renda.

No mesmo período de 20 anos, produtos de maior valor como carne bovina e ovina tiveram notável redução em seu consumo, sendo gradativamente substituídas por opções de menor custo, como ovos, carne suína e aves.



Gráfico 1: Consumo de proteínas animais ao longo das últimas 3 décadas e projeção para 2033, em kg/hab/ano.



Fonte: BFAP Baseline 2024.

Persistindo as atuais condições econômicas do país, a tendência de consumo de fontes proteicas mais acessíveis deve se intensificar. Miúdos bovinos e de aves, sardinhas enlatadas e alimentos processados tendem a se destacar neste contexto.

Dentre os embutidos e processados cabe destaque ao *Polony*, um embutido, semelhante a mortadela, oriundo de carne bovina ou suína associado a carne mecanicamente separada de aves que é bastante popular no mercado sul-africano. Trata-se de uma alternativa de menor custo às demais proteínas com ampla aceitação entre os consumidores. Comparativamente um quilograma de polony costuma custar entre 40 e 70 rands (US\$ 2,12 a 3,71) enquanto cortes de aves com osso costumam variar de 60 a 80 rands por quilograma (US\$ 3,18 a 4,23).

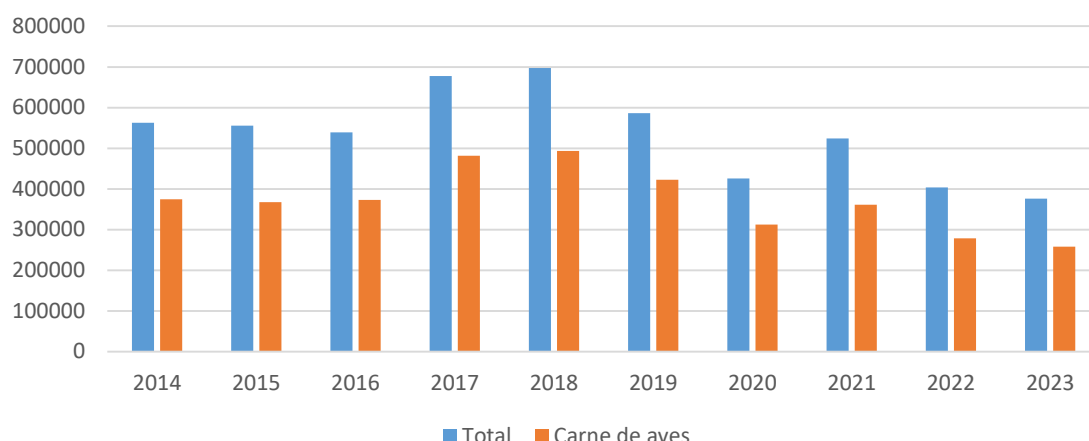
Os ambientes econômico e tarifário desfavoráveis resultam na concentração das exportações brasileiras em produtos de menor valor agregado, como miúdos e carne mecanicamente separada, esta última essencial para a manutenção da cadeia produtiva sul-africana de embutidos, como o mencionado *Polony*, e alimentos processados.





7

Fluxo de importações de proteínas com destaque para carne de aves, em milhares de US\$.



Fonte: UN TradeMap.

As importações vêm reduzindo de maneira geral para todas as proteínas, a única exceção é para os miúdos bovinos que tem apresentado melhora relativa nos últimos 10 anos, com crescimento de 34% no total exportado no período. Em 2018 foram aplicadas novas tarifas de importação para a carne de aves importada que passou a ter tarifa média de 62% para a maioria das linhas e cortes, com exceção para miúdos e carne mecanicamente separada, esta última isenta de tarifas de importação. Além disso, a África do Sul aplica tarifas antidumping aos produtos oriundos de diversas origens, incluindo o Brasil o que justifica a redução observada no volume importado.

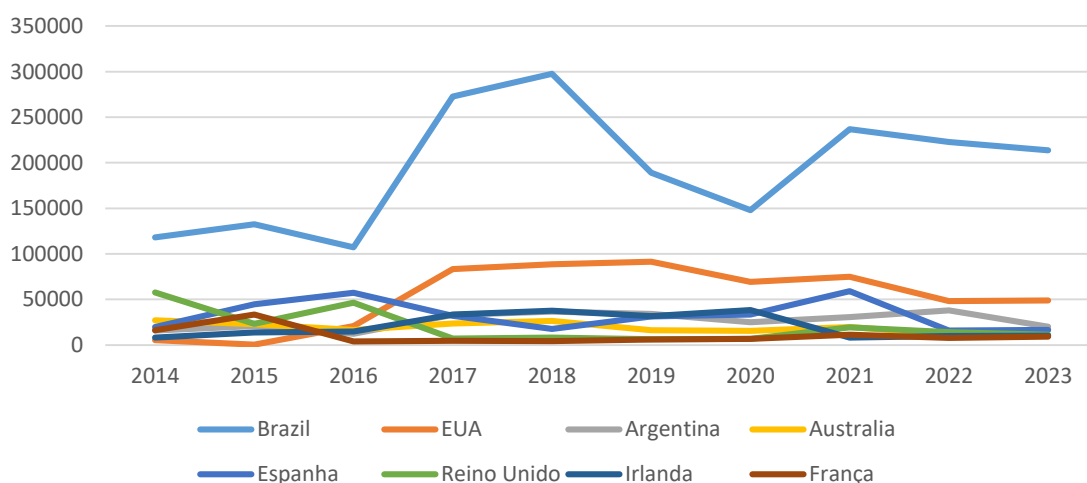
Trata-se do resultado de uma política de substituição de importações para fomentar a produção interna do país, motivada principalmente pelos picos de importação de carne de aves nos anos de 2017 e 2018. O setor produtivo de carne de aves local, apesar do apoio governamental, mantém-se estável mostrando discreto aumento no total produzido. Isto mantém os preços locais em patamares superiores aos observados no mercado internacional.

Em termos de valor da produção o setor de aves é maior setor agropecuário sul-africano, correspondendo a 17% do total produzido e 40% dos produtos de origem animal, seguido pela produção de bovinos. Apesar da relevância setorial, o país não é completamente autossuficiente na produção de carne de aves, produzindo atualmente cerca de 80% da demanda nacional. Projeções de consumo e desenvolvimento da indústria local apontam que esta proporção deve manter-se nos próximos anos, com avanço estável no total consumido pelo país.





Evolução da participação dos principais mercados exportadores de proteínas para a África do Sul, em milhares de US\$.



Fonte UN TradeMap.

Apesar do ambiente tarifário desfavorável às exportações brasileiras, especialmente para a carne de aves o Brasil ganhou espaço frente aos demais países exportadores de proteínas no mercado sul-africano na última década. A participação brasileira passou de 20,9% do total exportado em valor em 2014 para 56% em 2023.

Frequentes suspensões sanitárias de mercados exportadores concorrentes, decorrentes da ocorrência de surtos de doenças nos rebanhos destes países, favoreceram o acesso dos exportadores brasileiros ao mercado local. Colaborando com os demais fatores de competitividade das cadeias produtivas de proteína animal nacional.

Em conclusão, a economia sul-africana enfrenta desafios significativos que impactam diretamente o já elevado consumo de carnes, com a inflação, o desemprego elevado e o fraco crescimento econômico pressionando a demanda por proteínas de maior valor. Ao longo da última década, as dificuldades econômicas levaram à substituição de carnes mais caras por opções mais acessíveis, como a carne de frango, ovos e carne suína.

Mesmo com as políticas de substituição de importações e tarifas elevadas, o Brasil conseguiu aumentar sua participação no mercado sul-africano, especialmente na exportação de produtos de menor valor agregado, como miúdos e carne mecanicamente separada. A tendência para o futuro é que, caso as condições econômicas não melhorem, o consumo de proteínas mais baratas continue a crescer, com destaque para produtos como polony, sardinhas enlatadas e alimentos processados.

ÁFRICA DO SUL



9

CLIMA E ESTOQUES REDUZIDOS CAUSAM ALTA DO MILHO NA ÁFRICA DO SUL

Número: PRE-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Pretória/África do Sul

Palavras-chave: Milho, África do Sul, Mercados, Inflação, Commodities agrícolas.

Responsável: Carlos Vitor Müller – Adido Agrícola

SUMÁRIO: O milho é a principal cultura agrícola da África do Sul. A safra de milho do país foi afetada por condições climáticas adversas, e a escassez regional elevou os preços. O milho branco atingiu 6.725 rands por tonelada em janeiro de 2025, um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Países vizinhos como Botsuana, Zimbábue e Moçambique também enfrentam quebras de safra, aumentando a demanda por milho sul-africano. Os estoques do país estão baixos, com previsão de 277 mil toneladas ao final do ano fiscal, 1,1 milhão a menos que na safra anterior. Apesar da crise, especialistas defendem a manutenção das exportações e incentivos à produção local para garantir o abastecimento futuro. O Brasil, com grande capacidade de produção, tem uma oportunidade de exportar milho branco para a África do Sul.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



10

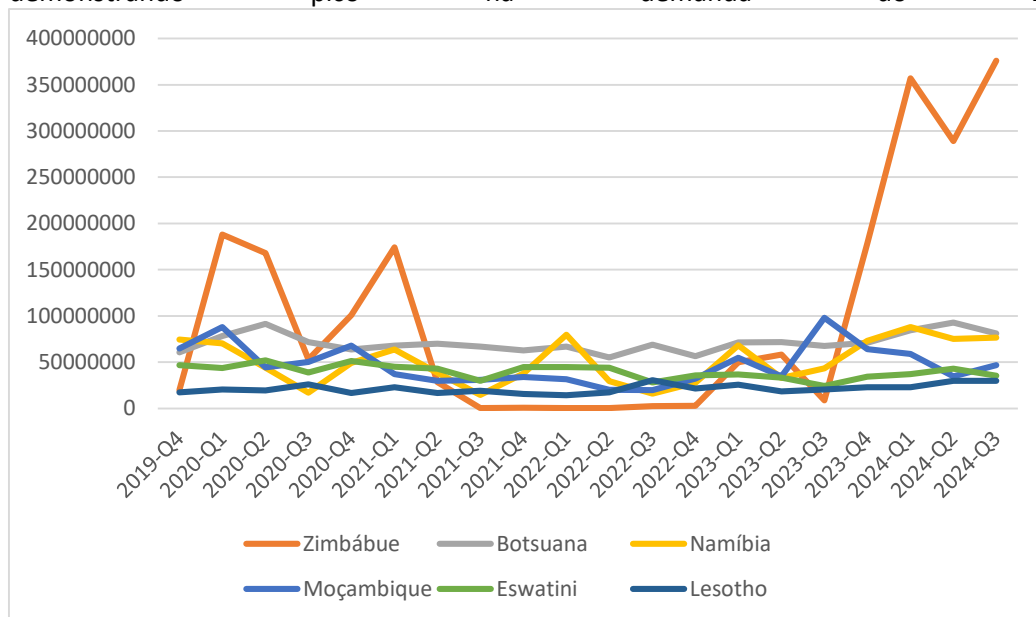
O milho branco é ingrediente básico da culinária sul-africana, constitui 40% da ingestão calórica média do país e 60% das 17 milhões de toneladas de milho colhidas no país. Juntamente com o milho amarelo, majoritariamente destinado à alimentação animal, configura-se como a mais importante cultura agrícola do país correspondendo a 75% do total em volume de colheita. Desta maneira, alterações nas suas cotações tem impacto significativo na economia e renda dos produtores e sociedade sul-africana.

As condições climáticas desfavoráveis da safra passada, quando temperaturas elevadas na metade do verão provocaram uma frustração de colheita na casa de 25% em relação às expectativas aliadas às perdas severas em demais países da região sul da África tem pressionado os estoques sul-africanos da commodity e desta maneira elevado os preços. Em janeiro de 2025 o milho branco está sendo negociado a 6725 rands a tonelada (357 US\$), enquanto o milho amarelo a 5415 rands a tonelada (288 US\$), no caso do milho branco trata-se de valor 50% superior ao observado no ano anterior. Esta alta nos preços vinha sendo projetada há alguns meses, à medida que as previsões de safra eram revisadas para baixo e as exportações da África do Sul para os países vizinhos aumentavam.

O pico nas cotações locais é causado principalmente pela grande demanda de exportação aos países vizinhos e pelos estoques locais reduzidos, com previsão de encerrar o ano fiscal com 277 mil toneladas, 1,1 milhão de toneladas a menos do que safra 23/24.

Botsuana, Zimbábue e Moçambique tiveram perdas significativas de suas safras de milho devido às condições climáticas desfavoráveis, com projeções de perdas entre 50 e 70% do total inicialmente esperado.

Gráfico 1: Variação quadrimestral em Kg das exportações de milho da África do Sul demonstrando pico na demanda do Zimbábue.

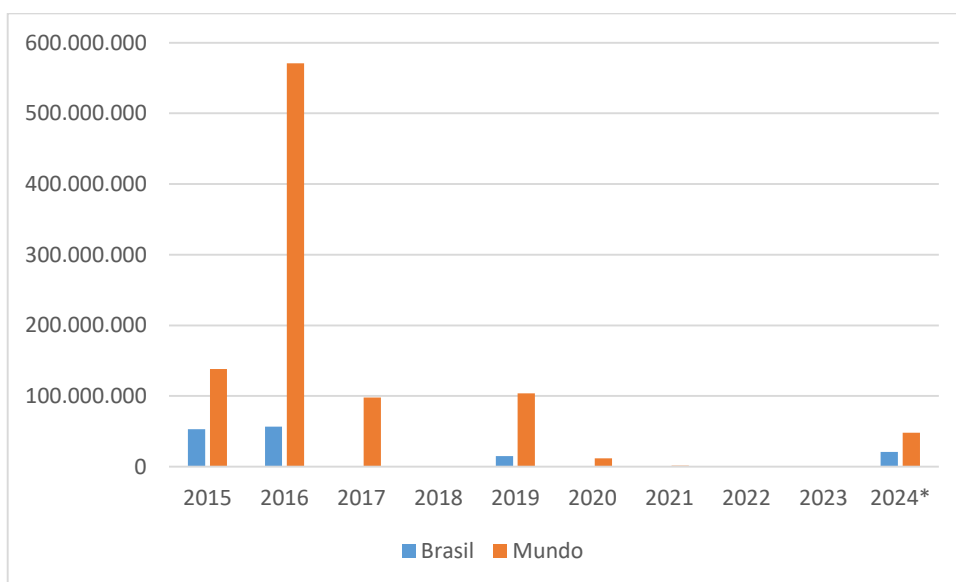


Fonte: UN Trade Map.



PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA E FORNECEDORES

Gráfico 2: Comparativo importações sul-africanas de milho, em milhares de dólares.



Fonte: Comexstat MDIC, UN Trade Map.*dados de 2024 compilados até o terceiro quadrimestre.

As exportações brasileiras de milho têm variado nos últimos dez anos, superando os 50 milhões de dólares em 2015 e 2016. O atual estado dos estoques locais voltou a possibilitar estas exportações ao final de 2024, as primeiras desde 2019. Conforme verificado junto a associação local de traders de cereais e grãos (SACOTA), estas importações são constituídas somente por milho amarelo.

A Argentina é o principal fornecedor de milho ao país, EUA, Ucrânia e México também figuram, juntamente com o Brasil, entre os principais fornecedores. O México destaca-se por ser a principal fonte de milho branco no mercado internacional.

Especialistas defendem que o governo deve manter a política atual de exportação a despeito do agravamento da escassez interna. Além disso, medidas para aumentar a produção local de milho branco, como a redução de impostos sobre insumos agrícolas e o fornecimento de subsídios aos agricultores, estão sendo consideradas para garantir o abastecimento e a estabilidade dos preços no futuro.

Diante desse cenário, destaca-se a oportunidade para o milho branco brasileiro, ainda pouco explorado no mercado sul-africano. A demanda por esse tipo de milho é robusta e constante, o que oferece aos exportadores a chance de estabelecer um fluxo de comércio consistente, com potencial de volume significativo.

ALEMANHA



12

FEBRE AFTOSA AMEAÇA A PECUÁRIA ALEMÃ

Número: BERLIM - 01-2025

Data: 21/01/2025

Posto: BERLIM/ALEMANHA

Palavras-chave: Carnes suína e bovina. Febre aftosa.

Responsável: Eduardo Sampaio Marques

SUMÁRIO: Um surto de febre aftosa ocorreu no estado de Brandemburgo, próximo a Berlim, na Alemanha em 10/01/2025. Três bubalinos vieram a óbito. O último registro da doença em território alemão havia sido em 1988. As autoridades informam que estão tomando providências para conter o foco e, até o momento, não houve mais nenhuma outra ocorrência. Alguns países já suspenderam as importações e o próprio Ministério da Agricultura e Alimentação da Alemanha já não emite mais certificados para exportações de diversos produtos de origem animal para países de fora da União Europeia. A Alemanha é expressiva exportadora de carnes, em especial de suínos, e o surto pode representar grande prejuízo para o setor. A Alemanha detém o status de “livre sem vacinação” e as autoridades estão trabalhando para mantê-lo.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



O surto de febre aftosa em Brandemburgo

Em 10 de janeiro de 2025 as autoridades alemãs identificaram um surto de Febre Aftosa em búfalos em uma propriedade localizada no distrito de Märkisch-Oderland, estado de Brandenburg a 70 km da capital Berlim.

Trata-se do primeiro registro da doença na Alemanha desde 1988, interrompendo um histórico de mais de três décadas de status sanitário como país livre de aftosa sem vacinação.

Foram detectados casos em três bubalinos que vieram a óbito. O vírus identificado é do sorotipo O, que, de acordo com o Ministério da Agricultura e Alimentação alemão (BMEL), foi identificado na Turquia e Irã no ano passado.

O BMEL informou que os animais remanescentes e aqueles localizados num raio de 1 km do foco e em um estabelecimento vizinho foram abatidos e descartados adequadamente. As ações de contenção incluem a manutenção da zona de restrição de três quilômetros e uma zona de vigilância de dez quilômetros ao redor do foco inicial, abrangendo também áreas periféricas de Berlim. As medidas têm vigência inicial até 11 de fevereiro de 2025

A situação é de grande preocupação para o setor agropecuário, principalmente devido à alta transmissibilidade do vírus e ao impacto econômico resultante das restrições comerciais que devem seguir. Os riscos de disseminação da doença são altos pela proximidade da área afetada com regiões de elevada concentração pecuária, como o estado da Baixa Saxônia.

As autoridades alemãs informam que prosseguem com a investigação sobre a via de introdução do vírus. A hipótese de contaminação via produtos de origem animal importados de áreas endêmicas continua sendo a mais considerada.

Sobre os impactos comerciais, países como México, Coreia do Sul e Reino Unido suspenderam importações de carne e produtos lácteos de toda a Alemanha. Dentro da União Europeia, uma regra de regionalização está sendo aplicada, permitindo que produtos de carne e laticínios de áreas fora da zona de controle em Brandemburgo continuem sendo exportados para outros países do Bloco. No entanto, mesmo dentro da UE, há preocupação de que compradores privados decidam suspender temporariamente a aquisição de produtos de origem animal da Alemanha, o que poderia agravar ainda mais as perdas econômicas para os produtores locais.

O BMEL declarou que as exportações de leite, produtos lácteos, carne e produtos à base de carne para países fora da União Europeia já não são possíveis, uma vez que os certificados de isenção de febre aftosa não podem mais ser emitidos. Essa restrição também afeta as exportações de couros, peles, intestinos naturais salgados, além de sêmen e produtos do sangue.

Já há estimativas de perdas de cerca de 1 bilhão de euros para as exportações alemãs de produtos de origem animal.

O impacto do surto também repercute em eventos agropecuários. A tradicional Semana Verde de Berlim (17 a 25/01), uma das maiores feiras do setor agrícola da Europa, anunciou que não



13



deverá expor animais de casco fendido nesta edição, como medida preventiva. Os zoológicos de Berlim foram fechados ao público.

A decisão sobre a aplicação de vacinas ainda não foi tomada, devido ao impacto que essa medida teria no status sanitário do país junto à OMSA, de país livre sem vacinação, com consequências diretas sobre a competitividade dos produtos de origem animal alemães no mercado internacional.

Até o momento ainda não foram identificados novos focos.

Produção e exportação de carnes da Alemanha

Embora a produção de carne bovina e suína da Alemanha venha apresentando tendência de queda nos últimos 10 anos, o país é um produtor expressivo de carnes, especialmente suína (Quadro 1).

Quadro 1: Produção alemã de carne suína, bovina, ovina e caprina em 2022 e 2023.

Espécie	Unidade	2022	2023
Suínos	1.000 cabeças	47.113,5	44.080,7
	1.000 toneladas	4.486,4	4.204,8
Bovinos	1.000 cabeças	2.998,4	3.003,2
	1.000 toneladas	987,5	997,5
Ovinos	1.000 cabeças	1.124,4	1.081,0
	1.000 toneladas	23,0	21,9
Caprinos	1.000 cabeças	23,2	22,5
	1.000 toneladas	0,4	0,4

Fonte: Destatis, dados de 11/09/2024. Consulta em 21/01/2025 <https://www.destatis.de/EN/Themes/Economic-Sectors-Enterprises/Agriculture-Forestry-Fisheries/Animals-Animal-Production/Tables/3-commercial-slaughtering-year.html>

O país é também um grande exportador de carnes das espécies afetadas pela febre aftosa (Quadro 2.)

Quadro 2: Exportações alemãs de carne suína, bovina, ovina e caprina 2 019 a 2023

Em US\$ milhões

Código SH	Produto*	2019	2020	2021	2022	2023
0203	Carne suína	5.039,6	4.849,4	3.947,6	3.821,2	4.120,9
0201 e 0202	Carne bovina	1.360,0	1.137,1	1.392,7	1.619,2	1.637,6
0204	Carne ovina e caprina	63,4	45,6	64,6	77,6	61,5

Fonte: Trademap, consulta em 21/01/2025

* Inclui apenas carnes dos códigos indicados. Não estão incluídos miúdos e nem carnes processadas. As carnes processadas do capítulo SH 16 incluem mais de US\$ 1 bilhão às exportações de 2023.

Cerca de 95% do total das exportações alemãs de carnes têm como destino países da própria União Europeia.



ANGOLA



15

UM OLHAR PARA O MERCADO DE MAÇÃS EM ANGOLA

Número: LUA-01-2015

Data: 15/01/2025

Posto: Luanda/Angola

Palavras-chave: Maçã. Angola.

Responsável: José Guilherme Tollstadius Leal

SUMÁRIO: Angola importa aproximadamente 6.000 toneladas de maçãs por ano. A África do Sul é o principal fornecedor, com 92% de participação. O mercado está aberto para a fruta brasileira, no entanto, não existem registros recentes de exportações de maçãs do Brasil para Angola. O mercado angolano pode ser uma opção para ampliação das exportações das maçãs brasileiras.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



A produção de frutas em Angola vem se desenvolvendo nos últimos anos, direcionada ao abastecimento do mercado interno, mas também como opção para exportações focadas no mercado europeu.

A cultura da banana se destaca no cultivo de fruteiras em Angola, com produção suficiente para abastecer o mercado local e algum excedente destinado à exportação. Outras frutas como limão, melancia, maracujá, abacaxi e pitaya também tem sido produzida no país.

Quanto às espécies de clima temperado, o mercado de Angola tem sido abastecido por importações, sendo a maçã a fruta que apresenta a maior quantidade importada.

A produção local de maçã é muito pequena e não aparece nas estatísticas oficiais.

DESENVOLVIMENTO

Angola importou 6.010 toneladas de maçãs no ano de 2023, ao valor de US\$ 5.065.789,00, segundo dados do comércio externo, disponibilizados pela Administração Geral Tributária (AGT). Os principais países fornecedores foram a África do Sul, com 92% da quantidade importada, seguida da Namíbia, com participação de 6%.

Em 2024, os dados da AGT, para o período de janeiro a outubro, registraram importações de 3.517 toneladas e valor de US\$ 3.308.336,74. A participação percentual da África do Sul (92%) e da Namíbia (6%) permaneceram as mesmas verificadas em 2023.

O Brasil não exportou maçãs para Angola em 2023, nem em 2024. O mercado de Angola está aberto para o produto brasileiro, sendo necessária certificação fitossanitária, que não apresenta exigência de declaração adicional. Para entrada do produto no país, poderão ser solicitadas análises laboratoriais para micro-organismos (*Salmonella*, *Coliformes* termo tolerantes, *Estafilococos*, Bactérias, Leveduras), para resíduos de pesticidas e para contaminantes inorgânicos, segundo o Anexo V do Decreto Presidencial nº 179/18. A empresa importadora fica responsável por providenciar a colheita das amostras e pelo das mesmas ao envio aos laboratórios os resultados das análises poderão ser solicitados pelos órgãos responsáveis pela inspeção sanitária de alimentos.

Para exportar produtos vegetais para Angola é necessário obter licença de importação junto ao Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF). A empresa importadora se responsabiliza pela obtenção da licença. A pauta aduaneira angolana, atualizada pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 1/24, define o Direito de Importação (tarifa de importação) para maçãs (código 0808.10.00) no valor de 50%.

A fruta é comercializada principalmente nas redes de supermercado destinadas ao atendimento das classes de média e alta renda. Essas redes importam diretamente ou se abastecem por meio de atacadistas.

A população de renda mais baixa compra frutas nos mercados e praças informais ou com as Zungueiras (mulheres que se dedicam ao comércio ambulante, em diversos pontos das cidades de Angola).



A maçã da África do Sul e da Namíbia chega a Angola pela via terrestre, percorrendo de 2.000 a 3.500 km até a capital Luanda, principal centro consumidor de Angola, com aproximadamente 30% da população do país.

O valor médio da tonelada de maçã importada (CIF) em 2023 foi de US\$ 842,89 e de US\$ 1081,41 em 2024 (janeiro a outubro), segundo dados da AGT.

O valor médio (FOB) da tonelada de maçã exportada pelo Brasil em 2023 foi de US\$ 847,50 e de US\$ 950,95 em 2024 (fonte: AgroStat Brasil)

O preço da maçã nas gôndolas dos supermercados em Luanda tem variado de 2.200,00 a 4.000,00 Kwanzas por quilo (US\$ 2,40 a 4,40). Em janeiro de 2025 o preço de venda no varejo está em torno de Kz 2.500,00 por quilo, equivalendo a US\$ 2,70.

CONCLUSÃO

O mercado de Angola para maçã importada é de aproximadamente 6.000 toneladas por ano. Tem sido suprido principalmente pela África do Sul. O Brasil não tem exportado maçã para Angola. O mercado angolano pode ser mais uma opção de destino para fruta brasileira.

O valor do frete para colocar a maçã brasileira em Angola pode acarretar desvantagem para o produto brasileiro, se comparado com a fruta oriunda da África do Sul, que chega no país por transporte rodoviário.

O transporte marítimo do Brasil para Angola pode ser feito pela rota que passa pela África do Sul ou pela Europa, com duração de 25 a 35 dias, dependendo do percurso utilizado. Existia uma linha direta do Brasil (Porto de Santos/SP ou de Paranaguá/PR) para Luanda, com periodicidade mensal, que operou até 2023 e atualmente não está ativa. Para o transporte aéreo, existe opção de voo direto de Guarulhos para Luanda, operado pela Linhas Aéreas de Angola (TAAG), 4 vezes por semana.

Atacadistas de alimentos e redes de supermercado que fazem importam frequentemente produtos alimentares do Brasil, podem ser parceiros comerciais para colocação da maçã brasileira no mercado angolano.

ANGOLA



18

QUEIJO MUSSARELA: POTENCIAL PARA O MERCADO ANGOLANO

Número: LUA-01-2015

Data: 15/01/2025

Posto: Luanda/Angola

Palavras-chave: Queijo. Mussarela. Angola

Responsável: José Guilherme Tollstadius Leal

SUMÁRIO: Angola importa 2.500 toneladas de queijos por ano. Destaque o queijo Flamengo português, muito utilizado na venda fatiada. A Mussarela do Brasil apresenta potencial para ocupar parcela do mercado Angolano de queijos fatiados, atualmente dominado por produtos de Portugal.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



O mercado de produto lácteos em Angola é abastecido principalmente por produtos importados.

A produção local de leite é pequena, não existindo bacias leiteiras consolidadas. Algumas empresas agropecuárias processam o leite de produção própria, produzindo queijos e manteiga.

Os laticínios em funcionamento no país utilizam leite em pó importado como matéria-prima para produção de leite fluido (UHT), bebidas lácteas e manteiga.

Os queijos disponibilizados nos supermercados são, em grande maioria, importados da Europa, tendo Portugal como principal fornecedor.

Destaca-se o queijo flamengo de origem portuguesa, em barras para venda fatiada.

DESENVOLVIMENTO

Em 2023, Angola importou 2.494 toneladas de queijos, correspondendo ao valor de US\$ 17.460.412,85. Portugal foi o principal fornecedor, com participação de 62%. O Brasil exportou apenas 54 toneladas, correspondendo a US\$ 524.451,00.

Os queijos fatiados são responsáveis pelo maior volume das vendas nos supermercados. O queijo Flamengo de origem portuguesa domina a preferência dos consumidores de queijo fatiado, mas também são fatiadas as barras dos queijos Gouda, Edan, Cheddar e Mussarela.

O preço ao consumidor (varejo) do quilo do queijo Flamengo fatiado nas lojas, em janeiro de 2025, está em torno de KZ 17.000,00 (US\$ 18,68). Já preço da apresentação fatiada em embalagens de 150 gramas, varia de KZ 2.700,00 a 5.000,00, ou seja, de Kz 18.000,00 a 33.000,00 por quilo (US\$ 19,78 a 35,59).

O queijo Mussarela fatiado nas lojas é ofertado ao consumidor por Kz 16.000,00 por quilo (US\$17,58). A Mussarela fatiada em embalagem de 200 gramas está a KZ 3.900,00, sendo Kz 19.500,00 (US\$ 21,42) o preço por quilo.

O mercado de Angola está aberto para os produtos lácteos do Brasil, sendo necessário a emissão de Certificado Sanitário Internacional (CSI BR). Para exportar produtos de origem animal, se faz necessário obter licença de importação junto ao Instituto dos Serviços de Veterinária (ISV), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e Florestas da República de Angola (MINAGRIF).

O Direito de Importação (tarifa de importação) para queijos é de 30%, conforme definido na pauta aduaneira, que foi atualizada pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 1/24.

O mercado de queijos de Angola apresenta oportunidades para que o Mussarela brasileira dispute o espaço atualmente dominado pelo queijo Flamengo português. Tanto para Mussarela em barras destinada a fatiar no balcão dos supermercados, como para fornecimento de barras para empresas que trabalham com os queijos fatiados embalados (150 a 250 gramas). Existe ainda o potencial de fornecimento para empresas que atendem restaurantes e lanchonetes.





CONCLUSÃO

A Mussarela do Brasil pode concorrer com o queijo Flamengo de Portugal no mercado angolano de queijos fatiados e no atendimento aos restaurantes e lanchonetes.

O tempo do transporte marítimo e o prazo de validade são desafios a serem superados, para que o produto brasileiro possa concorrer com o produto português. O transporte marítimo do Brasil para Angola pode ser feito pela rota que passa pela África do Sul ou pela Europa, com duração de 25 a 35 dias, dependendo do percurso utilizado. Já a rota direta de Portugal para Angola tem duração de 12 a 15 dias. O transporte aéreo é uma opção para reduzir o tempo de transporte. Existe voo direto de Guarulhos para Luanda, da Linhas Aéreas de Angola (TAAG), operado 4 vezes por semana.

Procurar posicionar a Mussarela congelada (*frozen block*), pode ser uma alternativa para a questão do prazo de validade. Assim como Mussarela ralada congela (*frozen and shredded*) pode vir a ser interessante no atendimento de restaurantes e lanchonetes.

Considerando que o queijo Flamengo português está consolidado no mercado de Angola, poderá ser necessário trabalho de promoção comercial da Mussarela do Brasil. A presença da comunidade brasileira no país (estimada em 27.000 pessoas) e a participação de brasileiros no setor de gastronomia do país podem facilitar o trabalho de promoção do queijo do Brasil.

ARÁBIA SAUDITA

MERCADO DE MEL NATURAL

21

Número: RIADE-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: RIADE/ARÁBIA SAUDITA.

Palavras-chave: mel; importações; *Reef Saudi*; Arábia Saudita; comércio internacional.

Responsável: Adriano Perrelli Pestana de Castro.

SUMÁRIO: No ano de 2023, a Arábia Saudita importou aproximadamente USD 66 milhões de mel natural no comércio internacional, sendo a Alemanha, Espanha, Paquistão, Nova Zelândia e China, respectivamente, como os principais exportadores desse produto ao mercado saudita, em termos de valores. Em relação ao mel e produtos apícolas, o Brasil exportou à Arábia Saudita um total de 22 Kg no ano de 2023 (US\$ 251) e 4 Kg no ano de 2024 (US\$ 116). As exportações brasileiras de mel e produtos apícolas apresentaram números não significativos ao Reino, quando comparadas aos valores e quantidades dos principais exportadores de mel ao mercado saudita. Nota-se que, mesmo diante do estímulo governamental para aumento da produção local de mel, este mercado possibilita uma maior participação dos produtos brasileiros (mel e produtos apícolas) e que as ações de promoção poderão impulsionar a presença do mel e produtos apícolas do Brasil no mercado saudita.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Importações sauditas no comércio internacional - mel:

No ano de 2023, a Arábia Saudita importou aproximadamente US\$ 66 milhões de mel natural no comércio internacional, sendo a Alemanha, Espanha, Paquistão, Nova Zelândia e China, respectivamente, como os principais exportadores desse produto ao mercado saudita. Em termos de valores, a Alemanha obteve uma participação de 17% em 2023, seguida pela Espanha com 16%, Paquistão com *market share* de 15%, Nova Zelândia com 12% e China com 10% (Tabela 1).

Obs: Dados do ano de 2024 das Importações da Arábia Saudita ainda não disponíveis no sistema ITC trademap.

Exporters	OBJ	
	Value imported in 2023 (USD thousand)	Share in Saudi Arabia's imports (%)
World	66430	100
Germany	11559	17.4
Spain	10604	16
Pakistan	9990	15
New Zealand	8122	12.2
China	6493	9.8
India	4039	6.1
Hungary	3343	5
United Arab Emirates	3116	4.7
Egypt	1883	2.8
Mexico	1424	2.1
Argentina	1055	1.6
Australia	873	1.3

Tabela 1. Importações da Arábia Saudita de mel, em valores (mil US\$) e participação (%) em 2023 (Fonte: ITC trademap).

Participação brasileira no mercado saudita - mel:

Em relação ao mel natural, o Brasil exportou à Arábia Saudita um total de 22 Kg no ano de 2023 (US\$ 251) e 04 Kg no ano de 2024 (US\$ 116) - Tabela 2.

As exportações brasileiras de mel e produtos apícolas apresentaram números não significativos ao Reino, quando comparadas aos valores e quantidades dos principais exportadores de mel ao mercado saudita. Como exemplo, os valores próximos de US\$ 12 milhões exportados pela Alemanha ao Reino.



	Agrupamento	Agronegócio			
	Transação	Exportação			
	Ano	2023		2024	
Produto	Bloco/País	Valor(US\$)	Peso(Kg)	Valor(US\$)	Peso(Kg)
Totais		251	22	116	4
(2º Nível) MEL NATURAL	(PAIS) - ARABIA SAUDITA	251	22	116	4

Tabela 2. Exportações brasileiras de mel e produtos apícolas à Arábia Saudita, em valores (US\$) e quantidades (Kg) - 2023 e 2024 (Fonte: Agroatat)

Com uma tarifa de 5% aplicada pela Arábia Saudita na importação de mel e produtos apícolas, vale destacar que o Brasil possui certificado sanitário acordado com a Arábia Saudita para exportação de mel e produtos apícolas desde o ano de 2019, assim como, a habilitação para estabelecimentos brasileiros aprovados na modalidade pré-listing.

Recordo que, atualmente, o Brasil possui um total de 19 (dezenove) estabelecimentos habilitados pela autoridade sanitária saudita (SFDA) para exportar mel e produtos apícolas ao Reino.

Considerações:

Recentemente, o governo saudita, através do Programa de Desenvolvimento Rural Agrícola Sustentável "Reef Saudi" investiu aproximadamente US\$ 37 milhões de dólares no setor de mel e visa produção de mais de 7.000 toneladas até o ano de 2026. Desde o ano de 2020, o programa ofertou US\$ 37 milhões de dólares em apoio à produção local apícola, beneficiando mais de 10.584 indivíduos em várias regiões rurais. A produção de mel também registrou um aumento considerável, atingindo 3.120 toneladas anuais em 2023 (aprox. 49% em autossuficiência), ou seja, um aumento de 41% em comparação com 2021.

Nota-se que, mesmo diante do estímulo governamental para aumento da produção local de mel, este mercado possibilita uma maior participação dos produtos brasileiros (mel e produtos apícolas) no Reino e que as ações de promoção poderão impulsionar a presença do mel e produtos apícolas do Brasil no mercado saudita, como por exemplo, missões comerciais e maior participação em feiras de alimentos na Arábia Saudita.



ARÁBIA SAUDITA

SUCO DE LARANJA CONGELADO BRASILEIRO LIDERA AS EXPORTAÇÕES À ARÁBIA SAUDITA NA CATEGORIA E APRESENTA POTENCIAL PARA CRESCIMENTO

Número: RIADE-02-2024

Data: 15/01/2025

Posto: RIADE/ARÁBIA SAUDITA

Palavras-chave: Suco de laranja; congelado; Brasil; mercado saudita.

Responsável: Adriano Perrelli Pestana de Castro

SUMÁRIO: O Brasil vem liderando as exportações de suco de laranja congelado, nos últimos anos, ao Reino da Arábia Saudita no comércio internacional. Em 2023, o Brasil exportou valores próximos de USD 8 milhões de suco de laranja congelado ao mercado saudita, sendo uma participação de 45% nas importações do Reino, seguido pela Holanda (18%) e Egito (13%). O suco de laranja é um dos sucos de frutas de predileção de consumo pelos sauditas, assim como o suco de maçã, suco de uva e suco de abacaxi. Levantamentos recentes relacionados ao consumo local de suco de laranja indicam um crescimento do consumo no país nos últimos anos e uma previsão de crescimento ainda maior nos próximos anos no Reino. De acordo com o sistema *ITC Export Potential Map*, o Brasil tem potencial de dobrar, em valores, as exportações ao mercado saudita de suco de laranja congelado.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

Importações sauditas no comércio internacional de suco de laranja congelado:

As importações sauditas de suco de laranja congelado apresentam um crescimento contínuo em valores, desde 2021, no comércio internacional (Tabela 1).

Em 2023, a Arábia Saudita importou aproximadamente USD 18 milhões de suco de laranja congelado, sendo o Brasil, Holanda e Egito, respectivamente, como os principais exportadores desse produto ao mercado saudita.

Obs: Dados do ano de 2024 das Importações da Arábia Saudita ainda não disponíveis no sistema ITC trademap.

List of supplying markets for a product imported by Saudi Arabia

Product: 200911 Frozen orange juice, unfermented, whether or not containing added sugar or other sweetening ...

Unit : US Dollar thousand

Exporters	Imported value in 2019	Imported value in 2020	Imported value in 2021	Imported value in 2022	Imported value in 2023
World	33269	21372	12168	16848	17952
Brazil	13616	6756	3704	7110	8092
Netherlands	3704	4417	3720	3725	3293
Egypt	120	689	2591	2165	2310
Spain	10908	6636	1360	3062	1324
Türkiye	36	13			1214
Greece	647	255	181	160	1050
United States of America	1828	376	219	248	329
Italy	82	0	118		253

Tabela 1. Importações da Arábia Saudita de suco de laranja congelado, em valores, de 2019 a 2023 (Fonte: ITC trademap).

Participação brasileira no mercado saudita – suco de laranja congelado:

Em termos de valores, o Brasil obteve uma participação de 45% em 2023 nas exportações de suco de laranja congelado ao mercado saudita, seguida pela Holanda com 18% e Egito com 13% (Tabela 2).

List of supplying markets for the product imported by Saudi Arabia in 2023

Exporters	Select your indicators	
	Value imported in 2023 (USD thousand)	Share in Saudi Arabia's imports (%)
World	17952	100
Brazil	8092	45.1
Netherlands	3293	18.3
Egypt	2310	12.9
Spain	1324	7.4
Türkiye	1214	6.8
Greece	1050	5.8
United States of America	329	1.8
Italy	253	1.4

Tabela 2. Importações da Arábia Saudita de suco de laranja congelado, em valores (mil US\$) e participação (%) em 2023 (Fonte: ITC trademap).

Em 2024, as exportações de suco de laranja congelado ao Reino da Arábia Saudita somaram valores próximos a USD 8 milhões no comércio internacional (Tabela 3).

	Agrupamento	Agronegócio	
	Transação	Exportacao	
	Ano	2024	
Produto	Bloco/País	Valor(US\$)	Peso(Kg)
Totais		1.153.135.465	300.248.778
	(PAIS) - ARABIA S.	7.519.831	1.563.065
(4º Nível) 2009110	* TODOS OS PAISES	1.153.135.465	300.248.778

Tabela 3. Exportações brasileiras de suco de laranja congelado à Arábia Saudita e no comércio internacional, em valores (US\$) e quantidades (Kg) - 2024 (Fonte: Agrostat).

Potencial de exportação de suco de laranja congelado brasileiro ao mercado saudita:

Conforme dados presentes no sistema ITC *Export Potential Map*, o Brasil apresenta potencial não realizado para crescimento das exportações ao mercado saudita de suco de laranja congelado, segundo informações abaixo (dados retirados do website Export Potential Map em 14/01/2025):

200911 Orange juice, frozen

Export potential: \$15 mn

Actual exports: \$4.9 mn

Unrealized potential remaining: \$9.9 mn



De acordo com o *Export Potential Map*, o Brasil tem um potencial em valores próximos a USD 10 milhões para crescimento das exportações de suco de laranja congelado à Arábia Saudita. Isto significaria dobrar os valores das exportações reais (Aproximadamente USD 5 milhões).

Lembrando que o valor das exportações reais (actual exports) é calculado como uma média aritmética de dados diretos e espelhados ao longo dos últimos cinco anos. Assim como, o potencial realizado (export potential) capta até que ponto o potencial de exportação já foi utilizado para este produto, mercado ou fornecedor e que o valor potencial não realizado (unrealized potential remaining) sinaliza espaço para o crescimento das exportações conforme diversos fatores.

Mercado de sucos de frutas na Arábia Saudita:

Em contato com interlocutores locais e diante das análises de mercado e hábitos de consumo no Reino, nota-se que os principais sucos consumidos no Reino são:

- a) Tâmara – Frequentemente usada para sucos e xaropes.
- b) Laranja - O suco de laranja é bastante popular.
- c) Abacaxi – Amplamente consumidas localmente.
- d) Manga - Uma das frutas tropicais preferidas da região.
- e) Maçã – Frequentemente encontrada em diversas misturas de sucos ou suco único.
- f) Uva – Suco bastante consumido na Arábia Saudita.

Dados do sistema *Statista* indicam um crescimento de liderança no consumo do suco de laranja na Arábia Saudita nos últimos anos e ainda indicam uma previsão de crescimento desse consumo para os próximos anos (Figura 1).

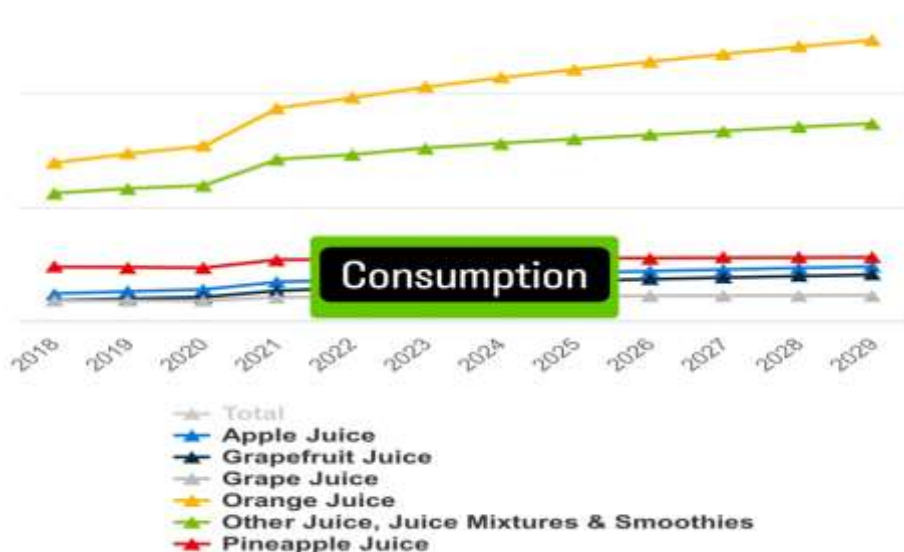


Figura 1 – Imagem retirada do website *statista.com* – Juices, Saudia Arabia. Consulta realizada em 14/01/2025.



Considerações:

O Brasil é um dos maiores países produtores e exportadores de laranja. A mesma cultivada no Brasil se destaca por sua alta qualidade e características ideais para produção de suco.

Ultimamente, nota-se uma alteração de hábito do consumo no país saudita, especialmente da população jovem, que busca o consumo de alimentos mais saudáveis e o suco de laranja é conhecido localmente por ser um alimento saboroso, funcional e que traz benefícios à saúde.

Levantamentos recentes relacionados ao consumo local de suco de laranja indicam um crescimento de consumo no país nos últimos anos e uma previsão de crescimento ainda maior nos próximos anos no Reino. De acordo com o sistema ITC *Export Potential Map*, o Brasil tem potencial de dobrar, em valores, as exportações ao mercado saudita de suco de laranja congelado.





29

ARGÉLIA

LUTA CONTRA A INFLAÇÃO

Número: ARGEL-01-2025

Data: 02/01/2025

Posto: Argel/Argélia

Palavras-chave: Argélia; inflação; Ramadã; controle de mercado

Responsável: Luciana Pich Gomes – Adida Agrícola em Argel

SUMÁRIO: Ministro do Comércio Interno e Regulamentação do Mercado alerta produtores, comerciantes e consumidores argelinos sobre medidas que serão tomadas para controlar os preços dos alimentos no mercado.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





A Argélia é um país sob forte regulação de mercado e recentemente governo tem tido dificuldades para controlar a inflação e garantir a segurança alimentar da população. A inflação está quebrando recordes no registo na Argélia, e em antecipação ao aumento da procura (e, assim, dos preços) durante o mês do Ramadã, o governo tem ressaltado a necessidade de garantir preços justos e qualidade impecável dos produtos ofertados aos consumidores.

Como exemplo de disparidade de preços, tem sido observado aumento em produtos como água mineral, cujos preços de certas marcas podem chegar a mais de 300 DA o fardo, e o litro de azeite comercializado entre 1000 e 1500 DA, muito além dos meios de uma grande parte da população.

Como resultado da tensão entre a diminuição da oferta e a demanda ainda alta tem-se observado um fenômeno preocupante: a venda de azeite adulterado.

O azeite tem sido misturado com óleo de mesa ou mesmo com subprodutos oleaginosos, para venda a preços atrativos, entre 600 e 800 DA/L. Alguns azeites são alterados com aditivos químicos ou feitos de resíduos não comestíveis, tornando seu consumo perigoso para a saúde. A produção e comercialização de azeites na Argélia carece de controle sistemático, tais como exigência de certificado de análise, aumento das inspeções e análises laboratoriais de produtos, rastreabilidade e sensibilização do público para os riscos associados à compra de óleos de baixo custo.

Quanto à oferta e preço de carnes, o Ministro do Comércio afirma que foram tomadas medidas para garantir a continuidade do fornecimento de carne importada ao mercado. Ressalta que os comerciantes teriam que respeitar as margens de lucro predeterminadas, a fim de manter um equilíbrio entre os preços e os interesses do consumidor.

Durante o mês do Ramadã, a carne estará em alta demanda. Para garantir a sua disponibilidade a preços acessíveis, a Argélia planeia importar carne vermelha e branca com o objetivo de garantir a estabilidade dos preços, de acordo com o programa elaborado por este ministério.

O governo e produtores têm apresentado preocupações no fornecimento de grãos e outros insumos para ração de aves, bezerras e ovelhas na produção interna, assim como a cessação das importações de animais em pé da França por razões de saúde. Os abatedouros têm relatado uma queda dramática no número de abates.

Quanto aos produtos lácteos, foi anunciada a futura criação de uma plataforma digital de rastreabilidade dos fluxos de leite para garantir uma disponibilidade contínua deste produto, particularmente em áreas remotas. Há previsão de inauguração de novos laticínios na tentativa de melhora no abastecimento.



ARGENTINA



31

IMPOSTO PAÍS E CONCESSÃO DE PORTO E HIDROVIA

Número: BUE-01-2025

Data: 08/01/2025

Posto: Buenos Aires/Argentina

Palavras-chave: Argentina; Imposto PAIS; Porto de Buenos Aires; Hidrovia Paraná

Responsável: Andrea Claudia Parrilla – Adida Agrícola em Buenos Aires

SUMÁRIO: O governo argentino decidiu não renovar o Imposto PAIS, que abrangia a importação de bens na Argentina. Criação da Agência Nacional de Portos e Navegação (ANPYN) e substituição da Administração Geral de Portos (AGP) e da Subsecretaria de Portos e Vias Navegáveis.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





No dia 23 de dezembro de 2024, venceu a vigência do denominado Imposto Para uma Argentina Inclusiva e Solidária (PAIS), implementado pelo governo anterior no final de 2019 por meio da Lei 27.541 e por um prazo de cinco períodos fiscais. O atual governo decidiu, como já havia anunciado, não renová-lo. O tributo abrangia, entre outras atividades, a importação de qualquer mercadoria e seu transporte o que gerava um aumento de custo significativo de importação para os produtos do agronegócio do Brasil importados pela Argentina.

Ressalto que o governo atual, ao assumir, em dezembro de 2023, incrementou esse imposto de 7,5% para 17,5%, entretanto, em setembro de 2024, oficializou a redução aos valores anteriores de 7,5%. E por fim, a partir de dezembro de 2024, esse imposto deixou de vigorar em sua totalidade.

A medida, que reduz os custos de importação, associado com o tipo de câmbio vigente na Argentina, a redução de prazos de pagamento para as operações de importação e outras medidas de liberalização do comércio internacional, torna mais atrativa a importação dos produtos do agro brasileiro.

Além disso, por meio do Decreto 3/2025, ocorreu recentemente em janeiro de 2025 a dissolução da empresa Administração Geral de Portos Sociedade Anônima Unipessoal (AGP SAU) e da Subsecretaria de Portos e Vias Navegáveis, e foi criada a Agência Nacional de Portos e Navegação (ANPYN) em substituição a essas empresas, com a justificativa de extinguir a superposição de tarefas entre tais empresas.

Importante destacar que a mudança implica na substituição de uma sociedade estatal por uma agência autárquica sobre o comando do Ministério da Economia.

A ANPYN assumirá as funções da AGP, que incluem: administrar e manter a infraestrutura das áreas não concedidas, controlar os concessionários e permissionários que operam nas áreas portuárias, garantir a operação eficiente do Porto de Buenos Aires e da Via Navegável Troncal, realizar tarefas de manutenção, dragagem e balizamento, entre outras.

A AGP assumiu a gestão da hidrovia do Rio Paraná quando a concessão original venceu em 2021. A ANPYN assumirá o papel de concessionário da hidrovia até a realização de uma licitação. Quando a concessão for entregue a uma empresa privada, a Agência atuará como órgão de fiscalização e controle. As principais candidatas são a empresa belga Jan de Nul, titular da concessão até 2021 e subcontratada pela AGP para realizar tarefas de dragagem e balizamento, a também belga DEME Group e a holandesa Boskalis.





33

AUSTRÁLIA

RASTREABILIDADE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Número: CAMB-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Camberra/Austrália

Palavras-chave: Austrália; rastreabilidade; agricultura; comércio internacional

Responsável: Daniela de Moraes Aviani, Adida Agrícola em Camberra

SUMÁRIO: O governo australiano está liderando iniciativas de ponta para transformar seus sistemas de rastreabilidade de produtos agrícolas em uma referência global. Com investimentos estratégicos em ferramentas digitais e parcerias entre governo e setor privado, a Austrália busca fortalecer sua competitividade internacional, combater fraudes e atender às crescentes exigências por sustentabilidade e transparência. Esses avanços não só conquistam a confiança dos consumidores locais e internacionais, mas também geram novas oportunidades comerciais. O Brasil, como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, pode se inspirar nos modelos de governança e inovação para agregar valor aos seus produtos e garantir posição de destaque nos mercados mais exigentes.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





Os sistemas de rastreabilidade agrícola desempenham um papel crucial no fortalecimento do acesso a mercados internacionais e na promoção da sustentabilidade. Grandes exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil e a Austrália, têm investido no aprimoramento de políticas e de mecanismos para monitorar a procedência e os processos produtivos, adotando estratégias variadas. **As políticas australianas, em especial, destacam-se por uma estrutura de governança que integram governo, produtores e agentes da cadeia de suprimentos.** Essa abordagem colaborativa tem demonstrado grande eficácia na agregação de valor aos produtos do agronegócio, assegurando a preferência de mercados de alta exigência. Além de promoverem maior transparência, as iniciativas reunidas neste documento contribuem para reforçar a confiança no agronegócio australiano, consolidando sua posição competitiva no cenário global. Evidências apresentadas pelo relatório Rastreabilidade e exportações agrícolas da Austrália: Princípios econômicos que fundamentam o marco regulatório, da ABARES (divisão de pesquisa científica e econômica do Departamento de Agricultura, Pesca e Silvicultura da Austrália), destacaram a relevância econômica das políticas de rastreabilidade no atendimento às novas exigências de importação dos mercados globais. O documento também evidenciou os impactos negativos associados a regulamentações ineficientes, fraudes no comércio agrícola internacional e à desconfiança dos consumidores em relação a alegações de sustentabilidade.

Nesse contexto, o governo australiano direcionou, nos últimos três anos, mais de 80 milhões de dólares americanos para transformar seus sistemas de rastreabilidade de produtos agrícolas em um modelo de excelência internacional. Os esforços combinam ferramentas digitais e estratégias de longo prazo, coordenando ações em toda a cadeia de suprimentos, com a implementação de políticas, concessão de subsídios e desenvolvimento de projetos que fortalecem a rastreabilidade e a sustentabilidade em nível nacional.

O elemento central dessa estrutura é o Australian Agricultural Sustainability Framework (AASF), desenvolvido conjuntamente pela *National Farmers Federation* (homóloga à Confederação Nacional de Agricultura do Brasil) e pelo governo australiano, que define a estratégia nacional de sustentabilidade para a agricultura e estabelece metas para os próximos dez anos. Entre suas ferramentas destaca-se o AqTrace Australia, sistema financiado pelo governo que utiliza tecnologia *blockchain* para aprimorar o compartilhamento de dados de setores como carne vermelha, grãos e hortifruti. O sistema comporta o protocolo australiano de rastreabilidade agrícola (AATP) voltado para atender às exigências do Regulamento Europeu de Desmatamento (EUDR). Esses sistemas em conjunto, aumentam a precisão, validação e confiança nos relatórios de sustentabilidade, ambientais, sociais e de governança (ESG), fortalecendo o credenciamento e a competitividade dos produtos agrícolas australianos no mercado global, além de garantir sua origem sustentável para exportação à União Europeia.

Em que pese os avanços notáveis citados, permanece como um desafio significativo para o governo australiano o combate às fraudes, que geram perdas anuais estimadas entre 1,5 e 2 bilhões de dólares americanos. Esse problema afeta especialmente produtos de alto valor, como carne bovina, vinhos e frutos do mar, que estão entre os mais vulneráveis a irregularidades. Para enfrentar essa questão, a Austrália tem adotado uma abordagem que inclui o aumento de rigor dos mecanismos regulatórios e o desenvolvimento de plataformas colaborativas, integrando diferentes esferas do governo e parcerias estratégicas com o setor privado. Entre as soluções implementadas, destaca-se o sistema de eCertificação, que não apenas reduz a burocracia, mas também combate fraudes ao substituir a documentação física por processos digitais seguros e rastreáveis.



Essas e outras ferramentas digitais são expostas em uma plataforma colaborativa, o *Australian Agricultural Traceability Hub*, acompanhada pelo Departamento de Agricultura, Pesca e Silvicultura da Austrália, com a finalidade de conectar governo, indústria, universidades e comunidades, promovendo sinergias em projetos de rastreabilidade. Essa estrutura interligada permite que a Austrália posicione a sustentabilidade como um diferencial competitivo, com o setor privado desempenhando um papel central na adoção de avanços tecnológicos tanto nas práticas agrícolas quanto na gestão de recursos hídricos. Esse compromisso com a sustentabilidade reflete uma trajetória consistente de iniciativas estratégicas. Um marco importante foi o *NFF 2030 Roadmap*, lançado em 2018 pela *National Farmers Federation*, que estabeleceu metas ambiciosas, como a neutralidade de carbono até 2030, e serviu como alicerce para a criação do *Australian Agricultural Sustainability Framework*.

Entre os resultados já alcançados, destaca-se a redução de 64,1% nas emissões líquidas de dióxido de carbono do setor de carne bovina entre 2005 e 2020, em linha com os objetivos do *Australian Beef Sustainability Framework*. Da mesma forma, o setor de grãos introduziu o *Grain Sustainability Framework* em 2019, como parte de um conjunto mais amplo de estratégias setoriais implementadas na última década. Esses avanços refletem o compromisso das diferentes cadeias do agronegócio australiano com a sustentabilidade e com o fortalecimento da competitividade no mercado global.

Outra iniciativa que merece atenção, é a inclusão de produtos produzidos por comunidades indígenas no escopo do agronegócio e sua colocação nos mercados globais. Com o apoio do governo federal e da NFF, os projetos vinculados ao *Indigenous Agricultural Product Framework*, possibilitam a agregação de valor a produtos de povos originários australianos, por meio da comprovação de sua origem e de credenciais de produção. Também beneficiam empresas e comunidades das primeiras nações, que passam a deter competência e capacidade para conferir credenciais de autenticidade a seus produtos, comprovar práticas produtivas e proteger seus atributos.

Para o Brasil, um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, as experiências australianas apresentam lições valiosas. Adotar tecnologias de rastreabilidade, como *blockchain* e IA, e promover parcerias entre setor público, privado e comunidades pode ampliar o acesso a mercados premium, especialmente na União Europeia e Ásia. Além disso, fortalecer credenciais de sustentabilidade oferece uma oportunidade única de agregar valor e atender às expectativas de consumidores cada vez mais exigentes. Assim como a Austrália, o Brasil pode transformar a rastreabilidade e a sustentabilidade em ferramentas estratégicas para manter elevada competitividade no mercado global.





AUSTRÁLIA

GESTÃO DA RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA: A EXPERIÊNCIA AUSTRALIANA FRENTE À PROIBIÇÃO EUROPEIA DO USO DE ANTIMICROBIANOS COMO PROMOTORES DE CRESCIMENTO

Número: CAMB-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Camberra/Austrália

Palavras-chave: Austrália; exportações carne; União Europeia; proibição antibióticos

Responsável: Daniela de Moraes Aviani, Adida Agrícola em Camberra; Uran Joshi, Assistente Técnico

SUMÁRIO: A resistência antimicrobiana (RAM) representa um desafio global à saúde pública e à sustentabilidade agropecuária. A proibição da União Europeia ao uso de antimicrobianos como promotores de crescimento exige ajustes nos países exportadores. A Austrália caminha no sentido de aumentar o rigor regulatório, conscientizar sobre o manejo responsável e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento que conferem transparência e conformidade produtiva. Há espaço para aprimoramento de práticas pelo Brasil, como a adequação do sistema de rastreabilidade bovina, já voltado às exigências europeias, e o incremento das parcerias entre setor público e privado para desenvolvimento e aplicação de protocolos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





A União Europeia (UE) decidiu, a partir de setembro de 2026, banir a importação de produtos de origem animal provenientes de animais alimentados com compostos antimicrobianos utilizados para promoção de crescimento. Essa medida impõe um desafio significativo para os países exportadores, incluindo o Brasil, que precisa se adequar para manter o acesso ao mercado europeu. A Austrália, com uma das abordagens mais conservadoras no uso de antimicrobianos em animais de produção, tem implementado estratégias para restringir ainda mais essas práticas e elevar o nível de monitoramento e transparência. Este documento explora as principais ações Australianas que podem servir de inspiração para aprimoramento das iniciativas brasileiras.

Estratégia australiana para controle de RAM

A Austrália se destaca como um dos países mais rigorosos no uso de antimicrobianos em animais de produção, liderando iniciativas globais para minimizar a resistência antimicrobiana. Três pilares principais compõem sua abordagem:

1. Regulamentação rigorosa: O governo australiano, por meio da Autoridade Australiana de Pesticidas e Medicamentos Veterinários (APVMA), controla e monitora rigorosamente o uso de antimicrobianos. Além disso, a proibição de compostos críticos como colistina e fluoroquinolonas, amplamente utilizados em outros países, reforça a posição da Austrália como líder global em manejo responsável.

2. Manejo responsável: O desenvolvimento de protocolos específicos para o uso de antimicrobianos em bovinos e ovinos é liderado por organizações como *Meat & Livestock Australia* (MLA) e Associação de Confinadores de Gado da Austrália (ALFA). Todo o setor de confinamento de gado australiano segue as diretrizes de gestão de antimicrobianos, desenvolvidas pela ALFA e pela MLA, como base para o uso apropriado de antimicrobianos. Atualmente, 62% dos confinamentos adotam planos voluntários de manejo responsável e o setor está empenhado em torná-los obrigatórios.

3. Transparência e monitoramento: Ferramentas como o *National Livestock Identification System* (NLIS) - sistema de rastreabilidade individual de animais de produção - e o programa de monitoramento de resíduos, *National Residue Survey* (NRS) garantem rastreabilidade, conformidade com padrões internacionais e detecção precoce de irregularidades.

A fiscalização do uso de antimicrobianos na Austrália é descentralizada, com estados e territórios desempenhando papel central. Mecanismos como receitas veterinárias obrigatórias, períodos de carência e auditorias anuais asseguram o cumprimento das normas. Ademais, os programas de garantia de qualidade verificam se os produtos de saúde animal são usados de acordo com as especificações dos rótulos.

Para amparar essas estratégias, o governo tem mantido discussões com o setor privado para ampliar a adoção de soluções específicas, como a **segregação na cadeia produtiva** para atender à UE. Também abriu uma consulta pública para **alteração nos rótulos de cinco antimicrobianos** usados para promoção de crescimento. Essa medida busca garantir conformidade com os requisitos de mercado, mantendo, ao mesmo tempo, o acesso à UE.

Os produtos com proposta de alteração de rótulos são aqueles contendo salinomicina, lasalocida sódica, narasin, flavofosfolipol e monensina. As alterações propostas aplicam-se ao uso como promotor de crescimento. Para todos os produtos constaria, no caso de gado de corte “Não utilizar em bovinos destinados ao mercado da União Europeia” e para gado leiteiro “Não





utilizar em novilhas ou vacas que possam ser destinadas ao consumo humano”. Somente para lasalocida sódica e monensina, constaria “Não usar em ovelhas”.

O amparo científico por trás das iniciativas é proporcionado pelo Centro de Pesquisa Cooperativa para Soluções de Resistência Antimicrobiana nos Agronegócios, Alimentos e Meio Ambiente (SAAFE CRC), financiado por meio de uma combinação de recursos do governo australiano, através do Programa de Centros de Pesquisa Cooperativa (CRC), além de contribuições de parceiros do setor privado e de outras instituições de pesquisa. O Programa CRC oferece co-financiamento para auxiliar a colaboração entre o setor privado e de pesquisa, visando resolver desafios críticos e desenvolver novas tecnologias, produtos e serviços.

Mas como os pecuaristas australianos enxergam o uso de antimicrobianos?

- Os envolvidos na pecuária bovina apoiam ativamente o uso prudente de antimicrobianos e estão adotando **estratégias preventivas**, como vacinação, monitoramento individual dos animais e tecnologias avançadas de manejo;
- Embora a indústria de bovinos tenha proposto segregação da cadeia, os setores de laticínios e ovinos expressaram dificuldades em implementar tais soluções. Como alternativa, sugeriram a remoção de determinadas indicações nos rótulos (conforme já mencionado) garantindo conformidade regulatória e continuidade do acesso ao mercado europeu;
- Entre os pecuaristas australianos, o uso de produtos antimicrobianos para tratar ovinos e bovinos (de corte e leite) em usos terapêuticos (por exemplo, para controlar coccidiose, cetose/mastite ou timpanismo) é uma prática comum. A intenção é usá-los apenas em caso de surtos potenciais de doenças ou para proteger animais expostos a doenças infecciosas, limitando o tratamento a períodos curtos. Há controles de uso indicados nos rótulos, e esses devem ser seguidos. A concentração de antibióticos na ração para uso terapêutico é geralmente muito maior do que para o uso como promotores de crescimento (AGP);
- Um número significativo de antibióticos comuns (penicilinas, tetraciclina, sulfonamidas) é amplamente utilizado na indústria para tratar condições infecciosas; macrolídeos também são usados para o tratamento de doenças respiratórias bovinas (BRD), assim como pequenas quantidades da cefalosporina de terceira geração (3GC) ceftiofur (particularmente em confinamentos). Antimicrobianos orais e incorporados na alimentação são usados em segmentos específicos da indústria bovina. Em gado a pasto, a penicilina procaína é utilizada para prevenir ou tratar o timpanismo, enquanto em gado leiteiro, a virginiamicina é usada para reduzir o risco de acidose ruminal. Ionóforos são amplamente utilizados para prevenção de timpanismo, como modificadores ruminais em dietas com grãos e como anticoccidianos em confinamentos e propriedades leiteiras;
- Um total de 3.662 produtos de medicamentos veterinários foi vendido na Austrália no ano fiscal de 2022–23, com um valor que ultrapassa 1,5 bilhão de dólares estadunidenses (incluindo 59 promotores de crescimento, totalizando USD 22 milhões);
- Proibição de colistina e fluoroquinolonas: O uso de colistina e fluoroquinolonas (antibióticos de amplo espectro) é proibido em animais de produção na Austrália. O uso desses antibióticos também é restrito na medicina humana. A Austrália apresenta uma das menores taxas de resistência a fluoroquinolonas no mundo, tanto em humanos quanto em animais destinados à alimentação;
- Produtos antimicrobianos também são utilizados como promotores de crescimento em animais destinados à alimentação, para destruir ou inibir bactérias. Eles são administrados em doses baixas, subterapêuticas. Atualmente, há vários produtos antimicrobianos registrados na Austrália para promoção de crescimento ou aumento de rendimento em ovinos e bovinos (de



corte e leite). Os cinco principais produtos antimicrobianos utilizados para esse fim incluem Salinomicina, Lasalocida sódica, Narasina, Flavofosfolipol e Monensina, que estão sob o escopo das restrições da EU;

- A APVMA revogou, desde 2019, o uso de antibióticos macrolídeos como promotores de crescimento na produção animal. Novos rótulos também incentivam veterinários a considerar “alternativas não antibióticas como opções de tratamento”.



39

Reflexões e Oportunidades para o Brasil

- **Sistema de rastreabilidade:** É necessário o uso de um sistema de rastreabilidade eficaz, que permita monitoramento individual dos animais, bem como o registro de seu manejo e segregação. Tal ferramenta ofereceria maior transparência e confiança aos mercados internacionais e, não apenas reforçaria a conformidade regulatória, mas também permitiria uma resposta mais ágil em casos de contaminação ou problemas de segurança alimentar.

- **Fiscalização:** combinar com expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes para testes mais frequentes e detalhados.

- **Desenvolvimento de protocolos:** Entidades públicas poderiam colaborar mais estreitamente com associações como CNA e ABIEC para desenvolver e implementar protocolos adaptados à realidade local. Tais protocolos poderiam incluir incentivos para a adoção voluntária de boas práticas, como já ocorre na Austrália.

- **Investimento em pesquisa e desenvolvimento:** A criação de centros de excelência em pesquisa, semelhantes ao SAAFE CRC australiano, poderia acelerar a transição para alternativas sustentáveis ao uso de antimicrobianos, como vacinas e aditivos não antimicrobianos.

- **Diálogo e educação:** Manter diálogo informativo com produtores e ampliar treinamentos, destacando alternativas não antimicrobianas, como vacinas e melhorias tecnológicas. Campanhas educativas para produtores e veterinários são essenciais para garantir a compreensão e adesão às novas diretrizes.

Conclusão

O modelo vigente na Austrália não é apenas uma resposta às exigências europeias, mas também um exemplo de como práticas coordenadas e bem estruturadas, podem contribuir para manter o prestígio de suas carnes nos mercados internacionais.

O Brasil já avançou significativamente, mas incorporar elementos de rastreabilidade, colaboração público-privada e maior investimento em pesquisa pode reforçar sua posição como um líder em produção pecuária sustentável. Não apenas atendendo às exigências europeias, mas também preparando o setor para os desafios futuros de sustentabilidade e competitividade.



BANGLADESH



40

OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO BANGLADESH

Número: DAC-01-2025

Data: 12/01/2025

Posto: DACA/BANGLADESH

Palavras-chave:

Responsável: Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

SUMÁRIO:

O texto trata da Segurança Alimentar no Bangladesh, que deverá ter uma população de 191 milhões de habitantes em 2040, e onde a inflação dos alimentos chega a 14,63%. Informa que a mídia local comenta sobre a preocupação do Governo interino chefiado pelo Prof. Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz, e que afirma que devem ser tomadas medidas possíveis para mitigar o problema.

O Embaixador do Brasil em Daca, Paulo Fernando Dias Feres, no lançamento da *Made in Bangladesh Expo 2025*, que irá ocorrer em São Paulo entre 15 e 18 de junho de 2025, organizada pela *Brazil Bangladesh Chamber of Commerce and Industry* (BBCCI), citou a importância do Brasil como garantidor da Segurança Alimentar no país.

Ainda, são relacionados diversos produtos de potencial interesse para produtos do agronegócio brasileiro como: açúcar, algodão, café, carnes, couros, frutas, lácteos, pescados, óleos, ovos, etc.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



O aumento dos preços dos alimentos no Bangladesh ocorre desde o final da pandemia de Covid-19 e pressionam o Governo interino a buscar soluções para garantir a Segurança Alimentar de uma população que chegará a 191 milhões de pessoas em 2040 (Farhad e Nabiul, 2017).

A inflação alimentar no país chega a 14,63% em áreas urbanas e medidas como o controle de preços, o aumento das taxas de juros e a limitação da oferta de moeda e crédito não têm surtido efeito.

Segundo articulistas locais, forças não mercantis como atravessadores, rentistas e sindicatos atuam entre a produção e a distribuição, incluindo a capital, Daca, hoje com 22 milhões de habitantes.

Essa inflação impacta as pessoas comuns na medida que percebem que o menor poder de compra se torna questão de sobrevivência, como mostram algumas filas de comida em Daca (Figura 1).

Figura 1 - Fila de distribuição de comida no bairro Banani, Daca.



Fonte: Imagem do autor, 2024.

A mídia local cita a preocupação do Governo interino, chefiado pelo Prof. Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz, quanto à garantia da Segurança Alimentar para a população, e há manifestações para que o Governo local utilize todos meios para combater a inflação e reduzir o preço dos alimentos.

Contribuição do Brasil

Nesse sentido, é oportuno citar a fala do Embaixador do Brasil em Daca, Paulo Fernando Dias Feres (Figura 2), de que o Brasil pode contribuir para a garantia da Segurança Alimentar do Bangladesh e está interessado em ampliar os investimentos no país.



42

Figura 2 - Embaixador Paulo Feres e diretores da BBCCI.



Fonte: Jornal Financial Express, Daca, Bangladesh, 10/01/2025.

O Chefe da Missão Diplomática do Brasil no país fez a declaração durante coletiva de imprensa sobre a *Made in Bangladesh Expo 2025*, que irá ocorrer em São Paulo entre 15 e 18 de junho de 2025, organizada pela *Brazil Bangladesh Chamber of Commerce and Industry* (BBCCI).

Segundo o Embaixador, a iniciativa fornece uma plataforma para as empresas estabelecerem parcerias significativas e o evento irá melhorar, ainda mais, a “compreensão mútua e abrir caminho para uma maior cooperação econômica.”

Oportunidades setoriais

Em 2024, as exportações de produtos do agronegócio do Brasil para o Bangladesh atingiram o total de US\$ 2,4 bilhões e possuem um potencial de crescimento inegável.

Estudo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) mapeou 172 oportunidades para produtos brasileiros no Bangladesh, dentre os quais destaco os seguintes:

Área animal

- carne de aves, bovina e ovina
- couros
- farinhas e gorduras
- lácteos
- material genético de aves - ovos férteis e pintos de um dia
- material genético bovino - embriões, sêmen e reprodutores
- ovos frescos
- pescados
- *petfood*
- vacinas



43

Área vegetal

- algodão
- açaí
- açúcar
- biocombustíveis (etanol e biodiesel) e bioinsumos
- café, em grãos e solúvel
- cereais (arroz, milho e trigo)
- complexo soja (grãos, óleo e farelo)
- frutas, nozes e vegetais, *in natura* e processados: citros, maçã e uva
- produtos florestais (papel e celulose)
- pulses (ervilhas, feijões e grão-de-bico)

Considerando o baixíssimo consumo per capita de proteína animal no Bangladesh, em torno de 7,0 kg/hab/ano, cabe destacar o potencial imenso para carnes (aves, bovina e ovina), lácteos e ovos.

Ainda, o Memorando de Entendimento sobre cooperação agrícola, a ser assinado em breve, permitirá a melhoria da capacidade de produção e comercialização e da inocuidade dos alimentos no país (Figura 3), áreas onde o Brasil possui *expertise* extraordinária.



Figura 3 - Comércio de aves em mercado local.



Fonte: Imagem do autor, 2025.

Considerando a necessidade do Bangladesh garantir a Segurança Alimentar e, também, o interesse em ampliar as exportações de manufaturados como fármacos e vestuários, a *Made in Bangladesh Expo 2025* é uma excelente plataforma para explorar sinergias e realizar negócios.

Dessa forma, é possível esperar um futuro promissor quanto ao aumento do fluxo comercial bilateral e das exportações do agronegócio do Brasil ao Bangladesh, que atingiram em 2024 o total de US\$ 2,4 bilhões com um potencial de crescimento inegável.



CANADÁ

REDUÇÃO NOS REBANHOS CANADENE E DOS EUA DEVE MANTER AQUECIDA A DEMANDA POR CARNE BOVINA BRASILEIRA

Número: OTT-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Ottawa, Canadá

Palavras-chave:

Responsável: Paulo Marcio M. Araujo

SUMÁRIO: A alta demanda por carne bovina deve se manter ao longo de 2025. A expectativa é de que o Brasil retome os níveis de exportação observados em 2023 com o reconhecimento, pela OMSA, do status de livre de Febre Aftosa sem vacinação.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





As importações de carne bovina pelo Canadá começaram 2025 bastante aquecidas. No dia 15 de janeiro a Cota Global de 11.808 toneladas válidas para os países da América do Sul já estava esgotada, mas a expectativa do mercado é que cotas suplementares sejam concedidas ao longo do ano, em razão da alta demanda e baixa oferta de carne magra no mercado canadense. Em 2024, foram autorizadas importações adicionais de 3759 toneladas de carne bovina sem a incidência do imposto de importação de 26,5%. Os rebanhos nos EUA e Canadá tem sofrido reduções médias de 2% ao ano, em razão de aumentos nos custos de produção e da baixa rentabilidade da atividade, o que tem causado significativo aumento da demanda por carnes sul-americanas.

Levantamento feito em 15 de janeiro pela Adidância Agrícola em Ottawa mostra que já foram internalizados, apenas em 2025, 2.759 toneladas de carne argentina, 3.195 toneladas de carne uruguaia e 3.851 toneladas de carne do Paraguai. O Brasil enviou, até agora 2.028 toneladas. Os menores volumes em relação aos demais países se explicam pela menor oferta, uma vez que grandes estados produtores, como Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás estão temporariamente impedidos de exportar carne bovina até que a OMSA os declare livres de Febre Aftosa sem vacinação. A expectativa é de que as exportações desses estados sejam retomadas no início do segundo semestre. Hoje, apenas frigoríficos localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Acre e alguns estados do Amazonas e Mato Grosso estão habilitados a exportar carne de gado não vacinado contra aftosa para o Canadá.



CANADÁ



47

POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS PARA O CANADÁ

Número: OTT-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Ottawa, Canadá

Palavras-chave: Canadá. Frutas.

Responsável: Paulo Marcio M. Araujo

SUMÁRIO: O Canadá é o sexto maior importador de frutas do mundo, mas a presença brasileira nesse mercado ainda é tímida. Em abril será realizada uma feira específica do setor com oportunidades para exportadores brasileiros

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





Com uma população de apenas 40 milhões de habitantes, o Canadá é o sexto maior importador de frutas tropicais do mundo. Estima-se que a importação desses produtos tenha movimentado 700 milhões de dólares em 2024. Enquanto a população vem crescendo a taxas médias de 1%, o consumo de frutas tropicais aumenta 10% ou mais a cada ano. E praticamente 100% dos produtos são importados. Os principais exportadores desses produtos são o México (45%), Estados Unidos (35%), Costa Rica (3%), Peru (2,8%) e Turquia (2%). O Brasil participa com apenas 1% das importações Canadenses.

Em 2024, dos US\$ 1,287 bilhões em frutas exportados pelo Brasil apenas 27,7 milhões de dólares tiveram como destino o Canadá. Na comparação com 2023 houve uma redução de 4,5% nos valores e 5% nos volumes exportados. Os principais produtos comercializados foram Mangas (US\$ 10,4 milhões), Uvas (US\$ 3,7 milhões), Melões (US\$ 2,7 milhões), Limões e Limas (1,8 milhões) e Figs (US\$ 1 milhão).

Apesar dos desafios de logística, não são aplicadas tarifas de importação sobre produtos brasileiros e as exigências fitossanitárias são bastante simplificadas. Os requisitos específicos para cada produto podem ser acessados em:

https://airs-sari.inspection.gc.ca/airs_external/english/decisions-eng.aspx

De 8 a 10 de Abril será realizada, em Montreal, a Convenção Anual da Associação Canadense dos Distribuidores de Frutas, Legumes e Verduras (Canadian Produce Marketing Association - <https://convention.cpma.ca/>). Trata-se do principal evento do setor, uma vez que essas empresas não costumam estar na SIAL. Os organizadores já manifestaram interesse em contar com a participação de exportadores brasileiros, uma vez que a nossa presença ainda é tímida. A Adidância Agrícola em Ottawa fica à disposição de empresas interessadas para prestar todo o apoio que estiver ao nosso alcance para viabilizar a participação no evento.



CHILE

FARINHAS DE ORIGEM ANIMAL – POTENCIAL DE AMPLIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARA O MERCADO CHILENO

Número: SANTI-01-2025

Data: 21/01/2025

Posto: Cidade/País

Palavras-chave: farinhas de origem Animal. Chile.

Responsável: Rodrigo do Espírito Santo Padovani

SUMÁRIO: O Chile é um dos principais parceiros comerciais do Brasil para as farinhas de origem animal. Em 2024, registrando uma importação total de 86,6 mil toneladas e 46,7 milhões de dólares FOB. Apesar dos números significativos, ainda existe potencial de crescimento dessas exportações para o Chile, em razão da constante e significativa demanda de farinhas de origem animal para produção de ração destinada à produção de salmão local, e da expansão da avicultura, suinocultura chilena e do comércio de “pet food” no país.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



49





O Chile é um dos principais parceiros comerciais do Brasil para as farinhas de origem animal. De acordo com o Comexstat (MDIC), em 2021, o Chile foi o maior comprador, com 60,8 mil toneladas importadas do Brasil, equivalente a cerca de 36 milhões de dólares FOB. Nos anos seguintes, ficou em segundo lugar, atrás do Vietnã, mas voltou ao primeiro lugar em 2024, registrando uma importação total de 86,6 mil toneladas e 46,7 milhões de dólares FOB.

Apesar dos números significativos, ainda existe potencial de crescimento dessas exportações para o Chile, em razão da constante e significativa demanda de farinhas de origem animal para produção de ração destinada à produção de salmão local. A salmonicultura chilena, direcionada à exportação, é um dos pilares do agronegócio do país.

Igualmente, observa-se um crescente volume na produção de carne de aves e, principalmente, de carne suína, devido à expansão do consumo interno e à ampliação da exportação de produtos para mercados que remuneram bem. Em 2023, o Chile produziu 1,3 milhões de toneladas de carne. O consumo interno de carne de frango foi de 33,5 kg por pessoa e o de carne suína, 18,1 kg por pessoa.

Além disso, um estudo realizado pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade do Chile registrou que há cerca de 12,5 milhões de cães e gatos com donos no país e outros 4 milhões sem supervisão. Esse aumento na posse de animais de estimação faz parte de uma tendência observada em países com economias em desenvolvimento, onde se observa uma redução gradual da taxa de natalidade, principalmente nas classes média e alta, sendo esse o caso do Chile.

Este cenário fomenta o aumento da produção e consumo local de "pet food", sendo as farinhas de origem animal um ingrediente importante na fabricação desses produtos. Para ilustrar esta afirmação, o mercado de alimentos para animais de estimação no Chile foi avaliado em cerca de 1,57 bilhões de dólares em 2025, com uma taxa de crescimento anual esperada de 5,57% até 2029.

Além da tendência apontada pelo mercado, a proximidade geográfica, a perspectiva da melhoria das condições logísticas e de conexão entre os Brasil e o Chile a médio prazo, também um fator tende impulsionar as exportações brasileiras de farinhas de origem animal a este país.

Portanto, compreende-se que adotar ações conjuntas entre agentes públicos e privados, que busquem a simplificação da habilitação do processo de aprovação de estabelecimentos brasileiros a exportar farinhas de origem animal ao Chile, além da realização de atividades paralelas e simultâneas que fomentem negócios entre o setor privado brasileiro e chileno é recomendável para que se amplie o comércio deste produto ao mercado chileno.



CHILE

AVOCADO HASS – ACESSO AO MERCADO CHILENO



51

Número: SANTI-02-2025

Data: 21/01/2025

Posto: Cidade/País

Palavras-chave: Abacate. Avocado. Hass Chile. abacate (*Persea americana*) variedade Hass.

Responsável: Rodrigo do Espírito Santo Padovani

SUMÁRIO: Em 23 de dezembro de 2024, foi publicada no Diário Oficial da República do Chile a Resolução Exenta nº 9033/2024, que estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de abacate (*Persea americana*) variedade Hass do Brasil. Essa medida permite atender à forte demanda durante a entressafra chilena, buscando substituir parte das importações atualmente provenientes do Peru. Para viabilizar o acesso a este mercado, os importadores chilenos precisam conhecer melhor a qualidade do produto brasileiro e os desafios logísticos que podem impactar o preço deste produto nos estabelecimentos atacadistas e varejistas chilenos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





52

No dia 23 de dezembro de 2024, foi publicada no Diário Oficial da República do Chile a Resolução Exenta nº 9033/2024, que estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de abacate (*Persea americana*) variedade Hass do Brasil.

A publicação desses requisitos foi resultado de uma negociação sanitária conduzida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, iniciada em 2020 e intensificada em 2024, devido ao estreitamento das relações de cooperação entre Brasil e Chile, criando novas oportunidades de comércio, especialmente no setor do agronegócio.

A abertura do mercado chileno para a exportação do abacate Hass foi viabilizada pelo trabalho dos fruticultores brasileiros, que investem em práticas agrícolas sustentáveis e produzem frutos de alta qualidade reconhecidos internacionalmente. Além disso, os controles sanitários em todos os elos da cadeia produtiva garantem a certificação fitossanitária pelo MAPA, atendendo às rigorosas exigências das autoridades sanitárias internacionais.

O mercado chileno de abacate Hass é um dos maiores do mundo, com consumo médio anual superior a 8 kg per capita. Embora o Chile seja um grande produtor dessa fruta, durante a entressafra é necessário importar o produto para atender à demanda interna. Essa condição permite que o abacate Hass brasileiro supra a forte demanda sazonal no Chile, destacando a capacidade dos produtores brasileiros de oferecer frutos de alta qualidade em larga escala para o mercado externo, sem comprometer o abastecimento interno.

A abertura do mercado chileno para o abacate Hass é uma oportunidade confirmada por potenciais importadores chilenos, que demonstram essa demanda tanto por meio de reportagens em mídias especializadas em agronegócio no Chile, quanto em encontros presenciais com a participação desta Adidância.

Há uma forte expectativa dos comerciantes chilenos de que o abacate Hass originário do Brasil venha a substituir parte das importações provenientes do Peru, que atualmente é responsável por quase toda a demanda durante a entressafra local. Para que isso ocorra, esses "players" destacam a necessidade de conhecer melhor a qualidade do produto brasileiro, entender os desafios logísticos envolvidos e identificar as principais áreas de produção no Brasil. Esses atores buscam informações junto a esta Adidância sobre eventos de promoção comercial



do abacate Hass no Chile, ainda no 1º semestre de 2025, para se aproximarem dos exportadores brasileiros.

Os importadores chilenos também destacam que esses eventos de promoção do abacate brasileiro podem abrir outras oportunidades para diferentes variedades de frutas brasileiras, que, assim como o abacate Hass, enfrentam períodos significativos de entressafra na produção local.



53

CHINA



54

PERSPECTIVAS PARA A AMPLIAÇÃO DO COMÉRCIO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM SUÍNA (MIÚDOS)

Número: PEQ-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Pequim/China

Palavras-chave: China, Miúdos de suínos; ampliação de mercado

Responsável: Leandro Diamantino Feijó e Jean Felipe Celestino Gouhie, Adidos Agrícolas em Pequim

SUMÁRIO: Os resultados da abertura do processo de investigação anti-dumping pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM) em desfavor de alguns subprodutos de origem suína da União Europeia poderão refletir positivamente na ampliação de miúdos suínos a serem exportados do Brasil para a China. O Brasil poderá ampliar os tipos de miúdos já exportados para a China, com a inclusão principalmente das vísceras internas, representando oportunidade para os exportadores brasileiros.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



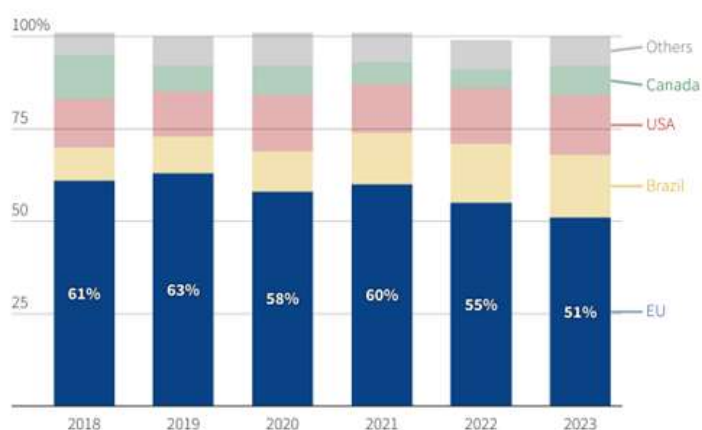


55

O processo de investigação anti-dumping chinês começou em 17 de junho de 2024 e será concluído até 17 de junho de 2025. A duração poderá ser prorrogada por seis meses em circunstâncias especiais a serem definidas pelas autoridades chinesas.

Cabe ressaltar que a investigação poderá ter implicações significativas para a indústria da carne da União Europeia, uma vez que o bloco responde por mais de 50% da origem dos produtos de origem suína importados pela China (Gráfico 1). Nesse sentido, Espanha, Holanda, Dinamarca e França serão os países mais impactados.

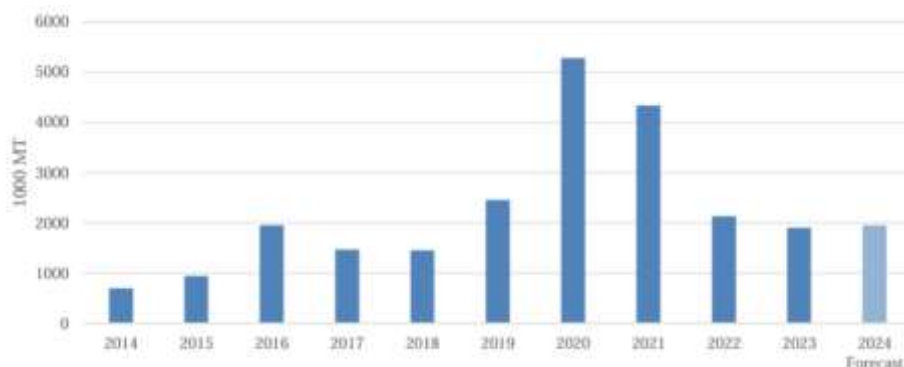
Gráfico 1. Participação dos países nas importações chinesas de carne e miúdos suínos



Fonte: UN Comtrade

O governo chinês tem priorizado ações para revitalizar a produção de carne suína no país e diminuir a dependência das importações, após os casos de Peste Suína Africana que elevaram as importações no período de 2019 a 2021 (Gráfico 2). Nessa mesma esteira, existe a orientação do presidente chinês para que haja diversificação de parceiros comerciais, evitando-se a dependência e aumentando a oferta de parceiros comerciais.

Gráfico 2. Importação de carne suína e derivados pela República Popular da China



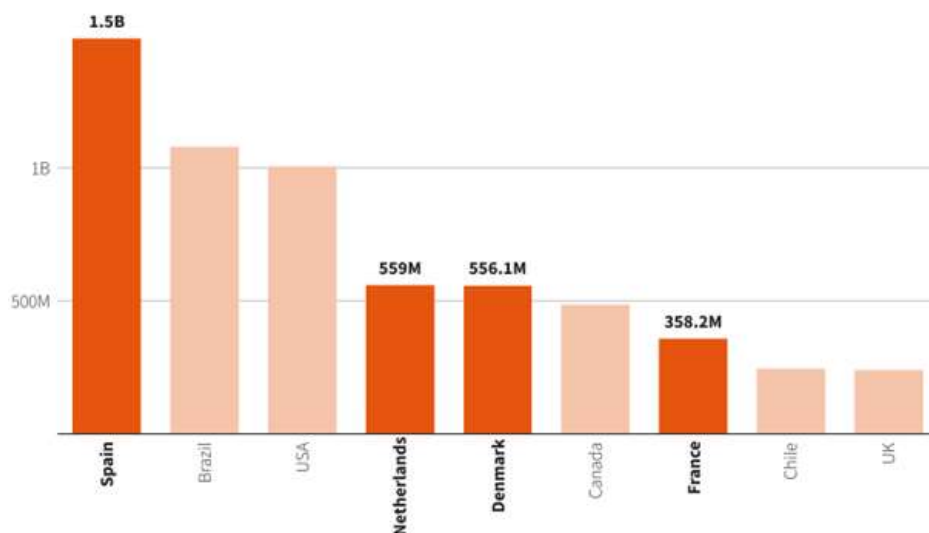
Fonte: Trade Data Monitor





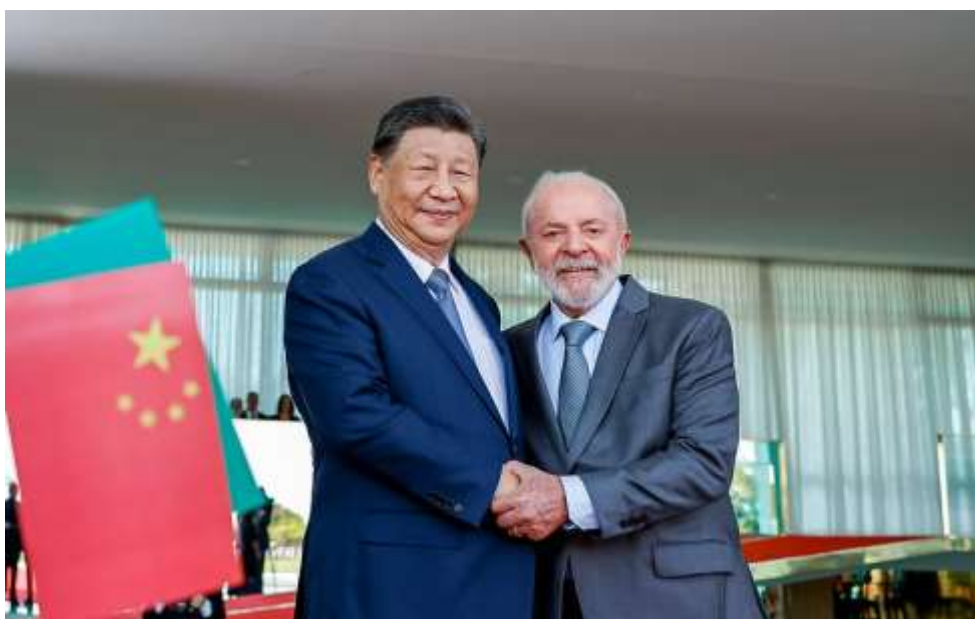
56

Gráfico 3. Principais países exportadores de produtos de origem suína para a China



Fonte: GACC (valores em US\$)

Em 2024 houve tratativas de alto nível entre as autoridades brasileiras e chinesas em Pequim, desde a realização da 9ª Reunião da Subcomissão de Temas SPS da COSBAN e da 7ª Reunião da COSBAN. A celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China e a visita do presidente chinês ao Brasil no final de 2024 elevaram o nível deste relacionamento, estabelecendo terreno fértil para a continuidade das negociações bilaterais em 2025.



Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/em-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasil-e-china-ampliam-patamar-das-relacoes-bilaterais>



57

A partir desse cenário, o Brasil poderá se beneficiar do cenário geopolítico internacional, considerando a sua capacidade instalada para responder, em curto prazo, a demanda chinesa por miúdos de origem suína e pelo reconhecimento chinês da excelência da defesa agropecuária brasileira. Desta forma, as negociações para a atualização do protocolo sanitário de carne suína, com a inclusão de novos tipos de miúdos, encontram-se avançadas e com expectativa positiva para a sua finalização na maior brevidade possível.

Desta forma, aliado com as negociações em curso para ampliação do reconhecimento chinês dos estados brasileiros livre de Febre Aftosa (hoje circunscrito a Santa Catarina), vislumbra-se um cenário positivo e estimulador para ampliação das áreas e do número de estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) que futuramente poderão exportar miúdos de origem suína para a China.

De acordo com as estatísticas oficiais disponíveis no sítio eletrônico da Administração-Geral de Aduanas da China (GACC), no período de janeiro a novembro de 2024 a China importou miúdos comestíveis de suínos no valor de US\$ 2,464,078,838 bilhões, sendo:

- **Espanha:** US\$ 517,975,742
- **Holanda:** US\$ 231,982,397
- **Dinamarca:** US\$ 208,012,449
- **França:** US\$ 162,851,863
- **Brasil:** US\$ 70.774,010

CHINA



58

ABERTURA DO MERCADO CHINÊS PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE GERGELIM – OPORTUNIDADES PARA A INDÚSTRIA

Número: PEQ-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Pequim/China

Palavras-chave: China, Gergelim; abertura de mercado

Responsável: Leandro Diamantino Feijó e Jean Felipe Celestino Gouhie, Adidos Agrícolas em Pequim

SUMÁRIO: A assinatura do protocolo sobre os requisitos de inspeção e quarentena para a exportação de gergelim do Brasil para a China marca um novo momento para o setor produtivo brasileiro, o que impulsionará a ampliação de áreas de cultivo para atendimento à demanda chinesa. As ações de promoção comercial e estabelecimento de conexão com os importadores chineses serão os próximos passos a serem levados em consideração para o início das exportações brasileiras de gergelim para a China.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

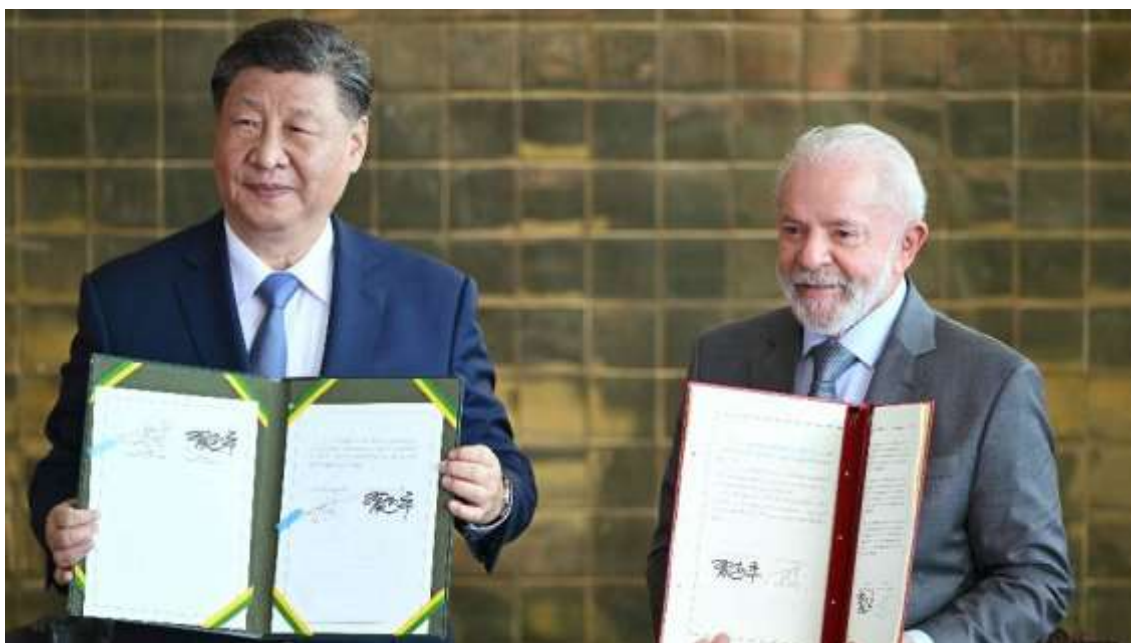




59

O ano de 2024 foi muito importante na parceria estratégica e comercial existente entre o Brasil e a China, com a celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países e a visita de Estado realizada pelo presidente chinês ao Brasil, na esteira da reunião do G20, realizada entre os dias 18 e 19 de novembro na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, diferentes acordos comerciais foram assinados, destacando o protocolo sobre os requisitos de inspeção e quarentena para a exportação de gergelim do Brasil para a China. A partir deste acordo, o Brasil passa a poder exportar sementes de gergelim (*Sesamum indicum* L.) cultivadas e processadas no Brasil, destinadas à alimentação e/ou ao processamento de alimentos.

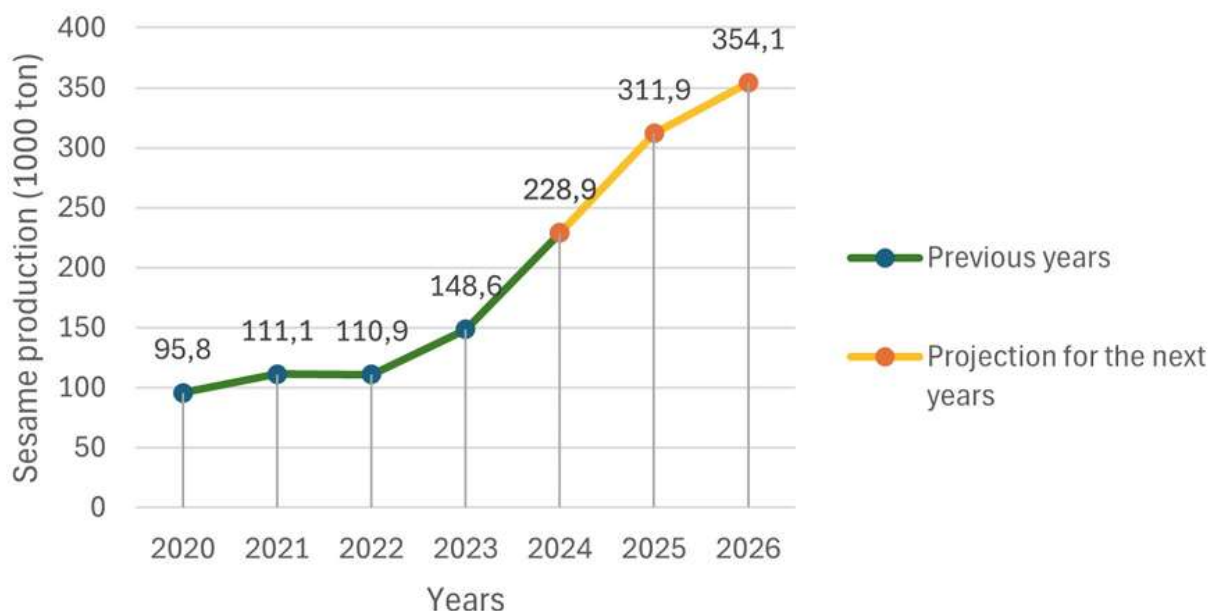


Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/11/20/acordos-brasil-china.htm>

De acordo com o Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (IBRAFE) e dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a produção do gergelim no Brasil aumentou em 65% na safra 2023/24 em relação à safra anterior, totalizando uma produção de 288 mil toneladas de gergelim em 2024 em comparação com 174 mil toneladas de gergelim em 2023 (Gráfico 1).



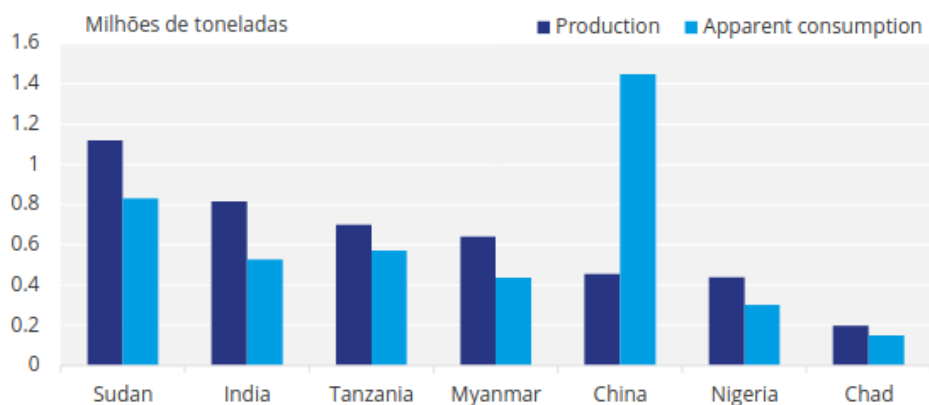
Gráfico 1. Projeção da produção de Gergelim no Brasil (2025/2026).



Fonte: Conab

Os dados disponíveis da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que a maior parte do gergelim colhido pelos principais produtores mundiais é utilizada internamente, sendo que a China é altamente dependente das importações de gergelim para satisfazer a demanda doméstica (Gráfico 1).

Gráfico 02. Produção de Gergelim – Produção versus demanda/consumo doméstico em diferentes países



Fonte: FAOSTAT

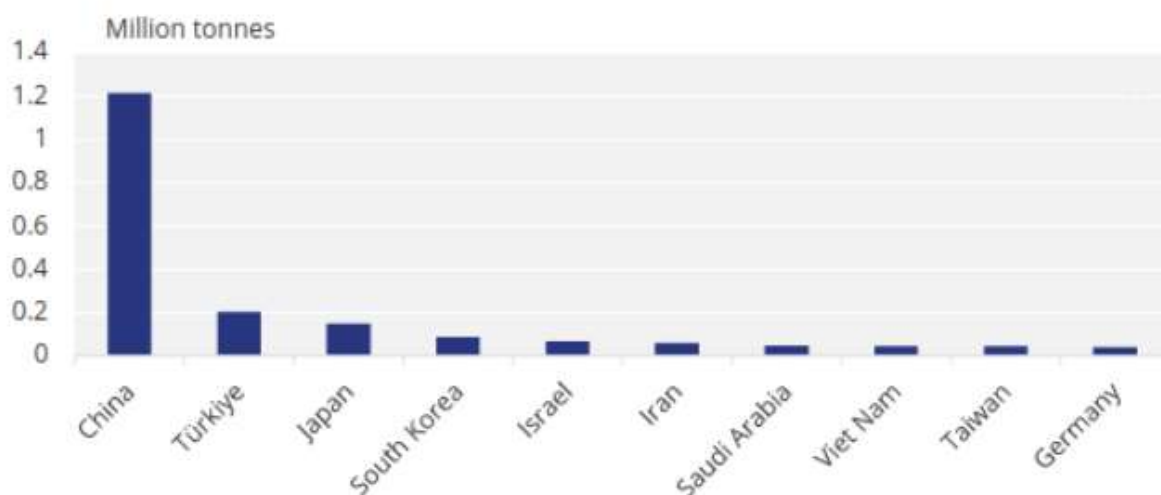
Com uma população de mais de 1,4 bilhões de pessoas, a China tem se constituído em um grande mercado consumidor, sendo que o crescimento da sua classe média tem impulsionado a demanda por gergelim.

Desta forma, o gergelim tem se tornado popular nos últimos anos e um alimento básico da culinária chinesa. Apesar de ser um dos óleos de cozinha mais caros, o óleo de gergelim é amplamente utilizado na China. Assim, não é de surpreender que o principal mercado de importação de gergelim seja a China. A Turquia e o Japão também utilizam o gergelim em sua culinária e são também importadores deste produto (Gráfico 03).



61

Gráfico 03. Maiores países importadores de Gergelim



Fonte: FAOSTAT

De acordo com as estatísticas disponíveis, em 2023 a China produziu 453,4 milhões de toneladas de gergelim (Gráfico 4), quantidade insuficiente para atender a demanda doméstica, impulsionada pelo aumento do consumo deste produto pela classe média em crescimento.

Desta forma, a China se constituiu no maior importador mundial de gergelim, tendo importado 912,81 milhões de toneladas em 2023, ou seja, 38,48% do volume comercializado internacionalmente. Esse volume importado significou uma receita de US\$ 1.527,618,29 (dados do Banco Mundial).

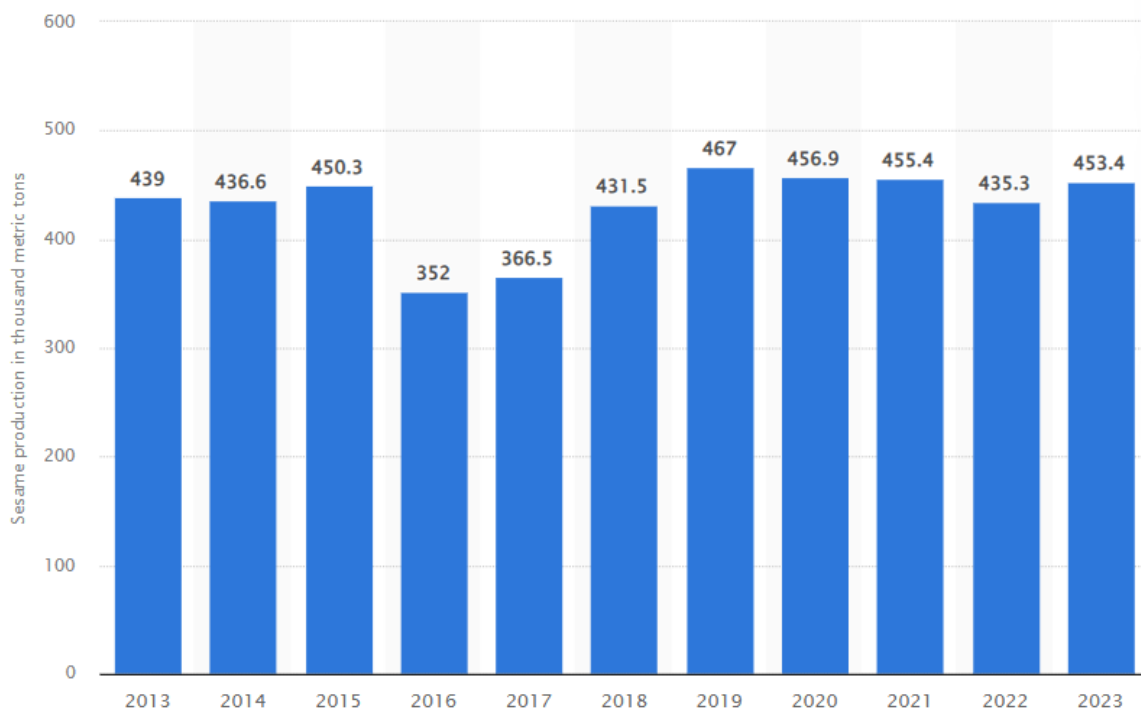
([https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2023/tradeflow/Imports/partner/WLD/product/120740#:~:text=In%202023%2C%20Top%20importers%20of,205%2C22.46K%20%2C%20124%2C977%2C000%20Kg\).&text=Korea%2C%20Rep](https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2023/tradeflow/Imports/partner/WLD/product/120740#:~:text=In%202023%2C%20Top%20importers%20of,205%2C22.46K%20%2C%20124%2C977%2C000%20Kg).&text=Korea%2C%20Rep)).



Gráfico 04: Volume de produção de gergelim na China de 2013 a 2023



62



Fonte: <https://www.statista.com/statistics/275614/sesame-production-in-china/>

A partir dos dados apresentados, podemos perceber que a demanda chinesa por gergelim vem crescendo anualmente, sendo que a sua produção doméstica não é capaz de atender o consumo interno de uma classe média em expansão, razão pela qual as importações continuarão necessárias.

Conflitos internos no Sudão (maior produtor mundial), assim como dificuldades econômicas em produtores tradicionais vem trazendo disrupturas no abastecimento do produto e elevando os preços internacionais.

Apesar de uma grande colheita proveniente da Índia, a produção estagnou e as exportações diminuíram em linha com as políticas mais amplas de segurança alimentar do país.

Desta forma, com uma maior procura e grandes problemas de oferta em vista, as futuras colheitas de gergelim serão provavelmente menores, impulsionando os preços para cima.

A partir do exposto, podemos concluir que o cenário atual é favorável para que o Brasil possa iniciar missões comerciais na China visando conhecer os principais importadores (CFNA, COFCO), os canais de logística e distribuição. Nessa mesma esteira é fundamental que o setor produtivo brasileiro promova ações na China para promover o gergelim brasileiro, enfatizando os aspectos tecnológicos envolvidos na sua produção, assim como aqueles ligados à sustentabilidade e

rastreabilidade, quesitos que passam a ser levados em consideração no fechamento de acordos comerciais na China. A participação em feiras comerciais também é uma estratégia importante, destacando a SIAL Shanghai e a CIEE. A presença constante na China das associações representativas do setor, assim como das empresas produtoras/exportadoras deve ser encarado como uma necessidade a partir de agora, uma vez que a confiança chinesa somente será conquistada com o estabelecimento de laços de relacionamento estáveis e da presença contínua (não esporádica em feiras circunstanciais) dos exportadores brasileiros em território chinês.



63



COLÔMBIA

64

ANÁLISE SITUACIONAL DO MERCADO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS

Número: BOG-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Bogotá/Colômbia

Palavras-chave: alimentos para animais; exportações; incremento de comércio; farinhas de origem animal; insumos para alimentação animal; animais de companhia; oportunidade; comércio

Responsável: Clóvis Augusto Versalli Serafini

SUMÁRIO:

A Colômbia é um país da América do sul que possui atualmente um papel econômico e político estratégico no continente, com o considerável número de 52 milhões de habitantes. A população de animais de companhia na Colômbia também é significativa. Estimativas locais indicam que 68% das residências do país possuem, ao menos, um animal de estimação. O atual governo federal colombiano vem atuando fortemente na formulação e implementação de políticas públicas de fomento à produção pecuária local, o que também incrementa a demanda destes alimentos no ambiente rural. Os alimentos para animais são a 3ª categoria de produto agropecuários que o Brasil mais exporta para a Colômbia, responsável por cerca de 6% das exportações agropecuárias do Brasil ao parceiro (2023). O Brasil tem grande potencial para aumentar a participação nas importações colombianas desta categoria de produtos, que hoje correspondem a apenas 26% do volume importado pelo país.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



A Colômbia é um país da América do sul que possui atualmente um papel econômico/político estratégico no continente. Hoje possui mais de 52 milhões de habitantes, o que permite que seja o segundo país mais populoso do sul das Américas. As atuais políticas públicas objetivam seguir incrementando o poder de compra dos consumidores locais e esta progressão vem viabilizando uma possível elevação ao posto de terceira maior economia da América Latina, o que poderia rebaixar a Argentina para a quarta posição, depois do Brasil, México e, supostamente, da Colômbia.

Os produtos agropecuários brasileiros contam com presença muito inferior ao seu potencial no mercado colombiano. Apesar do tamanho do país e de características de consumo semelhantes, a Colômbia importa pouco do Brasil. O Brasil é referência para a Colômbia no campo da agricultura e da pecuária, o que vem acarretando em várias iniciativas de cooperação bilateral. Por outro lado, fatores como desconhecimento e medo pela relevância exportadora brasileira de produtos agrícolas desperta o temor da concorrência, fato que acarreta em uma postura protecionista quanto aos interesses brasileiros.

Os alimentos para animais são a terceira categoria que o Brasil mais exporta para a Colômbia, responsável por cerca de 6% das exportações agropecuárias do Brasil ao parceiro. Portanto, as rotas logísticas já estão estabelecidas e existem importadores colombianos já negociando com exportadores brasileiros de alimentos prontos para animais e de insumos, como as farinhas de origem animal, componentes importantes da formulação de alimentos para animais de companhia (*Petfood*) e para animais de produção no país.

A imensa maioria destes alimentos brasileiros destinados aos animais na Colômbia não necessitam de inspeções para habilitação dos estabelecimentos, somente a habilitação por meio de apresentação de documentos e depois, a emissão de Certificados Sanitários Internacionais (CSI's) por parte das autoridades governamentais brasileiras. Os requisitos da maioria destes alimentos já foram acordados e são conhecidos pelos exportadores, que não têm tido dificuldades de cumprir as exigências impostas pelas autoridades locais. Abaixo segue uma tabela com os principais alimentos para animais que já possuem admissibilidade sanitária e requisitos sanitários pacificados bilateralmente entre os dois países:

1. Alimentos para animais de companhia (<i>Petfood</i>)	2. Farinhas de carne e osso e gorduras de origem bovina
3. Farinhas e óleo de peixe para consumo animal	4. Farinhas de carne, sangue, e osso e gorduras de origem suína
5. Aditivos palatabilizantes para alimentação animal	6. Hemoglobina e plasma em pó de origem suína
7. Hemoglobina e plasma em pó de origem bovina	8. Farinhas e óleos de origem aviária
9. Proteína hidrolisada de frango	10. Ingredientes de origem animal para alimentação animal

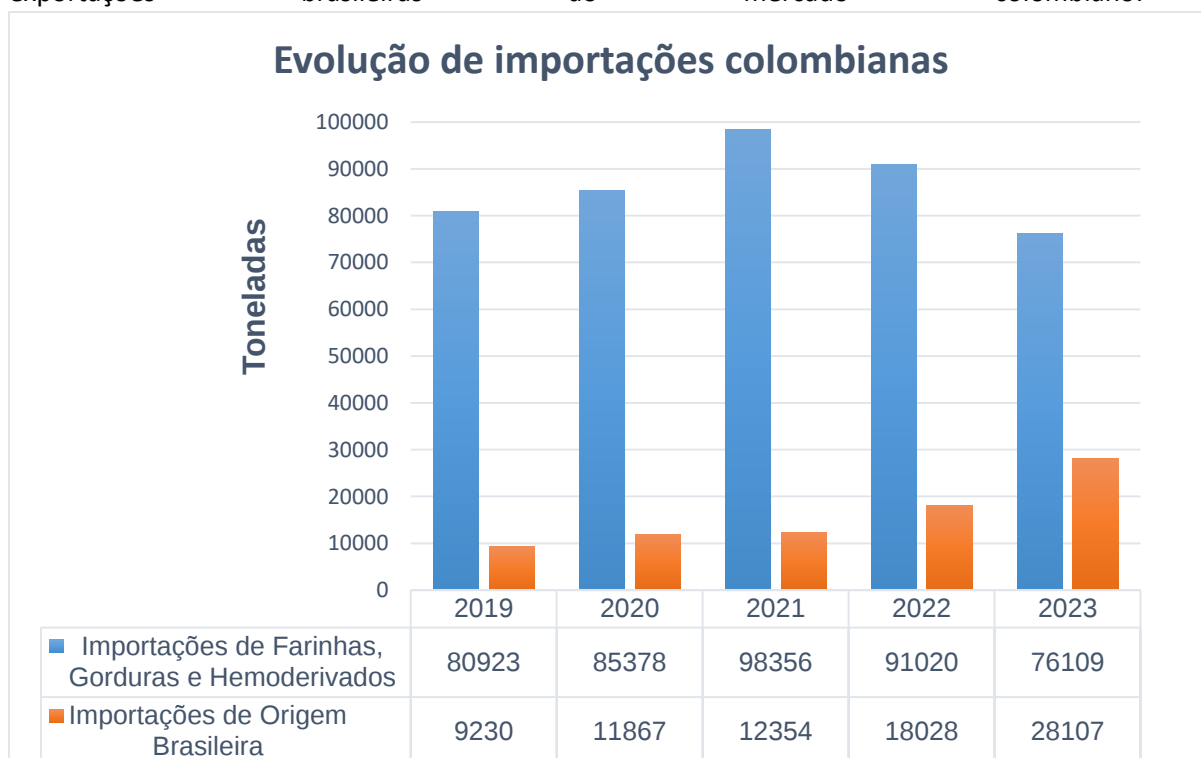


66

Outro fator relevante a ser considerado e ressaltado é a política tarifária aplicada pelo governo colombiano para os alimentos originários do Brasil e destinados aos animais na Colômbia. A imensa maioria das tarifas hoje aplicadas são muito atrativas, em decorrência dos benefícios previstos no Acordo de Complementação Econômica nº72 (ACE 72), que está vigente e foi celebrado entre os países do MERCOSUL e a República Federativa da Colômbia. Portanto, para maioria dos alimentos que compõem a categoria a tarifa é de 0% para produtos brasileiros.

Os Estados Unidos da América (EUA) são o principal provedor de alimentos para animais da Colômbia, responsáveis por 49% do montante importado pelo país durante 2023. A tarifa para os EUA é de 0%, o que torna os produtos estadunidenses também bastante competitivos. Outro desafio que vem sendo enfrentado é a aplicação do Sistema Andino de Banda de Preços, iniciada em meados de 2023, com base na possibilidade prevista no ACE72. Os colombianos vêm usando esta ferramenta para dificultar as importações do Brasil de preparações destinadas à alimentação animal que possuem milho na sua formulação. Um exemplo são os produtos classificados no NCM 2309.90.90.00, estes vêm sofrendo com tarifas que chegaram a até 65%, sendo que esta definição da parcela “variável” da tarifa a ser imposta unilateralmente, ocorre quinzenalmente, em reuniões periódicas da Secretaria Geral da Comunidade Andina (CAN).

O Brasil tem grande potencial para ampliar sua participação nas importações colombianas destes produtos, que correspondem a apenas 26% do volume comprado do mercado externo pelos colombianos (*Trademap*®). Quando se avalia especificamente as farinhas, óleos, gorduras e hemoderivados de origem animal, enquanto insumos fundamentais para a alimentação animal, vem sendo observado um crescimento exponencial das exportações brasileiras no últimos anos. O gráfico abaixo demonstra este importante incremento alcançado pelas exportações brasileiras ao mercado colombiano:



Informações divulgadas nos últimos meses pela Direção de Impostos e Aduanas Nacionais da Colômbia (DIAN) indicam que os alimentos importados e destinados aos animais no país são provenientes de 21 países distintos. Entretanto, os três principais provedores destes produtos detêm pouco mais de 80% do total, equivalente à 327 milhões de dólares/ano. Os EUA lideram com quase 40% do total; em segundo, o Brasil, com 26% e em terceiro, a China, com 17%.

O constante crescimento populacional de animais de estimação na Colômbia é significativo, o que acarreta na necessária maior demanda de abastecimento e opções de alimentos para estes animais. Adicionalmente, estudos realizados por consultorias locais especializadas concluíram que 68% das residências do país possuem, ao menos, um animal de companhia. Outro fator interessante da atualidade, e que impacta neste setor, são as fortes políticas públicas nacionais de fomento à produção pecuária local, o que também acarreta, sobremaneira, no aumento da demanda por alimentos e seus insumos.

Todos os fatores listados neste documento; o amplo crescimento da demanda de alimentos para animais na Colômbia; a capacidade brasileira de fornecimento constante, de produtos inócuos e com preços competitivos; somados com a existência de rotas logísticas estabelecidas e parceiros comerciais já definidos no território colombiano, são evidências que amparam a conclusão do grande potencial para o aumento das exportações brasileiras de alimentos para animais na Colômbia.



67

COLÔMBIA

68

ANÁLISE SITUACIONAL DO MERCADO DE CAFÉ NA COLÔMBIA E PERSPECTIVAS COMERCIAIS NO CURTO PRAZO

Número: BOG-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Bogotá/Colômbia

Palavras-chave: café; exportações; produção; fenômenos climáticos; dinâmica de mercado; comércio internacional; projeção de oportunidade

Responsável: Clóvis Augusto Versalli Serafini

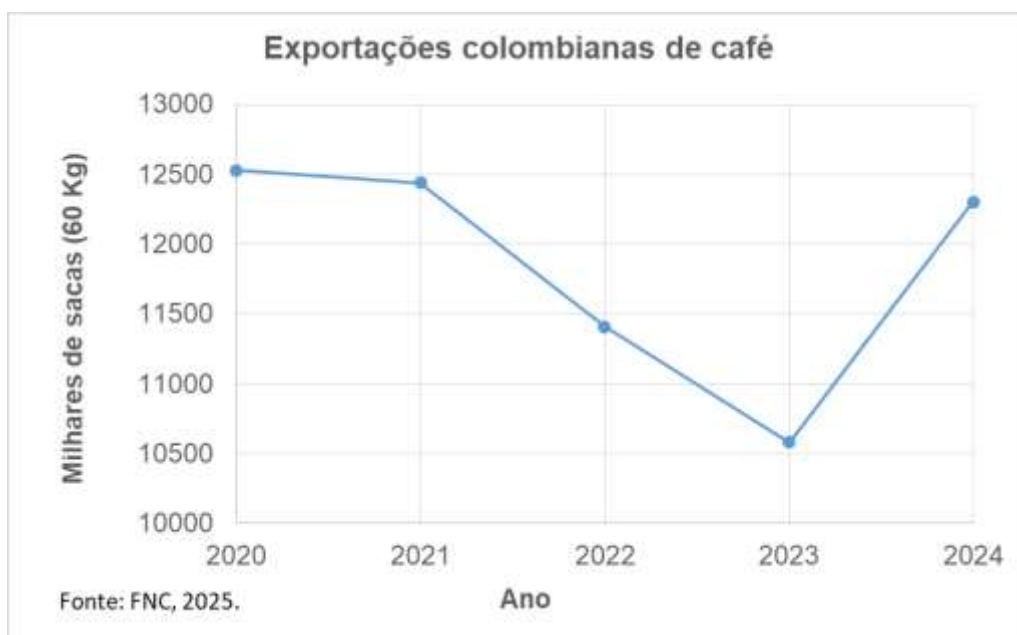
SUMÁRIO:

A Colômbia é atualmente segundo país mais populoso da América do Sul, ultrapassando a marca dos 52 milhões de habitantes. O comércio agropecuário entre o Brasil e a Colômbia ainda está muito aquém do seu potencial, mas já existe um fluxo estabelecido, apesar de decadente, de café brasileiro ao mercado colombiano. A Colômbia é considerada o terceiro maior produtor mundial do grão. As exportações colombianas de café alcançaram 45 países em 2024, o que gerou neste ano o incremento de 16,2% nas exportações do produto. Apesar do contínuo aumento da produção de café nas terras colombianas, as projeções do volume de sacas (60kg) para 2025 permitem concluir que não serão suficientes para suprir a demanda das crescentes exportações e do estável consumo local de café. Esta situação nos leva a crer que o Brasil, enquanto o maior fornecedor do café importado pela Colômbia (74,3% - 2023), deverá ter interessantes oportunidades no ano de 2025 para aumentar as exportações e o abastecimento da Colômbia de café.



A Colômbia é atualmente o país mais populoso da América do Sul, desconsiderando o Brasil, hoje ultrapassando a marca dos 52 milhões de habitantes. O país possui um papel estratégico econômico/político e, ainda, de relevância em relação ao poder de compra e da iminente progressão para, possivelmente, chegar ao segundo posto dentre as maiores economias do sul do continente americano. Os processos de reformas normativas e as recentes mudanças procedimentais desencadeadas nas instituições públicas responsáveis pelo controle e monitoramento dos produtos agropecuários no país, somadas ao alinhamento político-ideológico no nível presidencial com o Brasil, são fatores importantes para maior aproximação e incremento no comércio bilateral. O comércio agropecuário entre o Brasil e a Colômbia ainda está muito aquém do seu potencial, já que são duas nações que se consideram importantes provedores de alimentos para as pessoas e animais de todo o planeta.

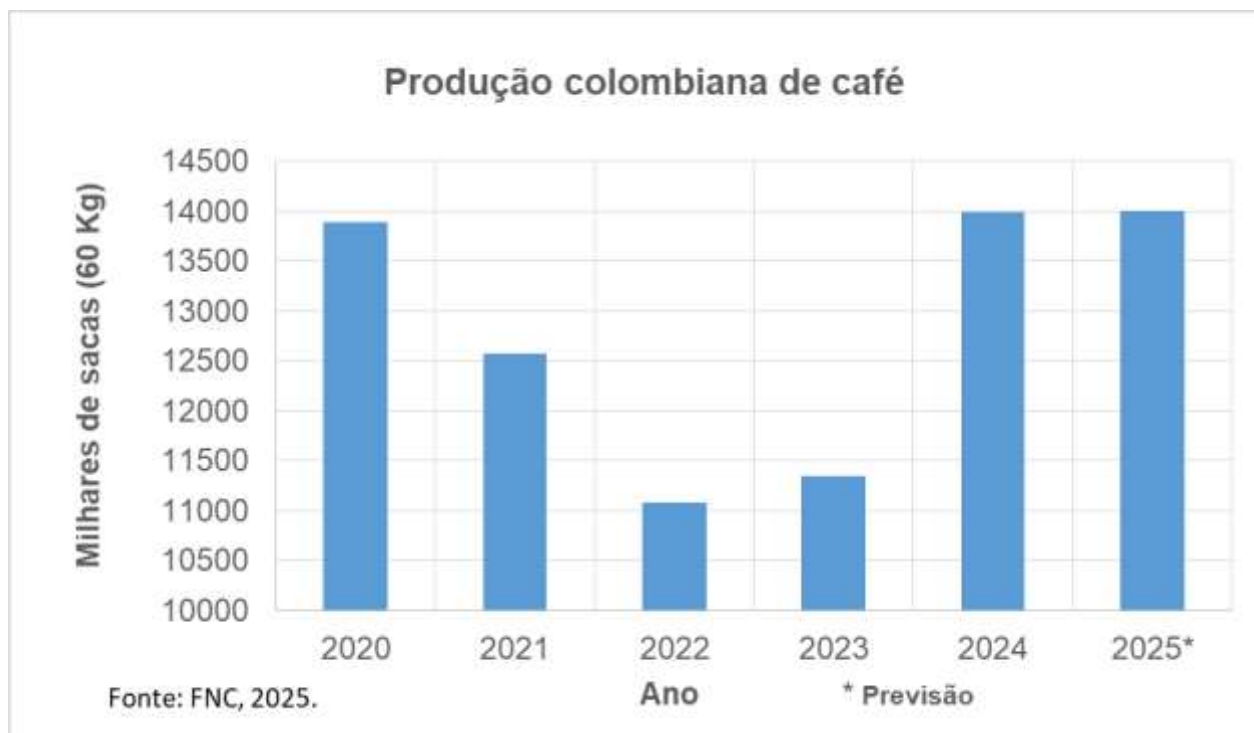
Um dos principais denominadores comuns dos dois países é a produção do Café, iguaria amplamente apreciada, de grande importância histórica e fonte de paixão para a população no Brasil e na Colômbia. O Brasil segue com sua relevância mundial como principal provedor internacional e maior produtor do grão, posto que figura há mais de um século. A Colômbia não fica muito distante, já que hoje é considerada o terceiro maior produtor mundial do grão. As exportações colombianas alcançaram 45 países/destinos até dezembro de 2024, sendo que, 21 destes situados na Europa/África e outros 17 na Ásia/Oceania. Os principais destinos foram EUA, Canadá, Bélgica, Alemanha e Japão. Com base nas informações veiculadas pela Federação Nacional de Cafeicultores de Colômbia (FNC), instituição mundialmente conhecida por deter a marca Juan Valdez®, ao final de 2024 a Colômbia exportou 16,2% mais o que em 2023, o que equivale à 1,7 milhões de sacas de 60kg. A própria Federação colombiana projeta que esta proporção de crescimento deverá ser repetida também para as exportações colombianas em 2025. Deve-se registrar que existe um desafio logístico contínuo no país para o escoamento e venda dos seus produtos ao exterior. Abaixo seguem informações mais detalhadas sobre a série histórica das exportações de café originárias da Colômbia:



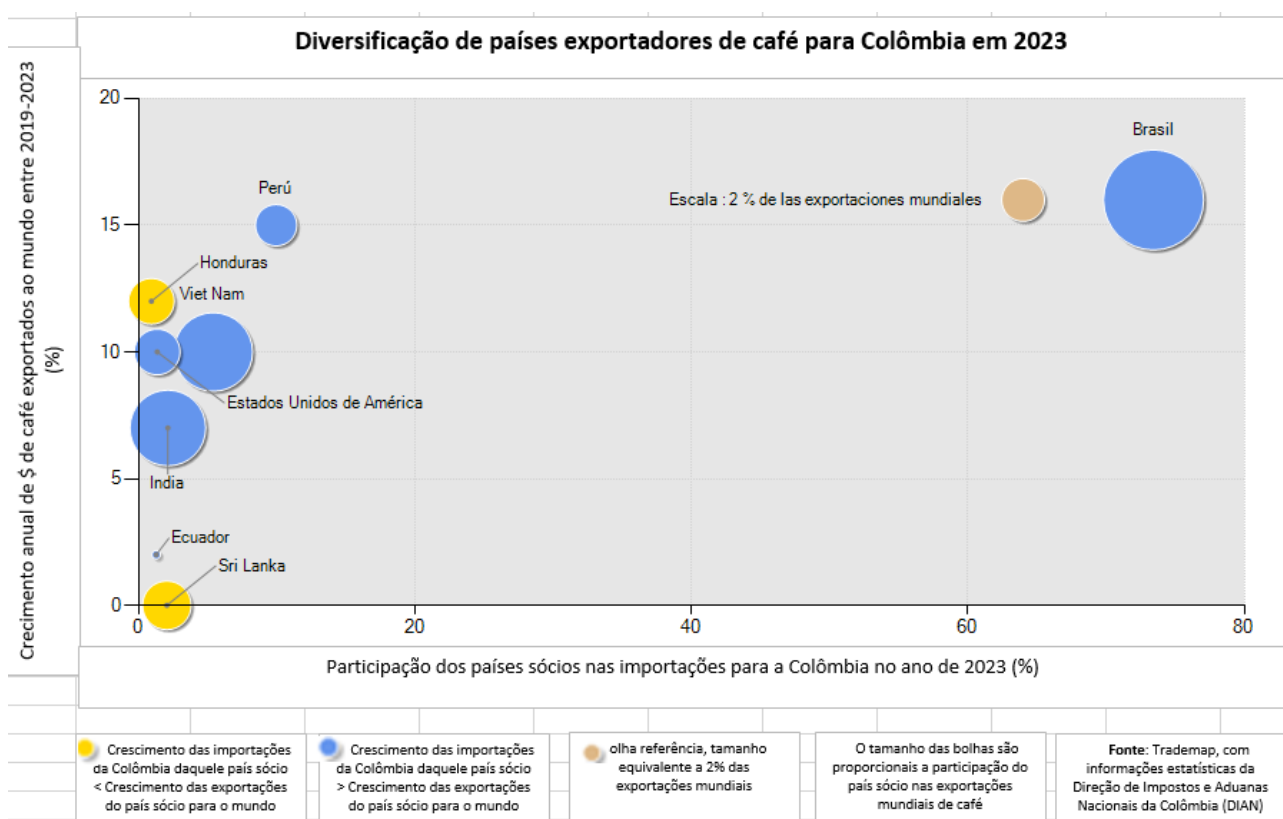
O setor cafeeiro da Colômbia beneficiou-se das dificuldades enfrentadas pelas safras de exportadores mundiais, como Brasil e Vietnã, e do consequente cenário de elevados preços internacionais do café negociado na Bolsa de Nova York no final de 2024, já que o café na NYSE estava cotado a US\$ 3,22/libra (27/12/2024). O Gerente-Geral da FNC/Colômbia, o Engenheiro Gêrman Alberto Bahamón, comemorou que o ano de 2024 foi encerrado com ótimas notícias para o setor cafeeiro local, o que permitiu a recuperação em relação ao “aperto” que o setor colombiano passou em 2023. Gêrman enalteceu a atual conjuntura deste setor na Colômbia, considerando o cenário de dificuldades que outros países enfrentam pelas mudanças climáticas; volatilidade do preço do café na bolsa Nova York; e pela instabilidade cambial enfrentada por moedas locais de importantes concorrentes do país no abastecimento global.

Expertos internacionais na produção do café vêm discutindo e relatando o impacto negativo da produção do grão em decorrência de eventos climáticos adversos, fator relevante na dinâmica do aquecido mercado mundial deste grão. O mercado interno colombiano consumiu 2,2 milhões de sacas em 2024, dado que vem se mantendo nos últimos anos. Não há expectativa de que o consumo interno acompanhe o incremento anual de 2% observado para a média do consumo mundial da bebida.

A cafeicultura colombiana experimentou importante incremento nos volumes de produção em 2024, quando foram produzidos 13,9 milhões de sacas de 60kg, o que corresponde a 2,6 milhões a mais que em 2023. Esta “super safra” foi fundamental para o papel ímpar assumido pelo país como provedor mundial em 2024. Entretanto, as projeções da Federação Colombiana dos Cafeteiros para este ano que se inicia são de uma produção de 14 milhões de sacas (60kg), como ilustrado no seguinte gráfico:



Nos últimos anos o Brasil assumiu um papel chave na dinâmica do comércio interno, consumo e das exportações colombianas de café. As exportações de café do Brasil para a Colômbia são primordiais para gerar o excedente exportador do país parceiro. Em 2024 a Colômbia importou café de 38 origens, o Brasil segue sendo o maior provedor do grão, responsável por quase 75% deste volume importado (2023). A despeito das exportações brasileiras de café não torrado, um dos principais produtos agrícolas exportados para a Colômbia, terem caído 56% em 2024 (US\$ 104 milhões), segundo os dados recentemente divulgados pelo MDIC. Este percentual da participação brasileira nas importações colombianas de café vem se mantendo nos últimos 5 anos, segundo dados disponibilizados pelo *TradeMap®*. Na sequência segue ilustração desta importância brasileira:



A consultoria Global Data Projects estima que a produção mundial de café crescerá 1,7% em 2025, atingindo as 173,3 milhões de sacas. Concomitantemente, estão prevendo o aumento de produção em 3,5% na Colômbia, enquanto se espera uma produção estável no Brasil e Vietnam. Considerando as projeções de consumo e de comércio global, indicaram que a demanda mundial irá crescer para 172,4 milhões de sacas, o que geraria um hipotético superávit de 850 mil de sacas no planeta.

Esta tendência também será observada na Colômbia? Com base em uma análise mais apurada de todas as informações e projeções para o ano de 2025, pode-se arriscar responder que “Não”.

Está se desenhando um déficit relevante de café para este ano na Colômbia, em decorrência da produção planejada (14 milhões/sacas); das projeções/anseios pelo seguimento proporcional

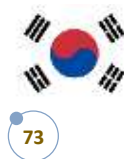
da tendência de aumento das exportações colombianas do grão (14.3 milhões/sacas); e da estabilidade do consumo interno da bebida (2.2 milhões/sacas). Balanço que deverá gerar um déficit de 2.5 milhões/sacas. Diante da participação brasileira como o principal provedor do café importado pela Colômbia, pode-se inferir que há uma oportunidade muito interessante em 2025 para a retomada dos grandes volumes de café exportados no passado recente (2022 e 2023) pelo Brasil para a Colômbia.



72

COREIA DO SUL

CONSEQUÊNCIAS PARA O MERCADO DE CARNE SUÍNA DA COREIA DO SUL APÓS CASO DE FEBRE AFTOSA NA ALEMANHA



Número: SEUL-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Seul/Coreia do Sul

Palavras-chave: Coreia do Sul; Carne suína; Febre aftosa; Alemanha.

Responsável: Ricardo Zanatta Machado, Adido Agrícola em Seul; Rodrigo Braune Wanderley, Assistente técnico da adidância agrícola

SUMÁRIO: Em janeiro de 2025, a Alemanha confirmou um foco de febre aftosa, resultando na suspensão das importações de carne suína e derivados, por parte da Coreia do Sul. A suspensão traz uma oportunidade para os exportadores brasileiros suprirem a lacuna deixada pela carne suína alemã, apesar dos desafios impostos pela desvantagem tarifária aplicada aos produtos brasileiros.

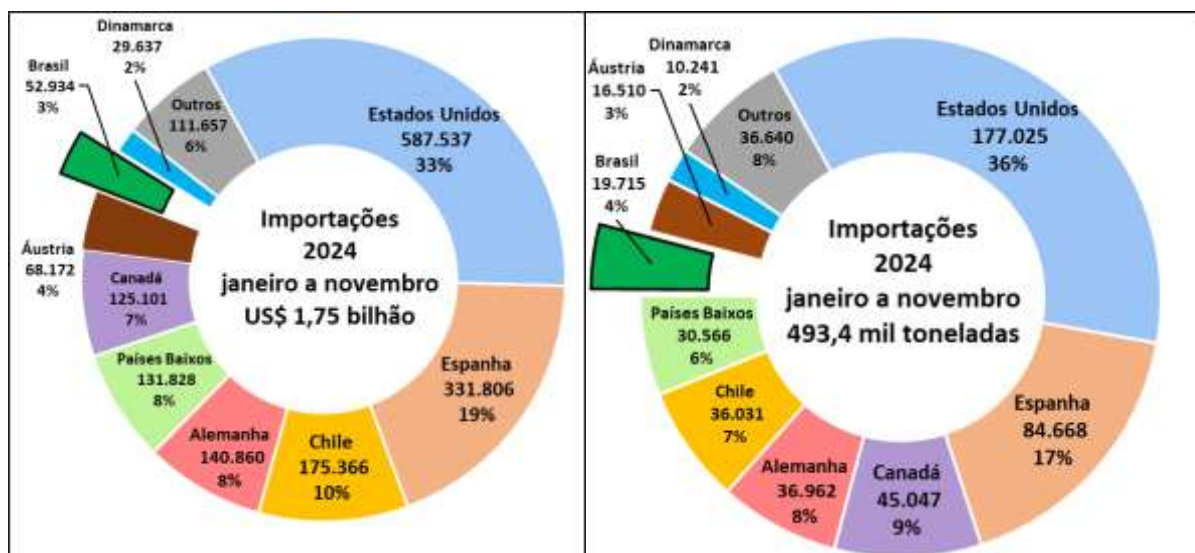
ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Em 10 de janeiro de 2025, as autoridades sanitárias alemãs comunicaram a ocorrência de um foco de febre aftosa em búfalos em uma propriedade no distrito de Märkisch-Oderland, estado de Brandenburg. Este é o primeiro caso de febre aftosa na Alemanha desde 1988 e resultou na suspensão da importação de carne suína e derivados pela Coreia do Sul.

A Coreia do Sul é o sexto maior importador de carne suína do mundo. De janeiro a novembro de 2024, o país importou 493.382 toneladas de carne suína congelada (HS 020329), no valor de US\$ 1,75 bilhão. Nesse período, a Alemanha foi o quarto maior exportador desse produto para a Coreia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da Espanha e do Canadá. As exportações alemãs totalizaram 36.962 toneladas (US\$ 140,8 milhões), representando uma participação de 7,5% do volume e 8,0% do valor do mercado coreano (gráficos 1).

Gráfico 1. Importações coreanas de carne suína congelada (HS 020329), por país, de janeiro a novembro de 2024, em valor (US\$ 1.000) e volume (toneladas)



Fonte: Customs Korea (2025)

De acordo com o Certificado Sanitário Internacional para exportação de carne suína da Alemanha para a Coreia do Sul, o país exportador deve estar livre da febre aftosa há pelo menos um ano antes da exportação. Desse modo, caso o Certificado não seja modificado para flexibilizar essa exigência para a Alemanha, as exportações de carne suína alemã para a Coreia do Sul poderão ficar suspensas por um período superior a um ano e três meses, sendo três meses para o restabelecimento do status sanitário (na melhor das hipóteses) e mais um ano de restrição, conforme previsto no CSI.

Com a suspensão das importações de carne suína da Alemanha, por parte das autoridades sanitárias coreanas, surge uma oportunidade para os exportadores brasileiros suprirem essa lacuna, embora enfrentem desafios devido às tarifas aplicadas aos produtos brasileiros, que são mais altas se comparadas às tarifas aplicadas aos produtos provenientes dos EUA, da União Europeia e do Chile (Tabela 1).



Tabela 1. Tarifas de importação para carne suína congelada (HS 020329)

País/Bloco econômico	Tarifa aplicada
EUA, Países da União Europeia, Chile	0%
Canadá	3,8% - 11,3%
Brasil	25%

Fonte: Customs Korea (2025)

Por fim, diante da provável busca por novos fornecedores de carne suína por parte de importadores coreanos, a Adidância Agrícola do Brasil em Seul preparou uma lista com informações sobre os principais importadores de carne suína proveniente da Alemanha (Tabela 2). Informações adicionais de contato de grande parte dos importadores constantes da tabela 2 podem ser encontrados na lista de importadores de carne suína, também elaborada pela adidância: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/adidos-agricolas/coreia-do-sul/2023_Carne_Suina_Lista_de_Importadores_Coreia_do_Sul.pdf

Tabela 2. Maiores importadores coreanos de carne suína proveniente da Alemanha, (janeiro de 2024 a janeiro de 2025), em quantidade de carregamentos.

Nome da empresa em coreano	Nome da empresa em inglês	Carregamentos
주식회사 성우무역	Sungwoo Trading	304
삼성웰스토리 주식회사	Samsung Wellstory	146
(주) 에스피씨 지에프에스	SPC GFS	136
주식회사 케이미트	K-MEAT	120
(주)성광에프앤비	Sungkwang F&B	112
(주)부경미트	Bukyeong Meat	107
(주)제니스유통	Zenith Distribution	103
(주)엘에이치푸드	LH Food	84
(주)남상푸드	Namsang Food	78
주식회사 교유통상	Kyoyul Trading	76
주식회사 케이원통상	K-One Trading	53
대상네트웍스 주식회사	DAESANG Networks	44
(주)하이랜드푸드	Highland Food	39
주식회사 동원홈푸드	Dongwon Home Food	34
(주)항진축산제2공장	Hangjin	30
(주)이마트	E-Mart	26
(주)삼성원미트	Samsung One Meat	26
대한제당(주)서울사무소	Daehan Jedang	26

국제식품(주)	International Food	25
(주)차이푸드	Chai Food	24
(주)효성마케팅	Hyosung Marketing	22
(주)화승네트웍스 서울사무소	Hwasung Networks	22
(주)신라인터내셔널	Silla International	21
(주)디와이씨	DYC	20
주식회사 수미트트레이딩	Sumit Trading	20
농업회사법인 미트앤라이프주식회사	Meat & Life	19
주식회사 선우프레시	Sunwoo Fresh	17
(주)신성오르카스	Shinseong Orcas	16
(주)코스모미트트레이딩	Cosmo Meat Trading	15
(주)신진미트	Shinjin Meat	14
주식회사 엔디	ND	14
(주)청송축산유통	Cheongsong	14
농업회사법인 마왕주식회사	Mawang	14
주식회사 대우에쓰씨	Daewoo E&C	13
(주)아이푸드트레이딩	Ifood Trading	12
주식회사 와이제이미트	YJ Meat	12
(주)호림인터내셔널	Horim International	11
(주)큐미트인터내셔널	Qmeat International	11
롯데상사(주)	Lotte Corporation	11
주식회사 엔디에프	NDF	10
현대코퍼레이션홀딩스(주)	Hyundai Corporation Holdings	10
(주)근영	Geunyoung	10
(주)피에스미트	PS Meat	10

Fonte: Ministério da Segurança dos Alimentos e dos Medicamentos – MFDS (2025)

* O número de carregamentos refere-se ao número de certificados emitidos para qualquer tipo de contêiner ou quantidade de produto, no período entre janeiro de 2024 a janeiro de 2025.



COREIA DO SUL



77

PERSPECTIVAS PARA O SUCO DE LARANJA BRASILEIRO COM AS QUOTAS TARIFÁRIAS ESTABELECIDAS PELO GOVERNO SUL-COREANO

Número: SEUL-02-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Seul/Coreia do Sul

Palavras-chave: Suco de laranja; Mercado; Tarifas; Quotas tarifárias

Responsável: Ricardo Zanatta Machado, Adido Agrícola em Seul; Rodrigo Braune Wanderley, Assistente técnico da adidância agrícola

SUMÁRIO: A participação brasileira no mercado de suco de laranja na Coreia do Sul diminuiu consideravelmente devido à forte concorrência de países com preferências tarifárias definidas em Acordos de Livre Comércio. Entretanto, o recente estabelecimento de quotas de importação pelo governo coreano, que permitirá a importação de 6.000 toneladas do produto com tarifas reduzidas de 10%, representa uma excelente oportunidade para os exportadores brasileiros.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



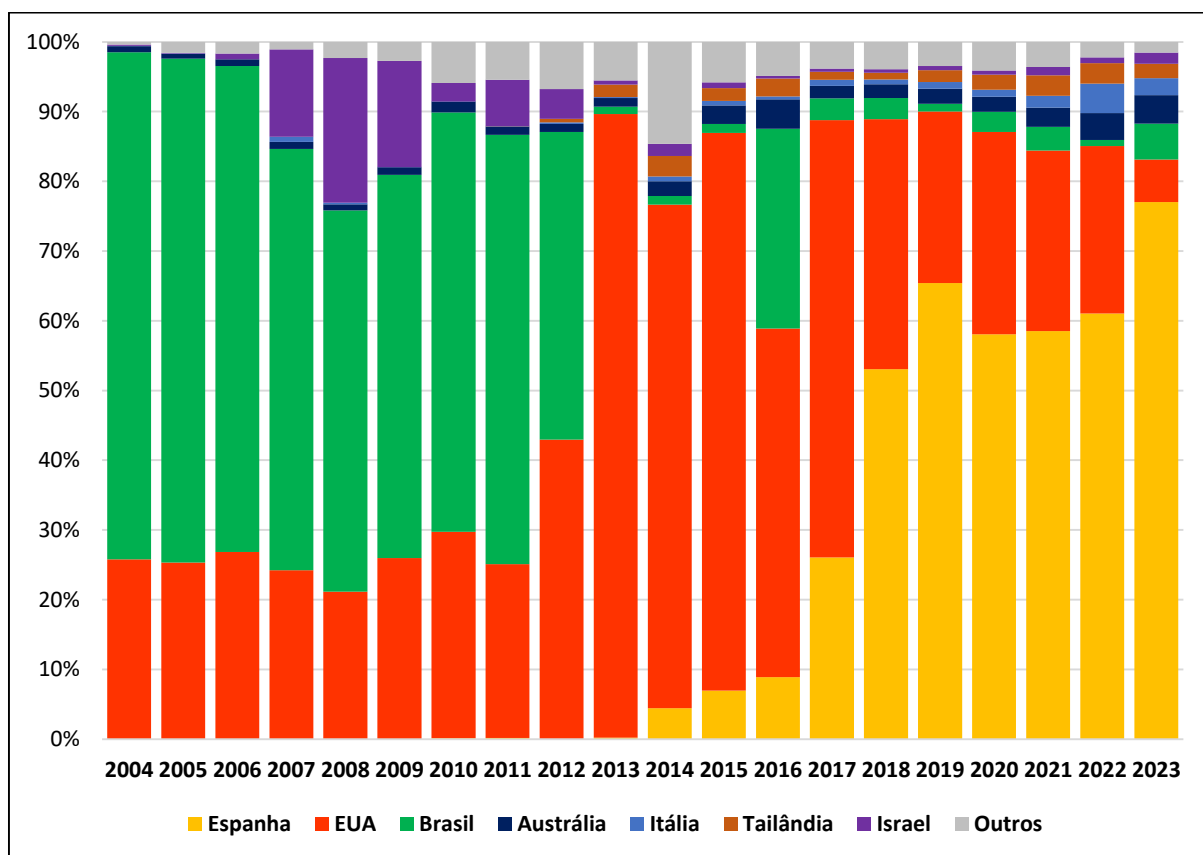


Nos últimos 11 anos, o Brasil perdeu considerável espaço no mercado de suco de laranja na Coreia do Sul. Em 2012, a participação brasileira alcançou 47% das importações sul-coreanas, mas caiu para 1% no ano seguinte (2013) e permaneceu em níveis baixos nos anos subsequentes (gráfico 1).

A principal razão dessa queda na competitividade do suco de laranja brasileiro foi a celebração de Acordos de Livre Comércio (ALCs) entre a Coreia do Sul e outros países ou blocos econômicos, em especial os Estados Unidos da América e a União Europeia. Esses acordos estabeleceram tarifas preferenciais reduzidas para os produtos provenientes desses países, tornando-os mais competitivos no mercado sul-coreano.

Por exemplo, a partir de 2012, o suco de laranja estadunidense passou a gozar de preferência tarifária de 100% (isto é, tarifas de 0%), fazendo com que a sua participação no mercado sul-coreano saltasse de 45%, em 2012, para mais de 90%, em 2013. Por outro lado, o ALC entre Coreia do Sul e a União Europeia, em vigor desde 2011, introduziu um calendário de desgravação tarifária que culminou na eliminação total das tarifas para o suco de laranja, a partir de 2020. Como resultado, a Espanha passou a conquistar uma fatia significativa do mercado, superando os EUA, e alcançou quase 80% de participação em 2023.

Gráfico 1. Participação por país nas importações coreanas de suco de laranja, HSs 2009.11, 2009.12 e 2009.19 (2004-2023)



Fonte: TradeMap (2025)



Como o Brasil, por meio do Mercosul, não possui um ALC com a Coreia do Sul, as tarifas aplicadas ao suco de laranja brasileiro são as tarifas da “Nação mais favorecida (NMF)”, que, no caso de suco de laranja é de 54%. Na tabela 1, abaixo, destacam-se as tarifas aplicadas ao suco de laranja brasileiro e dos principais concorrentes.

Tabela 1. Tarifas de importação para o suco de laranja (HS 2009.11, 2009.12 e 2009.19)

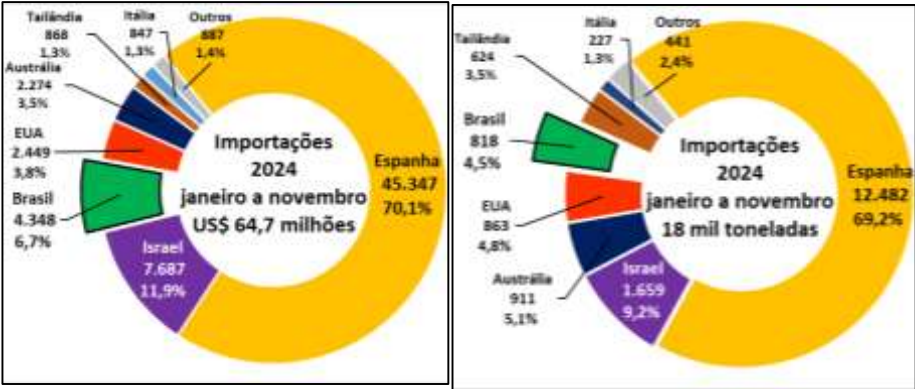
País/Bloco econômico	Tarifa aplicada
EUA, Países da União Europeia, Austrália, Chile	0%
Países da ASEAN	27%
Israel	37,8%
Brasil, Turquia, China	54%

Fonte: Customs Korea (2025)

Como parte das medidas para controlar o aumento de preços dos alimentos e equilibrar a oferta e a demanda de suco de laranja, o governo coreano estabeleceu, no final de 2024, uma quota tarifária de 6.000 toneladas para os produtos HS 200911 e HS 200990.1010. Para as quantidades dentro dessa quota, será aplicada uma tarifa reduzida de 10%, ao invés dos 54% normalmente praticados aos países que não têm preferências tarifárias. A validade das quotas tarifárias será de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, ou até que o limite de 6.000 toneladas seja atingido.

Importante ressaltar que essa quota não se aplica a países que já possuem preferências tarifárias de 100% (ou seja, tarifa zero). Com isso, os principais beneficiados pela medida serão os produtos provenientes do Brasil, Israel e Tailândia. Essa ação representa grande oportunidade para os exportadores brasileiros, especialmente considerando que a Coreia do Sul importou 18 mil toneladas de suco de laranja (US\$ 64,7 milhões), de janeiro a novembro de 2024 (ver gráfico 2).

Gráfico 2. Importações coreanas de sucos de laranja (HS 2009.11, 2009.12 e 2009.19), por país, de janeiro a novembro de 2024, em valor (US\$ 1.000) e volume (toneladas)



Fonte: Customs Korea (2025)

A fim de facilitar o contato entre os exportadores brasileiros e os importadores sul-coreanos, a Adidância Agrícola do Brasil em Seul elaborou uma lista contendo informações detalhadas sobre os principais importadores de suco de laranja do país. A lista pode ser acessada através do link: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/adidos-agricolas/coreia-do-sul>



Por fim, a seguir apresentam-se exemplos de produtos, formatos e tamanhos de embalagens, bem como, os preços praticados no mercado de varejo de suco de laranja na Coreia do Sul, tanto em pontos de venda online quanto físicos.

Tabela 2. Preços, formatos e tamanhos de embalagens de suco de laranja nos mercados varejistas da Coreia do Sul

Empresa / Marca	Origem do Concentrado ou Suco Fresco	Ponto de Venda	Unid.	Preço total (won)	Tamanho unidade (ml)	Preço/litro (US\$, cotação de 01/01/2025)	Embalagem
Delmonte	Espanha	Coupang	32	11.260	200	1,20	
Delmonte	Espanha	Coupang	3	8.050	1.000	1,82	
Delmonte Lotte Cold	Estados Unidos	Lotte Mart	3	4.680	250	4,24	
Delmonte "Orange Plus"	Espanha * contém suco de tangerina coreano	Homeplus	2	5.480	1.800	1,04	

Seoul Milk	Estados Unidos	E-mart	1	6.480	1.800	2,45	
Minute Maid	Espanha	E-mart	1	3.980	1.200	2,26	
Minute Maid	Espanha * contém suco de tangerina coreano	Homeplus	1	2.390	1.200	1,35	
Binggrae	Espanha (74%) Estados Unidos (26%)	Lottemart	1	7.390	1.600	3,14	
Pulmuone I'm Real	Estados Unidos	E-mart	1	10.980	700	10,67	
Maeil Sunup	Espanha (suco) Estados Unidos (polpa)	E-mart	1	3.570	750	3,24	
Don Simon	Espanha	Coupang	2	11.400	1.000	3,88	
Capri-sun	Alemanha	Coupang	20	10.400	200	1,77	

Valencia Orange	Espanha	Coupang	1	8.780	2.300	2,60	
Tipco Orange Shogun	Tailândia	Coupang	24	26.690	200	3,78	
Natalie's Orange Juice (Frozen)	Estados Unidos	Coupang	1	12.900	1.000	8,77	
Seoul F&B Organic Orange	Espanha México	Coupang	1	4.980	900	3,76	
Nobrand	Espanha	E-mart	1	3.780	1.000	2,57	
Peacock	Espanha	E-mart	1	7.980	900	6,03	
Juver	Espanha	Coupang	1	4.900	1.000	3,33	

Fonte: Levantamento próprio da Adidância Agrícola em Seul (2025)

COSTA RICA



83

OPORTUNIDADE DE FEIJÃO NA COSTA RICA

Número: SAO/01/2025

Data: 20/01/2025

Posto: San Jose- Costa Rica

Palavras-chave: Feijão. Costa Rica. Oportunidade de mercado. Diversificação.

Responsável: Priscila Rech Pinto Moser

SUMÁRIO: O feijão é um alimento muito consumido na Costa Rica, sendo um dos principais ingredientes da culinária do país. A Costa Rica é um país que importa a maior parte do feijão que consome, já que produz apenas 20% do que consome. A Costa Rica importa mais feijão do que produz e depende da importação de grãos básicos (arroz, feijão e milho). Em 2023 importou aproximadamente 53 mil toneladas ou USD 78 milhões em feijões. O mercado para a exportação de grãos de feijão (*Phaseolus vulgaris*) do Brasil para a Costa Rica foi aberto recentemente e se apresenta como uma boa oportunidade de negócio. Na brevidade será publicado o passaporte agro com maiores detalhamentos sobre o mercado e o produto.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



O feijão é um alimento muito consumido na Costa Rica, sendo um dos principais ingredientes da culinária do país. Os costarriquenhos consomem principalmente feijão preto, usado em pratos tradicionais. A combinação de feijão e arroz é um prato muito popular e é consumida no café da manhã e no almoço, com nomes tradicionais como “Gallo Pinto” e “Casado”. Embora o consumo tenha caído nas últimas décadas, segue sendo muito popular. A quantidade consumida em 1966 eram 57 gramas de feijão por dia per capita. Em 1980, o consumo caiu para 48 gramas e em 2019, para 27,3 gramas.

A culinária da Costa Rica é semelhante à brasileira e à mexicana, e também inclui outros ingredientes como milho e banana.

O consumo é realizado através das redes de supermercados, comprados em pacotes de 500g, 1 kg ou 5 kg. Também é vendido a granel ou pacotes nas feiras de agricultores locais. Os pratos típicos também são muito apreciados em restaurantes.

Em relação à produção, importação e exportação de feijão na Costa Rica, pode-se resumidamente dizer que:

A Costa Rica é um país que importa a maior parte do feijão que consome, já que produz apenas 20% do que consome.

O feijão é importado principalmente da China e da Nicarágua sendo que em 2023 importou na totalidade, aproximadamente 53 mil toneladas ou USD 78 milhões em feijões.

O feijão preto importado da China tem uma tarifa de 30%. O feijão vermelho importado da Nicarágua não está sujeito a tarifas devido aos acordos da América Central. A Costa Rica é o principal destino das exportações de feijão da Nicarágua.

As províncias de Puntarenas e Alajuela são as que possuem maior área plantada com feijão.

Em geral, a Costa Rica é um dos países que mais depende da importação de grãos básicos, como feijão, milho e arroz.

O mercado para a exportação de grãos de feijão (*Phaseolus vulgaris*) do Brasil para a Costa Rica foi aberto recentemente. O Serviço Fitossanitário do Estado (SFE) do país, esclareceu que a exportação deve vir acompanhada de um certificado fitossanitário do país de origem e que os requisitos fitossanitários podem ser consultados no seguinte link: https://app.sfe.go.cr/ws_SisoAR/FrmConsultaRequisitos.aspx



85



Fotos de pacotes de feijões vendidos nas grandes redes de supermercados locais: Walmart, MaxMenos, Pricesmart e Automercado.



Foto de prato típico Casado: arroz, feijão, carne e banana.



86

Foto de prato típico chamado Gallo Pinto, consumido no café da manhã ou almoço.

Conclusão:

A Costa Rica é um importador de feijão. Em 2023 importou aproximadamente 53 mil toneladas ou USD 78 milhões em feijões. A recente abertura de mercado para a exportação de grãos de feijão (*Phaseolus vulgaris*) do Brasil para a Costa Rica, possibilitará a concretização das exportações e mostra-se uma boa oportunidade de negócio e de diversificação das exportações do agronegócio brasileiro.

EGITO



87

PANORAMA DO MERCADO EGÍPCIO PARA PESCADOS E DERIVADOS

Número: CAI-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Cairo/Egito

Palavras-chave: pescados; Egito; oportunidades; exportação; segurança alimentar

Responsável: Rafael Mohana de Carvalho Refosco

SUMÁRIO: O documento aborda o atual cenário do mercado egípcio de pescados e derivados, a importância do consumo de pescados e derivados neste país, os principais desafios enfrentados pelo Egito em relação à produção, distribuição, importação e exportação deste produto de origem animal, destacando as limitações estruturais da produção local, bem como a dependência de importações para suprir as necessidades da população egípcia. Perguntas e respostas são oportunizadas neste documento, para elucidar eventuais dúvidas de potenciais exportadores brasileiros interessados neste mercado.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Consumo de pescados e derivados no Egito

A aquicultura é a cadeia produtiva de alimentos que mais cresce no mundo, e é, atualmente, responsável por mais da metade dos pescados e derivados consumidos globalmente.

Em muitos países africanos com desenvolvimento econômico menos favorecido em relação ao resto do mundo, o peixe é uma fonte cada vez mais importante de proteínas e micronutrientes, porque é mais acessível do que outros alimentos de origem animal terrestres. Por esta razão, mais de 30% da população da África consome peixes e derivados como principais fontes de alimentos de origem animal. Os setores da pesca e da aquicultura proporcionam rendimentos e emprego a milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

O peixe é um componente importante da dieta tradicional no Egito. Com pouco mais de 20 kg por pessoa/ano em 2020, o consumo *per capita* de peixe no Egito é marginalmente inferior ao dos países europeus muito mais ricos, onde o consumo é aproximadamente dez vezes superior. O peixe fornece 38% da proteína animal total do povo egípcio e fontes de micronutrientes que são vitais para a saúde. Assim, o setor dos pescados desempenha um papel significativo na consecução dos objetivos nacionais de segurança alimentar, especialmente quando a taxa de desnutrição no país é relativamente elevada.

O setor da aquicultura egípcia é o mais desenvolvido da África e do Oriente Médio. A produção aquícola egípcia está concentrada em torno dos Lagos do Norte, na região do Delta do rio Nilo. Os sistemas de cultura em tanques abertos produziram cerca de 87% da produção agrícola em 2018. A tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) é a principal espécie de peixe cultivada, respondendo por 61% da produção de peixes cultivados no Egito em 2021. Outros peixes importantes cultivados no Egito incluem tainha, carpa, robalo e dourada. A disseminação da aquicultura no Egito proporciona elevados benefícios socioeconômicos.

Produção de pescados e derivados no Egito

A quantidade total de pescados produzida no Egito é estimada em 2 milhões de toneladas (2022). As principais fontes são naturais, tais como o mar, rio Nilo e lagos, que produzem cerca de 640 mil toneladas, e fontes industriais, tais como pisciculturas, que produzem cerca de 1,36 milhão de toneladas, representando, respectivamente, 32,2% e 67,8%, sendo a quantidade consumida de aproximadamente 2,3 milhões de toneladas por ano. A estimativa é de que a demanda adicional do Egito por pescados seja de cerca de 300 mil toneladas, que são importadas dos mais variados países (Emirados Árabes Unidos, Noruega, Omã, Países Baixos, Vietnã, Iêmen, China, Espanha, Japão, entre outros). O Egito tem um problema de baixa produção de peixes, apesar da presença de grandes massas de água, além da possibilidade de aumentar as fontes industriais, tais como as pisciculturas.

O consumo de peixes no Egito aumentou rapidamente nos últimos 20 anos, quase duplicando, de 11,3 kg/por/ano em 2001, para 20,26 kg/por/ano em 2020, excedendo o consumo de carne bovina e de aves. Para satisfazer a procura crescente, a produção interna de peixes no Egito



creceu visivelmente, de 700 mil toneladas no ano 2000, para mais de 2 milhões de toneladas em 2019. A maior parte dos aumentos na produção de peixes são atribuídos à aquacultura, uma vez que as estatísticas oficiais indicam que as taxas de captura selvagem atingiram o rendimento máximo sustentável por volta do ano 2000, após o qual os rendimentos estabilizaram. Como resultado, a aquacultura contribui atualmente com quase 60% do abastecimento nacional total de peixes. O extremo crescimento da aquacultura no Egito fez com que o país se situasse entre os 10 maiores produtores de peixes de cultivo do mundo. No entanto, a procura por pescados e derivados ainda exige a importação de cerca de 300 mil toneladas de peixe anualmente - aproximadamente 20-25% do consumo total de pescados, o que enfatiza a importância do crescimento sustentável da produção de peixes no país.

A produção de peixes no Egito enfrenta vários gargalos que exigem uma gestão e mitigação eficazes. A pesca de captura foi afetada negativamente pela sobrepesca e pela poluição, levando a produtividade do setor a estagnar, e até mesmo a diminuir, nos últimos anos. Na aquacultura de água doce a disponibilidade e a qualidade da água tornaram-se recentemente uma restrição, principalmente devido à escassez em meio ao aumento da demanda de água para a produção agrícola. Além disso, o custo de outros fatores de produção da aquacultura, tais como alimentos para animais, sementes e mão-de-obra, está aumentando rapidamente. Ademais, a aquacultura também é afetada pela proliferação de surtos de doenças com graves impactos na produção.

Importação de pescados e derivados pelo Egito

Apesar do aumento da produção interna de pescados durante os últimos anos, o Egito ainda enfrenta um *déficit* nas necessidades de consumo de sua população, que é suprida por uma enorme quantidade de importações. É claro que, para reduzir a quantidade de peixes importados pelo Egito, é necessário trabalhar no aumento da taxa de autossuficiência em peixes, e isso pode ser alcançado através do aumento da produção interna, por um lado, e da racionalização do consumo, por outro.

Lista de produtos importados pelo Egito

Produtos detalhados na seguinte categoria:

(SH 03) - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

Código SH	Produtos	Valor importado em 2021 (em milhares de USD)	Valor importado em 2022 (em milhares de USD)	Valor importado em 2023 (em milhares de USD)
0303	Peixe congelado (exceto filés de peixe e outra carne de peixe da posição 0304)	374.770	355.892	347.809
0306	Crustáceos, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura, . . .	168.152	169.635	122.078

0304	Filés de peixe e outra carne de peixe, mesmo picada, fresca, refrigerada ou congelada	32.389	41.553	36.076
0307	Moluscos, próprios para consumo humano, mesmo defumados, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, . . .	42.450	37.524	22.390
0302	Peixe, fresco ou refrigerado (exceto filés de peixe e outra carne de peixes da posição 0304)	1.031	714	666
0305	Peixe, próprio para consumo humano, seco, salgado ou em salmoura; peixe defumado, próprio para consumo humano, . .	852	395	255
0301	Peixes vivos	76	312	92
0309	Farinhas, pós e <i>pellets</i> de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, próprios para consumo humano	0	6	19

Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU

Lista de mercados fornecedores de um produto importado pelo Egito Produtos detalhados na seguinte categoria:

(HS 0303) - Peixe congelado (exceto filés de peixe e outra carne de peixe da posição 0304)

Exportadores	Valor importado em 2021 (em milhares de USD)	Valor importado em 2022 (em milhares de USD)	Valor importado em 2023 (em milhares de USD)
Mundo	374.770	355.892	347.809
Noruega	140.599	127.735	106.070
Omã	12.599	26.254	63.369
Países Baixos	75.131	64.711	55.703



90



Espanha	22.844	11.230	16.373
Japão	23.965	29.535	12.105
China	12.066	9.983	12.087
Reino Unido	10.028	11.105	9.882
Iêmen	4.302	6.243	9.200
Taiwan	827	1.293	6.120
Islândia	17.368	4.512	5.766
Rússia	-	-	4.852
Irlanda	28.797	33.439	4.419

Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU

Lista de mercados fornecedores de um produto importado pelo Egito
Produtos detalhados na seguinte categoria:

(HS 0306) - Crustáceos, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura, mesmo defumados, incl. crustáceos com casca cozidos no vapor ou em água fervente

Exportadores	Valor importado em 2021 (em milhares de USD)	Valor importado em 2022 (em milhares de USD)	Valor importado em 2023 (em milhares de USD)
Mundo	168.152	169.635	122.078
Emirados Árabes Unidos	141.365	150.475	112.010
Arábia Saudita	18.117	11.569	4.532
Iêmen	4.770	4.309	3.020
Omã	965	1.243	2.187

Tailândia	274	80	153
Canadá	36	49	85
Itália	-	-	60
Estados Unidos	-	25	30
Bahrein	1.047	1.552	-

Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU

Lista de mercados fornecedores de um produto importado pelo Egito
Produtos detalhados na seguinte categoria:

(HS 0304) - Filés de peixe e outra carne de peixe, mesmo picada, fresca, refrigerada ou congelada

Exportadores	Valor importado em 2021 (em milhares de USD)	Valor importado em 2022 (em milhares de USD)	Valor importado em 2023 (em milhares de USD)
Mundo	32.389	41.553	36.076
Vietnã	29.507	38.144	34.281
Noruega	2.062	2.359	1.627
Japão	5	-	84
Emirados Árabes Unidos	394	100	39

Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU

Lista de mercados fornecedores de um produto importado pelo Egito
Produtos detalhados na seguinte categoria:

(HS 0307) – Moluscos, próprios para alimentação humana, mesmo defumados, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura

Exportadores	Valor importado em 2021	Valor importado em 2022	Valor importado em 2023
--------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

	(em milhares de USD)	(em milhares de USD)	(em milhares de USD)
Mundo	42.450	37.524	22.390
Iêmen	22.069	22.792	12.247
China	6.595	6.440	5.236
Emirados Árabes Unidos	2.362	4.050	1.698
Arábia Saudita	2.930	1.493	1.302

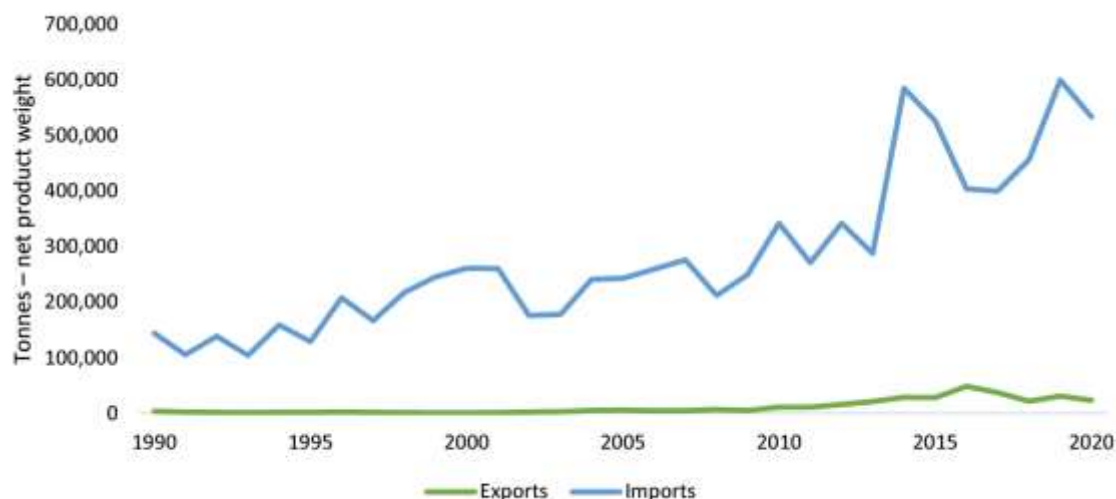
Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU



Exportação de pescados e derivados pelo Egito

O Egito exporta aproximadamente 2% do pescado produzido localmente (2019). Embora a forte demanda do mercado interno absorva a grande maioria da produção aquícola egípcia, a expansão da indústria é dificultada pela falta de mercados abertos para as suas exportações. Recentemente (dezembro de 2024) a União Europeia (UE) reabriu o seu mercado para as exportações egípcias de peixes de captura. Esta decisão marca o fim de um período que durou vários anos, na sequência dos esforços das autoridades competentes egípcias para cumprir as rigorosas normas técnica da UE.

Figure 5: fisheries exports and imports in Egypt (1990-2020)



Data source: FAO (2023a)



Lista de produtos exportados pelo Egito
(HS 03) - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos



94

Código SH	Produto	Valor exportado em 2021 (em milhares de USD)	Valor exportado em 2022 (em milhares de USD)	Valor exportado em 2023 (em milhares de USD)
0306	Crustáceos, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura, ...	16.318	44.192	30.153
0302	Peixe fresco ou refrigerado (exceto filés de peixe e outra carne de peixes da posição 0304)	26.774	19.175	17.189
0303	Peixe congelado (exceto filés de peixe e outra carne de peixe da posição 0304)	5.448	1.424	1.453
0305	Peixe, próprio para consumo humano, seco, salgado ou em salmoura; peixe defumado, próprio para consumo humano, ...	739	744	1.298
0307	Moluscos, próprios para consumo humano, mesmo defumados, com ou sem casca, vivos, frescos, refrigerados, ...	918	720	1.002
0301	Peixes vivos	231	706	831
0309	Farinhas, pós e pellets de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, próprios para consumo humano	0	0	264
0304	Filés de peixe e outra carne de peixe, mesmo picada, fresca, refrigerada ou congelada	76	82	159
0308	Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos,...	0	2	1
TOTAL		50.504	67.045	52.350

Fonte: Cálculos do ITC Trademap, baseado nas estatísticas COMTRADE da ONU



Perguntas e respostas

1. Quais são os requisitos de embalagem e rotulagem para exportar pescados para o Egito?

Requisitos de rotulagem:

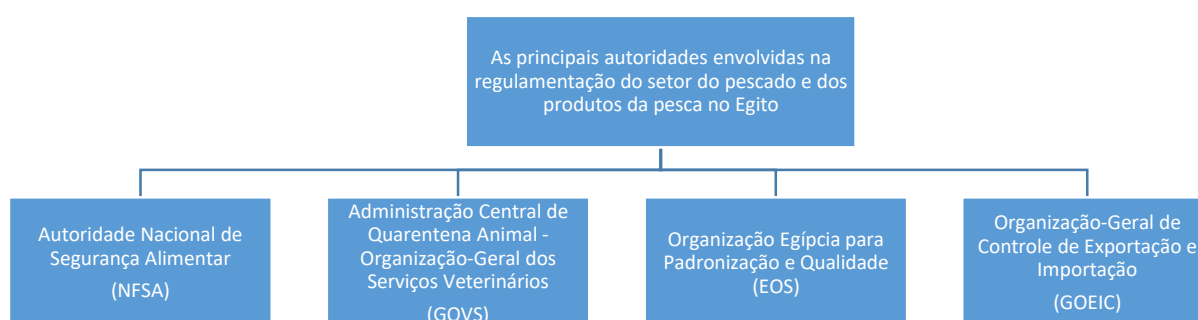
- Norma Egípcia Nº 1546/2011: As diretrizes de rotulagem são determinadas pela Norma Egípcia Nº 1546/2011, e são aplicáveis a todas as importações de produtos alimentícios;
- As informações do rótulo em idioma estrangeiro devem ser traduzidas para o árabe;
- A discrepância entre as datas em inglês e árabe pode resultar na rejeição do produto;
- As etiquetas podem ser impressas na embalagem ou ser um adesivo permanente;
- Os produtos não podem apresentar mais de uma data de fabricação ou vencimento na embalagem. Por exemplo, as mercadorias serão rejeitadas se a embalagem interna tiver uma data diferente daquela na embalagem externa. As informações contidas no rótulo não podem ser apagadas, rasuradas ou alteradas. Os requisitos são mais restritivos para produtos de carne e aves;
- Os gêneros alimentícios estão sujeitos a requisitos de rotulagem e embalagem muito rigorosos. Em primeiro lugar, as embalagens de um determinado produto devem ser idênticas em peso e embalagem, bem como limpas e inodoras, a fim de preservar o produto e as suas características;
- O rótulo dos produtos alimentares deve ser redigido em árabe; entretanto, junto com a impressão em árabe, é permitida uma tradução em outro idioma. Os rótulos dos alimentos devem conter todos os detalhes descritos abaixo:
 - ✓ Nome e endereço do fabricante;
 - ✓ Marca e marca do fabricante, se aplicável;
 - ✓ Nome do abatedouro e data do abate, se aplicável;
 - ✓ País de origem;
 - ✓ Nome e tipo da mercadoria;
 - ✓ Nome e endereço do importador;
 - ✓ Data de produção e validade (estas datas podem ser mencionadas separadamente na parte superior da embalagem. Podem ser aplicadas a laser, impostas ou impressas. Nestes casos não há necessidade de repeti-las no rótulo);
 - ✓ Preço do produto para o consumidor final (se aplicável);
 - ✓ Modo de preparo/instruções de uso, se aplicável;
 - ✓ Ingredientes em ordem de proporção com todo o produto;
 - ✓ Modo de preservação e condições de armazenamento (instruções de armazenamento ou requisitos de temperatura para produtos – a temperatura de armazenamento deve ser citada com a declaração de refrigeração nas caixas, para esclarecer completamente o tipo de produto que está sendo manuseado (por exemplo: "MANTER CONGELADO - ARMAZENAR A ____ OU



- ABAIXO DE ____ graus Celsius; MANTER REFRIGERADO (OU REFRIGERADO) - ARMAZENAR ENTRE ____ graus Celsius e ____ graus Celsius);
- ✓ Pesos líquido e bruto, incluindo número total de embalagens por caixa/caixa, se aplicável;
 - ✓ Aditivos e materiais de conservação/atualização, se incluídos na mercadoria.



2. Quais são as normas de qualidade e segurança alimentar que devem ser atendidas para exportar pescado para o Egito?



NFSA: é o principal órgão de governo para elaborar os regulamentos que controlam os alimentos no Egito.

GOVS: é a autoridade competente pela emissão das Licenças de Importação (L.I.) de todos os produtos de origem animal.

EOS: é o órgão responsável pelo desenvolvimento e emissão de padrões para matérias primas, produtos, equipamentos, sistemas de gestão, documentação, informações, segurança e requisitos de proteção, bem como períodos de validade de produtos e instrumentos de medição.

GOEIC: é a autoridade governamental egípcia que protege os consumidores, inspecionando as exportações e importações de *commodities* através de técnicas e equipamentos científicos, e elabora estatísticas de exportações e importações. Recentemente teve o seu papel limitado na importação de gêneros alimentícios, devido à alteração da legislação.

Principais Regulamentos da NFSA:

Nº do regulamento	Data da publicação	Título e escopo
Decisão NFSA nº 3/2020 Decisão NFSA nº 8/2020	26/03/2020	Aplicar os princípios da análise de risco e determinar atividades de controle alimentar cujos principais objetivos são: A redução da taxa de amostragem/inspeção para um limite de 25% também pode ser alcançada exclusivamente para remessas de

		ingredientes de fábricas aprovadas pela NFSA e registradas na “lista branca” da Agência. Essa redução está sujeita a uma inspeção voluntária pré-embarque por empresas terceiras de PSI registradas na NFSA para os produtos alimentares totalmente produzidos.
Decisão NFSA nº 4/2020	23/09/2020	Aditivos alimentares autorizados Visa determinar os aditivos autorizados para uso em alimentos manipulados na República Árabe do Egito.
Decisão NFSA nº 6/2020	16/06/2020	Regras que regulam o licenciamento de importação de alimentos Especifica os requisitos relacionados ao licenciamento obrigatório de importadores de alimentos egípcios e estabelecimentos de alimentos que importam produtos alimentícios, tanto para consumo no varejo quanto para uso no processamento de alimentos.
Decisão NFSA nº 7/2020	26/07/2020	Controle baseado no risco dos produtos alimentares importados Esta decisão especifica as regras relacionadas com os princípios e objetivos de um sistema de controle de importações de alimentos baseado no risco. A NFSA adota uma abordagem baseada no risco em relação aos alimentos importados com um sistema que reconhece as melhores práticas internacionais. Através da abordagem baseada no risco no tratamento das importações e com base no nível de risco identificado para cada remessa, a NFSA determinará o canal de desalfandegamento adequado. Cada canal de desembaraço determinará a metodologia de manuseio das remessas de alimentos importados na chegada. A autorização determinará, em particular, o nível de inspeção e de amostragem aleatória. A NFSA identifica quatro canais de autorização: → Canal de Liberação Verde - para remessas de alimentos importados de baixo risco. → Canal de Desembaraço Amarelo - para remessas de alimentos importados de baixo e médio risco.

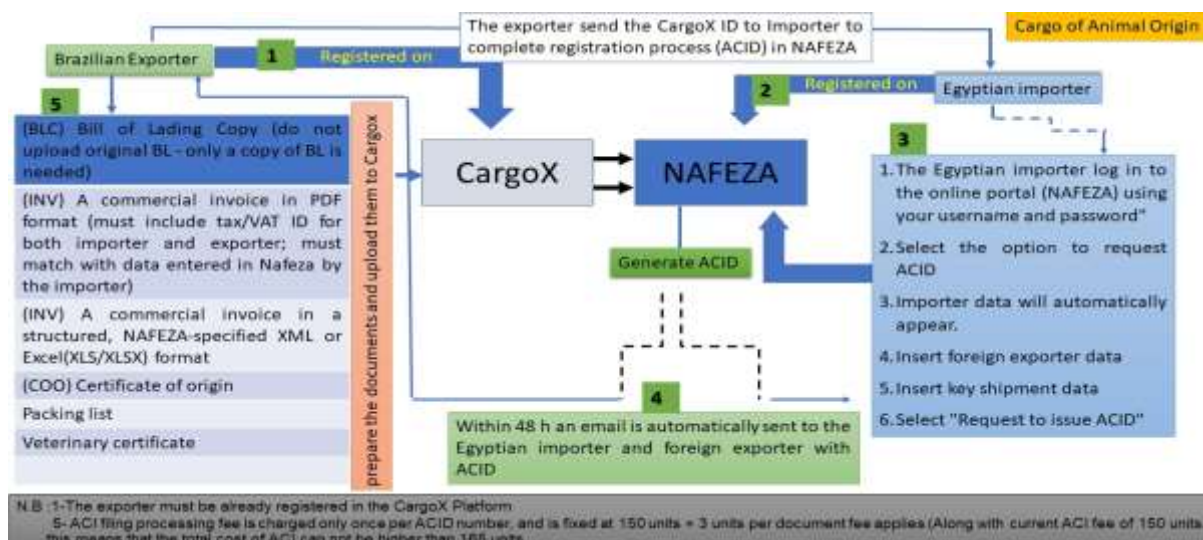
		→ Canal de Desembarço Laranja - para remessas de alimentos importados de médio-alto risco. → Canal de Desembarço Vermelho - para remessas de alimentos importados de alto risco
Decisão NFSA nº 13/2020	15/11/2020	Regulamentos Técnicos que regem os Limites Máximos de Resíduos (LMR) de medicamentos veterinários em alimentos Os presentes Regulamentos Técnicos referem-se aos LMR para resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal manuseados na República Árabe do Egito (atenção especial sobre os resíduos não permitidos de medicamentos veterinários em alimentos mencionados naquele Decreto).
Decisão NFSA nº 1/2021	18/03/2021	Regulamento Técnico vinculativo para critérios microbiológicos para alimentos A decisão estabelece as regras e critérios necessários para determinar se os alimentos são seguros para consumo no que diz respeito aos seus resíduos microbiológicos. Tais critérios serão aplicados a todos os alimentos, tanto produzidos localmente como ingredientes importados e insumos industriais utilizados no processamento de alimentos.
Decisão NFSA nº 6/2021	07/07/2021	Regras técnicas vinculativas egípcias para os limites máximos permitidos para resíduos de pesticidas em ou sobre alimentos e rações vegetais e animais A decisão estipula os requisitos básicos para avaliar os resultados da análise de resíduos de pesticidas para monitorar e controlar os LMR em produtos alimentares. Os LMR egípcios estão em harmonia com o <i>Codex Alimentarius</i> ou com outras regulamentações, como as regulamentações e tolerâncias da Comissão da União Europeia emitidas pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). (OBS.: atentar especialmente ao artigo 6º “6-2 Na ausência de dados sobre os limites máximos permitidos para resíduos de agrotóxicos nas listas especificadas acima, os limites máximos permitidos para o agrotóxico (0,01 mg/kg) para diferentes tipos de

		alimentos será adotado como valor de referência para efeito de conformidade”).
--	--	--



3. Quais são os documentos necessários para exportar pescado para o Egito, tais como certificados de origem e sanitário?

PRODUTOS	DOCUMENTAÇÃO	REQUISITOS
Todos os produtos	Fatura comercial	Deve incluir o país de origem, códigos SH aplicáveis, número de unidades, preço por unidade e valor total para avaliação aduaneira.
Todos os produtos	<i>Bill of Lading</i>	
Todos os produtos	Lista de embalagem	Deve listar produtos e lotes específicos por contêiner. Certificados de peso podem ser usados para produtos a granel.
Todos os produtos	Certificado de número de lote	Certos produtos químicos/aditivos alimentares exigirão que os números dos lotes sejam rastreados para maior rastreabilidade.
Todos os produtos	Certificado de seguro	No caso de discrepâncias, as autoridades egípcias podem solicitar detalhes dos produtos listados às seguradoras desses bens.
Pescados	Certificado de Congelamento	Deve ser fornecida documentação que demonstre que os produtos foram armazenados e expedidos a -18 graus centígrados.
Pescados	Certificado Sanitário Internacional (CSI)	O documento deve ser emitido e assinado por um Veterinário Oficial, para certificar que o pescado ou seus produtos derivados exportados para o Egito são seguros e próprios para o consumo humano.





100

4. Quais são os prazos e procedimentos para obtenção de licenças de exportação para o Egito?

As licenças veterinárias para importação, emitidas pela Organização-Geral dos Serviços Veterinários (GOVS) do Ministério da Agricultura e Recuperação de Terras (MALR) do Egito, são válidas por 3 meses.

5. Existe alguma restrição específica em relação às espécies de peixes que podem ser exportadas para o Egito?

Não, exceto para peixes vivos, em que:

- Exige-se permissão da Autoridade de Proteção e Desenvolvimento de Lagos e Recursos Pesqueiros, além das licenças da GOVS;
- Alguns tipos de peixes vivos necessitam de certificados CITES.

6. Quais são os requisitos de armazenamento e transporte para garantir a qualidade do pescado durante o transporte para o Egito?

Os produtos devem ser armazenados e expedidos a -18 graus centígrados (para peixe cru congelado e produtos de pescado).

7. Existe algum tipo de inspeção ou controle de qualidade realizado pelas autoridades egípcias ao receber o pescado importado?

Sim. Qualquer remessa deve ser examinada pelas autoridades competentes (GOVS e NFSA), e amostras são retiradas para análises laboratoriais.

8. Quais são as tarifas e taxas de importação aplicadas ao pescado exportado para o Egito?

De acordo com o Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito, quase a totalidade dos pescados e derivados encontram-se na Categoria A do Acordo (totalmente isentos de tarifa desde a entrada em vigor do Acordo, no ano de 2017). As categorias B e C do ALC Mercosul-Egito já tiveram o seu cronograma de desgravação tarifária concluído, e atualmente os produtos incluídos nestas categorias (B e C) já gozam de isenção tarifária.

Alguns outros códigos SH estão enquadrados na Categoria D do Acordo, e atualmente estão submetidos a uma redução de 80% na tarifa (segundo o cronograma de desgravação tarifária, os produtos desta Categoria estarão totalmente isentos da cobrança de tarifa em setembro de 2026).

Código SH	Descrição do produto	ALC Mercosul-Egito (Categoria)
-----------	----------------------	--------------------------------

030613	Camarões congelados	D
030614	Caranguejos congelados	D
030729	Vieiras e outros mariscos (gêneros <i>Pecten</i> , <i>Chlamys</i> ou <i>Placopecten</i>) congelados, secos, salgados ou em salmoura	D



Conclusões

Pelas informações e dados apresentados neste documento, pode-se concluir que:

- O Egito importa, em média, 600 milhões de dólares (USD) anuais do código SH 03, e exporta, em média, 50 milhões de dólares (USD) do mesmo código;
- Todos os parceiros comerciais possuem vantagens competitivas mediante os Acordos de Livre Comércio (ALC) celebrados com o Egito: Acordo de Agadir, EFTA (Noruega), PAFTA (países árabes), União Europeia, EUA, Mercosul;
- O Brasil possui condições de competir nos códigos SH 0303, 0306, 0304 e 0307, pois representam as principais importações de pescado e derivados do Egito;
- O Egito importa grandes quantidades de camarão congelado, arenque, “mackerel” (cavala, sarda - *Scomber scombrus*), salmão, sardinhas, atum, e filés congelados de peixes (panga, atum, salmão, entre outros);
- O país é autossuficiente em tilápia (um dos maiores produtores mundiais).

EGITO

NOVAS OPORTUNIDADES PARA FRUTAS TROPICAIS NO EGITO

Número: CAI-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Cairo/Egito

Palavras-chave: frutas tropicais; manga; abacaxi; abacate; Egito; exportação

Responsável: Rafael Mohana de Carvalho Refosco

SUMÁRIO: O documento aborda perspectivas e oportunidades no mercado egípcio para frutas tropicais (manga, abacaxi e abacate) produzidas no Brasil. São apresentadas informações estratégicas sobre demanda de consumo, importações, tarifas, sazonalidades e principais concorrentes do Brasil no mercado egípcio para as referidas frutas. O estudo conclui que há potencial e boas oportunidades neste mercado para as exportações brasileiras de abacaxi e abacate, e menores perspectivas para as exportações de manga.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



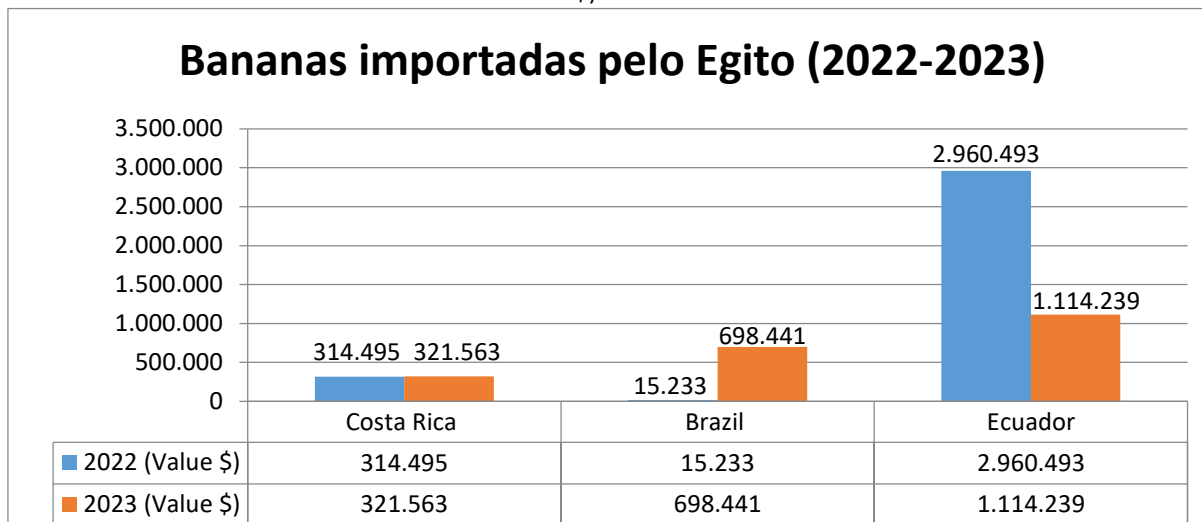
As bananas e outras três principais frutas tropicais frescas – manga, abacaxi e abacate – desempenham um papel vital na produção agrícola mundial e, especialmente, na garantia da nutrição e dos meios de subsistência dos pequenos agricultores nos países produtores. Nas últimas décadas, o aumento da renda média da população e a mudança nas preferências dos consumidores, tanto nos mercados emergentes como nos mercados de elevada renda, juntamente com melhorias nos transportes e na gestão das cadeias de abastecimento facilitaram o rápido crescimento do comércio internacional destes produtos.

Neste contexto, as quantidades exportadas dos três principais frutos tropicais frescos registraram um dos crescimentos médios anuais mais rápidos entre os produtos alimentares comercializados internacionalmente, enquanto as quantidades exportadas de bananas aumentaram para níveis sem precedentes.

Com base em números do ano de 2022, as indústrias globais de exportação da banana e das principais frutas tropicais geraram, respectivamente, cerca de 10 bilhões de dólares e 11 bilhões de dólares por ano. Embora apenas aproximadamente 16% da produção mundial de banana e 7% da produção mundial de frutas tropicais sejam comercializadas nos mercados internacionais (dados de 2022), nos países exportadores, que são na sua maioria economias de baixa ou média renda, as receitas da produção e do comércio podem pesar substancialmente no PIB agrícola. Por exemplo, as bananas representaram cerca de 50% das receitas das exportações agrícolas no Equador em 2021, enquanto as exportações combinadas de abacaxi e banana representaram cerca de 40% das receitas das exportações agrícolas na Costa Rica. Como tal, o comércio de bananas e dos principais frutos tropicais tem o potencial de gerar receitas de exportação significativas aos países produtores. Por todas estas razões subjacentes, faz-se imperativo avaliar o potencial desenvolvimento futuro do mercado destes produtos agrícolas.

Levando-se em conta que o mercado egípcio já se encontra aberto para a importação de frutos frescos de banana do Brasil (desde outubro de 2022), e, considerando a demanda crescente deste mercado para o produto brasileiro, conforme demonstrado na **Figura 1**, o presente estudo irá se concentrar nas outras três principais frutas tropicais.

Figura 1: Dados de importação de frutas frescas de banana pelo Egito, nos anos de 2022 e 2023 (em US\$).



Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

Escopo

O presente documento objetiva o estudo das oportunidades para as empresas brasileiras exportarem alguns tipos de frutas (frutas tropicais) para o Egito.

Todos os dados referem-se ao comércio global das principais frutas tropicais frescas ou secas, abrangidas pelos códigos SH 080430 (abacaxis), 080440 (abacates), 080450 (mangas, mangostões e goiabas), e 080720 (mamões), no âmbito do sistema de nomenclatura tarifária harmonizada (SH) da Organização Mundial das Alfândegas.

SH6	Descrição SH6
080430	Abacaxis frescos ou secos
080440	Abacates frescos ou secos
080450	Mangas, mangostões e goiabas frescas ou secas

Valor e crescimento das frutas tropicais

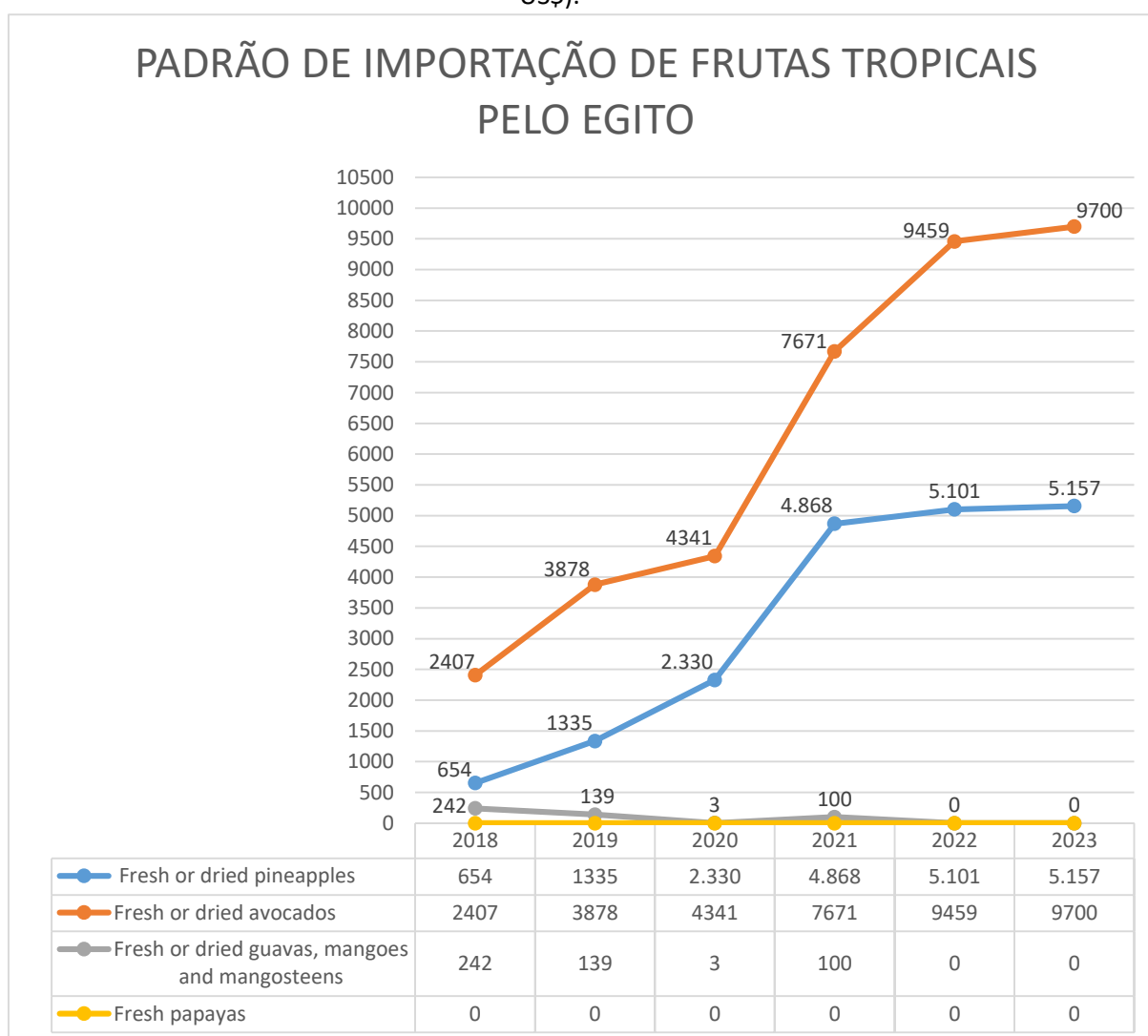
A produção global de frutas tropicais tem crescido de forma constante ao longo da última década, predominantemente em resposta à crescente procura nas principais áreas produtoras. Embora as frutas tropicais desempenhem um pequeno papel no comércio agrícola mundial em termos de volume global, representando apenas 3% das exportações mundiais de produtos agrícolas alimentares, o seu elevado valor médio unitário de exportação, bem acima de 1.000 dólares americanos por tonelada, as posiciona como o terceiro grupo de frutas mais valioso em todo o mundo, atrás apenas de bananas e maçãs. O comércio de frutas tropicais gera

rendimentos substanciais para os pequenos produtores, bem como receitas de exportação significativas para muitos dos países produtores.

Mercado egípcio para frutas tropicais

Das principais frutas tropicais, o Egito importa, principalmente, abacate e abacaxi, o que pode ser evidenciado a partir da **Figura 2**. A importação destas duas frutas tropicais também vem crescendo nos últimos anos.

Figura 2. Padrão de importações de frutas tropicais pelo Egito, no período de 2018 a 2023 (em US\$).



Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>



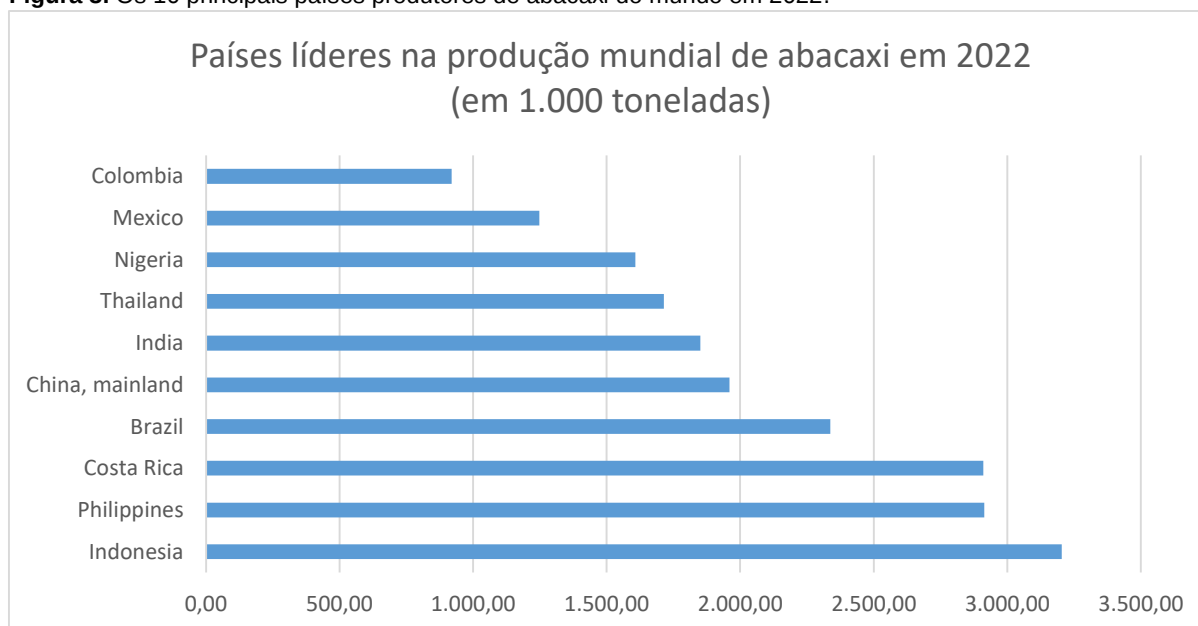
ABACAXI – Produção mundial

Produção global de abacaxi em 2022, pelos países líderes (em 1.000 toneladas):

País	Produção (em 1.000 toneladas)
Indonésia	3.203,78
Filipinas	2.914,42
Costa Rica	2.909,75
Brasil	2.337,30
China (continental)	1.960
Índia	1.851
Tailândia	1.714,21
Nigéria	1.607,20
México	1.247,59
Colômbia	919,71

106

Figura 3. Os 10 principais países produtores de abacaxi do mundo em 2022.



Fonte: FAOSTAT

Depois de analisar os 10 maiores produtores de abacaxi em 2022, verifica-se que Indonésia, Filipinas e Costa Rica foram os três maiores produtores de abacaxi em todo o mundo. A Costa Rica gerou 2,9 milhões de toneladas métricas (MMT) de abacaxi naquele ano. A produção total de abacaxis em 2022 foi de cerca de 29,4 milhões de toneladas, e o Brasil situou-se como o quarto país com a maior produção da fruta em 2022.

ABACAXI – Exportações

Com base em dados comerciais preliminares, prevê-se que as exportações globais de abacaxi cresçam cerca de 4% em 2023, para 3,2 milhões de toneladas, determinadas em grande parte pelo aumento da oferta da Costa Rica, o maior exportador mundial, com uma quota de mercado de cerca de 65%.

As exportações das Filipinas, o segundo maior exportador de abacaxi para os mercados globais, parecem destinadas a aumentar cerca de 5% em 2023, para cerca de 610.000 toneladas.

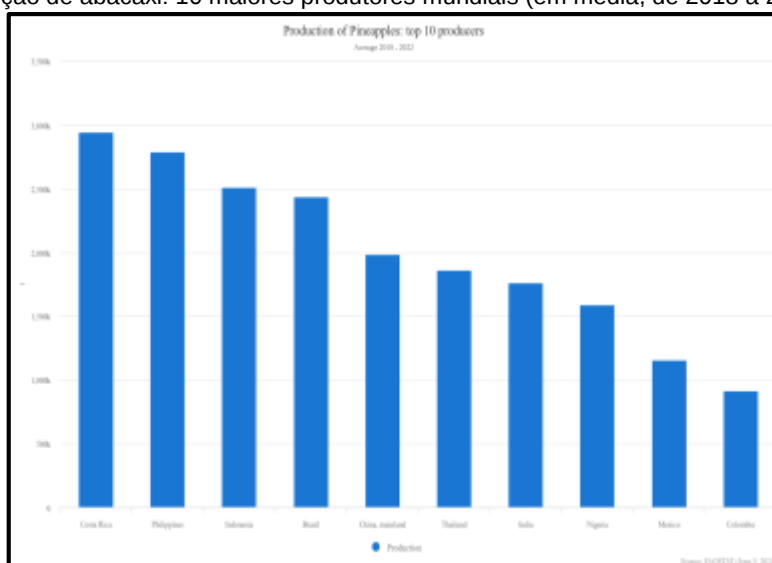
Os embarques oriundos do Equador, o principal exportador de abacaxi da América do Sul, podem aumentar cerca de 15% em 2023, para aproximadamente 120 mil toneladas. Os dados sobre os fluxos comerciais por destino indicam que o Equador enviou aproximadamente 40% do total das suas exportações durante os primeiros sete meses de 2023 para a União Europeia, cerca de 24% para o Chile e cerca de 20% para os Estados Unidos.

As exportações de abacaxi do México, um exportador comparativamente pequeno da fruta para os mercados globais, deverão aumentar cerca de 24%, para aproximadamente 60.000 toneladas em 2023, à medida em que a produção se recuperou da escassez induzida pelas condições meteorológicas vividas em 2022.

A produção de abacaxi no Brasil foi de, aproximadamente, 1,56 bilhão de unidades em 2022. Isso representa um aumento de cerca de 1% em comparação ao ano anterior, quando a produção de abacaxi no país totalizou aproximadamente 1,55 bilhão de unidades.

De acordo com a **Figura 4**, o Brasil posiciona-se como o quarto país na produção mundial de abacaxi.

Figura 4. Produção de abacaxi: 10 maiores produtores mundiais (em média, de 2018 a 2022)



Fonte: FAOSTAT



107



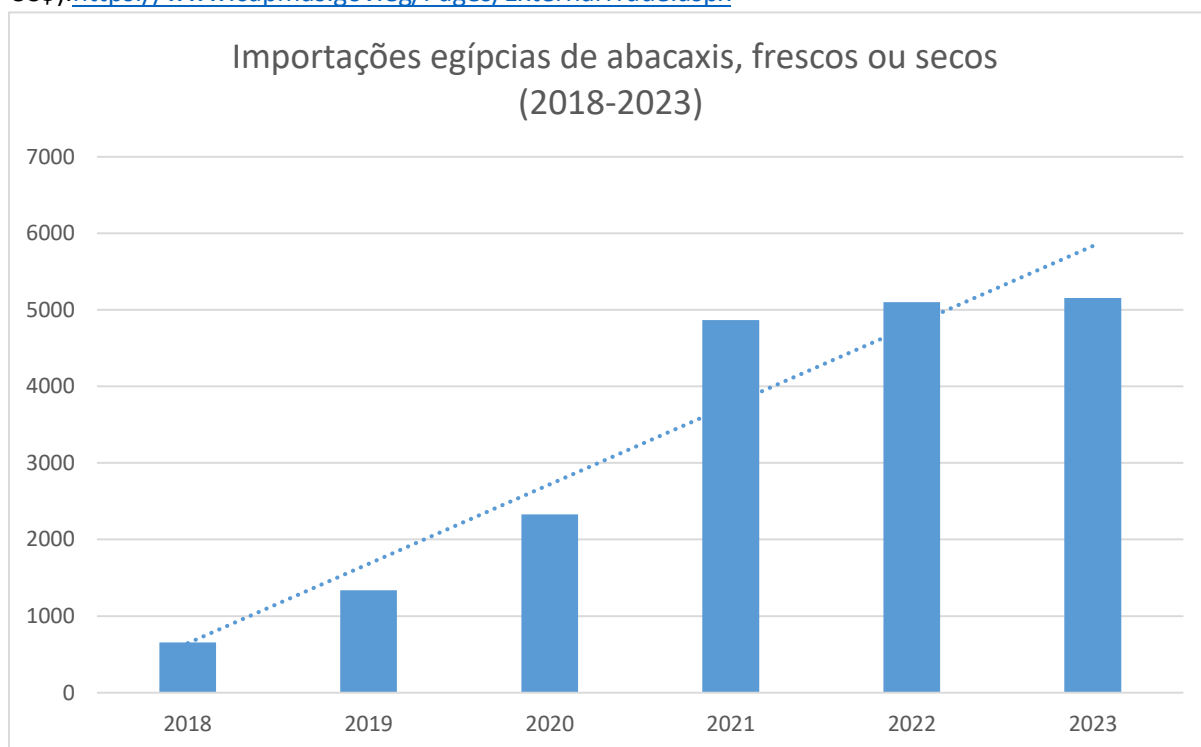
ABACAXI – Mercado egípcio

O Egito é um mercado importador de abacaxi, e os números só aumentam, ano após ano, conforme se pode verificar da **Figura 5-A**.



108

Figura 5-A. Importações egípcias de abacaxis, no período de 2018 a 2023 (em milhares de US\$). <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

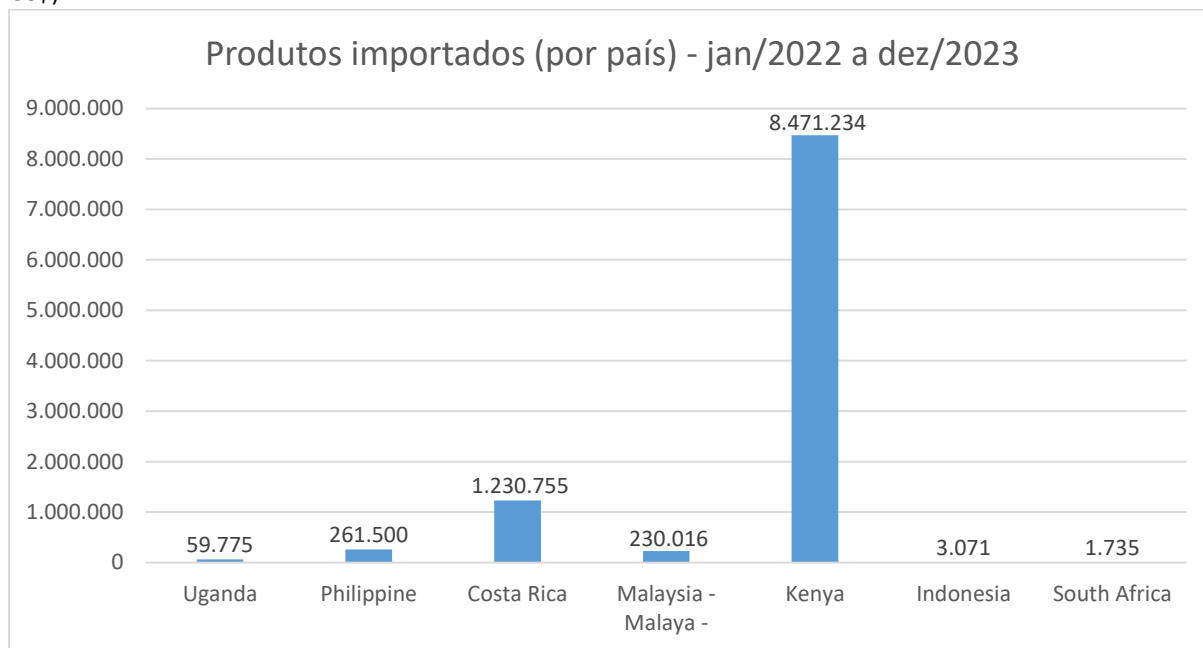


Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

Os principais países fornecedores ao mercado egípcio, nos últimos 2 anos, foram Quênia, Malásia, Costa Rica e Filipinas (**Figura 5-B**).



Figura 5-B. Importações egípcias de abacaxis, no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023 (em US\$).



Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

ABACAXI – Tarifas de importação

Os exportadores brasileiros terão vantagem competitiva exportando abacaxis para o Egito, pois se beneficiarão de isenção tarifária no âmbito do Acordo de Livre Comércio (ALC) do Egito com o Mercosul, uma vez que a fruta se enquadra na Categoria C do ALC Mercosul-Egito.

Tabela 1: Situação tarifária do abacaxi, conforme Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito.

Código SH	Descrição	Tarifa Padrão (2017)	Tarifa em 2010	ALC Mercosul-Egito	Tarifa atual pós-desgravação do ALC Mercosul-Egito (janeiro de 2025)
080430	Abacaxis, frescos ou secos	40%	10%	Categoria C	0%



ABACAXI – Conclusões

- Pode-se considerar o abacaxi produzido no Brasil com boas oportunidades para prospecção no mercado egípcio;
- Para o caso de haver interesse do setor fruticultor brasileiro no mercado egípcio, será necessário dar início às negociações fitossanitárias entre as autoridades competentes do Brasil e do Egito, visando a abertura deste mercado;
- O principal concorrente ao abacaxi brasileiro será o Quênia, que, tal como o Brasil, possui vantagem tarifária (tarifa zero) para internalização do seu produto.

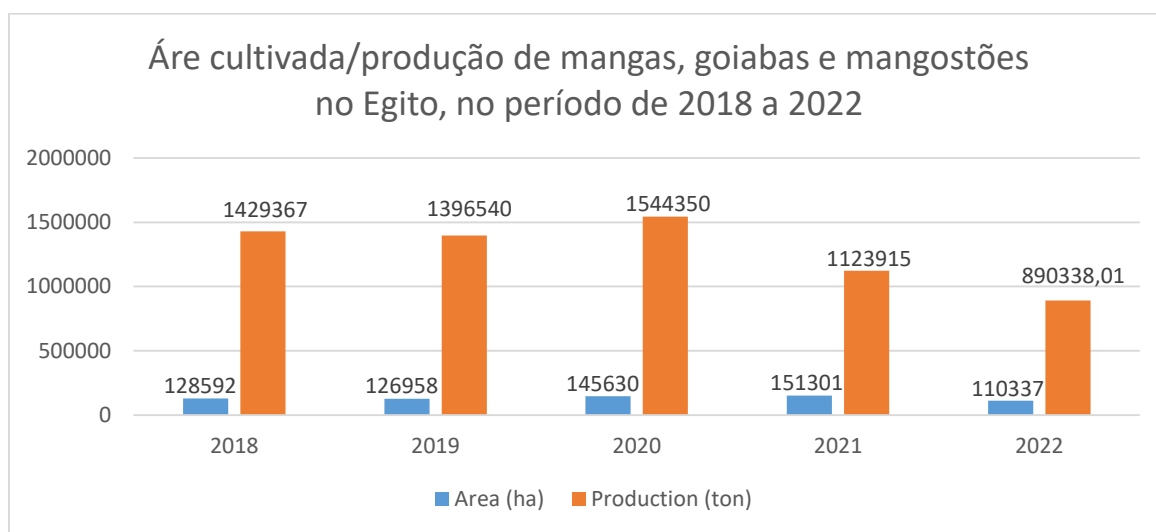


110

MANGA – Produção mundial

Egito: os detalhes sazonais

A safra de manga no Egito começa no mês de junho e vai até o final de outubro, com as culturas estabelecidas nas regiões com menos umidade no Norte, como no município de Ismália, onde mais de 80% da safra manga é cultivada, especialmente aquelas que são destinadas à exportação.



Brasil: os detalhes sazonais

No Brasil, tal qual no Egito, a manga tem um ciclo de produção sazonal, o que impacta na sua disponibilidade. A temporada ideal de manga no Brasil normalmente vai de agosto a maio, com pico de produção ocorrendo entre setembro e outubro. Durante este período, o volume de produção de manga é abundante. Aqui estão as épocas de colheita das mangas brasileiras de acordo com suas variedades:

Época de colheita das variedades de mangas brasileiras:



Mango Variety	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec
Keitt												
Kent												
Palmer												
Tommy Atkins												

Harvest Season



111

MANGA – Tarifas de importação

Os exportadores brasileiros não terão vantagem competitiva exportando mangas para o Egito, devido à inexistência de redução tarifária, tendo em vista a manga estar na Categoria E do ALC Mercosul-Egito. A atual tarifa de importação aplicada é de 45%.

Tabela 2: Situação tarifária da manga, conforme Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito.

Código SH	Descrição	Tarifa Padrão (2017)	Tarifa em 2010	ALC Mercosul-Egito	Tarifa atual ALC Mercosul-Egito (janeiro de 2025)
080450	Mangas, mangostões e goiabas frescas ou secas	45%	10%	Categoria E Não houve redução do imposto aduaneiro (da tarifa de 2017)	45%

MANGA – Conclusões

Em comparação com as outras frutas objeto deste documento, considera-se a manga brasileira com oportunidades menores no mercado egípcio, pelos seguintes motivos:

- O Egito não importa frutas frescas de manga em quantidades significativas;
- Inexiste redução tarifária, devido à manga estar na Categoria E do ALC Mercosul-Egito;
- A atual tarifa de importação aplicada é de 45%;
- O Brasil ainda não possui admissibilidade fitossanitária para exportar mangas ao Egito.

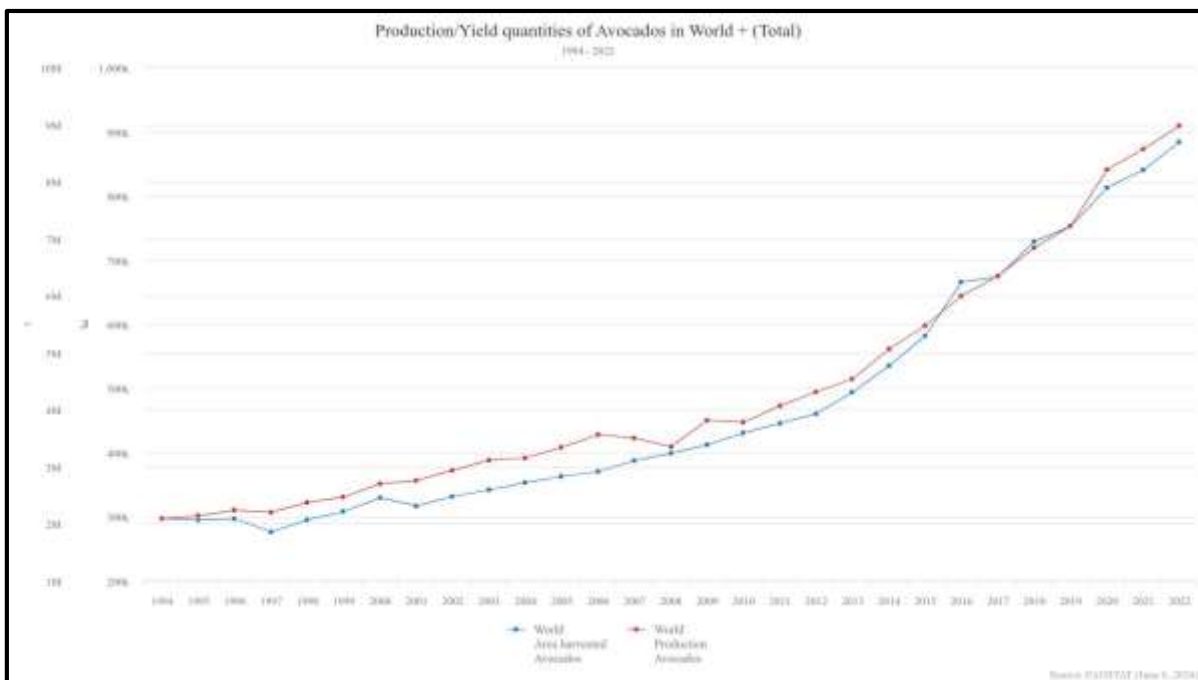
Por outro lado, há algumas vantagens para a manga brasileira no Egito:

- A diferença de sazonalidade entre as colheitas de manga no Egito e no Brasil. As variedades brasileiras de mangas (Palmer e Tommy Atkins), no período compreendido entre os meses de março e maio, poderão ser objeto de exportação ao Egito, tão logo este mercado esteja aberto;



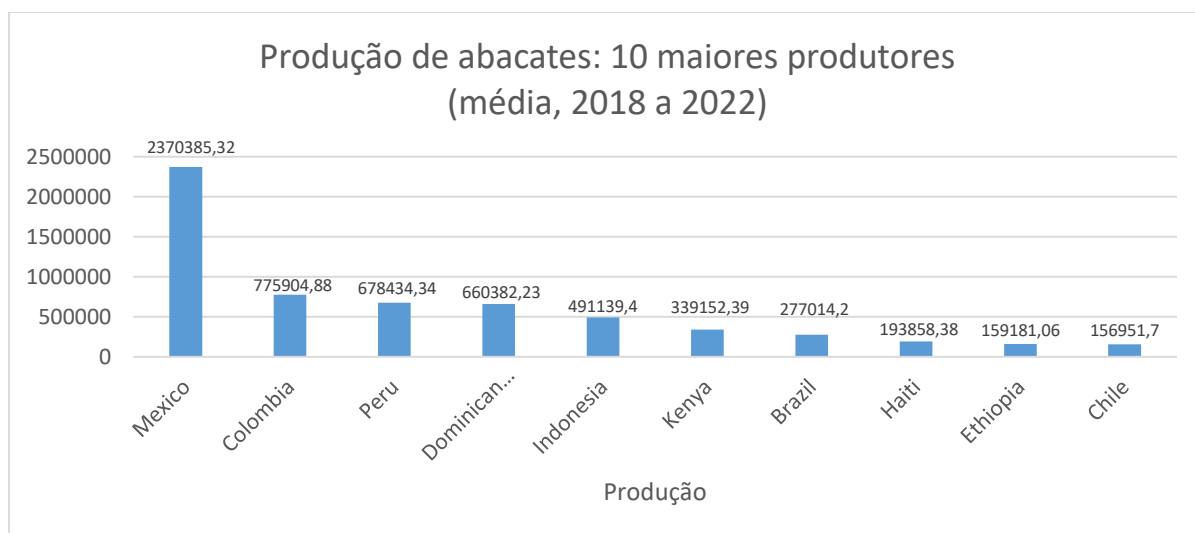
- O preço e a qualidade são questões muito sensíveis no mercado egípcio de mangas.

112



ABACATE – Produção mundial

Quantidades de produção/produtividade de abacates no mundo (1994 a 2022):



Unidade: toneladas

ABACATE – Exportações mundiais

Prevê-se que as exportações globais de abacate aumentem aproximadamente 20% em 2023, para cerca de 3 milhões de toneladas, devido a uma situação de abastecimento muito positiva no México, o principal exportador mundial. Os dados e informações preliminares indicam ainda que as exportações de várias outras origens, principalmente do Peru e do Quênia, também crescerão a taxas rápidas, conforme descrito a seguir.

Dados fornecidos pelo Governo mexicano em abril de 2023 estimam que a área colhida de abacate no país aumentaria 10% em 2023, e as quantidades produzidas cresceriam 6%. Quase 80% das exportações de abacate do México durante este período foram destinadas aos Estados Unidos, cerca de 6% ao Canadá e o restante principalmente ao Japão e à União Europeia. No comércio global, o México, de onde os abacates são originários, normalmente representa cerca de 50 a 55% das quantidades totais de exportação de abacate. Isto se deve à capacidade do México de produzir frutas em todas as estações e ao seu foco na variedade *Hass* de maior qualidade, que é mais procurada nos mercados mundiais do que outras variedades.

Entretanto, as exportações do Peru continuaram a se beneficiar de um clima favorável e de investimentos anteriores bem-sucedidos na expansão da produção, cuja combinação estimulou não só o aumento da oferta, mas também uma melhor qualidade dos produtos.

As exportações do Quênia, um fornecedor emergente para os mercados globais e o principal exportador africano de abacates, possuem expectativas de crescimento em torno de 24%, para 130.000 toneladas em 2023.

Outros exportadores de abacate de importância mundial continuarão a ser o Chile e a África do Sul, que também abastecem principalmente a União Europeia.

ABACATE – Importações mundiais

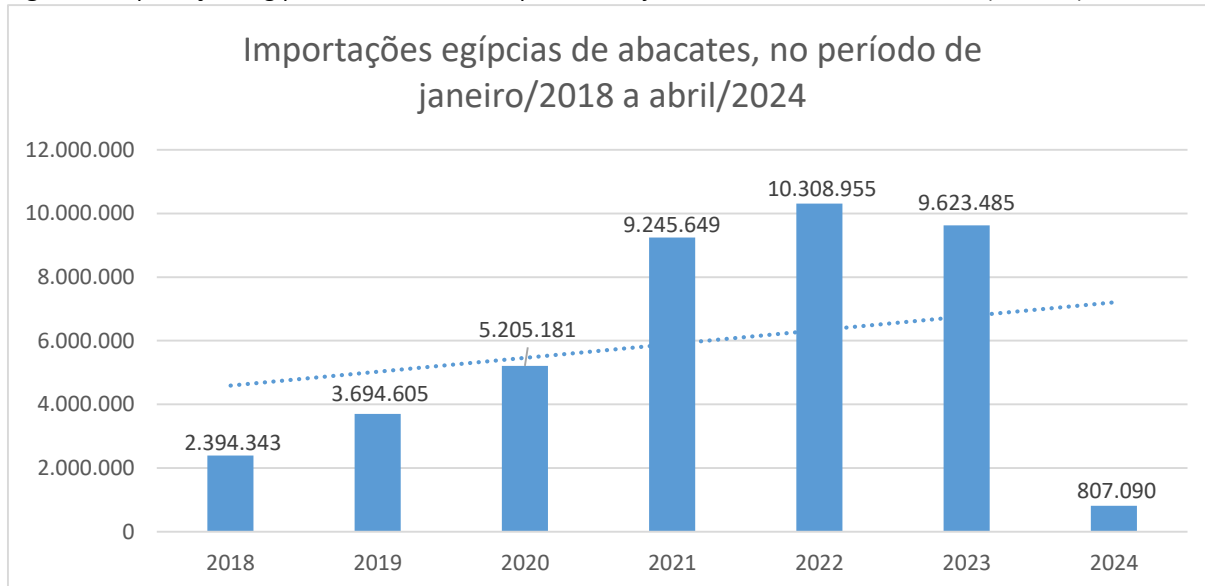
Dados e informações preliminares indicam que as importações globais de abacates aumentarão cerca de 17% em 2023, para aproximadamente 2,8 milhões de toneladas. A demanda continuamente firme nos dois principais mercados importadores, os Estados Unidos e a União Europeia, para os quais estima-se que, respectivamente, representem 44% e 27% das importações globais em 2023, bem como o crescimento significativo da oferta global, foram as principais razões que apoiaram esta rápida expansão das importações.

ABACATE – Mercado egípcio

O Egito é um mercado importador de abacates, e os números têm aumentado, ano após ano (à exceção do ano de 2023), conforme se pode verificar da **Figura 6**.

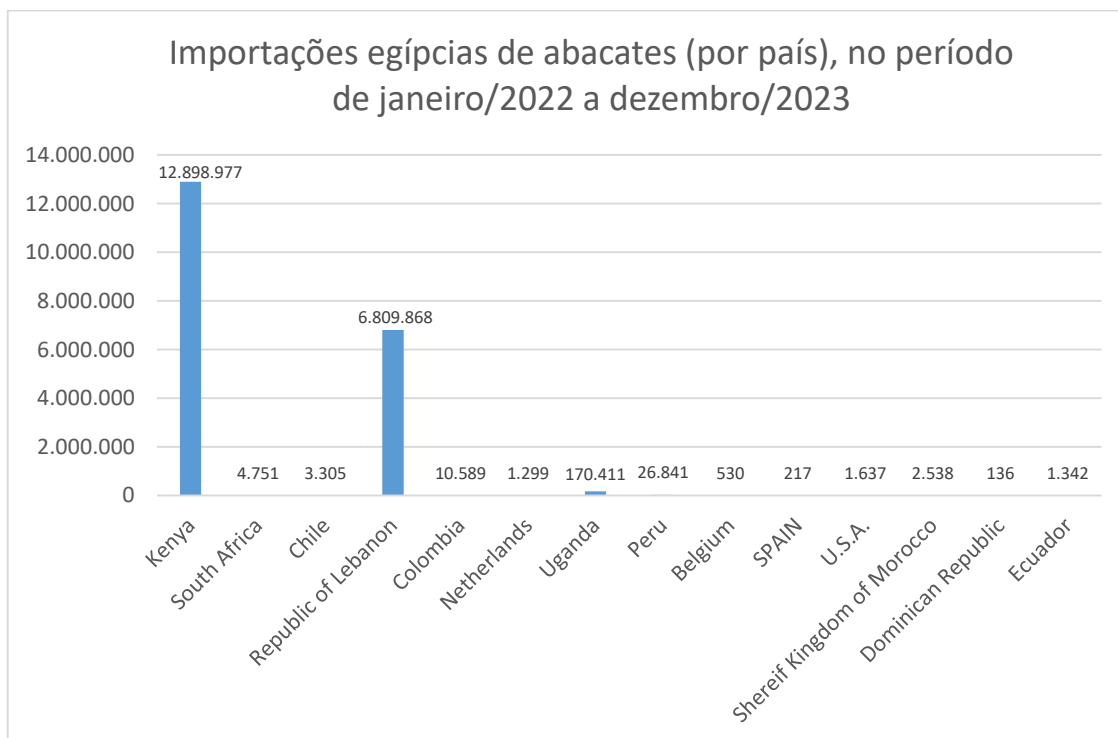


Figura 6. Importações egípcias de abacates, no período de janeiro de 2018 a abril de 2024 (em US\$).



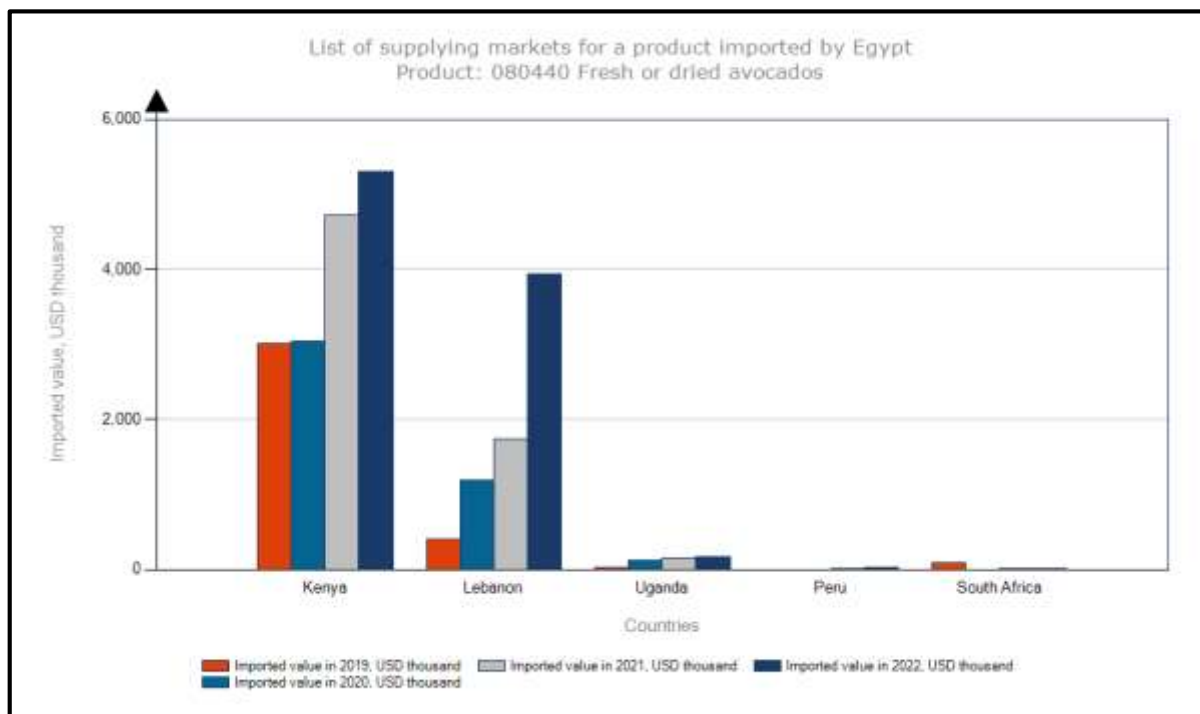
Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

Os principais países fornecedores de abacate ao mercado egípcio, nos últimos 2 anos, foram o Quênia e o Líbano:



Fonte: <https://www.capmas.gov.eg/Pages/ExternalTrade.aspx>

Unidade: US\$



Fonte: ITC Trademap

ABACATE – Tarifas de importação

Os exportadores brasileiros terão vantagem competitiva exportando abacates para o Egito, pois se beneficiarão de redução tarifária no âmbito do Acordo de Livre Comércio (ALC) do Egito com o Mercosul, uma vez que a fruta se enquadra na Categoria D do ALC Mercosul-Egito.

Tabela 3: Situação tarifária do abacate, conforme Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito.

Código SH	Descrição	Tarifa Padrão (2017)	Tarifa em 2010	ALC Mercosul-Egito	Tarifa atual pós-desgravação do ALC Mercosul-Egito (janeiro de 2025)
080440	Abacates, frescos ou secos	40%	10%	Categoria D O imposto aduaneiro está atualmente reduzido em 80% (da tarifa de 2010)*	2%

ABACATE – Conclusões

- Pode-se considerar o abacaxi produzido no Brasil com boas oportunidades para prospecção no mercado egípcio;
- Para o caso de haver interesse do setor fruticultor brasileiro no mercado egípcio, será necessário dar início às negociações fitossanitárias entre as autoridades competentes do Brasil e do Egito, visando a abertura deste mercado;
- Os principais países concorrentes ao abacate brasileiro serão o Quênia e o Líbano, que, tal como o Brasil, possuem vantagens tarifárias (tarifa zero) para internalização do seu produto no Egito.

116

EMIRADOS ARABES UNIDOS

CRESCIMENTO DA IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA BRASILEIRA

Número: ABUD-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Abu Dhabi/Emirados Árabes Unidos

Palavras-chave: importação; carne bovina; Emirados Árabes Unidos

Responsável: Vanessa Medeiros de Jesus - Adida Agrícola em Abu Dhabi

SUMÁRIO: Apresenta análise sobre a importação de carne bovina brasileira pelos Emirados Árabes Unidos, em 2023 e 2024. Destaca o posicionamento do Brasil no mercado de proteína animal emirático e a tendência de crescimento do consumo de carne bovina no país.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





Os Emirados Árabes Unidos (EAU) consolidam-se como um dos mercados mais dinâmicos e estratégicos para o agronegócio brasileiro, caracterizando-se por sua alta dependência de importações de alimentos, infraestrutura logística de ponta e políticas que incentivam a segurança alimentar. O cenário é marcado pela diversidade demográfica e pela presença de uma população economicamente ativa, com elevada demanda por produtos alimentícios de alta qualidade.

Em 2024, as exportações brasileiras de produtos agroalimentares para os EAU superaram o valor de US\$ 3 bilhões, representando aproximadamente 20% das exportações totais do Brasil para a região do Oriente Médio. Essa cifra é impulsionada pela diversificação de produtos oferecidos pelo Brasil e pela preferência dos consumidores locais por alimentos certificados, frescos e de qualidade superior.

De acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os Emirados figuraram como o 6º principal destino das exportações agropecuárias brasileiras em 2024, após ocupar o 14º lugar em 2023.

Este relatório aborda tendências e oportunidades de negócios para o setor de carne bovina brasileiro, com base em dados atualizados, análises estratégicas e tendências regionais.

Posicionamento da Carne Bovina Brasileira no Mercado Emirático

O Brasil exportou 125,6 mil toneladas de carne bovina para os EAU de janeiro a outubro de 2024, consolidando-se como o maior fornecedor do mercado. Segundo informações divulgadas pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), o volume aumentou impressionantes 126% em comparação ao mesmo período de 2023.

No mesmo sentido, dados recentes apresentados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), apontam os Emirados Árabes Unidos como o 3º maior comprador de carne bovina do Brasil em 2024 - 132 mil toneladas e US\$ 604 milhões, atrás apenas da China e dos Estados Unidos, indicando uma importante diversificação dos mercados de exportação.

Vários fatores contribuem para o aumento das importações de carne bovina brasileira pelos Emirados Árabes Unidos. Em primeiro lugar, está a crescente demanda por produtos de carne bovina de alta qualidade, impulsionada pelo crescimento dos setores de hospitalidade e *food service* e pelo aumento das preferências dos consumidores por carne *premium*. O cenário culinário diversificado dos Emirados e sua posição como um importante centro de comércio de alimentos no Oriente Médio também desempenham um papel crucial na condução dessa demanda.

Além disso, a reputação do Brasil de produzir carne bovina de alta qualidade desempenhou um papel significativo na atração de compradores dos Emirados. A carne bovina brasileira é



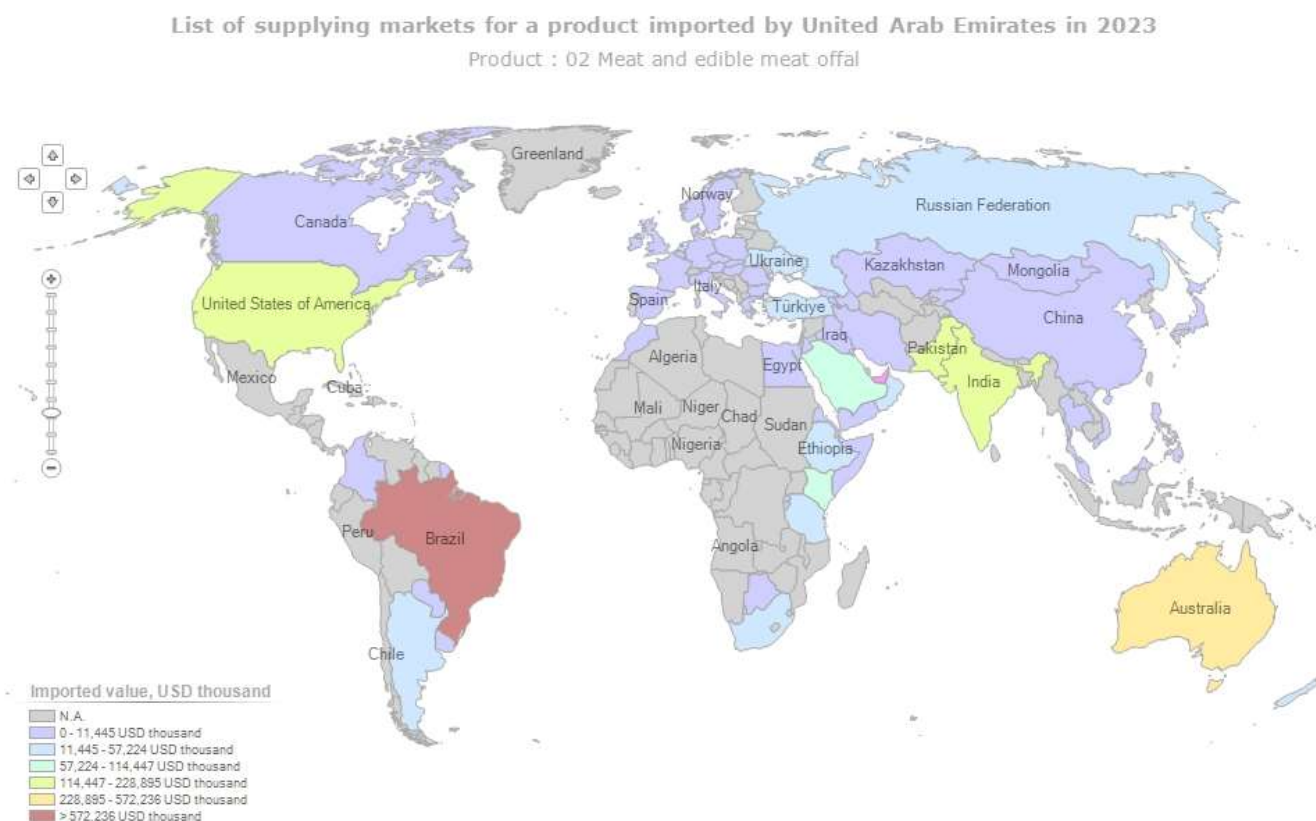
conhecida por sua qualidade, sabor e acessibilidade, o que a torna uma opção atraente para importadores nos Emirados Árabes Unidos. O preço competitivo da carne bovina brasileira, combinado com sua adesão aos padrões internacionais de qualidade, aumenta ainda mais seu apelo no mercado emirático.

Por fim, a integração de tecnologias de rastreabilidade e certificação halal assegura uma vantagem competitiva para o Brasil em relação a outros grandes fornecedores, como Austrália e Índia.



119

Gráfico 1: Importações de carne bovina pelos Emirados Árabes Unidos por país de origem em 2023



Fonte: Trade Map, consulta em janeiro de 2025.



120

Infraestrutura e Logística como diferenciais

A localização estratégica dos Emirados Árabes Unidos como um importante centro comercial no Oriente Médio amplifica ainda mais a sua importância.

Cumprir destacar que os portos de Dubai e Abu Dhabi figuram entre os mais eficientes do mundo, permitindo o rápido escoamento de mercadorias e a redução de custos logísticos. Com o desenvolvimento de zonas francas e corredores comerciais, os EAU se posicionam como um *hub* estratégico para o reexportador.

Além disso, investimentos em tecnologia logística, como monitoramento em tempo real e sistemas de controle de qualidade, podem agregar valor aos produtos brasileiros e assegurar sua competitividade.

Conclusão

Os Emirados Árabes Unidos representam um mercado estratégico para o agronegócio brasileiro, com forte demanda por proteínas animais. Espera-se que a expansão do setor de *food service* dos Emirados Árabes Unidos, o alto poder aquisitivo da população e a crescente demanda do consumidor por produtos *premium* impulsionem ainda mais a demanda por carne bovina brasileira. Ademais, os esforços contínuos do Brasil para aprimorar sua capacidade de produção e manter altos padrões de qualidade contribuirão para o sucesso contínuo dessa relação comercial e para o fortalecimento da imagem do Brasil como fornecedor confiável e competitivo.



121

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ANÁLISE DO MERCADO DE PESCADOS

Número: WAS-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: WASHINGTON/ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Palavras-chave: mercado de pescados; exportações; Estados Unidos; Brasil; comércio internacional

Responsável: Ana Lúcia de Paula Viana e Mateus Voltolini

SUMÁRIO:

Os Estados Unidos destacam-se como o maior importador mundial de frutos do mar, com um volume significativo de importações para atender à alta demanda de consumo interno. Em 2024, até novembro, o país importou US\$ 23,3 bilhões em pescados, liderado por países como Canadá, Chile, Índia e Indonésia. O Brasil ocupa a 20ª posição nesse mercado, mas apresentou crescimento expressivo de 15% em valor exportado. Este relatório analisa os principais produtos importados pelos EUA, identifica tendências comerciais e avalia as oportunidades para o Brasil ampliar sua participação no mercado americano de pescados.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



122

O mercado de pescados dos Estados Unidos é um dos mais atrativos do mundo, tanto pelo volume de importações quanto pela diversidade de produtos demandados. Embora o país seja um dos maiores produtores globais, sua alta dependência de importações para suprir o consumo interno cria oportunidades significativas para fornecedores estrangeiros, incluindo o Brasil. Este relatório explora as dinâmicas do mercado americano de pescados em 2024 e o desempenho das exportações brasileiras nesse segmento.

Desempenho das Importações de Pescados pelos EUA

As importações americanas de pescado são dominadas por países como Canadá, Chile, Índia e Indonésia. Estes figuram como os maiores fornecedores em volume e valor devido à proximidade geográfica (no caso do Canadá e do Chile) ou à competitividade em custo (países asiáticos). Até o mês de novembro de 2024, o Canadá continuou a liderar as exportações de pescado para os EUA com US\$ 3,7 bilhões no período, seguido pelo Chile (US\$ 2,7 bilhões), Índia (US\$ 2,2 bilhões) e Indonésia (US\$ 1,7 bilhões). O Brasil, embora ocupe a 20ª posição no ranking, apresentou aumento de 25% em valor (totalizando US\$ 201,1 milhões) e de 24% em volume (totalizando 34,1 mil toneladas) exportados aos Estados Unidos comparado ao mesmo período de 2023. Noto que dados do AGROSTAT já incluem os números do mês de dezembro, tendo as exportações de pescados do Brasil aos EUA totalizado US\$ 224,1 milhões em 2024, com volume total de 30,3 mil toneladas.

País	2023	JAN – NOV 2023	JAN – NOV 2024	Variação no período
Canadá	\$ 3.595.781	\$ 3.372.152	\$ 3.698.488	10%
Chile	\$ 3.312.341	\$ 3.063.787	\$ 2.762.362	-10%
Índia	\$ 2.545.080	\$ 2.352.506	\$ 2.244.108	-5%
Indonésia	\$ 2.021.158	\$ 1.863.807	\$ 1.738.102	-7%
Vietnã	\$ 1.632.420	\$ 1.499.875	\$ 1.640.496	9%
Ecuador	\$ 1.682.040	\$ 1.545.146	\$ 1.410.744	-9%
(20º) Brasil	\$ 176.929	\$ 161.027	\$ 201.102	15%
TOTAL	\$ 25.513.70	\$ 23.551.675	\$ 23.322.257	-1%

Fonte: GATS/USDA. Valores em milhares de dólares (US\$)

Principais Produtos Importados pelos EUA



123

O mercado americano é altamente diversificado, mas apresenta grande dependência de poucos produtos e parceiros comerciais específicos. Os principais itens importados incluem filés de salmão do Atlântico, camarões sem casca e caranguejo das neves, produtos que, em conjunto, representam mais de 40% do valor total das importações do setor. Os produtos mais importados incluem:

Categoria de Produtos em Destaque	JAN-NOV 2023	JAN-NOV 2024	Variação no período
Camarão, sem casca (F, C)	\$ 2.572.837	\$ 2.522.952	-2%
Filés de salmão - atlântico; cultivo (F; C)	\$ 2.550.638	\$ 2.423.289	-5%
Salmão do Atlântico, de cultivo (OPC)	\$ 1.119.460	\$ 1.107.245	-1%
Filés de salmão do atlântico - Outros (C)	\$ 1.238.866	\$ 967.342	-22%
Camarões e seus preparados – Outros (C)	\$ 977.238	\$ 903.768	-8%
Caranguejo das neves	\$ 734.624	\$ 858.914	17%
Lagosta (<i>Homarus spp.</i>), exceto em Salmoura (C)	\$ 441.546	\$ 540.880	22%
Carne de caranguejo nadador (<i>portunidae</i>), preparada/conservada	\$ 448.266	\$ 508.478	13%
Camarões, empanados (C)	\$ 429.109	\$ 400.159	-7%
Filés de Tilápia (C)	\$ 319.491	\$ 362.934	14%

Fonte: GATS/USDA. Valores em milhares de dólares (US\$)

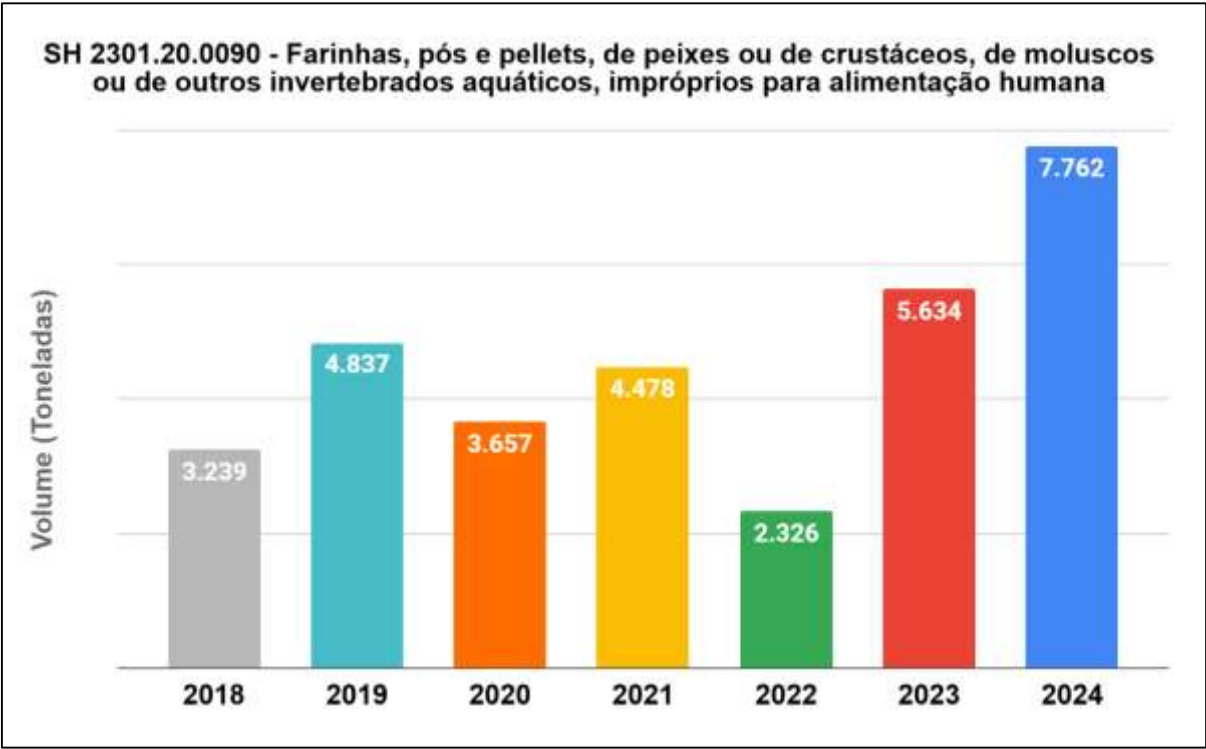
Participação do Brasil no Mercado Americano

O Brasil, atualmente na 20ª posição no ranking de fornecedores, registrou aumento de 15% em valor exportado e 24% em volume comparado ao mesmo período de 2023. De acordo com os dados do sistema GATS, entre janeiro e novembro de 2024, o Brasil exportou US\$ 201 milhões em pescados, totalizando 34,1 mil toneladas. Destaques incluem filés de peixe frescos ou congelados, tilápias, lagostas e farinha de peixe.



Principais Exportações de Pescados do Brasil aos EUA em 2024		
Produto	Valor (US\$)	Peso (Toneladas)
Tilápias Congeladas, Frescas OU Refrigeradas	\$ 15.916.712	5.789
Camarões Congelados, Não Congelados e Outros	\$ 35.302.597	946
Outros Filés De Peixe, Frescos ou Refrigerados	\$ 36.449.776	4.692
Outros Peixes Congelados	\$ 41.503.182	8.236
Pargos Congelados	\$ 33.949.674	3.437
Lagostas, Congeladas E Não Congeladas	\$ 35.296.397	946

Fonte: AGROSTAT/MAPA



Fonte: GATS/USDA. Dados de 2024 referentes ao período entre Janeiro e Novembro.



Oportunidades para o Brasil

No contexto das exportações brasileiras, os Estados Unidos são o principal destino, absorvendo 81% de todo o pescado exportado pelo Brasil em 2023. Em 2024, o Brasil exportou US\$ 224 milhões em pescados para o mercado americano, totalizando 30,3 mil toneladas, um aumento de 31% no valor e de 24% no volume das exportações da categoria.

Apesar de sua baixa participação no mercado de importações americanas de tilápia (0,83%), o Brasil possui potencial para ampliar exportações em segmentos como:

- **Tilápias:** US\$ 14,7 milhões em 2024, com 2,12% do valor proveniente de filés.
- **Farinha de peixe:** crescimento de 37% no volume (7.762 toneladas) e de 40% no valor (US\$ 9,5 milhões de dólares) em exportações aos Estados Unidos – entre janeiro e novembro de 2024. O aumento evidencia a elevação na demanda por nutrição animal. Investimentos em promoção comercial, logística e sustentabilidade podem fortalecer a presença brasileira no mercado americano, especialmente em produtos de maior valor agregado.

A análise mais profunda da composição das exportações brasileiras revela uma dependência de produtos de maior valor agregado e menor volume, como filés frescos e congelados. Em contrapartida, países como a China dominam o mercado de pescados congelados de baixo custo, como tilápias, com mais de 57% do valor total importado pelos EUA nesta categoria. A tilápia, considerada estratégica para o Brasil, enfrenta forte competição de países asiáticos. Em 2024, as exportações brasileiras de tilápias para os EUA totalizaram US\$ 15,9 milhões, sendo 97,9% desse valor proveniente de tilápias inteiras – frescas ou refrigeradas. Apesar do crescimento, a participação brasileira ainda é limitada, com apenas 0,83% do mercado de tilápias. Já o aumento nas exportações de farinha de peixe brasileira ao mercado americano (+37% até o final de novembro de 2024) demonstra a estratégia de explorar segmentos menos competitivos, como a nutrição animal, que demandam produtos de alto valor proteico.

Conclusão

O mercado americano continua sendo um destino estratégico para os pescados brasileiros, especialmente devido à sua dimensão e diversidade. Apesar dos desafios, as exportações brasileiras cresceram em valor e revelam potencial de expansão em segmentos de nicho e produtos de maior valor agregado. Investimentos em logística, promoção comercial e sustentabilidade serão fundamentais para consolidar a posição do Brasil como fornecedor relevante no setor de pescados.



126

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

OPORTUNIDADES PARA O BRASIL NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA

Número: WAS-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Washington/Estados Unidos da América

Palavras-chave: energia limpa; investimentos; cooperação internacional; EUA; Brasil

Responsável: Ana Lucia de Paula Viana

SUMÁRIO: Este AgroInsight analisa as oportunidades emergentes para o Brasil decorrentes do *Inflation Reduction Act* (IRA) dos EUA, que promove investimentos históricos em infraestrutura e energia limpa. Destaca-se a "Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética", visando fortalecer a cooperação bilateral em tecnologias sustentáveis. O Brasil, como líder em biocombustíveis, pode ampliar sua presença no mercado americano, contribuindo para soluções climáticas, geração de empregos e crescimento econômico. A integração comercial e investimentos coordenados são cruciais para aproveitar essas oportunidades. Também são analisados os possíveis impactos de um novo governo Trump, incluindo mudanças regulatórias e preocupações com a competitividade no setor de biocombustíveis.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



127

Os Estados Unidos estão realizando investimentos significativos em energia limpa, especialmente em áreas rurais, por meio de programas como o *Empowering Rural America* (New ERA) e o *Powering Affordable Clean Energy* (PACE), ambos estabelecidos pelo *Inflation Reduction Act*. Essas iniciativas representam a maior mobilização de recursos para eletrificação rural desde o *New Deal* de 1936. Em paralelo, Brasil e EUA lançaram, em novembro de 2024, a "Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética", visando fortalecer a cooperação bilateral no setor.

O IRA destinou mais de US\$ 14,5 bilhões para programas que incentivam projetos de transição energética e geração de energia renovável em comunidades rurais, como os programas previamente citados *Empowering Rural America* (New ERA) e o *Powering Affordable Clean Energy* (PACE). Ao todo, o programa New ERA totalizará mais de US\$ 35 bilhões em investimentos rurais, incluindo fundos dos setores público e privado, criando o maior investimento em comunidades rurais desde a Lei de Eletrificação Rural (Rural Electrification Act) de 1935.

Às vésperas do início de um novo governo Trump, surgem questionamentos sobre a continuidade de investimentos e de incentivos no setor de energia limpa, além de preocupações entre os produtores americanos de etanol sobre a competitividade do Brasil no mercado norte-americano.

Oportunidades para o Brasil

O Brasil possui um potencial estimado de US\$ 1,3 trilhão em investimentos em energia de baixo carbono até 2050, incluindo US\$ 500 bilhões em energias renováveis.

A "Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética" abre caminho para colaborações que podem alavancar esse potencial, permitindo que empresas brasileiras participem de projetos nos EUA e atraiam investimentos norte-americanos para o mercado brasileiro. Contudo, a chegada de um novo governo pode impactar a dinâmica dessas iniciativas, especialmente se houver foco em energias convencionais e revisão de políticas relacionadas ao IRA.

Áreas de Cooperação

A parceria bilateral foca em três pilares principais:

- **Produção e Implantação de Energia Limpa:** Desenvolvimento conjunto de projetos de energia solar, eólica e outras fontes renováveis.
- **Desenvolvimento da Cadeia de Suprimento de Tecnologia de Energia Limpa:** Fortalecimento da cadeia produtiva, incluindo a fabricação de componentes e tecnologias essenciais.

- **Industrialização Verde:** Promoção de práticas industriais sustentáveis e redução da pegada de carbono na produção.



128

A mudança de governo pode influenciar o grau de prioridade dessas áreas, requerendo ajustes nas estratégias de cooperação internacional. Empresas brasileiras podem explorar oportunidades nos EUA, fornecendo tecnologias, serviços e expertise em energias renováveis. Além disso, a cooperação pode facilitar a transferência de conhecimento e inovação, fortalecendo a competitividade do setor energético brasileiro.

A retomada de um governo Trump pode levar a uma revisão dos incentivos para biocombustíveis e energia limpa, o que pode representar desafios adicionais para os exportadores brasileiros.

Desafios e Considerações

Apesar das oportunidades, é crucial considerar desafios como:

- A necessidade de investimentos em infraestrutura e regulações internacionais.
- A possível redução ou reestruturação de incentivos relacionados à energia limpa sob um novo governo Trump.
- Preocupações dos produtores americanos de etanol com a competitividade dos biocombustíveis brasileiros.

A colaboração entre governos e setor privado será fundamental para superar esses obstáculos e adaptar-se a eventuais mudanças de cenário político.

Conclusão

A "Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética" representa uma oportunidade estratégica para o Brasil ampliar sua participação no mercado de energia limpa, tanto domesticamente quanto internacionalmente. Aproveitar essa conjuntura favorável requer ações coordenadas entre o setor privado e o governo, bem como a capacidade de adaptação a possíveis mudanças políticas, incluindo as implicações de um novo governo Trump para o futuro da cooperação bilateral e do setor de biocombustíveis.



129

ETIÓPIA

CAFÉ

Número: ADIS-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Adis Abeba/ Etiópia

Palavras-chave: Etiópia. café. sustentabilidade. exportações

Responsável: Fabiana Villa Alves

SUMÁRIO: A Etiópia é o berço do café, reconhecida por produzir alguns dos grãos de *Coffea arabica* de mais alta qualidade do mundo. Quinto maior produtor de café do mundo, e o maior da África, o café é o principal produto de exportação do país, sendo que cerca de 20 milhões de etíopes dependem diretamente do produto para sua subsistência. A Etiópia pretende tornar-se o segundo maior exportador mundial de café até 2033, conforme apresentado em sua nova Estratégia de Transformação do Setor Cafeeiro. Este ambicioso plano inclui a expansão da área cultivada, aumento da produtividade e crescimento significativo nas exportações. Apesar dos desafios estruturais existentes, como baixa produtividade e alto consumo interno, as oportunidades no mercado global de café especial destacam o potencial do país em se posicionar como referência no segmento. Este documento apresenta o panorama atual da cadeia produtiva do café na Etiópia, e eventuais implicações na comercialização e competitividade do Brasil no mercado internacional do produto.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

Contexto Atual

O *Growth and Transformation Plan (GTP)* da Etiópia é uma série de planos quinquenais destinados a impulsionar o crescimento econômico e a transformação estrutural do país. O GTP II, abrangendo o período de 2015/16 a 2019/20, focou na agroindustrialização, melhoria da infraestrutura e expansão de serviços sociais. Atualmente, a Etiópia está implementando uma nova estratégia de desenvolvimento para o período de 2023 a 2027, aprovada pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Essa visa promover o crescimento inclusivo e sustentável do país, por meio de investimentos em setores-chave, como energia, indústria e agricultura.

A indústria cafeeira representa um pilar importante da economia etíope, contribuindo com 4% do PIB, e sendo responsável por um terço das receitas em moeda estrangeira oriundas das exportações agrícolas. Com mais de 10.000 variedades distintas, a Etiópia é globalmente reconhecida como o berço do café. Contudo, apesar de sua relevância cultural e econômica, o setor enfrenta desafios como baixa produtividade e infraestrutura insuficiente.

O café arábica é cultivado principalmente nas áreas florestais das terras altas do sudoeste do país, nos distritos de Kaffa e Buno. O país dedica cerca de 500.000 hectares ao seu cultivo, e cerca de 90% dos sistemas produtivos são florestados/sombreados (Sistema Florestal, Sistema Semi-Florestal e *Garden Coffee*), com apenas cerca de 10% cultivado em sistemas intensivos, envolvendo maior uso de insumos e tecnologias.

As principais regiões produtoras do país são Oromia, Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (SNNPR) e Amhara (Figura 1). A região de Oromia é particularmente renomada pela produção de variedades de café arábica de alta qualidade, como o Sidamo e o Yirgacheffe. Na SNNPR, a produção é dominada por variedades de café Robusta, que são menos cultivadas em outras partes da Etiópia, já que a arábica é a variedade predominante. Tais cafés são muito apreciados em alguns mercados internacionais e amplamente utilizados para cafés instantâneos e blends.



Figura 1. Principais regiões produtoras de café da Etiópia (Fonte: <https://coffeehunter.com/knowledge-centre/ethiopias-diverse-coffee-geography/>).



130



Algumas sub-regiões destacam-se pela qualidade e tradição alcançadas, quais:

- *Sidamo*, é uma das mais renomadas áreas produtoras de café do país, reconhecida mundialmente por seus grãos de alta qualidade. Os cafés de Sidamo são valorizados por seus perfis de sabor complexos, que incluem acidez brilhante (com notas de limão, lima ou bergamota) e notas frutadas (semelhantes a frutas vermelhas), frequentemente com qualidades florais ou semelhantes a chá. As principais variedades cultivadas são de linhagem tradicional (*heirloom coffees*¹), como Kurume, Welicho e Dega. A elevada altitude da região (1.500 a 2.200 metros acima do nível do mar) favorece o amadurecimento mais lento dos frutos, resultando em açúcares mais complexos e sabores mais ricos;
- *Yirgacheffe*, pequena sub-região de Sidamo, é renomada por produzir alguns dos cafés mais apreciados e caros do mundo. Processado de forma úmida (lavado), os cafés da região destacam-se por seu corpo leve, acidez brilhante (com sabores cítricos, pêssego e frutas tropicais) e aromas florais (associadas ao jasmim), semelhantes à chá. As variedades da região são de linhagem tradicional (*Ethiopian Heirloom*), e incluem uma vasta gama de subvariedades. Por apresentarem alta complexidade, são altamente procurados pelos apreciadores de cafés especiais;
- *Guji*, já considerada parte de Sidamo, atualmente é reconhecida como uma distinta área produtora de café, ganhando crescente destaque no mercado de cafés especiais devido aos seus perfis únicos e vibrantes de sabor. Abriga variedades tradicionais (*heirloom coffees*), com algumas semelhanças com as regiões de Yirgacheffe e Sidamo, mas também possui subvariedades específicas da região. Os cafés de Guji são conhecidos por sabores intensamente frutados, com notas de frutas de caroço (pêssego, damasco) e frutas tropicais, além de toques florais. Dependendo do método de processamento, podem apresentar também nuances terrosas ou picantes;
- *Harar*, localizada na região leste da Etiópia, é uma das mais antigas e renomadas áreas de produção de café do país. Diferentemente de Sidamo e Yirgacheffe, os cafés de Harar são geralmente processados por via seca (natural), onde as cerejas de café são secas inteiras, permitindo o desenvolvimento de sabores intensos e frutados. As variedades tradicionais da região incluem as *Harar Longberry* e *Harar Shortberry*, conforme o tamanho e formato dos grãos. Os cafés de Harar destacam-se por sua acidez semelhante ao vinho, e sabores frutados marcantes (frequentemente com notas de mirtilo, cereja preta e chocolate). O processamento natural intensifica essas características, resultando em uma bebida encorpada e de sabor marcante. Seu sabor é comparado ao sabor do café do lêmên;

¹ O termo "*Ethiopian Heirloom*" refere-se às milhares de variedades indígenas de café encontradas na Etiópia, muitas das quais não foram geneticamente mapeadas ou classificadas individualmente. São altamente diversas, o que contribui para a complexidade e os perfis de sabor únicos encontrados nos cafés etíopes. Essas variedades geralmente são cultivadas em altitudes elevadas, beneficiando-se do clima fresco e dos solos ricos em nutrientes.

- *Genika*, localizada na região de Bench Sheko (ou Bench Maji), possui altitudes entre 1.800 e 2.100 metros acima do nível do mar. Produz variedades exclusivas, com grãos acinzentados e *terroir* único, com aroma marcante;
- *Limu*, é reconhecida por seus cafés processados via método úmido (lavado), que apresentam um perfil de sabor mais suave em comparação com outras regiões produtoras do país. As variedades de café na região são predominantemente tradicionais (*heirloom coffees*), mas com uma acidez geralmente menos intensa do que as encontradas em Yirgacheffe ou Sidamo. Seus cafés oferecem um equilíbrio entre acidez e corpo, com notas florais e frutadas sutis. Características comuns incluem toques cítricos suaves, especiarias doces e uma textura cremosa e aveludada.



132

Mercado e Planos de Expansão

A *Ethiopian Coffee and Tea Authority (ECTA)*, agência governamental criada em 2016, é a responsável por regulamentar, promover e desenvolver os setores de café e chá no país, e desempenha um papel central na estratégia da Etiópia para se consolidar como um dos maiores exportadores de café do mundo. De fato, em seu plano estratégico constam ações delineadas para expandir o mercado cafeeiro etíope para novos territórios, particularmente China e Coreia do Sul, e fortalecer parcerias já estabelecidas com EUA, Alemanha, Bélgica, Japão e Arábia Saudita. Entre suas ambiciosas metas, está a de aumentar consistentemente o volume de exportação nos próximos anos, além de dobrar a área de plantação e quintuplicar as receitas do setor até 2033.

Para tal, o governo etíope tem implementado diversas iniciativas para apoiar a indústria cafeeira, reconhecendo sua importância tanto para a economia nacional quanto para a reputação global do café etíope. Algumas das principais iniciativas incluem subsídios para os produtores, distribuição de materiais genéticos melhorados, e ações maciças de marketing e parcerias com organizações internacionais para promoção do café nacional em mercados internacionais.

Essas ações são parte de um esforço mais amplo para fortalecer a indústria cafeeira, melhorar as condições de vida dos agricultores e garantir que o café etíope continue a ser um produto de destaque no comércio global. Além disso, essas iniciativas buscam não apenas melhorar a produção, mas também promover a sustentabilidade sócio-ambiental, garantindo que os benefícios econômicos da indústria sejam difusos e duradouros.

O mercado de café da Etiópia é segmentado (café em grãos inteiros, café moído e café instantâneo), e altamente concentrado. Alguns dos maiores *players* que atuam no país são: Belco Coffee, Nestle AS, Enjoy Better Coffee (Mokate), Ya Coffee, Square One Coffee, Wild Coffee Company, Hadero Coffee, Klatch Coffee, Oromia Coffee Farmers Cooperative Union, Kalbe International, Midroc Investment Group e Starbucks, entre outros. Existe um grande comprometimento por parte dessas empresas em fomentar a inovação nos cafezais, investindo em pesquisa e desenvolvimento para melhorar a qualidade e o rendimento de seus produtos.



133

Durante o último ano fiscal etíope, que terminou em 7 de julho de 2024, a Etiópia exportou 298.000 toneladas de café, gerando US\$ 1,43 bilhão. A expectativa é que, para 2024/2025, o país deva aumentar suas exportações de café para 400.000 toneladas, e faturar mais de US\$ 2 bilhões.

A expansão na produção de cafés especiais é uma área-chave para a Etiópia. Esses produtos, que chegam a ser cotados a US\$ 5.500 por tonelada, geram retornos significativamente maiores em comparação ao café comercial, comercializado a US\$ 2.800 por tonelada. Além disso, as práticas de produção cafeeira sustentável do país atendem aos critérios de desmatamento zero das Nações Unidas, oferecendo uma vantagem competitiva no mercado internacional, para onde 30% a 35% das exportações de café da Etiópia são destinadas.

Estima-se que a área dedicada às plantações de café alcançará 4,7 milhões de hectares até 2033, enquanto a produtividade média saltará para 1,5 toneladas por hectare (o dobro observado em 2024), resultando em um aumento de 433% na produção total anual.

O foco crescente em mercados como China e Coreia do Sul reflete a ambição da Etiópia de diversificar suas parcerias comerciais, reduzindo a dependência de mercados tradicionais, como EUA, Alemanha e Japão. Essa estratégia busca não apenas ampliar as receitas, mas também posicionar o café etíope como um produto *premium* em mercados emergentes e bons pagadores. De fato, a crescente demanda global por cafés *premium* representa uma oportunidade adicional e estratégica para a Etiópia, devido ao seu potencial de oferta de cafés únicos, de alta qualidade, explorando vários perfis de sabor.

Para atingir tais mercados, a ECTA tem reforçado o compromisso do governo com a qualidade e a rastreabilidade do produto, além de incentivar abordagens tecnológicas e digitais para impulsionar a comercialização e reconhecimento dos cafés etíopes. Desde 2019, várias iniciativas para revitalizar cafeeiros antigos, muitos com mais de 45 anos, têm sido implementadas em várias partes do país. Milhões de mudas foram plantadas, e a poda de cafeeiros em 500.000 hectares contribuiu significativamente para o aumento da produtividade.

Em 2021, foi inaugurado o Centro de Treinamento de Café (CTC) da Etiópia, cujo objetivo é aprimorar a sustentabilidade e a cadeia de valor do setor cafeeiro do país. Localizado na sede da Autoridade de Café e Chá da Etiópia (ECTA), em Adis Abeba, busca melhorar a qualidade do café e atender aos padrões internacionais de exportação, capacitando produtores e profissionais da indústria para atender aos altos padrões de qualidade exigidos pelos mercados internacionais. Também oferece treinamentos sobre práticas e tecnologias de gestão de café mais eficientes e modernas, incluindo o uso de novas técnicas de cultivo, processamento e comercialização, e; cursos e treinamentos especializados para ajudar a formar profissionais qualificados em todas as áreas da cadeia de valor do café, desde o cultivo até a torrefação e a comercialização. A infraestrutura da instituição compreende Laboratórios de preparação, torrefação e análise sensorial, Cafeteria-escola, e Salas para treinamento e capacitações. O CTC foi desenvolvido com o apoio de diversas organizações e instituições, incluindo o Ministério da Agricultura da Etiópia (MoA), a Agência Italiana para Cooperação no Desenvolvimento (AICS), Illycaffè, Fundação Ernesto Illy e UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial).



134

Considerações Finais

Como centro de origem do café, a Etiópia não apenas desempenha um papel importante no mercado global de café, mas também incorpora o produto como parte essencial de seu patrimônio histórico-cultural. Seus diferentes tipos de grãos, métodos de cultivo e processamento, oferecem uma ampla gama de perfis de sabor que tornam o café da Etiópia único perante seus concorrentes internacionais. As últimas reformas políticas pelas quais o país vem passando, consideram o café como um dos principais pilares para consolidar a relevância econômica e cultural do país no cenário internacional. O potencial de geração de receitas, estimado em US\$ 10,4 bilhões até 2033, é um indicador claro da eficácia das iniciativas em andamento no país. Investimentos na promoção da cultura cafeeira, no fortalecimento da marca etíope e em pesquisas poderão transformar a Etiópia no maior concorrente direto do Brasil para o produto nos próximos anos.



135

ETIÓPIA

CARNE BOVINA

Número: ADIS-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Adis Abeba/ Etiópia

Palavras-chave: Etiópia. carne bovina. mercado. exportações

Responsável: Fabiana Villa Alves

SUMÁRIO:

Este documento analisa a situação atual do setor de carne bovina na Etiópia, principal rebanho da África. A cadeia bovina possui importante contribuição para o PIB agrícola e exportações do país, embora esteja aquém de seu potencial, devido a sistemas de produção predominantemente subsistentes, baixa produtividade e deficiências na cadeia de valor. Também enfrenta desafios estruturais significativos. A reabertura das exportações de carne, após dois anos de suspensão, mostra sinais de recuperação, mas questões como a saúde pública relacionada ao consumo de carne crua e a falta de infraestrutura adequada continuam a limitar o setor.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



136

Contexto Atual

Embora a Etiópia possua o maior rebanho bovino da África, com mais de 60 milhões de cabeças, seus sistemas de produção ainda são arcaicos, caracterizados pela baixa produtividade que, somada à falta de infraestrutura adequada, paradas diárias no fornecimento de água e eletricidade, ausência de normas de classificação de carcaça, informalidade nas transações comerciais e fraca coordenação entre os elos da cadeia de valor, resultam em ineficiências em toda a cadeia produtiva (Figura 1).



Figura 1. Cenas comuns de desabastecimento de produtos cárneos, especialmente bovinos, nos maiores supermercados da capital, Adis Abeba. **Fonte:** Villa Alves, 2025.

O país também enfrenta desafios em melhorar a sua competitividade no mercado internacional, especialmente na África e Oriente médio, enquanto precisa abordar questões de saúde pública, como o consumo de carne crua e suas implicações para a segurança alimentar da própria população.

O setor pecuário representa uma parte significativa do PIB agrícola (45%) e do PIB total (19%), além de ser um importante gerador de câmbio, com as exportações de carne e produtos derivados respondendo por 16 a 19% da receita externa do país. Contudo, a produtividade nacional permanece baixa, com o peso médio das carcaças (110 kg) bem abaixo da média regional e global, e a produção de carne bovina limitada pela baixa taxa de ganho diário de peso (0,25 kg/dia).

Além disso, o país enfrenta problemas estruturais que dificultam o pleno aproveitamento do potencial do setor. A produção ainda é orientada para a subsistência, com sistemas de comercialização predominantemente informais, e a cadeia de valor é ineficiente devido à falta de coordenação entre produtores, intermediários e exportadores. Em termos de exportações, a carne de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) é mais prevalente, enquanto o mercado de carne bovina ainda está em fase de recuperação.



Além dos desafios econômicos, a Etiópia enfrenta uma questão de saúde pública relacionada ao consumo de carne crua em pedaços, uma prática tradicionalmente enraizada, especialmente entre as elites urbanas (Figura 2). Apesar de ser promovida como uma prática sofisticada nas redes sociais e restaurantes de luxo, o consumo de carne crua tem se mostrado um risco significativo devido à presença de bactérias como *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*, além de parasitas como *Toxoplasma gondii*.



137



Figura 2. Hábito cultural de consumo de carne crua na Etiópia. **Fonte:** <https://www.victorzerga.com/ethiopian-wedding-in-seattle/> e <https://nobleventures.net/tag/ethiopia/>.

A Etiópia possui, também, grandes desafios relacionados à segurança do alimento, devido às condições sanitárias nos abatedouros e pontos de venda de carnes em geral (Figura 3). Estudos recentes indicam a alta prevalência de doenças zoonóticas, como a tuberculose bovina, entre trabalhadores de abatedouros e consumidores de carne crua.



Figura 3. (a) Abatedouro estatal da Addis Ababa Abattoirs Enterprise, em Qera, Etiópia; (b) Típico açougue da capital Adis Abeba. **Fonte:** <https://addisfortune.news/lamb-to-the-slaughter-livestock-markets-in-disarray/> e <https://addisfortune.news/a-culinary-relicaddiss-fading-raw-meat-delights/>.



138

Mercado e Planos de Expansão

Na Etiópia, a ausência de um sistema de produção orientado para o mercado resulta em um fornecimento inconsistente e desigual de animais. Em geral, os bovinos são criados em sistemas de subsistência, e os animais, vistos como forma de acumulação de capital, são vendidos quando surgem necessidades financeiras ou quando há escassez de alimento e água. Embora já comecem a surgir sistemas fortemente integrados de produção e comercialização no país, ainda persistem em maior quantidade os arranjos informais.

As principais raças exploradas são autóctones (Borana e Ogaden) e, embora resilientes e adaptadas às condições locais, tendem a serem menores e com taxas de crescimento mais lentas em comparação com raças melhoradas. Isso resulta em pesos de carcaça de 20 a 30% menores, afetando a competitividade nas exportações. Práticas alimentares inadequadas e controle de doenças insuficiente, devido à falta de disponibilidade de insumos, ração e medicamentos no país, também comprometem a qualidade da carne, incluindo menor teor de gordura, textura mais dura e menor vida de prateleira. Embora haja um grande potencial de utilização de raças melhoradas em cruzamentos, o acesso limitado a reprodutores de qualidade, além de ausência de registros e acasalamentos não controlados, impossibilita avanços genéticos consistentes do rebanho. Além disso, o investimento insuficiente do setor público e privado em P&D restringe programas de reprodução adaptados aos contextos diversos da Etiópia.

Os altos custos de transporte forçam a condução “à pé” dos animais até os cerca de 120 mercados do país (tradicionais pontos de comercialização de animais), levando à perda de peso, lesões e, por vezes, à morte. Esses desafios afetam o bem-estar animal e a qualidade do produto, reduzindo a competitividade no mercado externo.

A retomada das exportações de carne bovina da Etiópia em 2024, após um intervalo de dois anos, representa uma etapa importante para o país. A suspensão ocorreu devido à grande discrepância entre os preços internos, onde a carne era vendida por US\$ 8, enquanto os preços internacionais encontravam-se em US\$ 4, tornando as exportações economicamente inviáveis. A implementação de uma nova política cambial pelo governo etíope foi decisiva para a retomada da competitividade do setor, permitindo a reabertura do mercado internacional.

Embora a reabertura tenha sido tímida, com exportações iniciais de apenas 1,3 toneladas para os Emirados Árabes Unidos e o Catar, a mensagem é clara: a Etiópia está de volta ao mercado de carne bovina, competindo com outros grandes produtores da região, como Índia, Paquistão, Tanzânia e Quênia. No entanto, um dos principais desafios do setor continua sendo a fraca infraestrutura de processamento e comercialização da carne, que dificulta a conquista de mercados mais exigentes em termos de qualidade.

Com um cenário, em curto-médio prazo, da cadeia de carne bovina etíope se tornar uma indústria moderna e próspera, como vem ocorrendo com outras indústrias do país, e capaz de produzir carne embalada de qualidade para mercados do Oriente Médio, Europa e África Oriental, surgem oportunidades para investimentos estrangeiros em todos os pontos da cadeia.



Considerações Finais

Observa-se um cenário positivo e crescente para a cadeia de carne bovina etíope se tornar uma indústria moderna e próspera, em curto-médio prazo, assim como vem ocorrendo com outras indústrias do país. Recentes iniciativas do governo local podem gerar uma atração de investimentos estrangeiros em todos os elos da cadeia e, caso se concretizem, a Etiópia será capaz de produzir carne embalada de qualidade para mercados do Oriente Médio, Europa e África Oriental.



139

FRANÇA - ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM PARIS

PROMOÇÃO DA IMAGEM DO SUCO DE UVA BRASILEIRO: INVESTINDO EM MERCADOS FUTUROS

Número: PARIS-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: PARIS/FRANÇA

Palavras-chave: suco de uva; promoção de imagem; negociação multilateral; Organização Internacional do Vinho e da Vinha; *Codex Alimentarius*

Responsável: Helena Müller Queiroz

SUMÁRIO:

Estabelecer a imagem de um produto no mercado internacional não é uma tarefa simples. Depende da ação coordenada de muitos atores e da mobilização das várias instâncias das cadeias de valor. O suco de uva brasileiro ainda tem um outro desafio, ele é diferente. Seu sabor é único: resultado do emprego de variedades híbridas da uva *Vitis labrusca*, muitas delas produzidas com tecnologia nacional, e do equilíbrio entre acidez e o teor de açúcar derivados do solo e clima do nosso país.

Esse informativo mostra como iniciativa privada e Governo investiram juntos para mudar os padrões de referência internacionais, visando ampliar o mercado futuro dos produtos agrícolas brasileiros. As ações coordenadas entre produtores, associações, ApexBrasil, MAPA, MRE, ANVISA e Inmetro, culminaram na inclusão do suco de uva brasileiro no critério de identidade e qualidade estabelecido no *Codex Alimentarius*, referência internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC) para alimentos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

ANTES DE TUDO, A BASE: POR QUE INVESTIR NO TRABALHO JUNTO AOS FÓRUNS MULTILATERAIS?

A despeito de não envolverem diretamente negociações de acesso a mercados, as análises e estudos conduzidos nessas organizações têm influência considerável não apenas na definição dos princípios e regras que pautam o comércio agrícola internacional, mas igualmente na percepção de investidores e formuladores de opinião nos principais mercados importadores de produtos brasileiros.

À luz desse quadro, os fóruns multilaterais podem ser arenas estratégicas para se propagar informações positivas a respeito dos produtos brasileiros, evitar distorções que possam levar à criação de barreiras comerciais e influenciar a elaboração de padrões e regulamentos das organizações internacionais econômicas, com especial ênfase àquelas que são referências para a OMC, como o *Codex Alimentarius*.

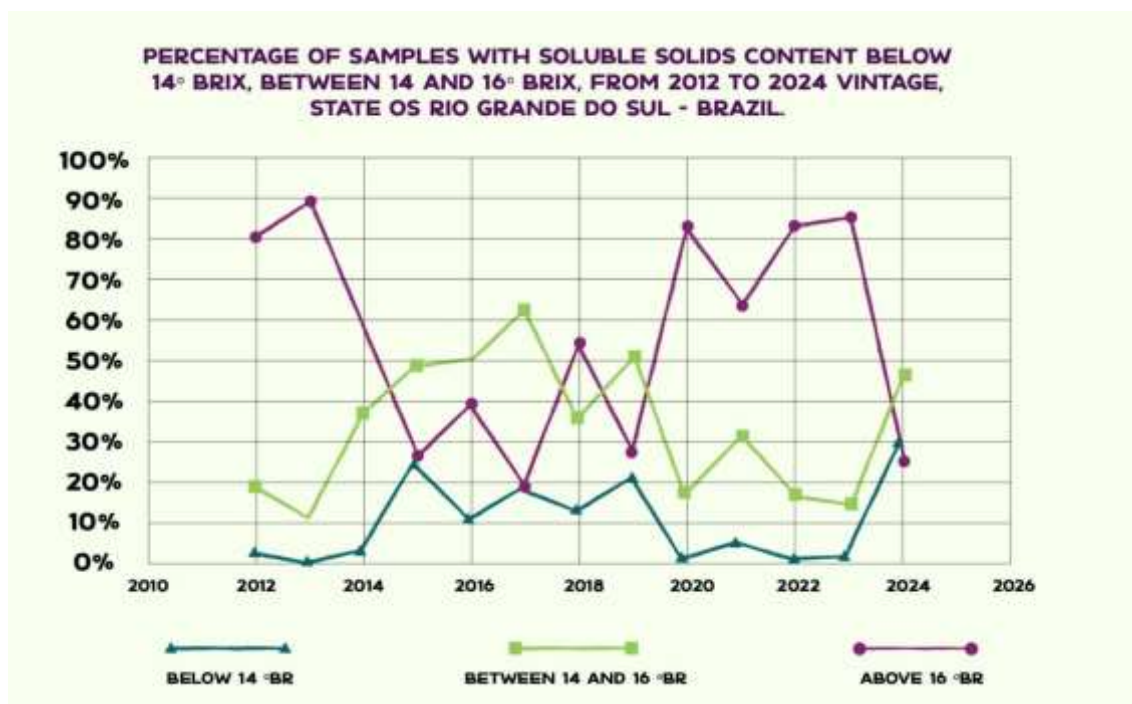
ESTUDO DE CASO: SUCO DE UVA DO BRASIL, DIFERENTE POR NATUREZA

O teor de sólidos totais, expresso em °BRIX, tem impacto direto no sabor do suco de uva, garantindo o balanço entre acidez e açúcar do produto. No caso brasileiro, esse valor, em função da matéria-prima e das condições naturais de produção no país, é um valor inferior (14° BRIX) ao valor estabelecido atualmente no *Codex Alimentarius* (16°BRIX), em boa parte das safras. Os padrões harmonizados no *Codex* são as referências internacionais para o comércio internacional de alimentos estabelecidas pelo Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses padrões estabelecem os critérios de identidade, qualidade e inocuidade dos produtos alimentícios comercializados entre os mercados.

Em 2018, o Brasil iniciou um estudo na Organização Internacional do Vinho e da Vinha (OIV) para comprovar cientificamente que o suco de uva produzido no Brasil naturalmente possui teores de sólidos menores que os padrões estabelecidos internacionalmente. Os especialistas brasileiros analisaram amostras das diversas variedades de uva utilizadas nas distintas regiões produtoras do país, produzidas nas safras colhidas entre 2012 e 2024. A equipe brasileira, liderada pelo MAPA reuniu cerca de 1700 resultados, para comprovar aos membros da OIV que o menor teor de açúcar que caracterizava o produto brasileiro ocorria de forma natural.

Figura 1: Porcentagem de amostras com teores sólidos solúveis inferiores a 14° BRIX, entre 14° e 16° BRIX e 16° BRIX, das safras de 2012 a 2024, do Estado do Rio Grande do Sul

142



Mas por que investir tanta energia na OIV, se o padrão internacional de referência é o *Codex*?

A OIV é uma organização internacional econômica especializada nos produtos derivados da uva e do vinho, que tem como atribuição regimental apoiar à harmonização dos padrões internacionais desses produtos. Na verdade, o Brasil investiu na construção de evidências objetivas junto aos 50 países membros da OIV. Esses países têm em comum o interesse sobre os produtos da vinha, além de serem membros do *Codex Alimentarius*. Ademais, a OIV é observadora do *Codex* e, apesar de não ter poder de voto, ela exerce influência na construção dos padrões, principalmente, por sua credibilidade científica.

A tarefa não foi fácil, além da comprovação científica, o suco de uva brasileiro teve que vencer outro desafio: o desconhecimento dos países em relação ao sabor do nosso produto e, claro, resistências políticas. Os países europeus, por exemplo, não compreendiam por que o Brasil achava tão importante alterar o padrão internacional se o produto poderia ser facilmente reconstituído para se adequar à referência. Além do custo econômico do acréscimo de outras etapas ao processo produtivo, há uma diferença sensorial importante entre o suco brasileiro e o suco europeu, produzido na sua maioria a partir da uva *Vitis vinifera*. Os produtos brasileiros são menos doces e mais ácidos.

É nesse ponto que a ciência e a negociação têm que trabalhar com outras ferramentas: **a promoção de imagem**. Aqui, a ideia é mostrar uma dessas ações.

143

AÇÃO DE PROMOÇÃO DE IMAGEM DO SUCO DE UVA BRASILEIRO

Em outubro de 2024, o MAPA, em parceria com o MRE, o CONSEVITIS e ApexBrasil, realizou um evento técnico no âmbito das celebrações do centenário da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) e do 45º Congresso Mundial da Vinha e do Vinho. O evento foi direcionado a representantes do grupo de trabalho técnico e delegados dos países membros da OIV que têm influência sobre a regulação dos respectivos mercados de suco de uva, cuja relevância comercial para o Brasil é crescente.

O evento permitiu contextualizar a produção de suco de uva no Brasil e explicar as diferenças entre os sucos obtidos de diferentes espécies e variedades de uva, com especial ênfase no impacto do solo e das condições climáticas brasileiras nos níveis de açúcar e acidez do produto.

A apresentação teórica incluiu informações nacionais sobre as variedades mais utilizadas, regiões de produção de uvas, seus aspectos genéticos (uvas híbridas) e aspectos relacionados à sustentabilidade em seus pilares ambiental, social e econômico (sistemas de produção organizados em cooperativas de produtores).

O evento, que contou com a participação de 50 especialistas de 17 países, teve como principal objetivo ilustrar, por meio de uma degustação guiada, o impacto do teor de sólidos solúveis no equilíbrio entre acidez e açúcar do suco de uva.

Figura 2: Evento brasileiro realizado em Dijon, França, durante o 45º Congresso Mundial da Vinha e do Vinho, em 15 de outubro de 2024.





144



Fonte: OIV

ENQUANTO ISSO, NO CODEX ALIMENTARIUS...

Em 2022, o Brasil propôs na Comissão do Codex Alimentarius (CAC), a revisão do padrão mínimo de sólidos solúveis para suco de uva de *Vitis labruscas*, visto que normalmente esses produtos apresentam um teor de sólidos solúveis inferior ao de *Vitis viniferas*. O mínimo de sólidos solúveis estabelecido na norma anteriormente (16 °Brix) excluía aproximadamente 45% do suco produzido a partir de *Vitis labruscas* cultivadas na principal região produtora brasileira.

Em 2023 houve a criação de um grupo eletrônico de especialistas para a elaborar uma emenda à Norma Geral para Sucos de Frutas e Néctares do *Codex Alimentarius*. O Brasil coordenou esse grupo.

Depois de dois anos, inúmeras reuniões e diversas gestões bilaterais, na OIV e no Codex, a emenda resultante desse trabalho foi aprovada na Comissão do *Codex Alimentarius* (CAC), em novembro de 2024, em Genebra, na Suíça. Num trabalho conjunto do MAPA, MRE, INMETRO e ANVISA.

A emenda sugeriu a divisão do nível mínimo do teor de sólidos solúveis para suco de uva em dois grupos distintos: um para *Vitis vinifera* e suas híbridas, com o nível mínimo de BRIX mantido em 16°, e outro para *Vitis labrusca* e suas híbridas, com um novo limite mínimo de BRIX em 14°. O objetivo dessa alteração foi deixar a norma mais precisa e refletir melhor as características do suco de uva reconstituído produzido a partir da *Vitis labrusca* e suas híbridas, especialmente do suco brasileiro proveniente de regiões com característica específicas, como o Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o país logrou a alterar o padrão internacional que absorveu também as condições de produção brasileiras se tornando mais inclusivo e representativo da produção global de suco de uva.

145

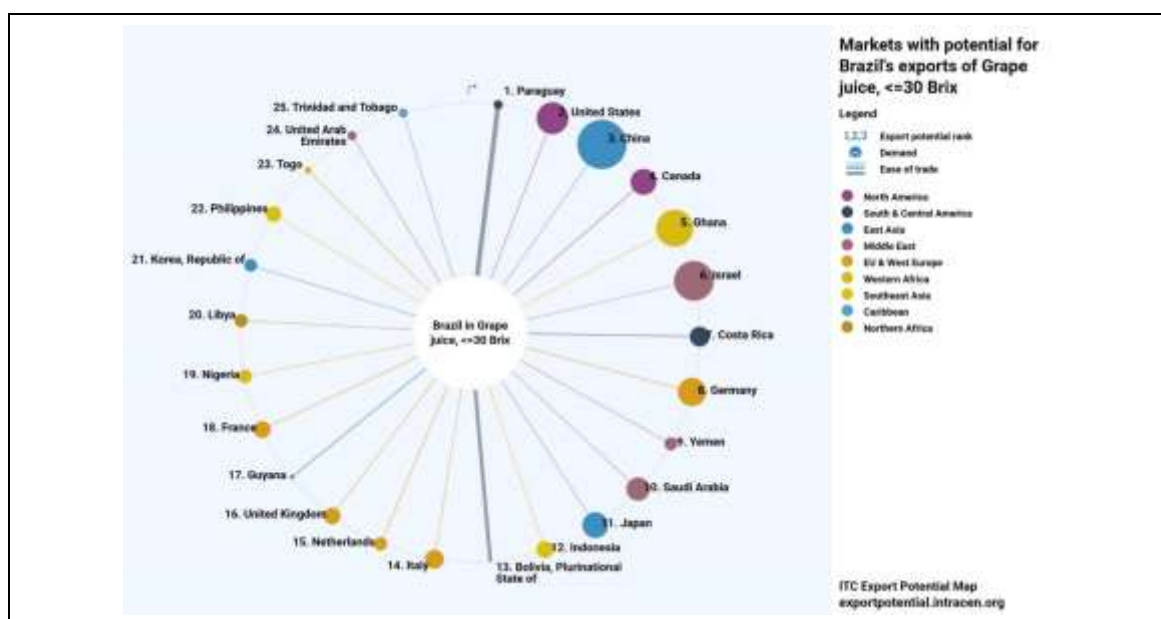
E AGORA, QUAIS SÃO OS PRÓXIMOS PASSOS?

Alterar o padrão, dar visibilidade internacional ao produto brasileiro e fazê-lo conhecido por sua qualidade, tecnologia, sustentabilidade ambiental, benefícios à saúde e pelo comprometimento social da cadeia produtiva, muitas vezes organizada em cooperativas, são etapas do processo que visa a ampliação consistente e gradual do mercado internacional do suco de uva.

Para isso, o investimento em promoção da imagem desse produto deve ser perene, constante e bem coordenado entre os diversos atores. Ainda não é possível quantificar os efeitos da mudança do padrão do *Codex* no maior acesso do produto brasileiro ao mercado internacional, vamos precisar observar a alteração do fluxo de comércio ao longo dos próximos anos. No entanto, é certo que todos os atores precisam continuar trabalhando juntos para consolidar a imagem do produto nacional mundo à fora.

A figura abaixo ilustra a avaliação indicativa do potencial do mercado atual do suco de uva brasileiro. É importante ressaltar que se trata de uma análise exploratória e não exaustiva, que indica simplesmente pontos para um eventual aprofundamento de estudos mais especializados. Essa análise não inclui, por exemplo, fatores como regulamentos e variações climáticas. Para a elaboração da figura 3, utilizou-se a ferramenta “Export Potential Map”, do International Trade Center (sigla em inglês, ITC Trade Map), cuja metodologia estima o potencial de mercado.**

Figura 3: Avaliação indicativa do potencial do mercado atual do suco de uva brasileiro.



Fonte: ITC Trade Map (<https://www.intracen.org/resources/tools/export-potential-map>)

Segundo a ferramenta, os mercados com maior potencial para as exportações brasileiras de suco de uva, com teor de sólidos menores ou iguais a 30° Brix (SH 200961) são Paraguai, Estados Unidos e China. Nesse contexto, o Brasil tem laços de exportação mais próximos com o Paraguai e a China é o mercado com maior potencial de demanda para esse produto.

146

Dentre as ações em curso, podemos citar a parceria do setor produtivo, por meio do CONSEVITIS-RS, com a ApexBrasil, num projeto de promoção comercial chamado “Wines of Brazil”. O objetivo geral deste projeto setorial é promover os vinhos finos engarrafados, espumantes e suco de uva 100% brasileiros no mercado internacional por meio de um plano de marketing com ações estruturantes, de comunicação e de promoção comercial resultando no fortalecimento do comércio internacional e na imagem de marca destes produtos. Os países-alvo dessa ação são: Alemanha, Canadá, China, Estados Unidos, Japão, México, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Rússia e Singapura.

E o Governo, o que mais tem feito? O suco de uva tem sido central na pauta brasileira na OIV, desde 2018. O país já liderou a elaboração de 12 resoluções voltadas ao produto. Desse total, já foram aprovadas cinco resoluções, com previsão um novo instrumento a ser votado na assembleia geral de junho de 2025. Essas resoluções estruturantes versam sobre a análise laboratorial do suco de uva, definições e critérios de qualidade do produto. Dessa forma, o Brasil pode influenciar o diálogo internacional que envolve todos os aspectos do comércio internacional desse produto, criando uma base sólida para a ampliação futura de mercados.

Para além das ações em curso, outras já estão sendo organizadas, uma delas será a realização de um novo evento de promoção da imagem do suco de uva no 46º Congresso Mundial da Uva e do Vinho previsto para 16 a 20 de junho, na Moldávia. Na edição do ano passado, o Congresso recebeu 756 participantes, de mais de 40 países. Dentre eles, pesquisadores, iniciativa privada, governo e associações de classe. Neste ano, a ideia seria realizar um evento nos mesmos moldes, uma palestra técnica seguida por uma degustação guiada dos sucos brasileiros. Nesta edição, o tema central seria o desenvolvimento e inovação do desenvolvimento de variedades de uvas *Vitis labruscas* híbridas.

Em resumo, o caso de estudo do suco de uva demonstra que ações coordenadas são eficientes e resultam num bom investimento para pavimentar o acesso os produtos brasileiros independentemente do tamanho da cadeia produtiva. Trabalhar com base em evidências objetivas, para a construção de uma imagem positiva e padrões mais inclusivos que reflitam as condições da agricultura brasileira não traz resultados imediatos, mas garante um caminho seguro e sólido para acesso futuro a diversos mercados.

NOTAS

* SIGLAS: Instituto de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado do Rio Grande do Sul (CONSEVITIS-RS), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério das



Relações Exteriores (MRE), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

** O Export Potential Indicator identifica o valor potencial de exportação para qualquer exportador em um dado produto e mercado-alvo com base em um modelo econômico que combina a oferta do exportador, a demanda do mercado-alvo, as condições de acesso ao mercado e as ligações bilaterais entre os dois países. Para produtos de exportação existentes, a oferta é medida por meio de informações históricas sobre o desempenho da exportação. Os valores potenciais de exportação podem ser comparados com os valores reais de exportação para encontrar exportadores, produtos e mercados com espaço para crescimento.

147

REFERÊNCIAS

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-promove-suco-de-uva-brasileiro-durante-o-centenario-da-oiv-e-no-45o-congresso-mundial-da-vinha-e-do-vinho>

<https://www.consevitis-rs.com.br/pt/noticias/consevitis-rs-recebe-propostas-para-edital-de-apoio-as-acoes-de-promocao-nacional-ate-1o-de-agosto-468>

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/aprovacao-de-emenda-a-norma-sobre-suco-de-uva-no-codex-alimentarius-fao-oms>

FRANÇA – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM PARIS

148

PERSPECTIVAS E PROJEÇÕES PARA O MERCADO DE PESCADOS. OCDE-FAO AGRICULTURAL OUTLOOK 2024-2033

Número: PARIS-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: PARIS/FRANÇA

Palavras-chave: pescado; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; perspectivas agrícolas; Agricultura Outlook

Responsável: Helena Müller Queiroz

SUMÁRIO:

O relatório Agricultural Outlook 2024-2033 da OCDE-FAO* avalia as perspectivas de dez anos para os mercados de commodities agrícolas e pescados. Esse informe irá se concentrar nas reflexões do relatório sobre o capítulo sobre pescados. O capítulo descreve os desenvolvimentos recentes do mercado e destaca as projeções de médio prazo para o mercado mundial de pescados para o período de 2024-33. Os desenvolvimentos de preço, produção, consumo e comércio de pescados de pesca de captura e aquicultura são discutidos. O capítulo conclui com uma discussão de riscos e incertezas importantes que podem afetar os mercados mundiais de pescados nos próximos dez anos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

O relatório *Agricultural Outlook 2024-2033* da OCDE-FAO* avalia as perspectivas de dez anos para os mercados de commodities agrícolas e pescados.

Esta edição do Outlook revela tendências importantes. As economias emergentes serão fundamentais na formação do cenário agrícola global, com a Índia devendo ultrapassar a China como o principal *player*. No entanto, o crescimento da ingestão de calorias em países de baixa renda está projetado para ser de apenas 4%. A intensidade global de gases de efeito estufa da agricultura está projetada para diminuir, embora as suas emissões diretas provavelmente aumentem em 5%.

O bom funcionamento dos mercados internacionais de commodities agrícolas continuarão vitais para a segurança alimentar global e para garantir os meios de subsistência rural.

Esse informe irá se concentrar apenas nas reflexões do relatório sobre o capítulo sobre pescados.

Mais informações podem ser encontradas em www.agri-outlook.org.

ANTES DE TUDO, A BASE: PARA QUE USAR O RELATÓRIO?

Conhecer as projeções do mercado para um determinado produto pode direcionar a estratégia do setor a médio prazo. Claro que projeções não são certas, mas os modelos utilizados pela FAO e pela OCDE são robustos e, associados a outras ferramentas, podem auxiliar nas decisões da iniciativa privada sobre investimentos futuros.

PESCADOS - DESTAQUES

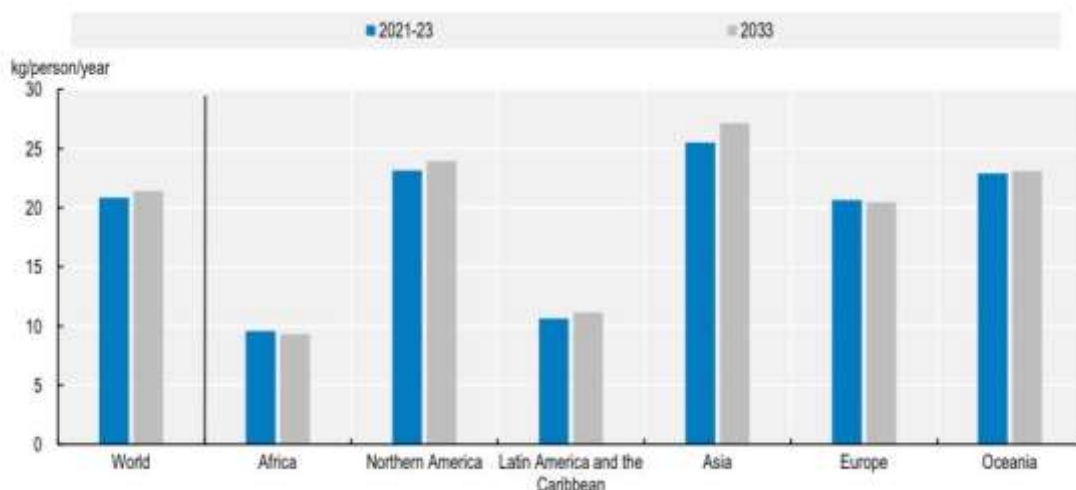
Consumo

Espera-se que o consumo de pescados aumente globalmente, embora em um ritmo mais lento do que na década anterior. A Ásia deve ser responsável por 77% pelo excedente de pescados disponíveis para consumo humano durante o período entre 2024-2033, apesar do crescimento mais lento em comparação com a década anterior, seguida pela África (16%) e pelas Américas (8%). Em contraste, espera-se que o fornecimento de alimentos para peixes na Europa diminua, embora em uma taxa mais lenta do que na década anterior. Em uma base per capita, o consumo médio aparente global de peixes para alimentação humana deve ser de 21,4 kg (peso vivo equivalente) até 2033, acima dos 20,8 kg no período base (média de 2021-2023). No entanto, há uma variação considerável tanto no nível quanto na tendência do consumo per capita de pescados entre países e regiões. Especificamente, o consumo per capita de pescados deve aumentar em todos os continentes durante o período estudado, exceto na Europa e na África. No caso da África, esse declínio se deve principalmente ao crescimento populacional mais rápido do que a oferta. O maior aumento é esperado na Ásia, com um aumento adicional em seu já alto nível de consumo de pescados *per capita*. A proporção de pescados utilizada para consumo

alimentar na produção total de pesca e aquicultura é projetada para permanecer relativamente constante em torno de 90% durante todo o período do Outlook. Os 10% restantes da produção serão alocados para fins não alimentares, principalmente para a produção de farinha de peixe e óleo de peixe.

150

Figura 1: Consumo *per capita* de pescado



Nota: Os dados são expressos em peso vivo equivalente.

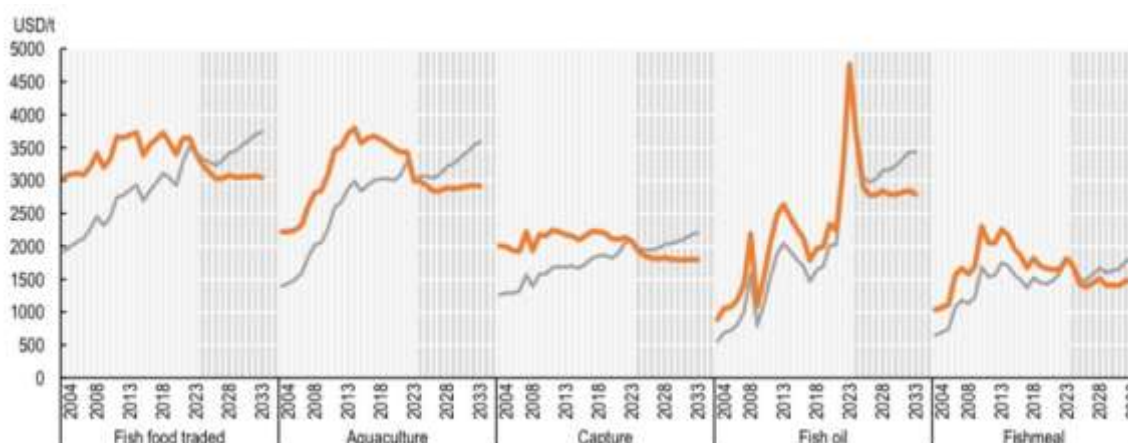
Fonte: OECD/FAO (2024), “OECD-FAO Agricultural Outlook”, OECD Agriculture statistics (banco de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/agr-outl-dataen>.

Preços

Espera-se que os preços de todos os grupos de produtos (aquicultura, pesca de captura, alimentos para peixes, farinha de peixe e óleo de peixe) caiam durante o período do Outlook em termos reais, sendo que o preço do óleo de peixe experimentará o maior declínio, caindo 18% na próxima década.

Embora o crescimento mais lento da demanda por pescados e seus produtos, particularmente na Ásia, gere declínios nos preços reais para os setores de captura e aquicultura, o crescimento mais lento da produtividade na aquicultura e o crescimento limitado da produção de pesca de captura mitigarão esses impactos até certo ponto. Portanto, espera-se que os declínios reais dos preços sejam relativamente modestos durante o período do Outlook.

Figura 2. Preço mundial de pescados



151

Nota: Alimentos para pescados: valor unitário mundial do comércio (soma das exportações e importações) de pescados para consumo humano. Aquicultura: valor unitário mundial da FAO da produção pesqueira de aquicultura (base peso vivo). Captura: valor estimado pela FAO do "ex-vessel value" da produção pesqueira de captura excluindo redução. Farinha de peixe: 64-65% de proteína, Hamburgo, Alemanha. Óleo de peixe: N.W. Europa. Preço real: deflator do PIB dos EUA e ano base = 2023.

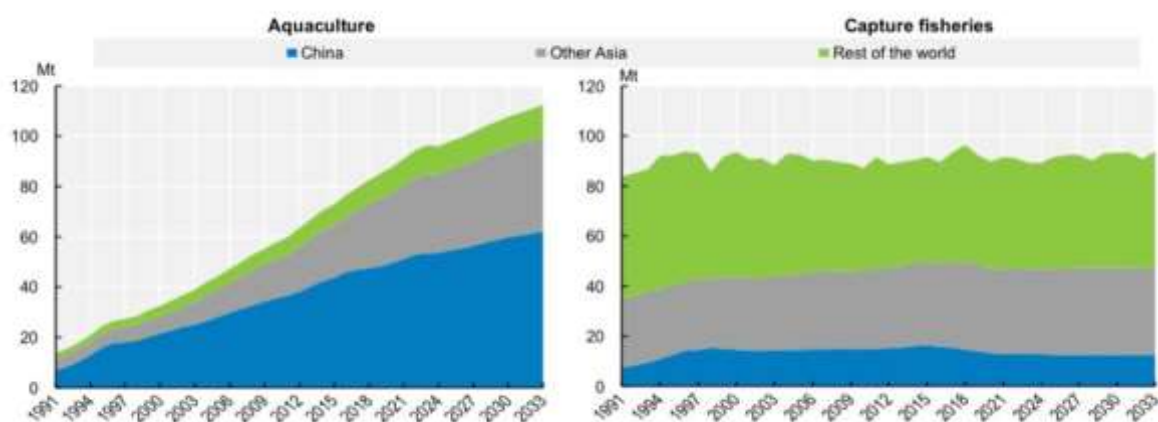
Fonte: OECD/FAO (2024), "OECD-FAO Agricultural Outlook", estatísticas agrícolas da OECD (banco de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/agr-outl-dataen>.

Produção

A produção global de pescados deve aumentar durante o período do Outlook, atingindo 206 Mt até 2033, um aumento de 22 Mt em relação ao período base (média de 2021-2023). No entanto, espera-se que o ritmo de crescimento seja mais lento em comparação à década anterior. O aumento da produção será impulsionado pela expansão contínua da aquicultura, particularmente na Ásia. Mais de 85% da produção adicional projetada será proveniente da aquicultura, elevando sua participação na produção global de peixes para 55%, ante 51% no período base. Os maiores aumentos de produção são esperados na China, Índia e Indonésia, respondendo por quase 80% da produção adicional da aquicultura. A produção de pesca de captura deve crescer modestamente, com volumes variando entre 89 Mt em anos de El Niño e 94 Mt nos demais. As projeções de pescados consideram explicitamente o fenômeno El Niño, reconhecendo seu impacto significativo na produção de pesca de captura e, conseqüentemente, na produção de farinha de peixe no Peru e em outros países da América do Sul. A produção mundial de farinha e óleo de peixe deve crescer um pouco mais rápido do que a produção global de pescados durante o período do Outlook.

Figura 3. Produção de aquicultura e pesca de captura





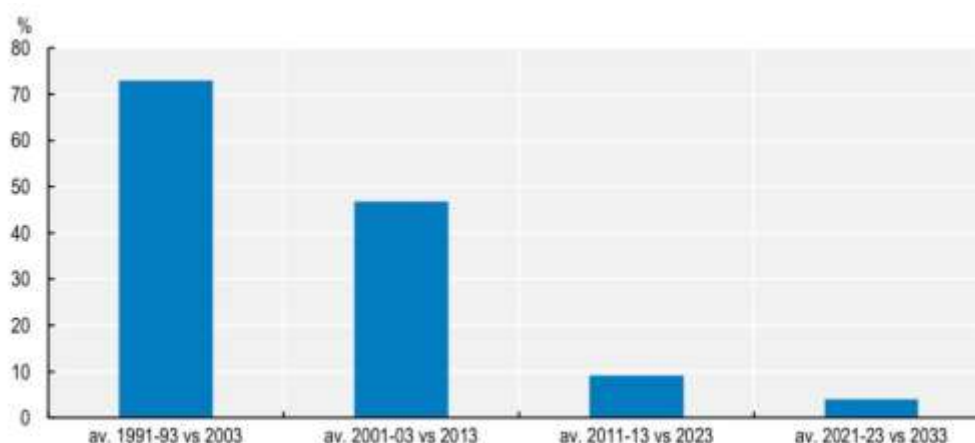
Nota: Os dados são expressos em equivalente de peso vivo.

Fonte: OECD/FAO (2024), "OECD-FAO Agricultural Outlook", OECD Agriculture statistics (banco de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/agr-outl-dataen>.

Comércio

As exportações globais de peixes para consumo humano devem continuar crescendo durante o período do Outlook, embora a uma taxa mais lenta em comparação à década anterior. A Ásia, liderada pela China, continuará a ser a principal força motriz por trás do aumento das exportações, seguida pelas Américas. Por outro lado, as exportações da África e da Oceania devem diminuir durante o período do Outlook. A África e as Américas absorverão a maior parte do crescimento das importações, enquanto os níveis de importação para a Ásia e a Europa devem diminuir durante o período do Outlook, já que a demanda é cada vez mais atendida pela produção doméstica nessas regiões e devido a um menor consumo per capita na Europa.

Figura 4. Taxas de crescimento das exportações mundiais de pescado para consumo humano



Nota: Taxas de crescimento calculadas sobre exportações mundiais de peixes para consumo humano expressas em peso vivo equivalente.

Fonte: OECD/FAO (2024), “OECD-FAO Agricultural Outlook”, OECD Agriculture statistics (banco de dados), <http://dx.doi.org/10.1787/agr-outl-dataen>.

153

Riscos e incertezas

A mudança climática é uma das principais fontes de incerteza enfrentada pelo setor de pesca de captura na próxima década. Em 2023, as temperaturas da superfície do mar foram as mais altas já registradas e a tendência parece destinada a continuar.

O aumento das temperaturas da superfície do mar terá impactos negativos na produção global de pesca de captura, mas esses impactos serão distribuídos de forma desigual. Melhorar a gestão da pesca adotando métodos e ferramentas de adaptação adequados também pode compensar esses impactos em algumas regiões. Além disso, a conclusão da próxima rodada de negociações de subsídios à pesca na Organização Mundial do Comércio (OMC) também criará incerteza para a produção global de pesca de captura. Na aquicultura, as reformas políticas são a principal fonte de incerteza.

As recentes reformas tributárias na Noruega provavelmente impactarão a produção de salmão de cativeiro, e os efeitos das reformas políticas na China, o maior produtor de aquicultura do mundo, se tornarão mais aparentes na próxima década.

NOTAS

* SIGLAS: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO)

REFERÊNCIA

OECD/FAO (2024), OECD-FAO Agricultural Outlook 2024-2033, OECD Publishing, Paris/FAO, Rome, <https://doi.org/10.1787/4c5d2cfb-en>.



FILIPINAS

PANORAMA DAS IMPORTAÇÕES DE CARNES PELAS FILIPINAS EM 2024



154

Número: MAN-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Manila/Filipinas

Palavras-chave: importações; carnes; Filipinas; estatísticas; BAI; carne bovina; carne suína; carne de frango; CMS; MDM; MSC

Responsável: Virgínia Arantes Ferreira Carpi

SUMÁRIO: Apresenta análise sobre as estatísticas de importação de carnes pelas Filipinas, disponibilizadas pelo Bureau da Indústria Animal (*Bureau of Animal Industry* - BAI), do Departamento de Agricultura das Filipinas, tendo como recorte o período de janeiro a outubro de 2024, em comparação com os dados de 2023. Destaca o posicionamento do Brasil no mercado de proteína animal filipino e o potencial de ampliação de acesso.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

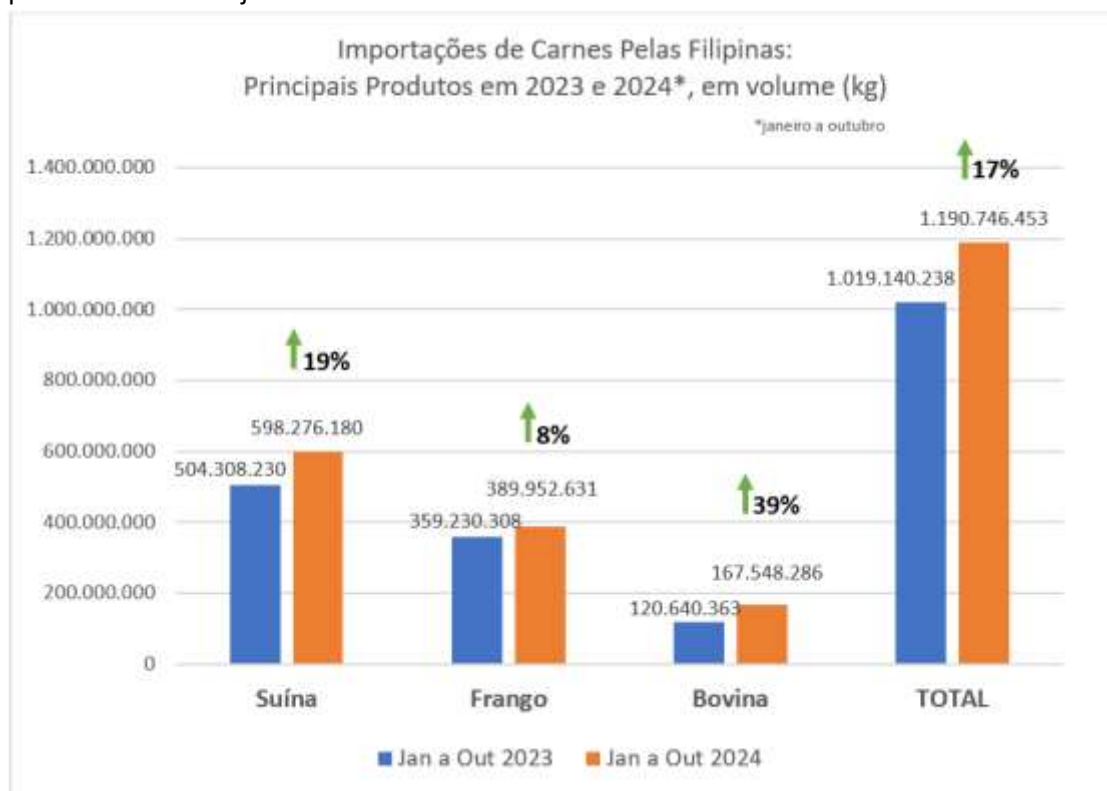


155

O Bureau da Indústria Animal (*Bureau of Animal Industry* - BAI) integra o Departamento de Agricultura (DA) das Filipinas, órgão análogo ao Ministério da Agricultura e Pecuária no Brasil. Periodicamente, o BAI divulga dados estatísticos sobre a importação de carnes pelas Filipinas, tendo como fonte o sistema de comércio do DA. Tais informações estão publicadas no website do BAI e podem ser acessadas [aqui](#). Este artigo explora as principais estatísticas do período de janeiro a outubro de 2024, destacando tendências e insights relevantes para uma melhor compreensão dos dados, o que pode contribuir para avaliação de oportunidades ao agronegócio brasileiro.

As informações divulgadas pelo BAI revelam um expressivo aumento nas importações de proteínas animais entre janeiro e outubro de 2024. Esse incremento reflete uma maior demanda do país neste segmento de alimentos, impulsionada pelo crescimento populacional, aumento do PIB e da classe média, e pela incapacidade da produção local em suprir o mercado. Nesse período, as importações registraram uma expansão de 17% no volume total em relação ao mesmo intervalo de 2023. Entre os destaques estão as carnes de peru, com um aumento de volume das importações de 196% (1,16 mil toneladas); bovina, com aumento de 39% (167,5 mil toneladas); suína, com 19% de aumento (598 mil toneladas); e de frango, com aumento de 8% (389,9 mil toneladas), conforme indicado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Importações dos principais produtos cárneos pelas Filipinas, em volume (kg), no período de janeiro a outubro dos anos de 2023 e 2024.

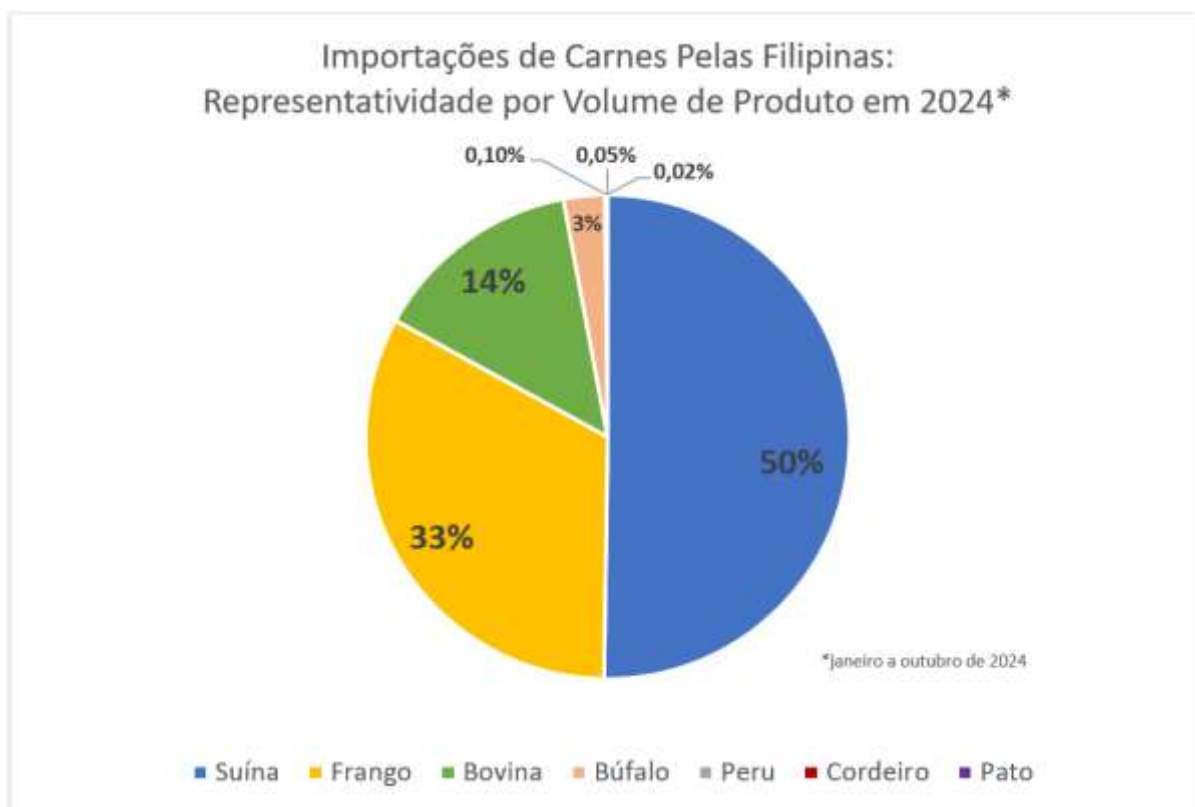


Fonte: DA Trade System, 2024.

Nos meses de janeiro a outubro de 2024, os principais produtos do segmento importados pelas Filipinas, em volume, foram carne suína (50%), carne de frango (33%), carne bovina (14%) e carne de búfalo (3%), de acordo com o Gráfico 2.



Gráfico 2: Representatividade por volume de produtos cárneos importados pelas Filipinas no período de janeiro a outubro de 2024.



Fonte: DA Trade System, 2024.

Os números do período destacam um avanço significativo nas exportações de carnes brasileiras para as Filipinas. As vendas de carne bovina atingiram 70,86 mil toneladas, um salto de 52,1%, enquanto as exportações de carne suína cresceram impressionantes 67,3%, alcançando 154 mil toneladas. Já a carne de peru apresentou uma alta expressiva de 96,6%, com 55 toneladas exportadas. Por outro lado, houve uma leve queda de 4,8% nas exportações de carne de frango, totalizando 195,3 mil toneladas.

Esses resultados refletem a forte competitividade do Brasil frente a tradicionais concorrentes, como Austrália, EUA e União Europeia, especialmente em cortes bovinos de maior valor agregado e carne suína. No entanto, desafios permanecem na categoria de carnes de frango mecanicamente separadas (MDM/MSM), com o avanço das vendas de fornecedores europeus nesse segmento estratégico.



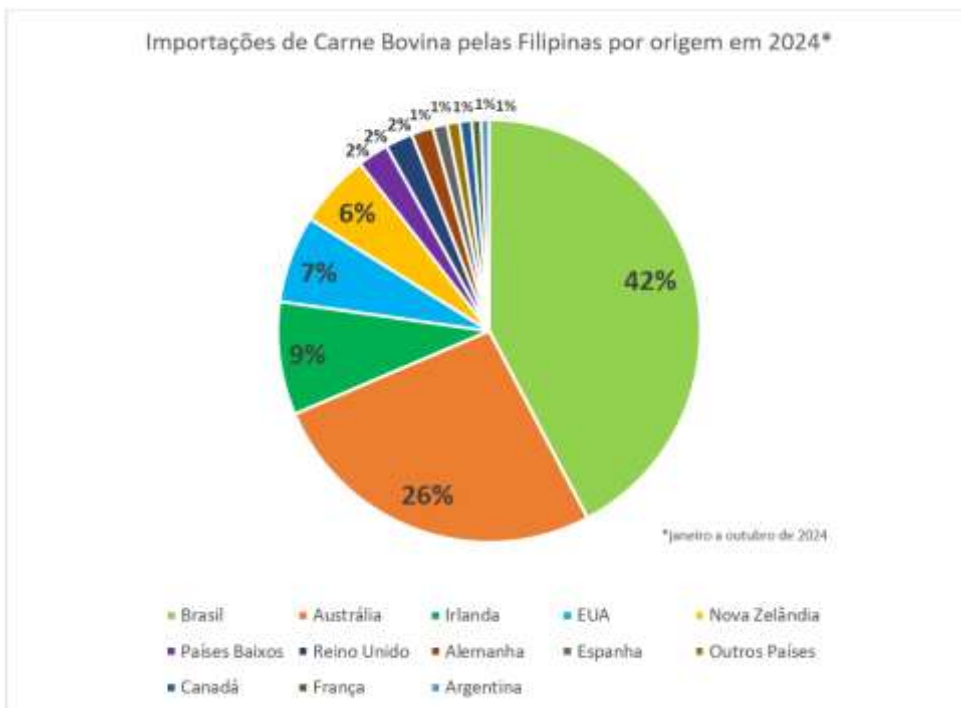
157

Carne Bovina: Crescimento e Liderança Brasileira no Mercado Filipino

A categoria *Beef Cuts*, principal produto exportado pelo Brasil, registrou um expressivo aumento nas vendas para as Filipinas. Em 2023, o volume total exportado foi de aproximadamente 55,3 mil toneladas, enquanto em 2024, de janeiro a outubro, alcançou mais de 69 mil toneladas, um crescimento muito significativo. Outro destaque foi o avanço nas exportações de miúdos bovinos (*offals*), que dobraram, totalizando 56 toneladas. No segmento de *Choice Cuts*, produto de alta qualidade, o Brasil saltou de mil toneladas em 2023 (ano todo) para 1,72 mil toneladas em 2024 (até outubro). Esses resultados reforçam a crescente penetração do Brasil em mercados de alto valor agregado, consolidando sua reputação como fornecedor confiável e competitivo.

O Brasil manteve sua posição de liderança como principal fornecedor de carne bovina para as Filipinas, respondendo por 42% das importações do país, com 70,9 mil toneladas (Gráfico 3). A Austrália, segunda colocada, exportou 44 mil toneladas, representando 26% do total. Em comparação com os principais concorrentes no fornecimento de carne bovina às Filipinas, Austrália, Irlanda (14,5 mil toneladas; 9% das importações) e Estados Unidos (11 mil toneladas; 7% das importações), o Brasil teve um crescimento significativo, o que ampliou a sua participação relativa no mercado filipino.

Gráfico 3: Importações de carne bovina pelas Filipinas por país de origem, no período de janeiro a outubro de 2024.



Fonte: DA Trade System, 2024.

Além disso, merece destaque o avanço expressivo da Argentina, que aumentou suas exportações de carne bovina para as Filipinas de 63 toneladas em 2023 para impressionantes 1,04 mil toneladas em 2024, um salto de quase 17 vezes. Este crescimento aponta para o potencial argentino como fornecedor, especialmente diante da iminente aprovação no regime de acreditação de sistema (*System Accreditation*).

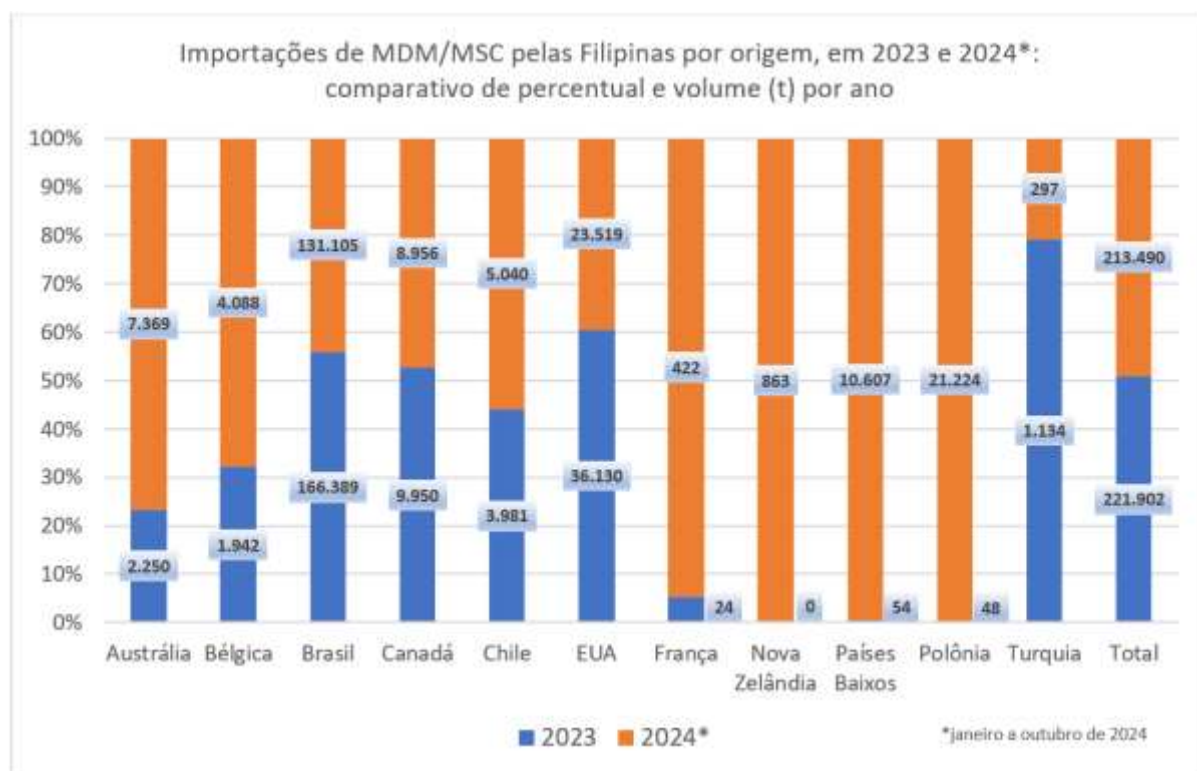


158

Carne de Frango: Desafios e Avanços no Mercado Filipino

O Brasil manteve sua liderança como principal fornecedor de carne de frango para as Filipinas, respondendo por cerca de 50% do volume total importado. No entanto, o cenário apresentou oscilações e maior concorrência em 2024, especialmente no segmento de carne mecanicamente desossada/separada (MDM/MSC). O comparativo entre os países fornecedores de MDM/MSC às Filipinas mostrou tendência de queda nos volumes exportados pelo Brasil para esse produto específico, enquanto países como Polônia, Países Baixos, Austrália e Nova Zelândia tiveram considerável aumento nas exportações de tal produto, conforme apontado no Gráfico 4. Nesse sentido, ampliou-se a competitividade neste segmento, que é estratégico para o abastecimento da indústria alimentícia local, ao passo que houve uma redução da participação relativa do Brasil no mercado de MDM/MSC.

Gráfico 4: Comparativo de percentual e volume em toneladas de MDM/MSC importadas pelas Filipinas por país de origem, nos anos de 2023 (janeiro a dezembro) e 2024 (janeiro a outubro).



Fonte: DA Trade System, 2024.



159

No mercado de cortes de frango (*Chicken Cuts*), o Brasil consolidou sua liderança, com um crescimento moderado de 38,2 milhões para 40,5 milhões de toneladas. Em contrapartida, no segmento de sobrecoxas de frango (*Chicken Leg Quarter*), houve retração de 2,57 mil toneladas em 2023 para 1,64 mil toneladas em 2024. Os Estados Unidos, líderes tradicionais nesse nicho, ampliaram suas exportações de 90,7 mil para mais de 101 mil toneladas no mesmo período.

Nos subprodutos, o Brasil registrou avanços significativos, com as exportações de gorduras de frango (*Fats*), subindo de 8,5 mil toneladas para 13,8 mil toneladas, e de pele (*Rind/Skin*), crescendo de 3,6 mil toneladas para 5,4 mil toneladas. Esses resultados refletem um melhor aproveitamento da cadeia produtiva e maior valor agregado em nichos específicos.

Apesar do aumento da competitividade, especialmente por parte de países europeus e dos Estados Unidos, o Brasil permanece como um fornecedor essencial de carne de frango para as Filipinas, mantendo uma posição estratégica no mercado local, com destaque tanto em produtos primários quanto em subprodutos de maior valor agregado.

Carne Suína: Brasil Assume a Liderança nas Importações das Filipinas

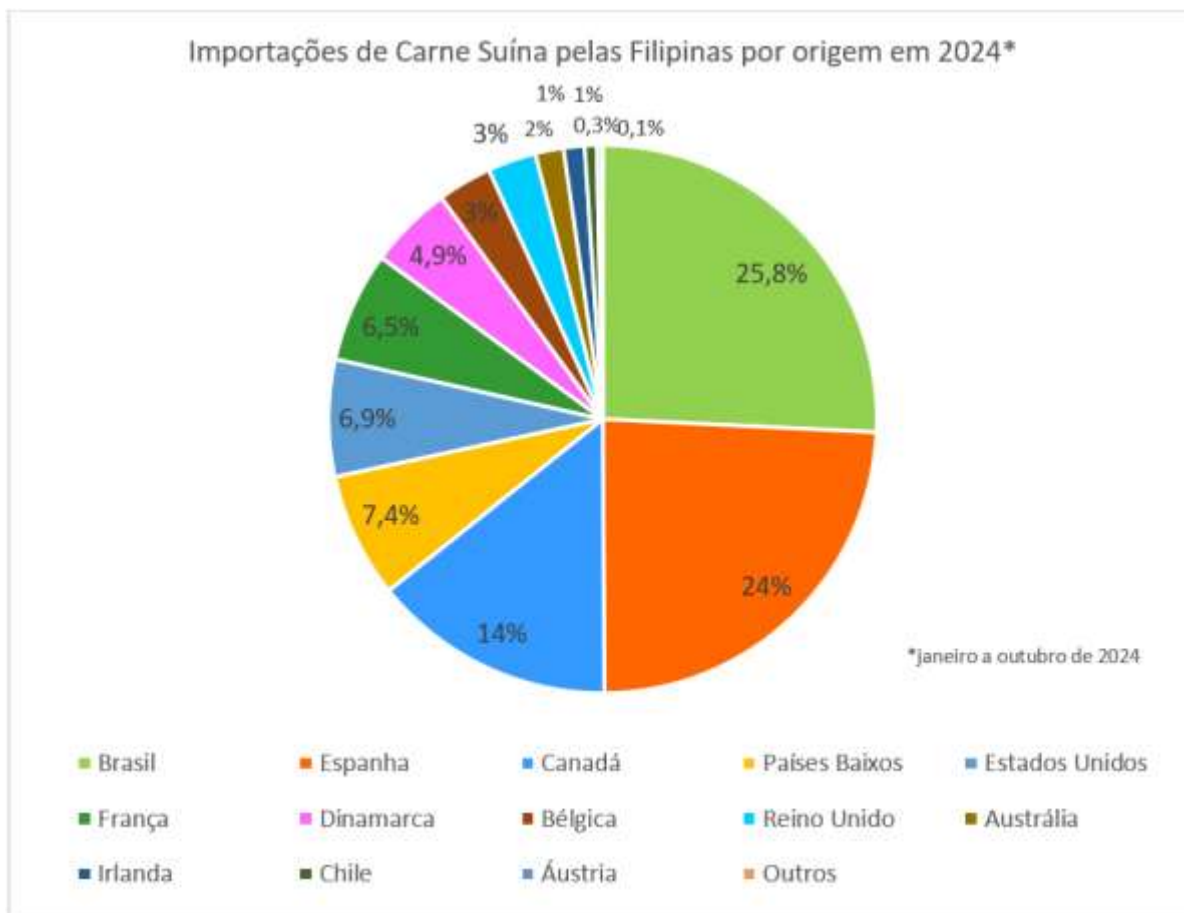
Com a implementação do regime de *System Accreditation* no início de 2024 e o aumento da demanda interna nas Filipinas, as exportações brasileiras de carne suína registraram um salto significativo. De janeiro a outubro de 2024, o Brasil exportou 154,1 mil toneladas de produtos suínos, representando um crescimento de mais de 67% em relação ao mesmo período de 2023, quando o volume foi de 92,1 mil toneladas. O destaque ficou por conta dos toucinhos (*Pork Bellies*), cujo volume exportado subiu de 7,2 mil toneladas para 17,4 mil toneladas, um impressionante aumento de 141%; e dos cortes suínos (*Pork Cuts*), cujo volume passou de 72,8 mil toneladas para 123,6 mil toneladas, representando um aumento de 70% para esses cortes.

Pela primeira vez, o Brasil assumiu a liderança no fornecimento de carne suína para as Filipinas, respondendo por 25,8% das importações totais, ultrapassando a Espanha, que detém 24% de participação. Outros competidores importantes, como Canadá (14%), Países Baixos (7,4%) e Dinamarca (4,9%), continuam relevantes, mas o ritmo acelerado de crescimento brasileiro consolidou sua posição de destaque.

Gráfico 5: Importações de carne suína pelas Filipinas por país de origem, no período de janeiro a outubro de 2024.



160



Fonte: DA Trade System, 2024.

Apesar dos avanços, o Brasil ainda encontra oportunidades de expansão em segmentos menos explorados, como gorduras suínas (0,05% de participação brasileira), miúdos suínos (7,51%) e pele suína (0,12%). Esses mercados representam um potencial a ser desenvolvido, especialmente diante da crescente demanda filipina por produtos diversificados e a competitividade brasileira no setor.

Dois produtos amplamente consumidos pelos filipinos são a pele suína fina, para elaboração do *Chicharrón*, prato de origem hispânica que se assemelha ao torresmo brasileiro, porém mais fino em espessura; e o *Lechon*, porco inteiro, de 15 a 20 quilos de peso vivo, assado no espeto sobre carvão e temperado com óleo e especiarias, prato tipicamente servido para celebrar ocasiões especiais. No caso da pele suína, as exportações do Brasil para as Filipinas ainda são modestas. Já no caso do leitão inteiro, os países que exportaram tal produto às Filipinas em 2024 foram somente a Espanha (322,3 toneladas) e o Canadá (120,1 toneladas).



161

Perspectivas: Brasil Avança como Parceiro Estratégico no Mercado de Carnes das Filipinas

A análise dos dados acumulados de 2024, comparados ao mesmo período de 2023, demonstra avanços notáveis para o Brasil no mercado filipino de carnes. As exportações de carne bovina e suína apresentaram crescimento expressivo, consolidando o país como um dos principais fornecedores e ampliando sua participação de mercado. No segmento de carne de frango, o Brasil manteve sua relevância, apesar das crescentes pressões concorrenciais em nichos específicos, como o de carne mecanicamente desossada/separada (MDM/MSD).

O dinamismo da economia filipina, aliado às perspectivas de crescimento populacional e aumento da renda, configura uma oportunidade estratégica para o Brasil expandir sua presença, diversificar sua oferta e fortalecer sua competitividade. Dados de novembro do COMEXSTAT reforçam a importância das Filipinas para o Brasil, posicionando o país como o principal mercado para carne suína brasileira (201,86 mil toneladas), o quarto maior para carnes bovinas (86,7 mil toneladas) e o sexto maior destino para carne de frango (215,2 mil toneladas).

Esses resultados evidenciam o papel estratégico das Filipinas no comércio internacional brasileiro e reforçam o potencial para o Brasil consolidar sua liderança em um mercado em franca expansão.



162

FILIPINAS

OS DESAFIOS DA OFERTA, PREÇO E DISTRIBUIÇÃO DE ARROZ NAS FILIPINAS

Número: MAN-02-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Manila/Filipinas

Palavras-chave: arroz; oferta; distribuição; preço; importação; Filipinas; segurança alimentar

Responsável: Virgínia Arantes Ferreira Carpi

SUMÁRIO: O artigo aborda os principais desafios enfrentados pelas Filipinas em relação à produção, importação, precificação e distribuição de arroz, destacando limitações estruturais na produção local, dependência de importações e manipulação de preços. Apresenta as ações governamentais para mitigar essas dificuldades, como o programa *Rice-for-All*, o controle de preços máximos sugeridos e o descongestionamento de estoques. Além disso, trata da análise sobre as políticas públicas adotadas no país, explora oportunidades para o Brasil, incluindo exportação de arroz e transferência de tecnologia para modernização agrícola, e conclui com as perspectivas para um futuro sustentável no setor agrícola filipino.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



163

O arroz é um alimento essencial para a população filipina, representando não apenas um componente básico da dieta, mas também um pilar da segurança alimentar nacional. Apesar de sua relevância econômica e social, as Filipinas enfrentam desafios persistentes relacionados à produção, importação, precificação e distribuição do arroz, o que pressiona tanto os consumidores quanto os produtores locais, além de exigir constantes ações governamentais e políticas públicas dedicadas.

Produção de Arroz nas Filipinas

A produção de arroz é uma das principais atividades agrícolas do país, com regiões como Luzon, Visayas e Mindanao figurando entre as maiores áreas produtoras. No entanto, vários fatores limitam o aumento da produtividade. Pequenos agricultores, que compõem a maior parte do setor, enfrentam dificuldades como acesso limitado a insumos, tecnologia inadequada e infraestrutura deficiente para irrigação e armazenamento. Além disso, a frequente ocorrência de desastres naturais, como tufões, inundações e tempestades tropicais prejudica a colheita, agravando a instabilidade da oferta.

Apesar das tentativas governamentais de modernização agrícola e incentivos como o preço mínimo para o *palay* (arroz em casca), a produção local não tem sido suficiente para atender à demanda nacional, obrigando o país a recorrer a importações em larga escala.

Em 28 de agosto de 2024, o Departamento de Agricultura (DA) e o Instituto de Pesquisa do Arroz das Filipinas (PhilRice) levantaram preocupações sobre a estagnação da produção de arroz devido aos efeitos do El Niño e La Niña. O Secretário de Agricultura Francisco P. Tiu Laurel, Jr. anunciou que o DA havia revisado sua estimativa de produção para o ano de 20,44 milhões de toneladas para 20,10 milhões de toneladas, ligeiramente acima dos 20,06 milhões de toneladas do ano passado. No primeiro semestre de 2024, a produção de arroz caiu 5,5%, caindo de 9,05 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2023 para 8,53 milhões de toneladas no mesmo período de 2024.

Visando impulsionar a produção local, o governo distribuiu sementes e reduziu temporariamente as tarifas de importação de arroz de 35% para 15%, até 2028, por meio da Ordem Executiva 62 (EO 62). Apesar dessas iniciativas, a perspectiva permanece incerta, pois as condições climáticas influenciam significativamente os resultados finais da produção e no segundo semestre de 2024, as Filipinas enfrentaram uma série de tufões e tempestades tropicais.





164

Tecnologia e Nutrição

Mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo dependem do arroz como principal fonte de alimento. Nas Filipinas, o arroz representa cerca de 40% da dieta dos filipinos. Como alimento básico, ele é uma importante fonte de carboidratos, mas não contém alguns micronutrientes, como a vitamina A. A dieta típica filipina apresenta uma carência crônica de vitamina A, resultando em deficiência de vitamina A (VAD, na sigla em inglês).

A deficiência de vitamina A e outras formas de carência de micronutrientes continuam sendo problemas significativos de saúde pública no país. Cerca de um em cada cinco crianças das comunidades mais pobres das Filipinas sofre de deficiência de vitamina A (VAD), uma condição que afeta cerca de 190 milhões de crianças em todo o mundo. Se não tratada adequadamente, essa condição pode levar à imunidade reduzida, problemas no desenvolvimento cognitivo e má visão. As múltiplas deficiências afetam desproporcionalmente as famílias mais pobres e, em nível macroeconômico, impactam negativamente a produtividade e a qualidade de vida.

Em 2021, foi autorizado o uso comercial do Arroz Dourado (*Golden Rice*), cultivar geneticamente modificada de arroz enriquecida com nutrientes, destinada a reduzir a desnutrição infantil. O Arroz Dourado foi desenvolvido pelo Departamento de Agricultura, por meio do Instituto de Pesquisa do Arroz das Filipinas (PhilRice), em parceria com o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI). Essa variedade foi geneticamente modificada para conter níveis adicionais de betacaroteno, que o corpo humano converte em vitamina A.

O Arroz Dourado havia recebido aprovações de segurança alimentar em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos. Contudo, as Filipinas foram o primeiro país a aprovar seu cultivo comercial.

Importações e Negociações Internacionais

As Filipinas são um dos maiores importadores de arroz do mundo, tendo alcançado um volume recorde de 4,7 milhões de toneladas em 2024. Os principais fornecedores incluem Vietnã, Tailândia e Paquistão, com negociações recentes também envolvendo a Índia. O Departamento de Agricultura (DA) anunciou recentemente que pretende celebrar acordos potenciais com o Paquistão e a Índia para garantir o fornecimento de até dois milhões de toneladas de arroz, como medida de segurança para estabilizar o mercado e evitar a dependência excessiva de um único fornecedor.

Essas negociações refletem a tentativa do governo de criar um mercado mais competitivo e reduzir a vulnerabilidade frente a oscilações globais de preços. Contudo, o impacto dessas importações sobre os agricultores locais é motivo de preocupação, pois preços mais baixos para o arroz importado muitas vezes tornam o produto doméstico menos competitivo.

Em 30 de agosto de 2024, o Bureau da Indústria Vegetal (*Bureau of Plant Industry* - BPI) relatou que, em 15 de agosto de 2024, as Filipinas importaram 2,65 milhões de toneladas de arroz,





tendo o Vietnã como o principal fornecedor, contribuindo com mais de 2,03 milhões de toneladas. A Tailândia segue com 362.135 toneladas, enquanto outras fontes notáveis incluem Paquistão (154.524 toneladas), Mianmar (66.910 toneladas) e Índia (21.676 toneladas). O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) revisou sua previsão para as importações totais de arroz pelas Filipinas para 4,6 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo da estimativa anterior de 4,7 milhões de toneladas, devido à redução da demanda e compras mais lentas do Vietnã. Apesar dessa redução, as importações previstas ainda excedem o total do ano passado de 3,61 milhões de toneladas.

Meses após a EO 62, o arroz local continua mais barato do que as variedades importadas. Em 29 de agosto de 2024, o monitoramento de preços do Departamento de Agricultura (DA) em Metro Manila mostra que o arroz local beneficiado regular tem um preço entre Php 43 e Php 50 por kg (73 a 85 centavos de dólar americano por kg), em comparação com Php 46 a Php 50 por kg (79 a 85 centavos de dólar americano por kg) para o arroz importado beneficiado regular. O arroz local bem beneficiado (*well-milled rice*) custa entre Php 47 e Php 55 por kg (80 a 94 centavos de dólar americano por kg), enquanto o arroz bem beneficiado importado varia de Php 48 a Php 55 por kg (82 a 94 centavos de dólar americano por kg). Os críticos argumentam que a queda esperada no preço do arroz importado não se materializou, apesar do corte de tarifas. Uma comparação detalhada de preços para outros tipos de arroz é fornecida na Tabela 1.

Tabela 1: Comparação de preços de varejo de arroz local e importado em 29 de agosto de 2024.

Tipo de Arroz	Preço Local		Preço Importado	
	(Php/kg)	(USD/kg)	(Php/kg)	(USD/kg)
Arroz Beneficiado Regular	43 – 50	0,73 – 0,85	46 – 50	0,79 – 0,85
Arroz Beneficiado Bem Refinado	47 – 55	0,80 – 0,94	48 – 55	0,82 – 0,94
Arroz Premium	50 – 58	0,85 – 0,99	54 – 60	0,92 – 1,02
Arroz Especial	59 – 62	1,01 – 1,06	55 – 65	0,94 – 1,11

Fonte: DA Price Watch, 2024.

Manipulação de Preços e Rotulagem

O governo filipino identifica como problema adicional a manipulação de preços e a identificação do arroz importado. Alega que termos como “premium” e “especial” são frequentemente usados para justificar preços inflacionados, confundindo os consumidores e minando os esforços governamentais para tornar o arroz acessível. Em resposta, o Departamento de Agricultura (DA) anunciou medidas para remover tais expressões dos rótulos de arroz importado, impondo regras mais restritas de rotulagem.

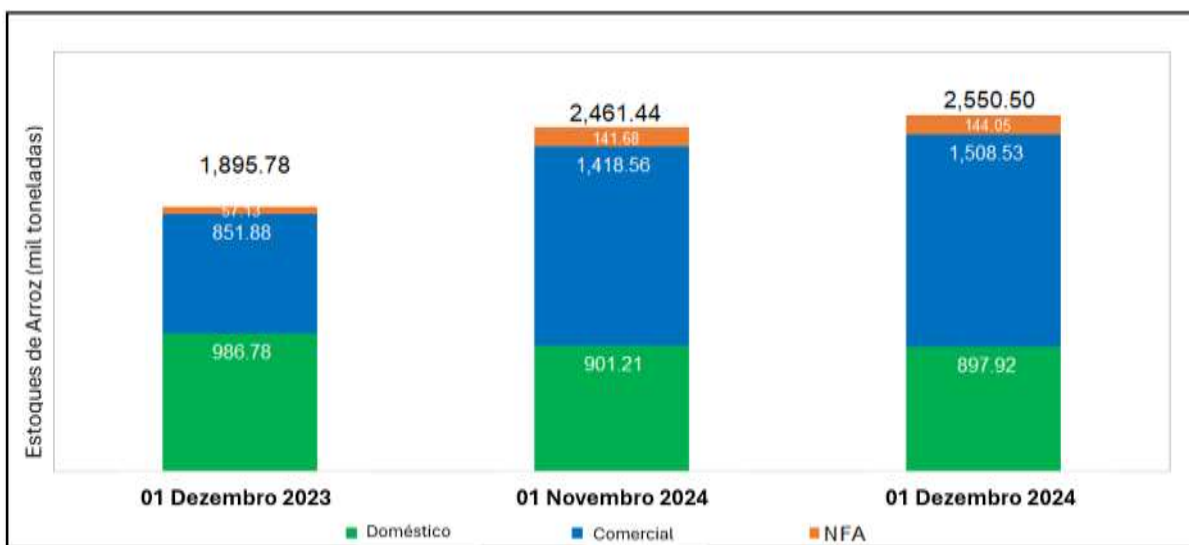


Estoque

Em 01 de dezembro de 2024, o inventário total de estoques de arroz do país foi estimado em 2,55 milhões de toneladas métricas. Isso indica um aumento anual de 34,5% do inventário de 1,90 milhões de toneladas métricas no mesmo período do ano anterior. Mês a mês, o volume do inventário de estoques de arroz registrou um incremento de 3,6% do inventário do mês anterior de 2,46 milhões de toneladas métricas.

Conforme dados da Autoridade Estatística das Filipinas, o inventário de estoques de arroz desse mês registrou aumentos anuais dos depositários da NFA em 152,1% e do setor comercial em 77,1%. Por outro lado, uma redução anual foi observada nos estoques domésticos em 9,0%. Do total de estoques de arroz de dezembro de 2024, 59,1% eram do setor comercial, 35,2% eram domésticos e 5,6% eram dos depositários da NFA.

Gráfico 1: Estimativa de inventário de estoques de arroz das Filipinas, em dezembro de 2023, novembro de 2024 e dezembro de 2024.



Fonte: Philippines Statistics Authority, 2025.

Ações Governamentais e Programas Locais

O governo filipino tem implementado várias iniciativas para mitigar os desafios do mercado de arroz, como programas que oferecem arroz a preços subsidiados, como o *Rice-for-All*, que disponibiliza arroz ao público em geral a 45 pesos filipinos por quilo (77 centavos de dólar americano), proveniente de importadores de arroz e comerciantes locais, com um limite de 25 quilos por cliente por dia. e o *Kadiwa ng Pangulo*, incluindo opções como o *"Sulit Rice"* (arroz quebrado), vendido a 36 pesos filipinos por quilo (61 centavos de dólar americano), e estoques da Autoridade Nacional de Alimentos (NFA) a 29 pesos filipinos por quilo (49 centavos de dólar americano) para populações vulneráveis.



166

Figura 1: Kadiwa ng Pangulo. Principal programa da agenda de segurança alimentar do governo, para o crescimento inclusivo no setor agrícola e fortalecimento das cadeias de suprimentos do país.



167



Fonte: Presidential Communications Office, GovPH, 2025.

Outra medida foi o estabelecimento do Preço de Varejo Sugerido pelo Fabricante (MSRP): um preço máximo sugerido de 58 pesos filipinos por quilo (99 centavos de dólar americano) para arroz importado de alta qualidade, para controlar margens de lucro excessivas de comerciantes e varejistas.

Além disso, para preparar-se para a colheita do *palay*, o NFA está liberando estoques acumulados, oferecendo arroz a preços mais baixos para governos locais e consumidores.

Impactos e Limitações das Medidas

Apesar dessas iniciativas, desafios significativos persistem. Tais políticas públicas também são alvos de críticas de segmentos que demandam mais subsídios aos produtores locais, maior empoderamento de tais produtores e a redução das importações.

A implantação de programas de subsídio e controle de preços exige fiscalização rigorosa para evitar abusos no mercado. Além disso, há uma necessidade urgente de integrar melhor as políticas de importação com os objetivos de longo prazo de autossuficiência agrícola, garantindo que os agricultores locais possam competir de maneira justa.

Oportunidades para o Brasil

Diante do contexto das Filipinas, o Brasil pode contribuir para um cenário de maior segurança alimentar no país, seja por meio de exportação direta dos grãos quanto por meio de iniciativas de cooperação, as quais podem envolver a transferência de tecnologia por meio da expertise técnica, para um melhor aproveitamento das áreas cultivadas, o uso racional de insumos e material genético adaptado às condições de cultivo local.



Sendo também um grande produtor de arroz no mundo, o Brasil tem potencial para se posicionar como fornecedor alternativo, especialmente em situações de flutuação de oferta de países tradicionais como Vietnã e Tailândia. Hoje, o Brasil exporta arroz para países da África e da América Latina.

Além disso, o Brasil pode colaborar por meio de programas de cooperação técnica, compartilhando experiências em inovações agrícolas, como sistemas de irrigação eficientes, mecanização, boas práticas de manejo e insumos adequados. Essas iniciativas não apenas beneficiariam os agricultores filipinos, mas também reforçariam os laços bilaterais entre os dois países.

Perspectivas e considerações finais

As Filipinas enfrentam uma encruzilhada em sua gestão do mercado de arroz. Embora o governo esteja adotando medidas significativas para controlar preços e garantir o abastecimento, o equilíbrio entre acessibilidade para os consumidores e sustentabilidade para os agricultores permanece um desafio central. A modernização da produção local, a criação de um mercado mais transparente e competitivo e a promoção de parcerias internacionais são passos fundamentais para garantir a segurança alimentar a longo prazo e a prosperidade do setor agrícola.



168

ÍNDIA

PESCADO BRASILEIRO NA INDIA – MULTIPLICANDO POSSIBILIDADES

Número: DELHI-002-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Delhi/Índia-Butão

Palavras-chave: Índia. Pescado. Exportação. Comércio Exterior. Promoção comercial.

Responsável: Angelo de Queiroz Mauricio e Dhruvika Sodhi

SUMÁRIO: Análise gráfica da produção, consumo e comércio exterior de pescado na Índia. O mercado indiano foi recentemente aberto para todos os produtos da pesca e aquicultura brasileiras, restando, porém, a implementação de iniciativas para a identificação e efetivo aproveitamento das oportunidades existentes. A partir de dados gerais sobre os volumes de produção, consumo, importação e exportação, o relatório destaca os principais produtos comercializados e os respectivos parceiros comerciais da Índia na atualidade, oferecendo insights para o Brasil sobre as possibilidades de negócios, sobre os competidores do produto nacional no subcontinente, bem como sobre como se preparar estrategicamente para acessar o mercado indiano. Salientam-se as recentes exportações para a Índia de diversos outros países latino-americanos que não o Brasil.

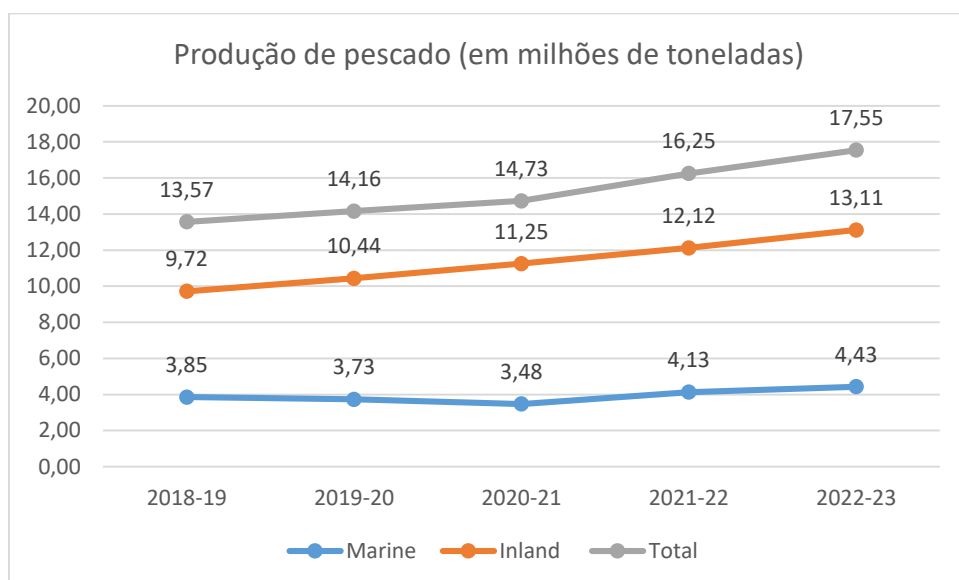
ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



169

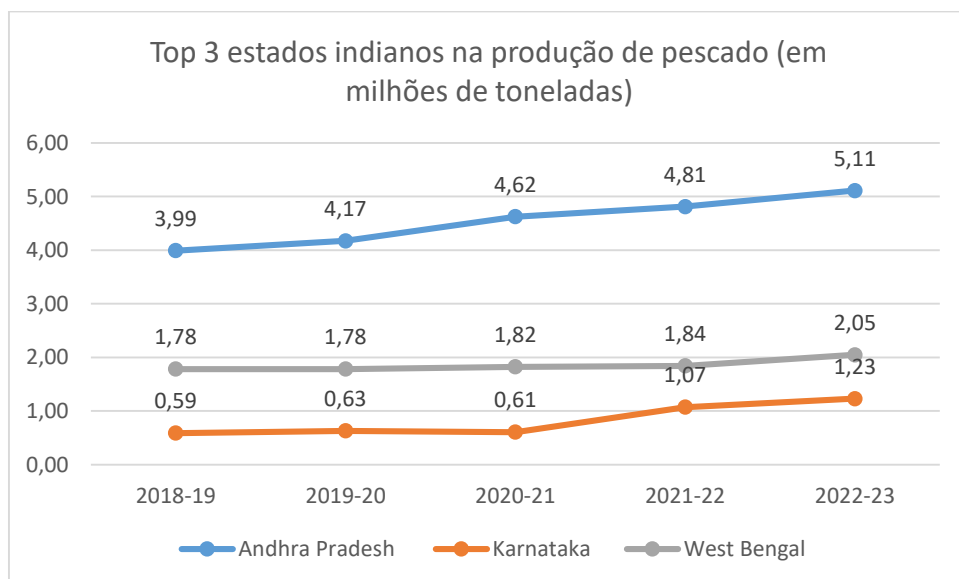
PRODUÇÃO INDIANA

Figura 1. Produção indiana de pescado. Série histórica.



Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)

Figura 2. Estados indianos com maior produção de pescado. Série histórica.



Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)



170



Tabela 1. Principais espécies produzidas. Categoria “inland”. Em milhões de toneladas.

Espécies - Inland	2021-22	2022-23
Major Carps (Catla, Rohu, Marigal)	6.40	6.34
Minor Carps	0.45	0.35
Exotic Carps	1.04	1.09
Murrels (Ophiocephalus spp.)	0.23	0.26
Catfishes (Wallago Attu, pangasius)	0.64	0.57
Other Fresh Water Fishes	2.26	2.27
Total	11.02	10.86

Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)

Tabela 2. Principais espécies produzidas. Categoria “Marine” - Estados da Costa Leste. Em milhões de toneladas.

Espécies – Marine, Costa Leste	2021-22	2022-23
Penaeid Prawns (Panaeide)	0.40	0.43
Other Clupeids	0.11	0.09
Indian Oil Sardine (Sardinella Longiceps)	0.08	0.07
Indian Mackerel (Rastrelliger Kanagurta)	0.08	0.07
Non-Penaeid Prawns (Sergestidae)	0.07	0.07

Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)

Tabela 3. Principais espécies produzidas. Categoria “Marine” - Estados da Costa Oeste. Em milhões de toneladas.

Espécies – Marine, Costa Oeste	2021-22	2022-23
Indian Mackerel (Rastrelliger Kanagurta)	0.28	0.322
Penaeid Prawns (Penaeidae)	0.154	0.153
Bombay Duck (Harpadon Nehereus)	0.115	0.086
Ribbon Fishe (Trachipteridae)	0.113	0.145
Scada (Decapterus spp)	0.092	0.077

Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)

1. CONSUMO INDIANO

Tabela 4. Consumo anual de peixe per capita/kg em alguns dos principais estados da Índia e consumo anual médio de toda a Índia.

Estados	Consumo anual de pescado (per capita/kg) 2021-22	Consumo anual de pescado (per capita/kg) 2022-23
A&N Islands	105.00	114.00
Lakshwadeep	87.00	89.00
Tripura	27.29	27.62
Karnataka	20.59	20.72
Kerala	19.50	20.65
Chattishgarh	19.70	17.50
West Bengal	14.76	15.11
Uttar Pradesh	11.82	12.59
Maharastra	2.96	2.47
Delhi	0.03	0.21
Ladakh	0.15	0.19
All India Average	13.66	14.33

Fonte: [Handbook of Fisheries Statistics: Department of Fisheries, Government of India.2023](#)**Tabela 5.** Consumo peixe per capita/kg na India. Décadas anteriores.

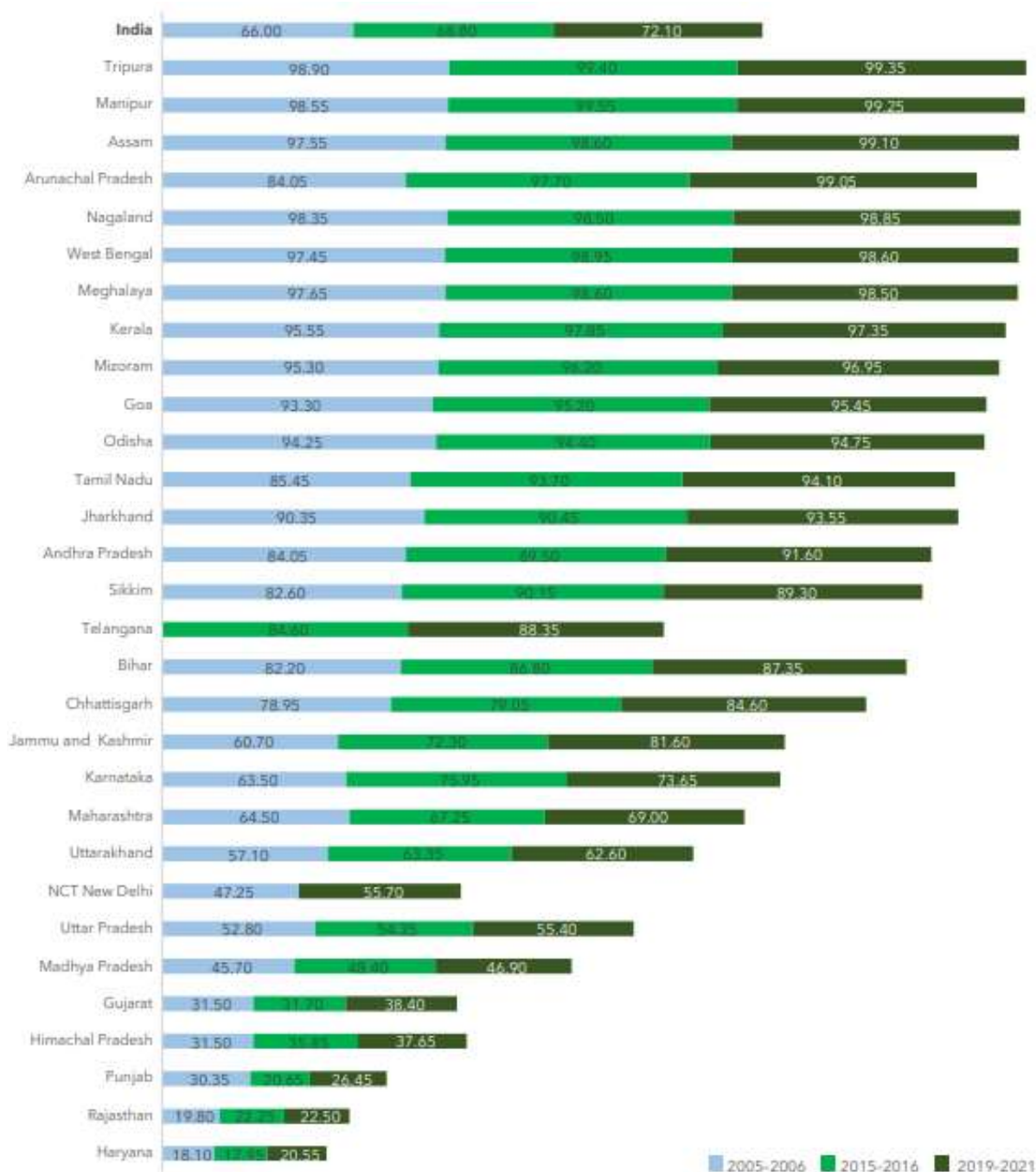
Ano	População Total da Índia	Produção total de pescado (milhões toneladas)	Consumo doméstico de produtos originários da produção doméstica (milhões toneladas)	Consumo doméstico de produtos importados (toneladas)	Consumo total de pescado (milhões toneladas)	Consumo anual per capita (Kg)
2005-2006	1.107	6.577	5.415	14000	5.428	4.9
2015-2016	1.283	10.762	9.277	52000	9.328	7.27
2019-2020	1.341	14.164	11.848	76000	11.924	8.89

Fonte: [Technical Report by World Fish India - Fish Consumption in India, Patterns and Trends. 2021](#)

172



Figura 3. Consumo de pescado na Índia por estado. Porcentagem da população. Série histórica.



Fonte: [Technical Report by World Fish India - Fish Consumption in India, Patterns and Trends](#). 2021



Tabela 6. Principais peixes consumidos no norte da Índia e a forma preferida de consumo. Em ordem de importância.

174

1. Rohu (Posta)
2. Katla (Posta)
3. Pangasius (Fillet)
4. Mackerel (Inteiro)
5. Prawns (Inteiro)
6. Sea Bass (Fillet/Inteiro)
7. Hilsa (Inteiro)

Fonte: Pesquisa de campo. Comerciantes locais, Chitra Seafoods, Gazipur Mandi, Nova Délhi. 2024

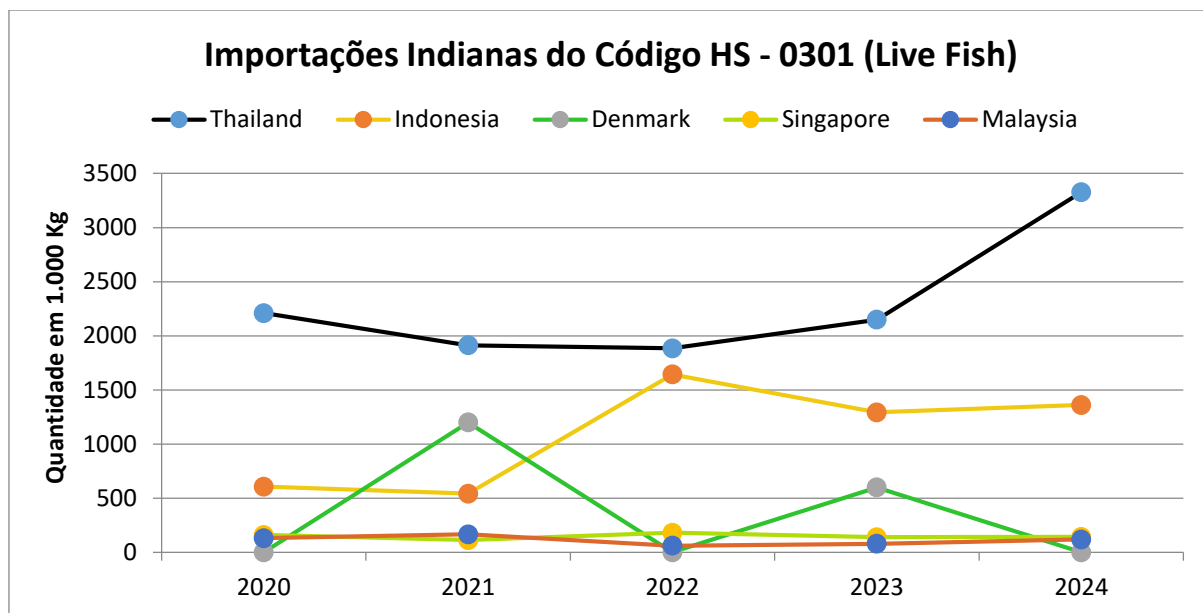
IMPORTAÇÕES INDIANAS

Tabela 7. Descrição dos códigos HS dos principais peixes e produtos da pesca importados pela Índia em 2024

Códigos HS 4 Dígitos	Descrição dos códigos HS
0301	LIVE FISH
0302	FISH, FRESH OR CHILLED, EXCLUDING FISH FILLETS AND OTHER FISH MEAT OF HEADING 0304
0303	FISH FROZEN EXCLUDING FISH FILLETS AND OTHER FISH MEAT OF HEADING NO 0304
0304	FISH FILLETS AND OTHER FISH MEAT (WHETHER OR NOT MINCED), FRESH, CHILLED OR FROZEN
0305	FISH DRIED SALTED OR IN BRINE;SMOKED FISH WHETHER OR NOT COOKED BEFORE OR DURING THE SMOKING PROCESS;
0306	CRSTCN, CRSTCN CKD BY STMNG/BLNG WTR, W/N SHL,LIVE,FRSH,CHLD,FRZN,DRD,SLTD/IN BRINE;SMKD CRSTCN,W/N SHL,W/N CKD IN SMKNG
0307	MOLUSCS W/N IN SHL ,LIVE,FRSH,CHLD,FRZN,DRIED,SLTD/INBRINE;SMKD MOLUSCS W/N IN SHL,W/N CKD BEFORE OR DURING SMKNG PROCSS

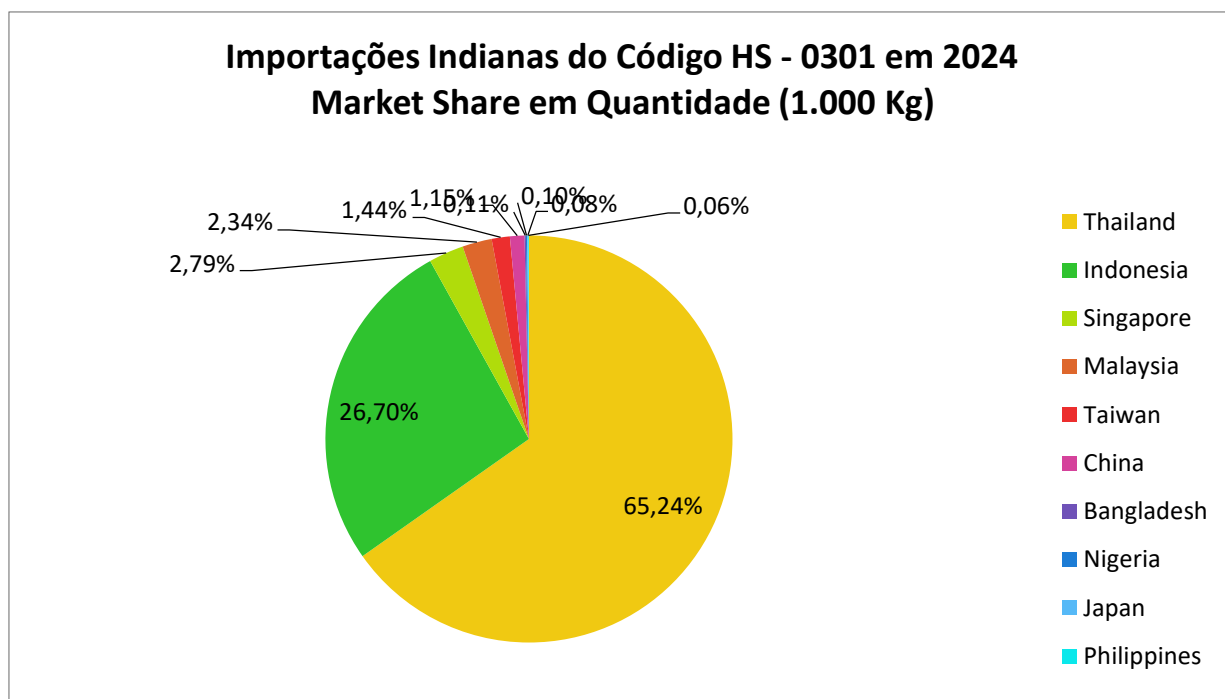
Fonte: [Trade Statistics: Ministry of Commerce & Industry, government of India](#). 2025

Figura 4. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0301 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica



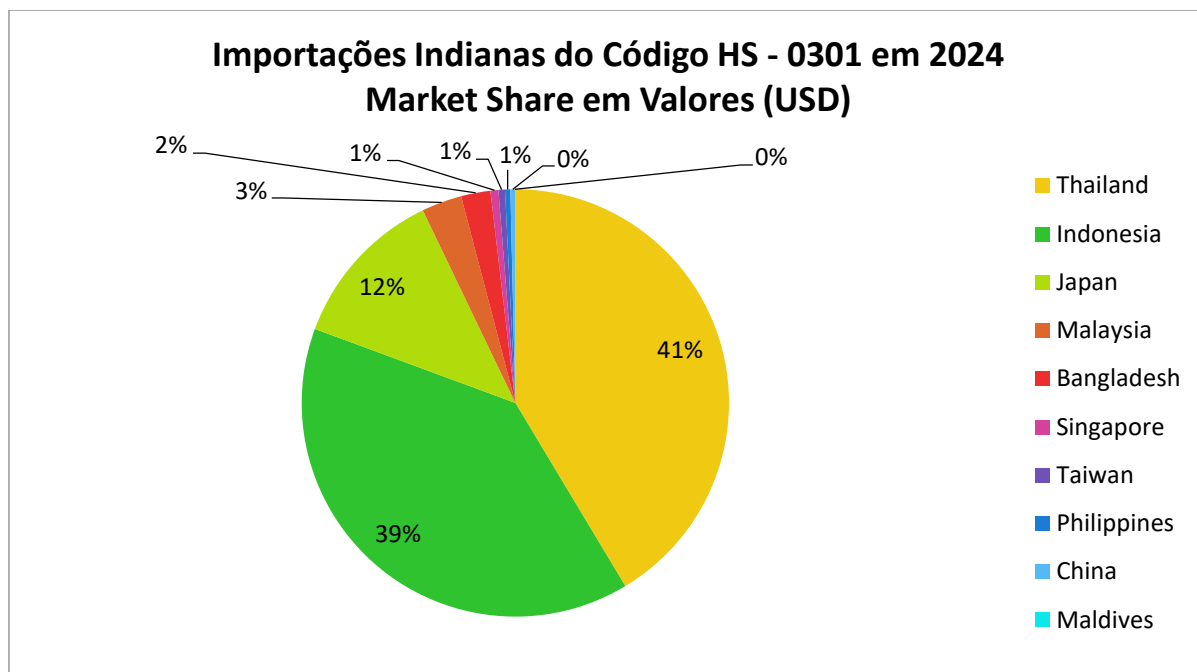
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 5. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0301 em 2024. Em 1.000 Kg.



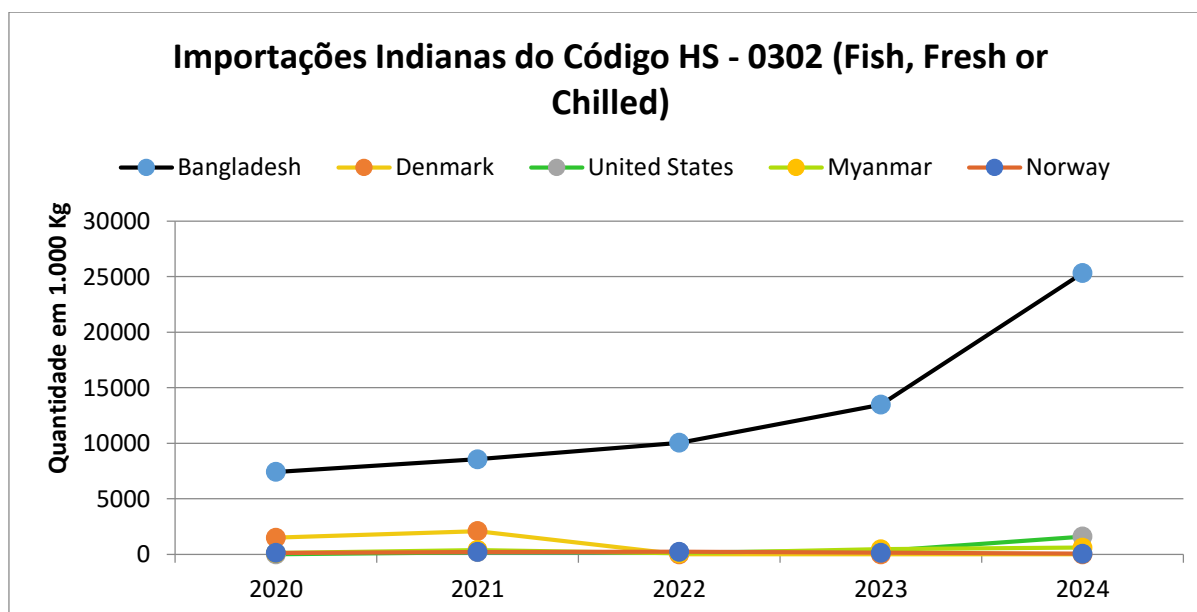
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 6. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0301 em 2024. Em Valores USD.



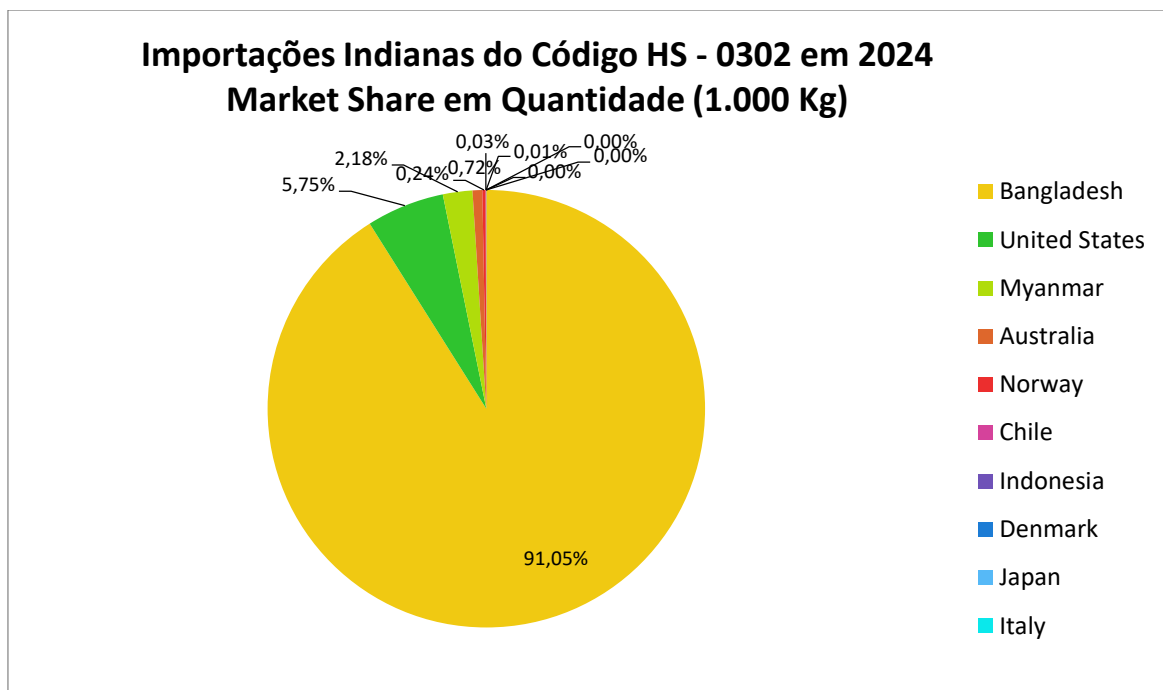
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 7. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0302 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



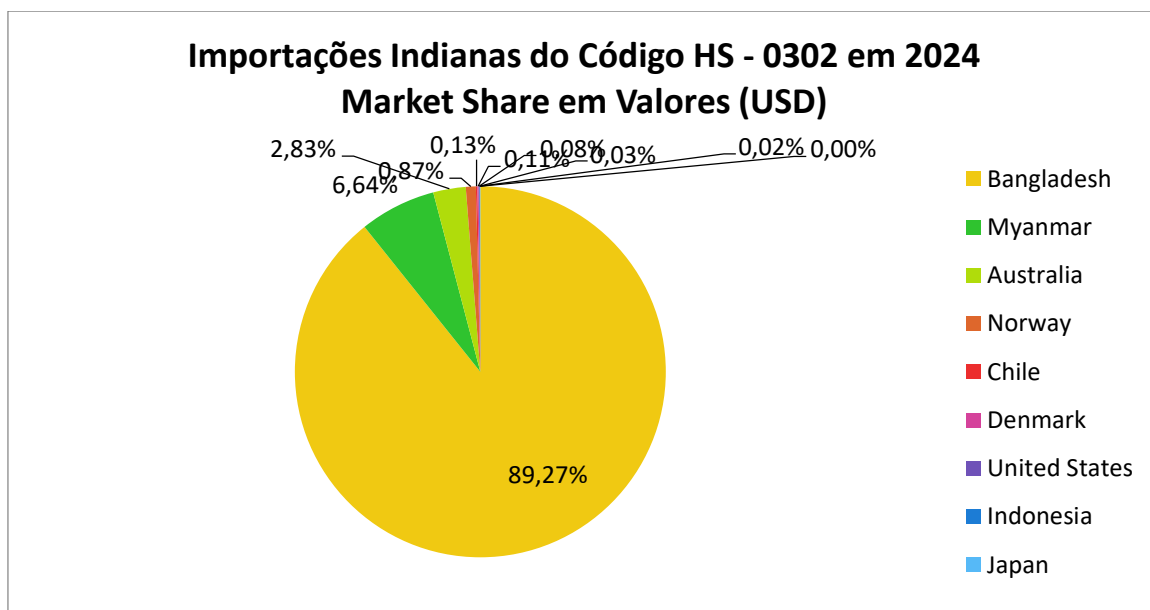
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 8. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0302 em 2024. Em 1.000 Kg.



Fonte: [Volza](#). 2025

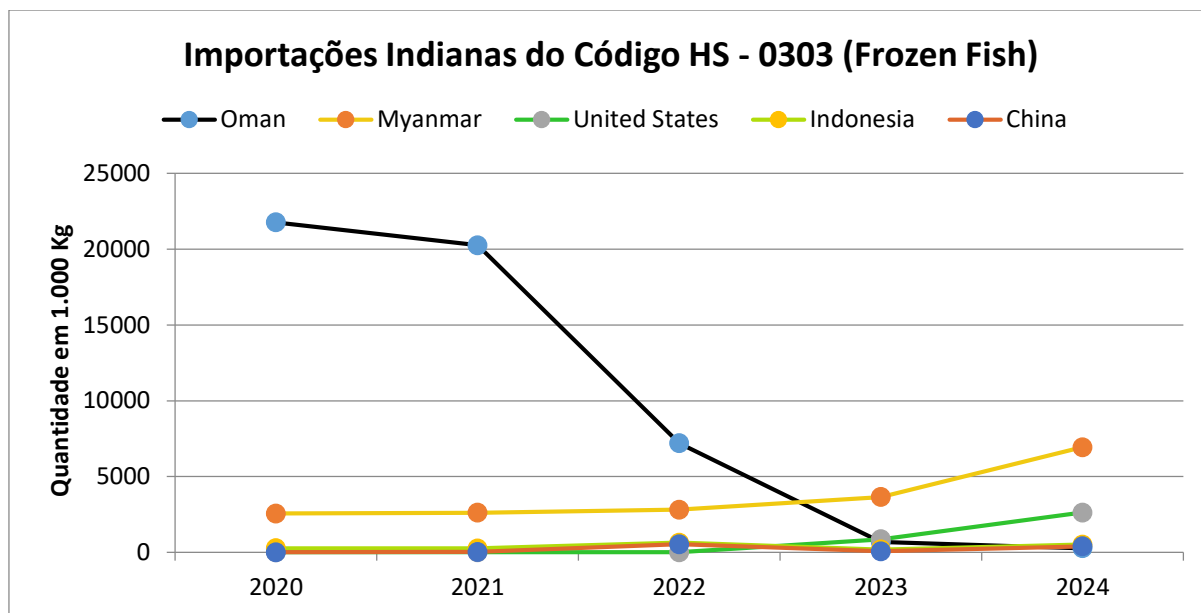
Figura 9. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0302 em 2024. Em Valores USD.



Fonte: [Volza](#). 2025

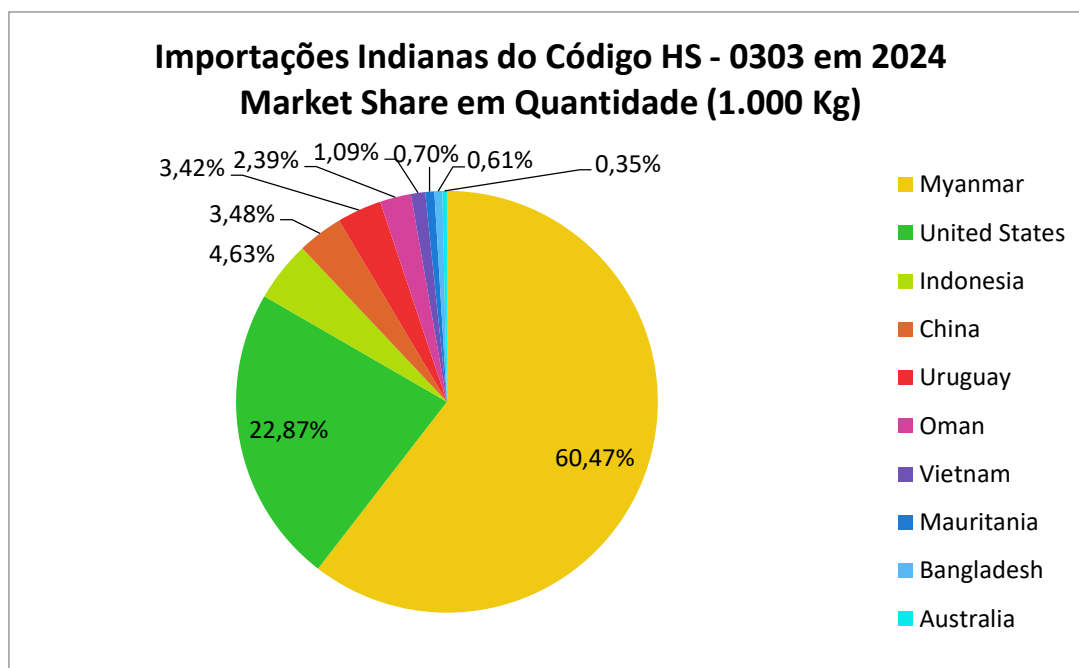


Figura 10. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0303 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



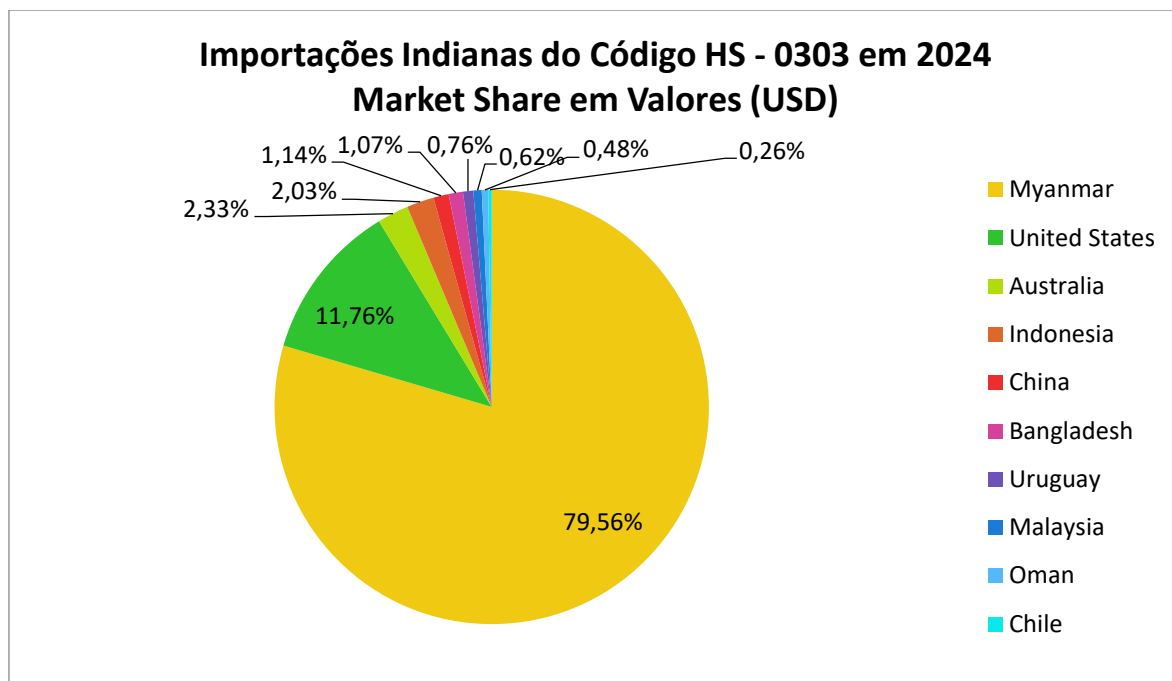
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 11. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0303 em 2024. Em 1.000 Kg.



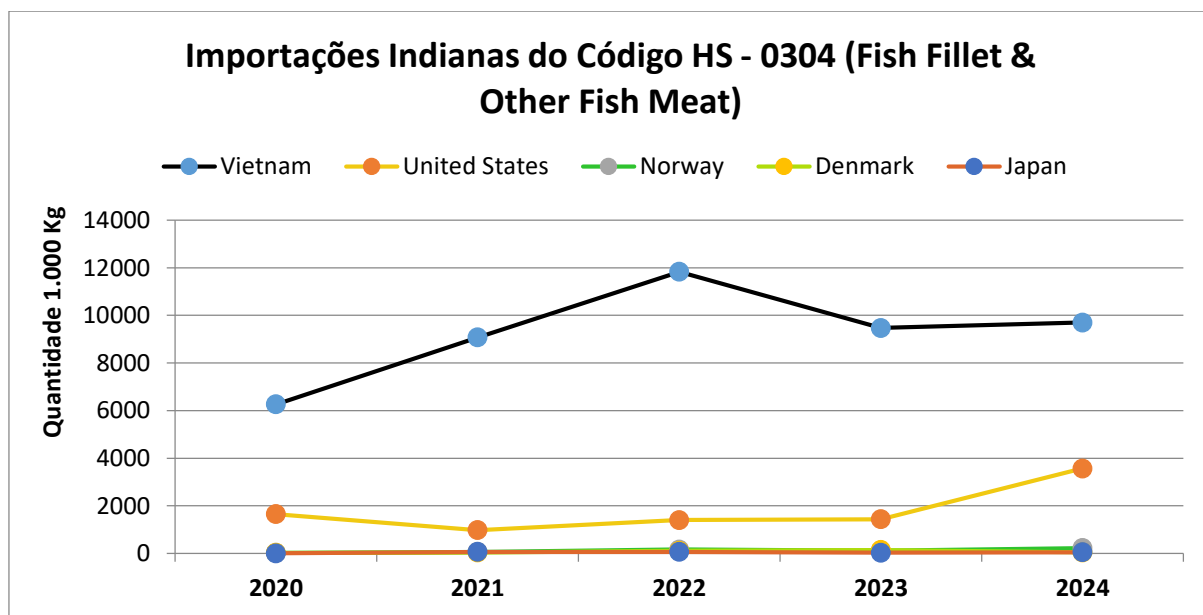
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 12. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0303 em 2024. Em Valores USD.



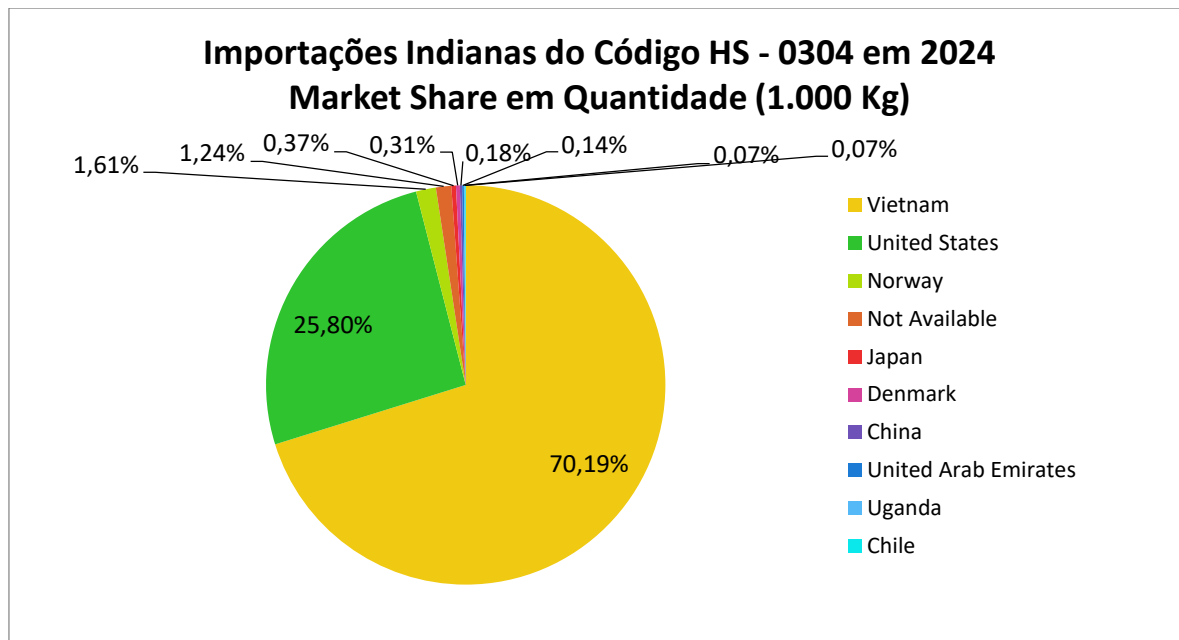
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 13. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0304 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



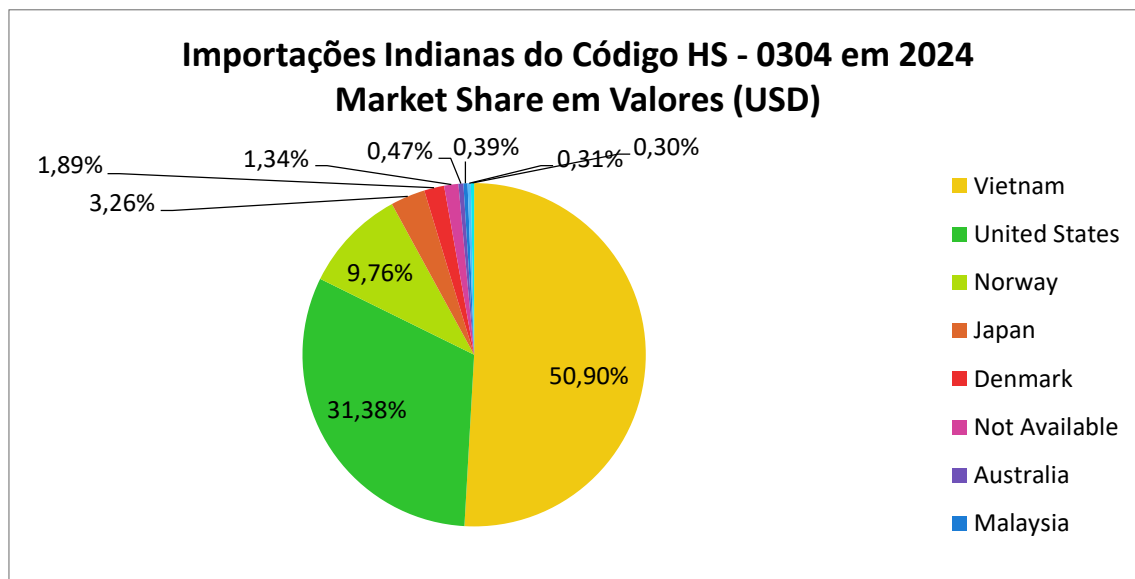
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 14. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0304 em 2024. Em 1.000 Kg.



Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 15. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0304 em 2024. Em Valores USD.



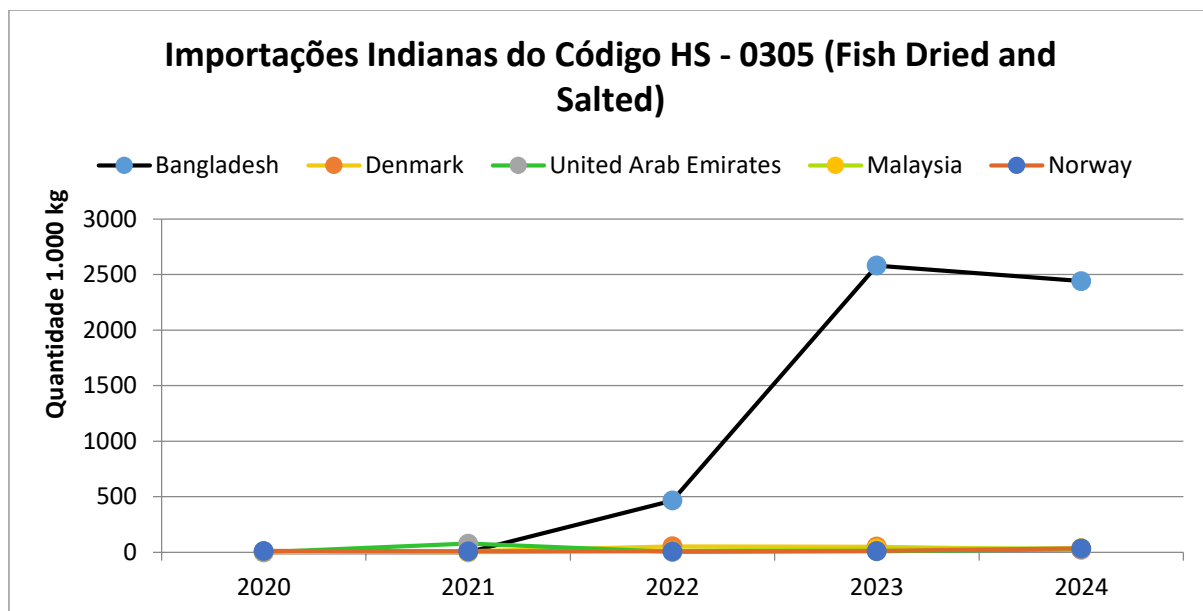
Fonte: [Volza](#). 2025



180

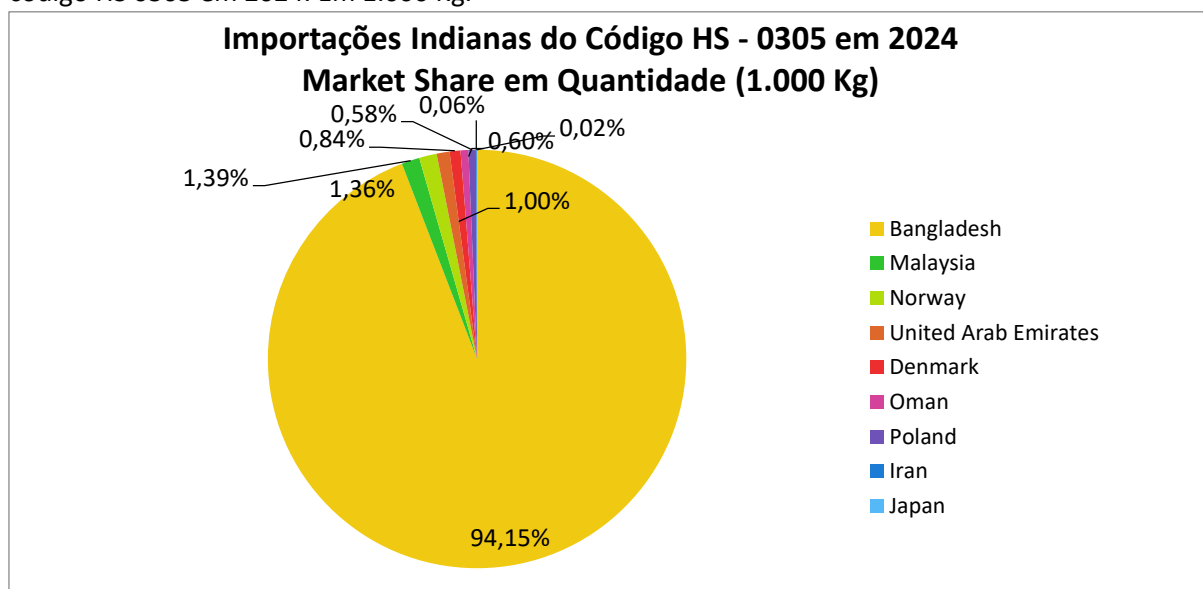


Figura 16. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0305 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



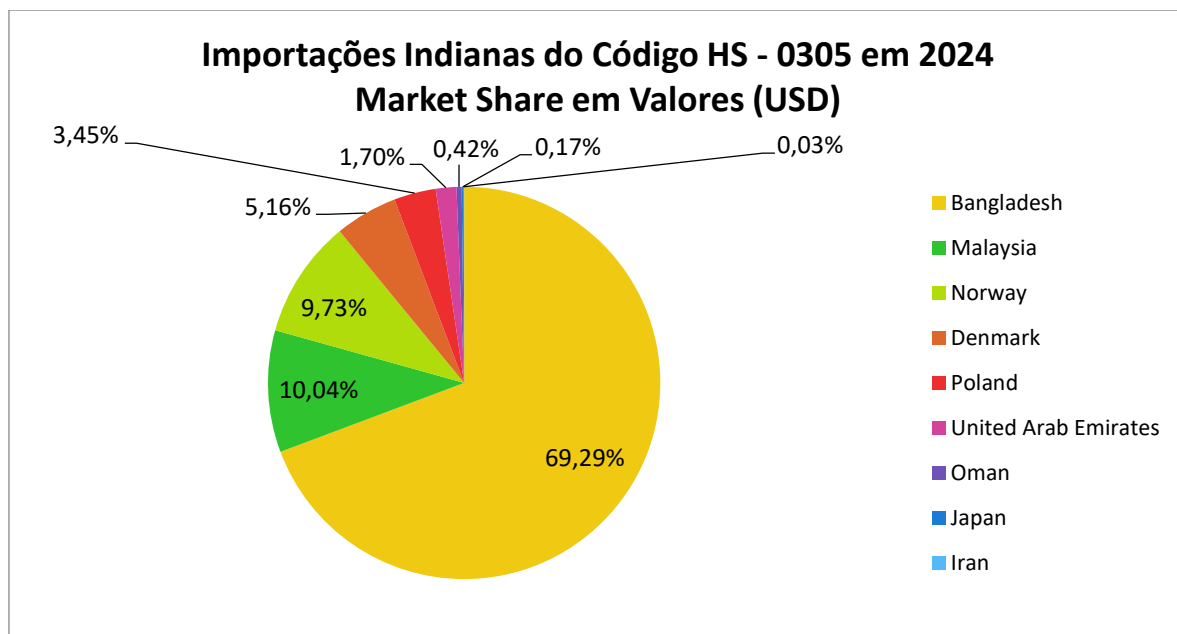
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 17. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0305 em 2024. Em 1.000 Kg.



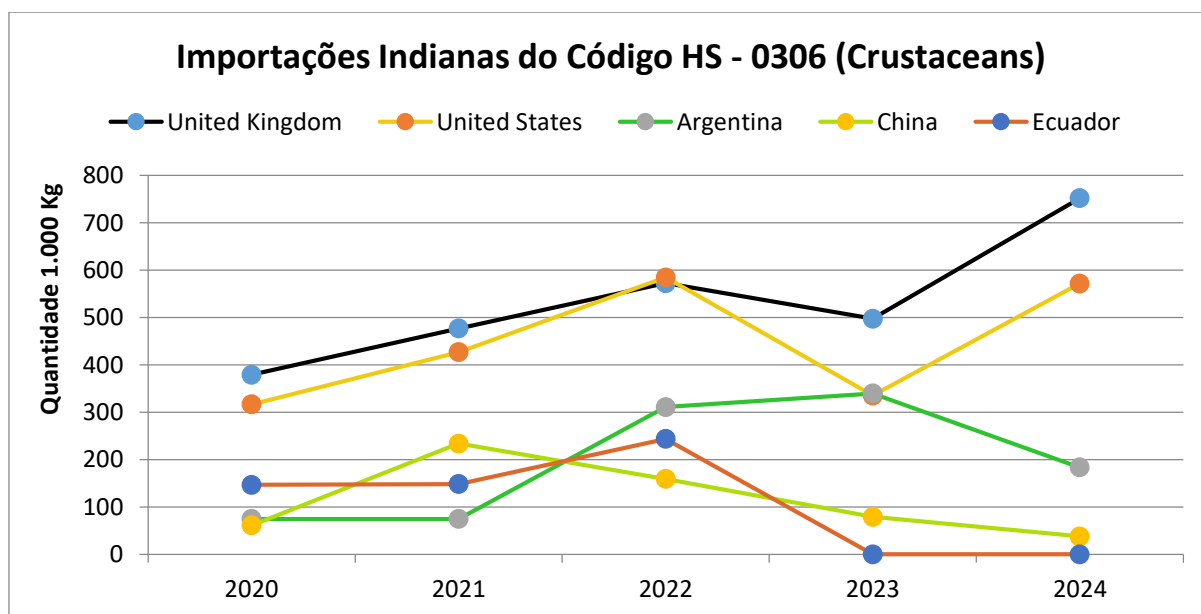
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 18. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0305 em 2024. Em Valores USD.



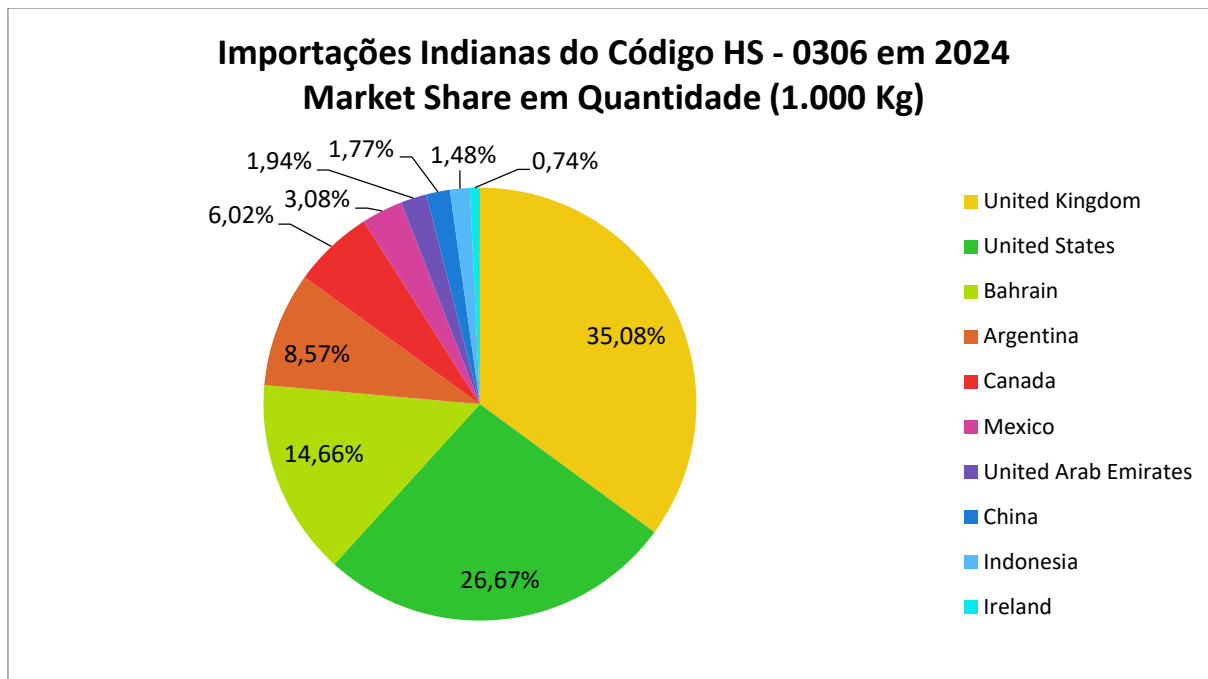
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 19. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0306 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



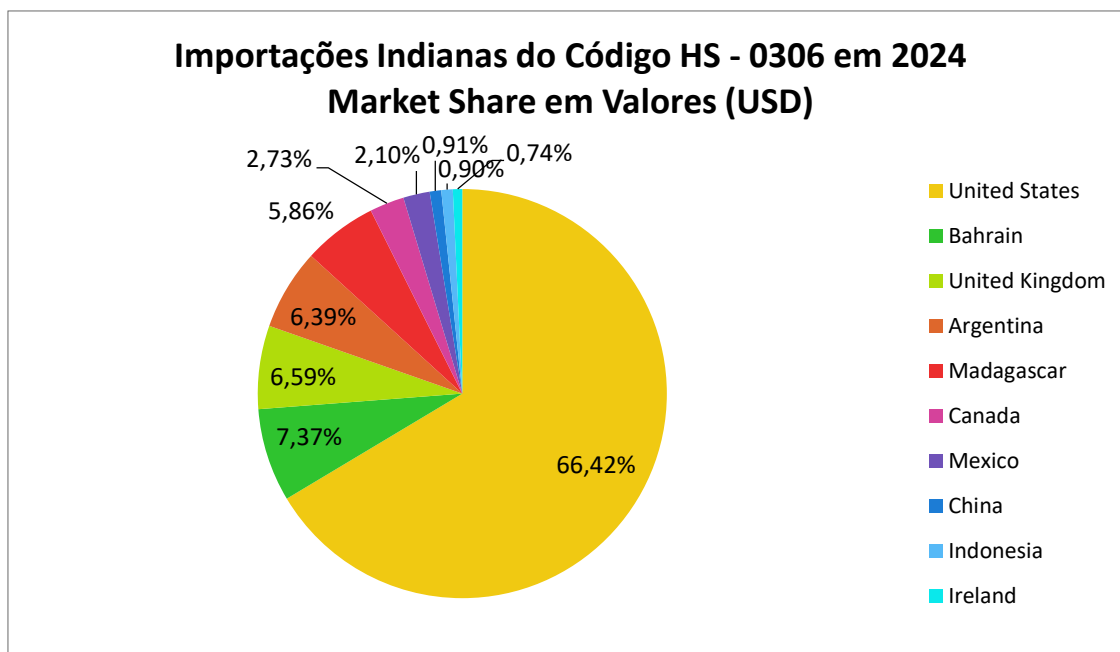
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 20. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0306 em 2024. Em 1.000 Kg.



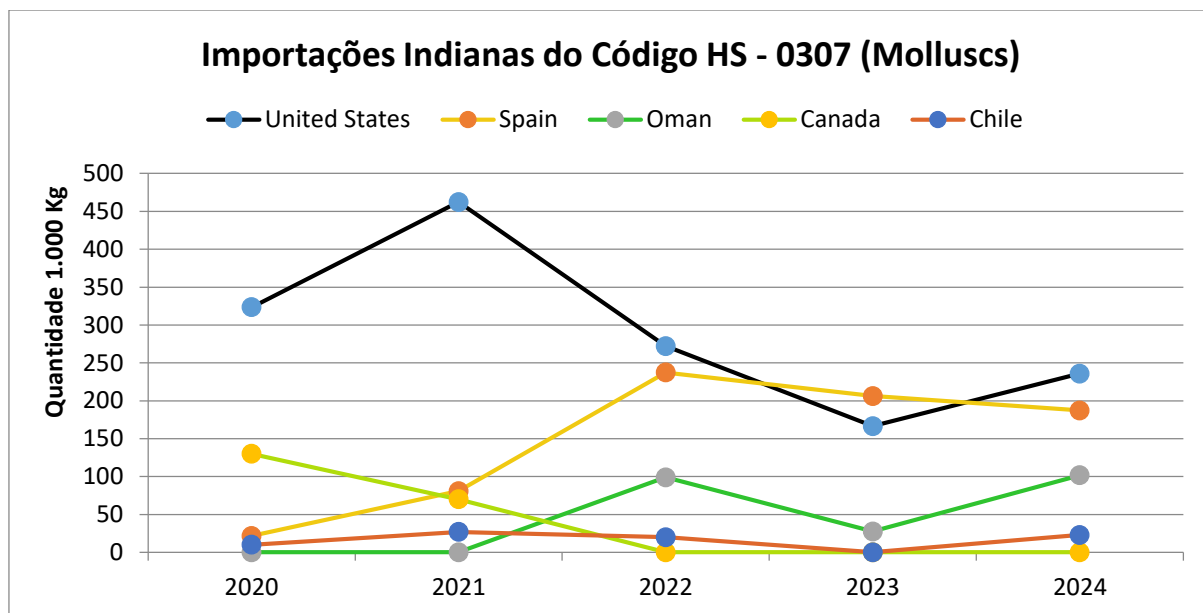
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 21. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0306 em 2024. Em Valores USD.



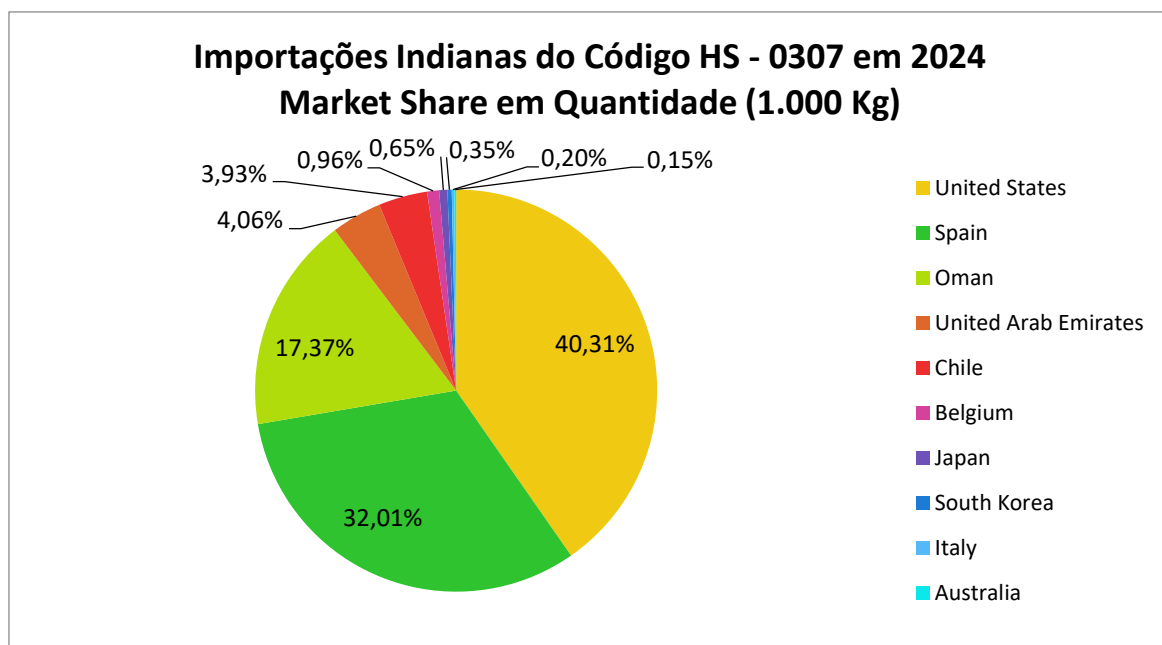
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 22. Quantidades importadas pela Índia para o código HS 0307 dos Top 5 principais países parceiros. Em 1.000 kg. Série histórica.



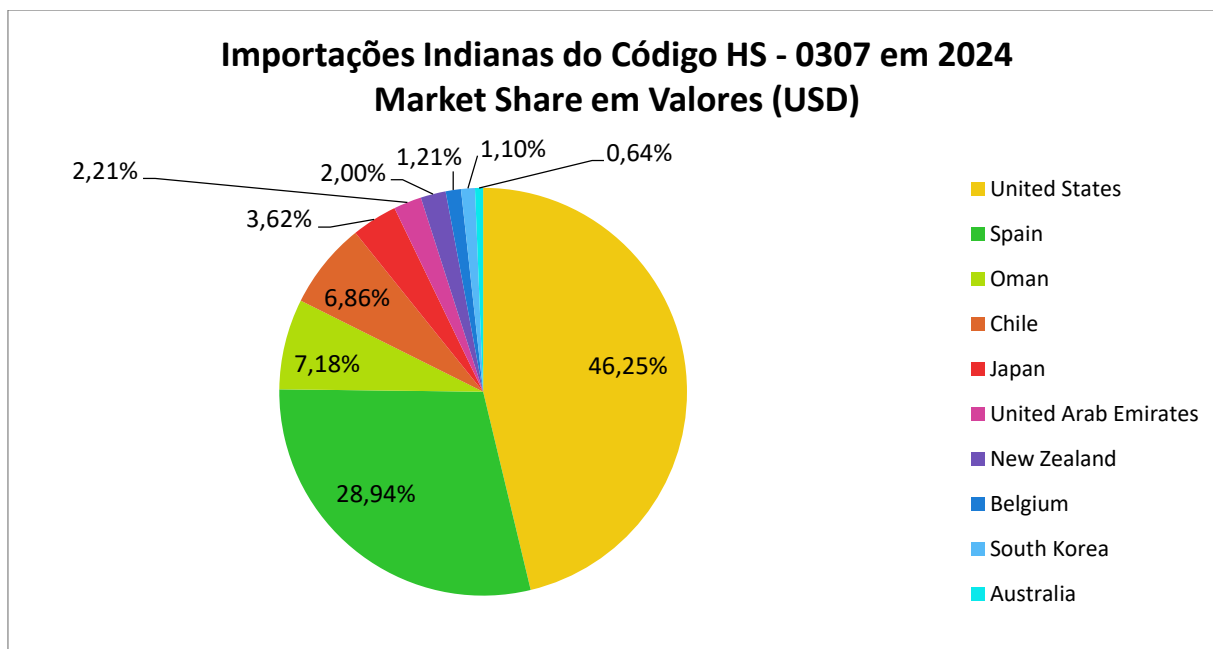
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 23. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0307 em 2024. Em 1.000 Kg.



Fonte: [Volza](#). 2025

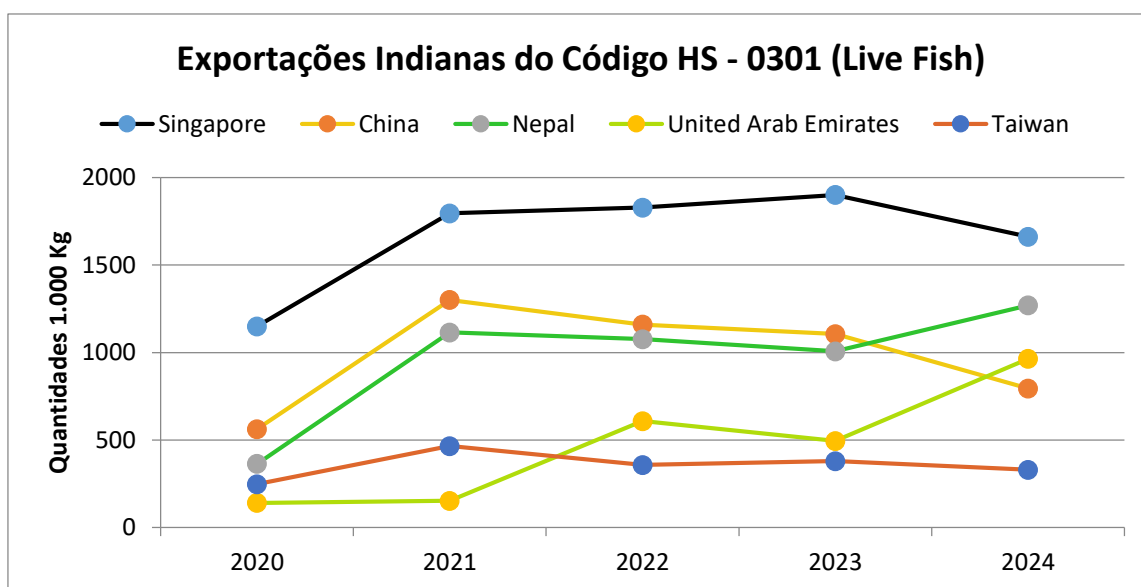
Figura 24. Participação de mercado dos principais países exportadores para a Índia para o código HS 0307 em 2024. Em Valores USD.



Fonte: [Volza](#). 2025

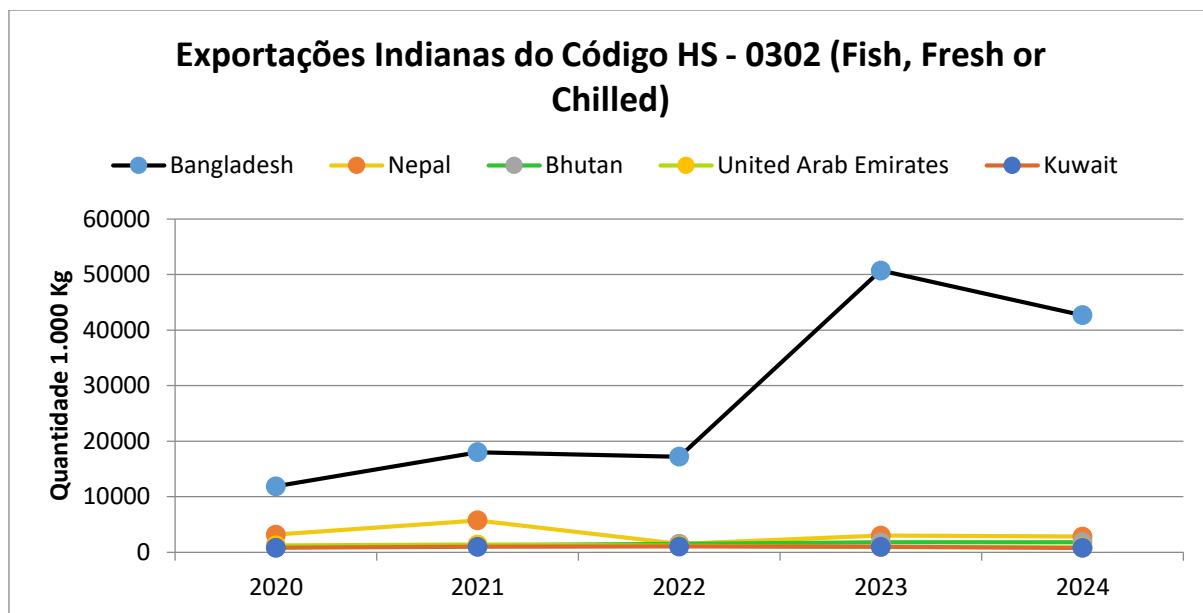
2. EXPORTAÇÕES INDIANAS

Figura 25. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0301 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Série histórica.



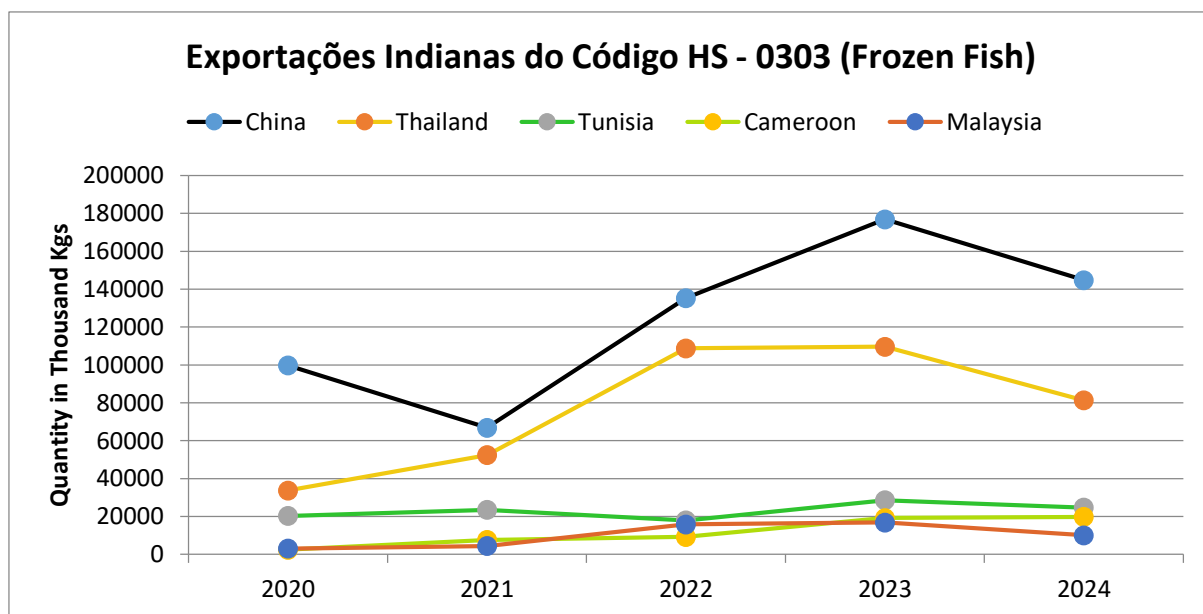
Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 26. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0302 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Série histórica.



Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 27. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0303 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Série histórica.

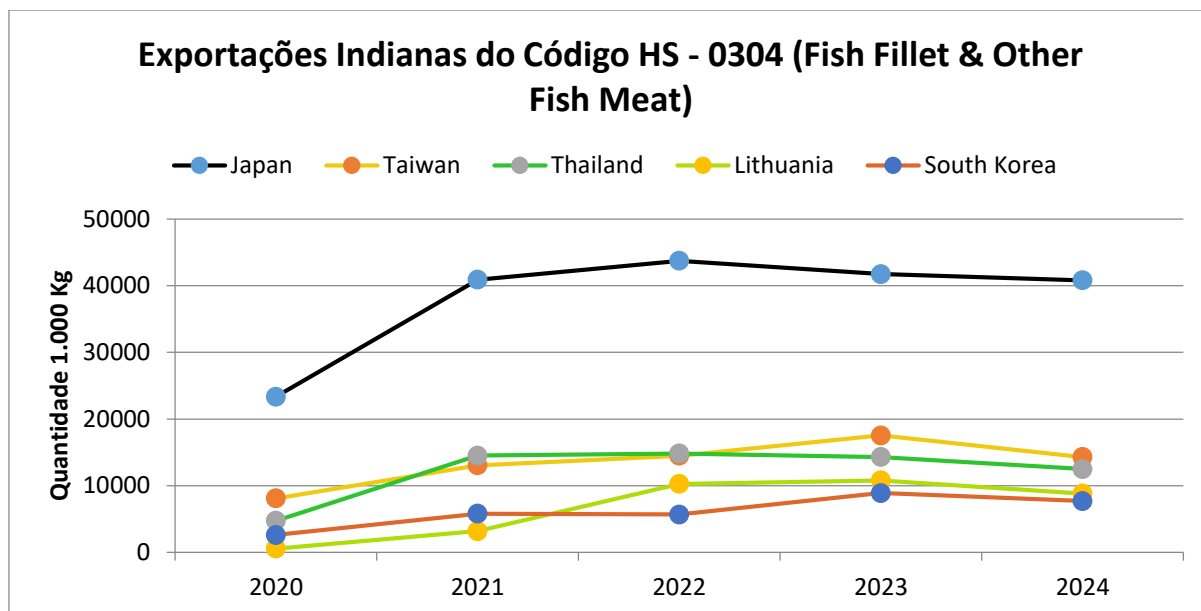


Fonte: [Volza](#). 2025



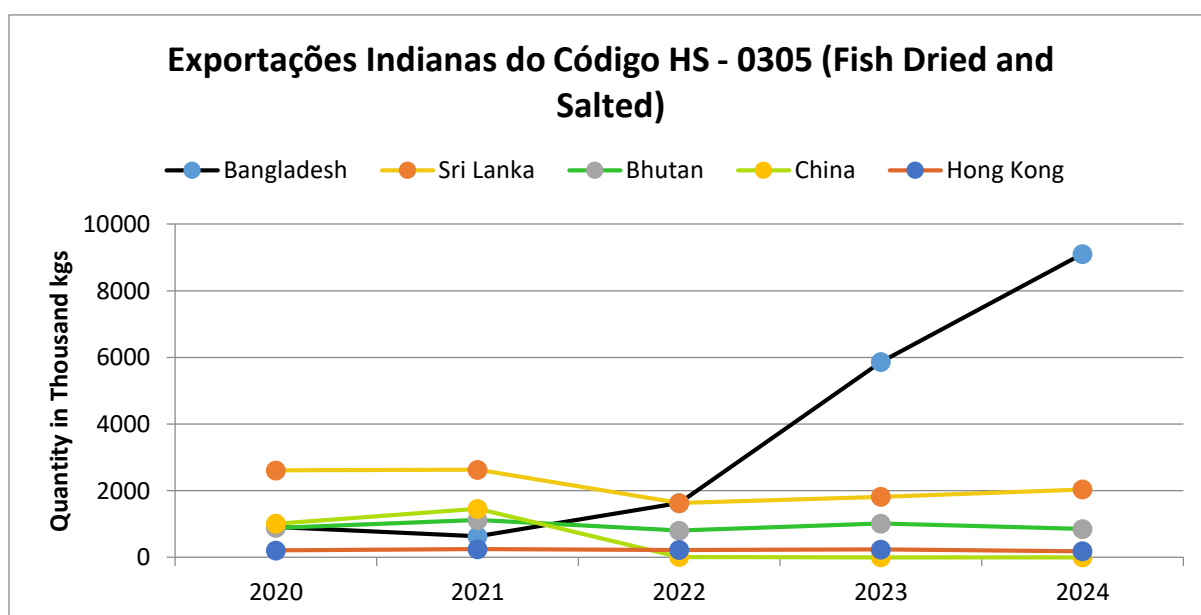
186

Figura 28. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0304 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Série histórica.



Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 29. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0305 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Série histórica.

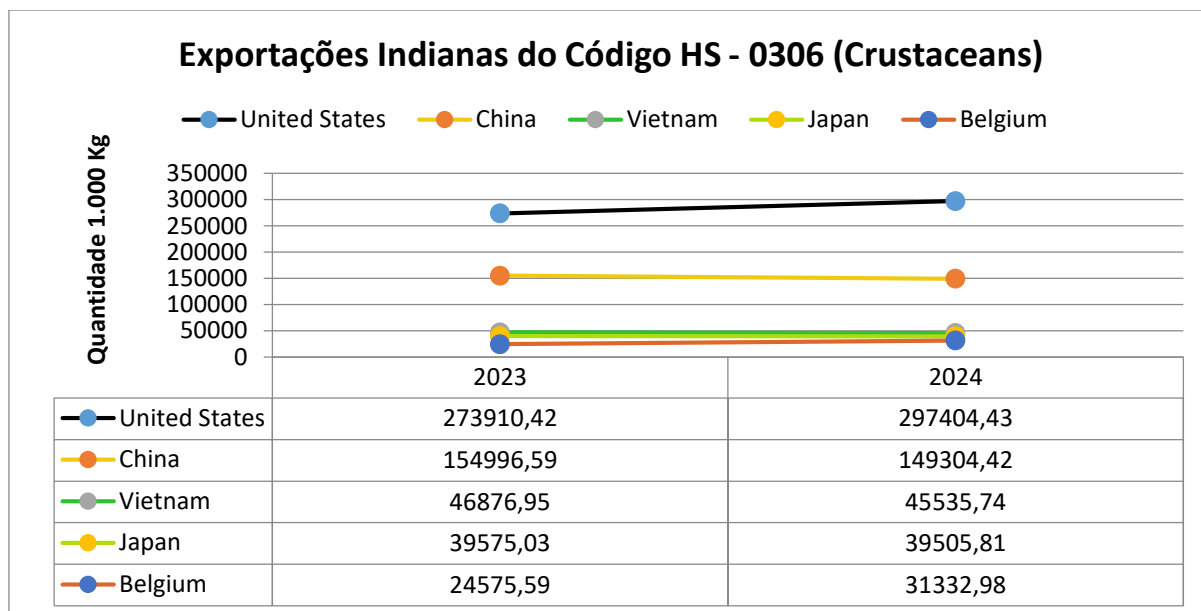


Fonte: [Volza](#). 2025



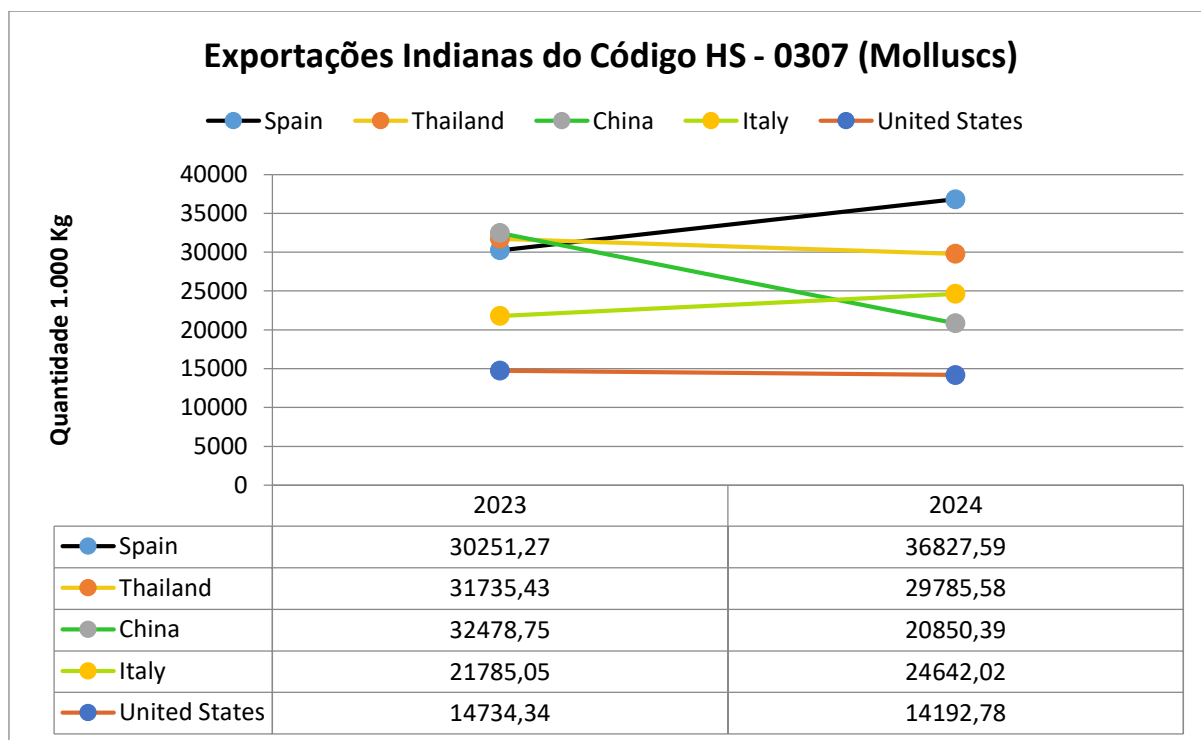
187

Figura 30. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0306 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Dois últimos anos.



Fonte: [Volza](#). 2025

Figura 31. Quantidades exportadas pela Índia do código HS 0307 para os Top 5 principais países importadores. Em 1.000 kg. Dois últimos anos.



Fonte: [Volza](#). 2025



188

TARIFAS INDIANAS



Tabela 8. Tarifa efetiva total para importação dos produtos classificados sob os códigos HS 0301 e 0302.

189

Category	Type of Duty (HS code 0301 & 0302)	Rate %	Price (in Rs.)	Calculation
A	Price of Goods		100000.0	
B	Basic Custom Duty	30.00%	30000.0	$Price\ of\ Goods \times BCD\%$
C	Custom AIDC	0.00%	0.0	$BCD \times Custom\ AIDC\%$
D	Social Welfare Surcharge	10.00%	3000.0	$(BCD+AIDC) \times SWS\%$
E	IGST Levy	0.00%	0.0	$(Price+BCD+AIDC+SWS) \times 5\%$
F	Total Duty Applicable		33000.0	$B+C+D+E$
G	Effective Duty		33.000	<i>in %</i>
H	Total Value of Goods		133000.0	$A+F$

Fonte: [Central Board of Indirect Taxes & Customs, for IGST , Notification 50/17, Notification 32/2024&11/2021](#)

Tabela 9. Tarifa efetiva total para importação dos produtos classificados sob os códigos HS 0303 a 0307.

Category	Type of Duty (HS code 0303 to 0307)	Rate %	Price (in Rs.)	Calculation
A	Price of Goods		100000.0	
B	Basic Custom Duty	30.00%	30000.0	$Price\ of\ Goods \times BCD\%$
C	Custom AIDC	0.00%	0.0	$BCD \times Custom\ AIDC\%$
D	Social Welfare Surcharge	10.00%	3000.0	$(BCD+AIDC) \times SWS\%$
E	IGST Levy	5.00%	6650.0	$(Price+BCD+AIDC+SWS) \times 5\%$
F	Total Duty Applicable		39650.0	$B+C+D+E$
G	Effective Duty		39.650	<i>in %</i>
H	Total Value of Goods		139650.0	$A+F$

Fonte: [Central Board of Indirect Taxes & Customs, for IGST , Notification 50/17, Notification 32/2024&11/2021](#)



ÍNDIA

FEIJÕES BRASILEIROS NA INDIA – UM NOVO IMPULSO EM 2025

Número: DELHI-001-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Delhi/Índia-Butão

Palavras-chave: Índia. Pulses. Exportação. Promoção comercial. Conclave

Responsável: Angelo de Queiroz Mauricio

SUMÁRIO: As exportações brasileiras de pulses para a Índia tem alcançado números expressivos nos últimos anos em comparação com períodos anteriores. Tal desempenho é fruto de um conjunto de iniciativas bem estruturadas do setor, o qual decidiu implementar uma estratégia de acesso à mercado desenvolvida especificamente para o subcontinente indiano, tendo em conta o descolamento observado entre oferta e demanda domésticas. Como parte desta estratégia, a participação brasileira no evento THE PULSES CONCLAVE a se realizar em Nova Delhi em fevereiro de 2025, se apresenta como uma excelente oportunidade para coletar informações relevantes, aprofundar as relações institucionais e comerciais além de explorar as possibilidades de negócios na área, uma vez que tal evento reúne em um só local todos os principais stakeholders do setor.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



CONTEXTO GERAL - O MERCADO INDIANO

Entende-se que o comércio de pulses entre Brasil e Índia representa uma das mais significativas áreas de oportunidades para ampliação das exportações agrícolas brasileiras no subcontinente e para o fortalecimento global das relações bilaterais, na medida em que se observa espaço significativo para ampliação do consumo doméstico de leguminosas secas com limitada capacidade de expansão da produção local. Os pulses são vitais tanto para a agricultura quanto para as práticas alimentares indianas, com a produção doméstica frequentemente ficando aquém da crescente demanda. Há que se considerar principalmente o interesse direto do governo da Índia, já manifestado em diversas oportunidades e em diferentes níveis, de ter o Brasil como fornecedor estratégico para o país nos curto e médio prazos. No cenário geopolítico e econômico internacional, para além do evidente descolamento entre oferta e demanda do produto, tanto a Índia quanto a China têm buscado diversificar seus fornecedores de pulses, como alternativas aos tradicionais parceiros comerciais. Este contexto deve também ser analisado sob a perspectiva do grande impacto que a Índia sofre em decorrência das questões climáticas, hídricas e da disponibilidade de novas terras agricultáveis. Em face de sua limitada capacidade de pronta assimilação destas variáveis, é esperado que diante de condições climáticas menos favoráveis, o país precise contar cada vez mais com parceiros aptos a produzir e exportar as variedades e quantidades demandadas.

Analisando os dados da produção indiana de pulses em uma série histórica, observa-se uma clara diminuição nos últimos três anos. Em 2021/22 a produção foi de pouco mais 27 milhões de toneladas, em 2022/23 foram produzidas 26 milhões de toneladas e em 2023/2024 as estimativas apontam para 24,2 milhões de toneladas. Segundo fontes locais, o gap entre oferta e demanda para culturas importantes como Black Matpe e Feijão Guandu permanece influenciando as políticas agrícolas e de comércio exterior, tendo sido estimada em 2024 pelo governo indiano um déficit em torno de 800 mil toneladas em relação ao total produzido.

No que diz respeito especificamente à última estação kharif (monções) em 2024, a meta inicial estabelecida pelo governo para a produção de pulses foi de 9,5 milhões de toneladas. Analisando os dados divulgados pelo ministério da agricultura indiano, percebe-se que entre junho e setembro do ano passado, a Índia apresentou uma considerável ampliação na área cultivada com feijão guandu, mungo preto e mungo verde, em face dos incentivos governamentais, dos preços praticados no mercado doméstico e de uma distribuição razoavelmente boa de chuvas nas principais regiões de cultivo de pulses. Como resultado, segundo fontes locais, para o ano de 2024 foram calculados 12,9 milhões de hectares plantados, em contraste com o ano de 2023, onde a área cultivada foi calculada em torno de 11,9 milhões de hectares.

Em novembro, o governo apresentou uma primeira estimativa da estação kharif (monções) calculando a produção total em 6,9 milhões de toneladas, volume menor que as safras dos anos anteriores. Analistas estimam, no entanto, que este número deve ser revisado para algo em torno de 7,8 milhões de toneladas na próxima estimativa. A princípio não se prevê uma diminuição expressiva na área plantada de pulses na próxima estação Rabi (inverno)



191

principalmente porque as condições edafoclimáticas são consideradas boas e os preços estão atrativos, o que deve incentivar os agricultores indianos a plantarem. No entanto, alguns analistas apontam para uma possível substituição de culturas direcionada ao plantio do trigo em determinadas regiões.



OPORTUNIDADES NEGOCIAIS – THE PULSES CONCLAVE 2025

Entre os dias 12 e 14 de fevereiro de 2025 na cidade de Nova Delhi, se realizará a 7ª edição do evento “The Pulses Conclave”, o qual é organizado a cada dois anos pela Associação Indiana de Pulses e Grãos (IPGA), associação esta que congrega os principais *stakeholders* indianos do setor e vocaliza os interesses de diversas entidades privadas e importadores junto ao Governo da Índia. “The Pulses Conclave” é considerado uma das maiores conferências/exposições do setor de pulses na Ásia, atraindo delegados de diferentes países e figurando, ao lado do GPC, como um dos mais relevantes eventos do segmento. Em 2025, o evento possui o tema ‘Pulses para prosperidade – Nutrição e sustentabilidade’ com a intenção de explorar o papel dos pulses na adoção de práticas agrícolas sustentáveis e contribuir para uma maior e mais efetiva segurança alimentar.

Segundo o informado pelos organizadores, o foco principal que norteará todo o evento e irá dirigir as discussões e interações entre os participantes é o fomento ao desenvolvimento de acordos e tratativas comerciais bilaterais com entidades de países produtores de pulses, os quais possam suprir a demanda indiana nos próximos anos. Ainda segundo os organizadores, esta edição do evento foi, portanto, desenhada para permitir o *networking*, a troca de informações relevantes para a tomada de decisão, a implementação de parcerias estratégicas e a exploração de oportunidades comerciais. Adicionalmente os organizadores informam que delinearam o programa de modo a empregar especialistas que possam apresentar insights e discutir o futuro e as tendências para o setor de pulses na Índia nas esferas regulatórias, agrícolas e comerciais.

Consultados pela Adidância, o IPGA informa ter grande interesse em ter o Brasil como país-parceiro no Conclave, com atividades especificamente desenhadas para ressaltar e consolidar a natural cooperação com as instituições e empresas brasileiras.



INDONÉSIA

193

MERENDA ESCOLAR GRATUITA

Número: JAC-02-2025

Data: 08/01/2025

Posto: Jacarta/Indonésia

Palavras-chave: Indonésia; Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Merenda Escolar Gratuita;

Responsável: Bruno Breitenbach – Adido Agrícola em Jacarta

SUMÁRIO: O programa nacional de refeições gratuitas da Indonésia foi lançado pelo presidente Prabowo Subianto na última semana. O programa busca combater a desnutrição e melhorar a qualidade de vida de crianças em idade escolar e mulheres grávidas. A iniciativa, apoiada por instituições internacionais, visa reduzir a taxa de nanismo para 14% até 2024. Apesar do entusiasmo inicial e do impacto positivo relatado por estudantes e professores, o programa enfrenta desafios relacionados a cortes orçamentários, logística e qualidade nutricional. Com planos de expansão para atingir até 82 milhões de beneficiários, o programa representa um marco significativo, mas sua eficácia dependerá de melhorias operacionais, sustentabilidade financeira e disponibilidade de alimentos. O programa pode gerar demanda adicional de importação de alimentos beneficiando os interesses brasileiros.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

O presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, lançou oficialmente o programa nacional de refeições gratuitas (Merenda Escolar) destinado a milhões de crianças em idade escolar e mulheres grávidas. Este é o primeiro programa desse tipo em âmbito nacional na história da Indonésia e recebeu apoio de instituições internacionais, como as Nações Unidas.

Nessa fase inicial, 190 cozinhas foram mobilizadas em diversas regiões para preparar refeições balanceadas, incluindo arroz, frango frito, tofu, feijão, frutas e água mineral. A cozinha militar de Sidoarjo, por exemplo, produziu refeições para milhares de estudantes. Embora a iniciativa tenha sido bem recebida pela comunidade escolar, houve atrasos logísticos em algumas localidades.

Apesar do entusiasmo, o programa enfrentou críticas devido a cortes no orçamento. O custo por refeição, inicialmente estimado em Rp 15.000 (US\$ 1), foi reduzido para Rp 10.000 (US\$ 0,65), levantando preocupações sobre a capacidade de atender às necessidades nutricionais das crianças. Alguns alunos também relataram a ausência de leite e outros itens presentes na fase de testes. Além disso, nem todas as cozinhas previstas estavam operacionais; em Java Oriental, das 17 planejadas, apenas sete estavam em funcionamento, evidenciando desafios logísticos e de infraestrutura.

O governo planeja expandir o programa. Na primeira fase, até março de 2025, a meta é atender três milhões de pessoas. Posteriormente, pretende-se alcançar de 15 a 20 milhões de beneficiários até o final de 2025 e, eventualmente, atingir 82 milhões durante o mandato do presidente Prabowo.

O programa nacional de refeições gratuitas representa um marco nos esforços para combater a desnutrição infantil e promover o bem-estar social na Indonésia. Contudo, desafios orçamentários e logísticos precisam ser superados para garantir seu sucesso e sustentabilidade.

Conforme relatado pelo The Jakarta Post, o programa foi recebido com entusiasmo por estudantes e professores, que destacaram a importância da iniciativa para a melhoria da qualidade de vida.

No entanto, também foram levantadas preocupações sobre a qualidade e segurança dos alimentos fornecidos, especialmente em relação à redução do orçamento por refeição, que pode impactar o valor nutricional das refeições oferecidas. Além disso, questões logísticas e de infraestrutura foram identificadas, com algumas cozinhas não estando plenamente operacionais na fase inicial do programa.

Por meio das redes sociais, alguns membros da população têm demonstrado insatisfação com a quantidade e a qualidade nutricional das refeições. Comentários sobre a pouca quantidade de proteína animal do cardápio bem como a qualidade e sabor do peixe, frango ou ovo disponíveis têm sido frequentes.

CONCLUSÃO

Com a evolução do programa espera-se que haja um aumento na demanda por alimentos no país, possivelmente impactando os níveis das importações visto que o incremento da produtividade agrícola indonésia é pouco provável no curto prazo. Também se espera, de maneira mais imediata, aumento das importações de insumos para fabricação de ração animal (farelo de soja, farinhas de origem animal, milho, sorgo, milheto), insumos necessários para acelerar a produção local de proteína animal (frango, ovos e pescados).

195

IRÃ

IMPACTO DA INFLAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO MONETÁRIA NO IRÃ

Número: TEERA-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Teerã/Irã

Palavras-chave: inflação; pobreza; consumo; produtos agrícolas; importações do Brasil

Responsável: Marlos Schuck Vicenzi

SUMÁRIO: A economia iraniana enfrenta uma inflação persistente e desvalorização da moeda local, que afeta negativamente a capacidade de compra dos cidadãos e o consumo de produtos agrícolas. Apesar de melhoras nos indicadores macroeconômicos em 2024, críticas apontam deterioração nas condições de vida e aumento da pobreza. A desvalorização do Rial, moeda iraniana, mais de 65% em seis meses, encarece importações de produtos agrícolas. Diferenças entre taxas de câmbio oficiais e de mercado livre, além de pressões políticas, ameaçam subsídios a importações, afetando o preço dos produtos. Para o agronegócio brasileiro, a situação impõe desafios nas exportações de grãos e carnes, com o poder de compra reduzido levando iranianos a substituir produtos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



A inflação no Irã tem sido um tema central nas discussões econômicas, com taxas anuais ultrapassando 40% desde 2019 e previsões de taxas elevadas para 2025. O cenário inflacionário deriva de sanções econômicas, desvalorização cambial e políticas monetárias controversas, afetando severamente a capacidade de consumo da população iraniana.

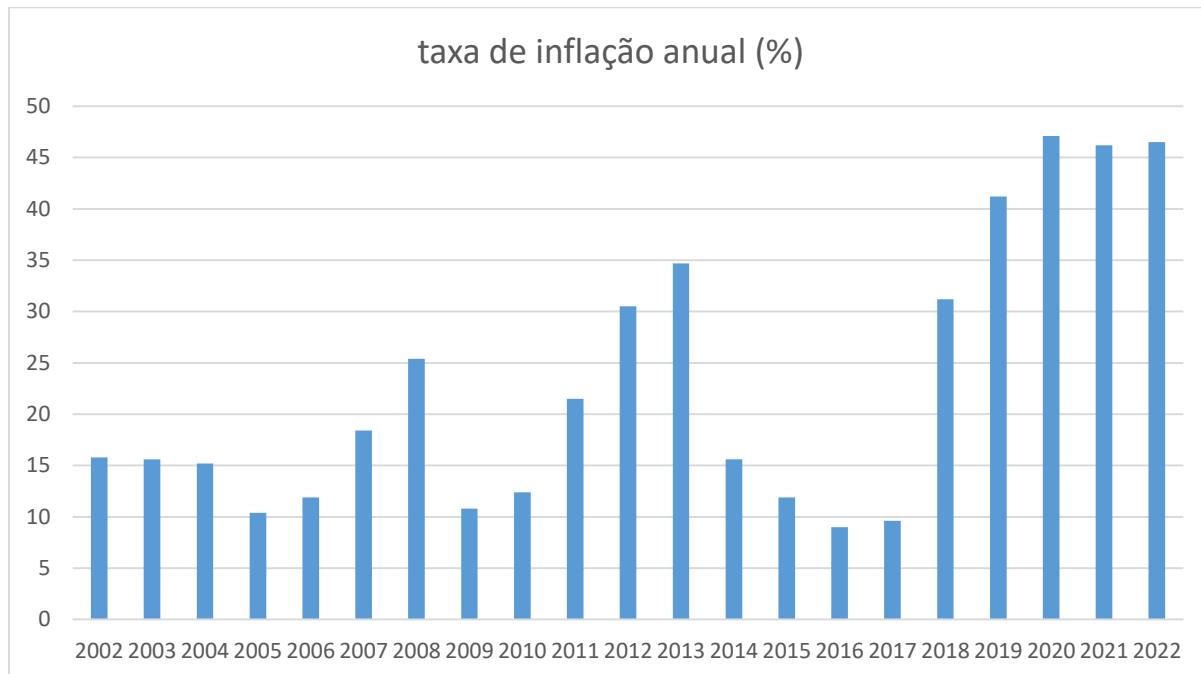
Diversos jornais publicados no país indicam melhoria nos indicadores macroeconômicos anuais em dezembro de 2024, com redução da inflação para 32,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como taxa de crescimento da economia variando entre 3,2 a 4,5%. Entretanto, jornais com linha editorial mais crítica destacam a piora das condições de vida, com a inflação corroendo o poder de compra e ampliando a pobreza. Segundo estes jornais, em 2024, a inflação seria de aproximadamente 47%, eles ainda relatam que mais de 32 milhões de iranianos estão abaixo da linha da pobreza, com dificuldades para adquirir bens essenciais como carne e grãos. O gráfico 1 demonstra a taxa anual da inflação entre 2002 e 2022, segundo dados do Banco Central do Irã (CBI, sigla em inglês).

Outro fator crítico é a desvalorização do Rial, com a moeda iraniana passando de 365.000 para mais de 580.000 Riais por Dólar desde junho de 2024, segundo dados do CBI. Essa desvalorização superior a 65% em um semestre impacta diretamente o custo dos produtos agrícolas importados.

Em relação às taxas de conversão da moeda local, é importante mencionar que existem grandes diferenças entre os valores oficiais do CBI e aqueles praticados nos mercados informais (ver gráficos 2 e 3). Adicionalmente, para a importação de produtos básicos existe um sistema de câmbio subsidiado pelo governo, o qual beneficia a aquisição de produtos agrícolas utilizados pela indústria iraniana. Entretanto, pressões políticas e cambiais devem levar a uma redução da oferta do volume de subsídios para aquisição de moeda estrangeira, elevando a pressão sobre o preço de produtos agrícolas.

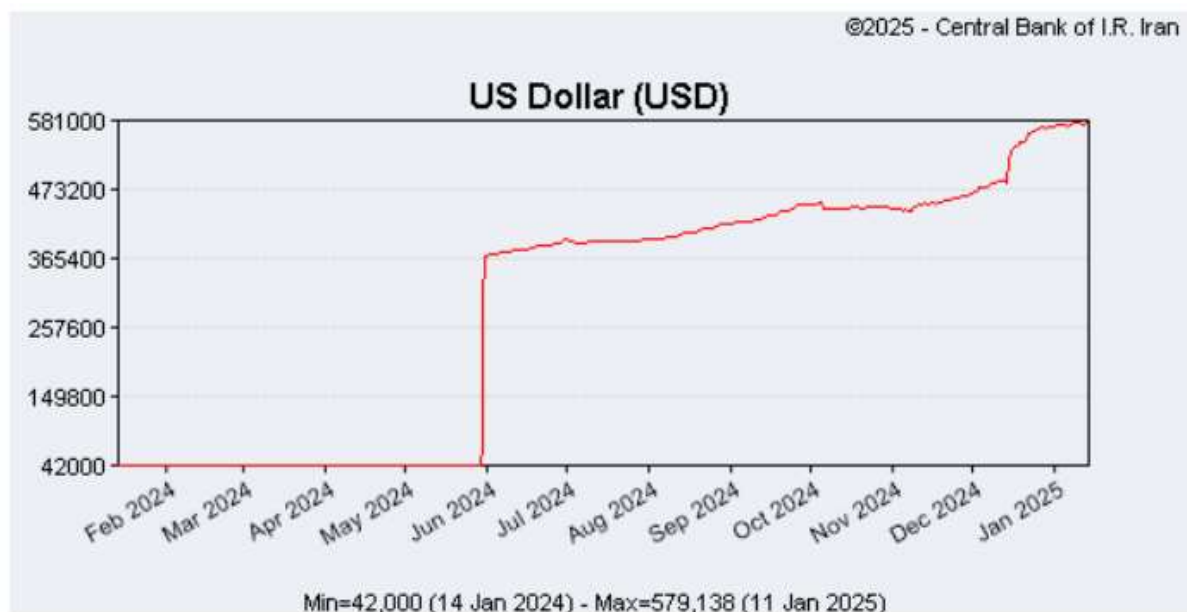
A conjuntura econômica do Irã, com elevadas taxas de inflação e pressões cambiais, apresenta desafios significativos para o agronegócio brasileiro. No caso dos grãos e farelos, o impacto para as exportações brasileira deve ser provocado com a constante desvalorização do Rial, bem como a previsão de redução do volume de subsídios para aquisição de moeda estrangeira pelos importadores. Esta situação de tornar mais atraentes as formas alternativas para financiamento das operações, tais como moedas locais e/ou operações compensadas (*barter trade*). No caso das carnes, além da questão cambial, a diminuição do poder de compra dos consumidores tem levado a substituição de produtos. Por exemplo, a carne vermelha, disponível ao consumidor iraniano a um preço médio de 7 milhões de Riais/kg (8,75 USD/kg) é cada vez mais substituída por carne de frango, disponível ao preço médio de 1,5 milhões de Riais/kg (1,88 USD/kg) ou por preços menores em mercados subsidiados.

Gráfico 1: Taxa anual da inflação (dados oficiais)



Fonte: Banco Central do Irã (CBI, sigla em inglês) (https://www.cbi.ir/Inflation/Inflation_en.aspx, acesso em 14/01/2025)

Gráfico 2: Variação da cotação do Rial frente ao Dólar dos Estados Unidos (dados oficiais)



Fonte: Banco Central do Irã (CBI, sigla em inglês) (https://www.cbi.ir/ExRates/rates_en.aspx, acesso 14/01/2025)

Gráfico 3: Variação da cotação do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos, segundo site de monitoramento do mercado informal.



Fonte: alanchand.com (<https://alanchand.com/en/currencies-price/usd-hav>, acesso em 14/01/2025)

ITÁLIA - FAO

ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS DA FAO: CARNE E LÁCTEOS

Número: ROMA-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Roma/Itália-FAO

Palavras-chave: preço, alimentos, animal

Responsável: Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães

SUMÁRIO: O Índice de Preços de Alimentos da FAO registrou no acumulado de 2024 uma média de 122,0 pontos, permanecendo 2,1% abaixo dos níveis de 2023. Levantamento mensal relativo à dezembro registrou 127,0 pontos, uma queda de 0,5% em relação ao nível de novembro, com diminuições nos índices de preços de lácteos e outros produtos da área vegetal, superando os aumentos nos preços de carne.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





201

O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) encerrou 2024 abaixo dos níveis de 2023. No ano passado, o índice registrou média de 122 pontos, 2,6 pontos (2,1%) abaixo do valor médio em 2023.

No levantamento mensal de dezembro, foram 127 pontos, queda de 0,6 ponto (0,5%) em relação a novembro, com pressão do índice de preços de lácteos e outros produtos da área vegetal.

Índice de Preços de Carne da FAO

No acumulado de 2024, o Índice de Preços de Carne da FAO teve média de 117,2 pontos, aumento de 3,1 pontos (2,7%) em relação a 2023, impulsionado pela forte demanda dos principais países importadores, em meio ao crescimento mais lento da produção global. Isso sustentou os preços médios das carnes bovina, ovina e de aves, enquanto os preços da carne suína caíram com a demanda de importação moderada, particularmente da China.

Em dezembro, o Índice de Preços de Carne da FAO teve média de 119 pontos, alta de 0,5 ponto (0,4%) em relação a novembro, marcando uma recuperação após três meses de queda. Nesse nível, o índice ficou 7,9 pontos (7,1%) acima do valor correspondente do ano passado.

O aumento foi impulsionado pelos preços da carne bovina, devido à forte demanda global, juntamente com restrições de produção por causa de interrupções de manutenção de fim de ano em plantas de processamento nos principais exportadores.

Igualmente, os preços da carne ovina aumentaram com a menor disponibilidade de abate na Austrália após melhorias nas condições de pastagem devido a chuvas recentes, que incentivaram uma maior retenção de rebanho, combinada com a demanda global sustentada.

Já os preços da carne suína caíram, com a demanda do consumidor mais fraca do que o esperado na União Europeia antes das férias de inverno. Enquanto isso, os preços da carne de aves registraram uma leve queda devido à ampla oferta de exportação do Brasil.

Índice de Preços de Lácteos da FAO

No acumulado de 2024, o Índice de Preços de Lácteos da FAO teve média de 129,6 pontos, aumento de 5,8 pontos (4,7%) em relação ao ano anterior. O aumento foi atribuído ao forte aumento nos preços da manteiga, devido à alta demanda global e à oferta limitada, resultante de padrões climáticos irregulares que impactaram negativamente a produção.



Em dezembro, o Índice de Preços de Lácteos da FAO teve média de 138,9 pontos em dezembro, queda de 1 ponto (0,7%) em relação a novembro, marcando o primeiro declínio após sete meses consecutivos de aumentos.

As cotações de manteiga registraram o maior declínio, encerrando uma sequência de quatorze meses de aumentos contínuos devido à baixa demanda global e estoques acumulados. Da mesma forma, os preços do queijo e do leite em pó desnatado recuaram, influenciados por uma demanda internacional mais fraca.

Já os preços do leite em pó integral aumentaram, impulsionados por elevações nos preços na Oceania, devido à forte demanda global, especialmente na Ásia, combinada com estoques reduzidos na Europa Ocidental.



202





203

ITÁLIA - FAO

ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS DA FAO: CEREAIS, ÓLEOS VEGETAIS E AÇÚCAR

Número: ROMA-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Roma/Itália-FAO

Palavras-chave: preço; alimentos; vegetal

Responsável: Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães

SUMÁRIO: O Índice de Preços de Alimentos da FAO registrou no acumulado de 2024 uma média de 122,0 pontos, permanecendo 2,1% abaixo dos níveis de 2023. Levantamento mensal relativo à dezembro registrou 127,0 pontos, uma queda de 0,5% em relação ao nível de novembro, com diminuições nos índices de preços de açúcar e óleos vegetais, superando aumento nos preços de produtos da área animal.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) encerrou 2024 abaixo dos níveis de 2023. No ano passado, o índice registrou média de 122 pontos, 2,6 pontos (2,1%) abaixo do valor médio em 2023.

No levantamento mensal de dezembro, foram 127 pontos, queda de 0,6 ponto (0,5%) em relação a novembro, com pressão dos índices de preços de açúcar, óleos vegetais e cereais.

Índice de Preços de Cereais da FAO

No acumulado de 2024, o Índice de Preços de Cereais da FAO teve média de 113,5 pontos, queda de 17,4 pontos (13,3%) em relação a 2023, resultado de preços mais baixos por trigo e cereais secundários, marcando o segundo declínio anual consecutivo após o recorde de 2022.

Em dezembro, o Índice de Preços de Cereais da FAO registrou média de 111,3 pontos em dezembro, relativamente estável em relação a novembro, mas 11,5 pontos (9,3%) abaixo do nível do ano anterior.

Os preços do trigo permaneceram estáveis em dezembro. A pressão de baixa causada pela demanda internacional fraca e pela maior disponibilidade sazonal das colheitas na Argentina e na Austrália foi equilibrada pela pressão de alta devido às condições desfavoráveis das culturas de inverno na Rússia.

Para o milho, os preços subiram com o aumento na exportação e a oferta mais restrita nos Estados Unidos, juntamente com a forte demanda do grão ucraniano.

Entre outros grãos, os preços da cevada aumentaram, enquanto os do sorgo diminuíram. Já o Índice de Preços de Arroz da FAO caiu 1,2% em dezembro.

O Índice de Preços de Arroz teve média de 133,1 pontos no ano, alta de 0,8% em relação a 2023 e representando uma alta nominal de 16 anos. Esse aumento anual foi sustentado pelas cotações do arroz Indica, devido à forte demanda de importação em alguns países da Ásia e à redução da concorrência entre exportadores, o que manteve os preços elevados nos primeiros nove meses de 2024.





205

Índice de Preços de Óleos Vegetais da FAO

No acumulado de 2024, o Índice de Preços de Óleos Vegetais da FAO ficou em 138,2 pontos em 2024, avanço de 11,9 pontos (9,4%) em relação ao registrado em 2023, em decorrência de menor oferta global.

Em dezembro, o Índice de Preços de Óleos Vegetais da FAO registrou média de 163,3 pontos em dezembro, queda de 0,9 ponto (0,5%) ante o mês anterior, mas ainda 33,5% acima do nível do ano anterior.

A leve redução foi causada principalmente por queda nos preços de óleo de soja, colza e girassol, que compensaram os ganhos do óleo de palma. As cotações de óleo de palma subiram em média 2% em relação a novembro, com a oferta restrita nos principais países produtores do Sudeste Asiático.

Em contraste, o óleo de soja caiu com perspectivas de ampla oferta global e demanda um pouco mais fraca nos EUA. Os preços do óleo de colza e de girassol também caíram devido à redução na demanda.

Índice de Preços de Açúcar da FAO

No acumulado de 2024, o Índice de Preços de Açúcar da FAO teve média de 125,8 pontos, queda de 19,2 pontos (13,2%) em relação a 2023, refletindo principalmente exportações recordes do Brasil durante o ano e uma perspectiva positiva para a oferta global na safra 2024/25.

Em dezembro, o Índice de Preços de Açúcar da FAO teve média de 120,0 pontos em dezembro, queda de 6,4 pontos (5,1%) em relação a novembro, marcando o segundo declínio mensal consecutivo, e ficando 14,2 pontos (10,6%) abaixo do valor de dezembro de 2023.

A queda nos preços globais do açúcar foi impulsionada pela produção maior do que o esperado no Brasil na segunda metade de novembro e pela desvalorização do real frente ao dólar americano. Além disso, as perspectivas de melhora para as colheitas de cana-de-açúcar no Brasil, previstas para começar em abril de 2025, e a atual safra em andamento na Índia e na Tailândia, onde as usinas estão operando a plena capacidade, também contribuíram para a redução dos preços globais do açúcar.

JAPÃO

206

OPORTUNIDADES DO MERCADO DE OVOS NO JAPÃO

Número: TYO-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Tóquio/Japão

Palavras-chave: Japão. Exportações. Oportunidades. Ovos.

Responsável: Marco Aurélio Pavarino

SUMÁRIO: O Brasil foi o maior país exportador de ovos ao Japão em 2023. Segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, foi registrado um aumento de mais de 800% nas exportações de ovos ao país de 2022 para 2023. A seriedade e eficiência do serviço de vigilância sanitária no Brasil asseguraram este mercado, já que o Japão é exigente na questão de sanidade e inocuidade dos alimentos que importa. O Brasil é um dos poucos países no mundo sem a ocorrência do vírus da Influenza Aviária em granjas de aves de produção comercial. Já o Japão enfrenta surtos da doença desde 2022, o que tem levado ao abate de milhões de aves nos dois últimos anos, reduzindo a oferta de ovos produzidos nacionalmente. Isto abre uma oportunidade para os produtores brasileiros que pretendem explorar mercados que remuneram bem e tem uma constância na demanda dos produtos.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

CONTEXTO

O Japão é o país de maior consumo anual de ovos por pessoa do mundo. Segundo dados do *World Population Review* (<https://worldpopulationreview.com/>) em média, uma pessoa no Japão consome cerca de 320 ovos por ano - quase um ovo por dia. Embora o Japão produza uma grande quantidade de ovos internamente, está entre os principais importadores de ovos e produtos à base de ovos. Estes produtos desempenham um papel fundamental na culinária japonesa sendo utilizados em uma variedade de pratos, como macarrão tipo lámen, pratos com arroz, doces e outros produtos de padaria.

As empresas japonesas têm buscado ampliar os fornecedores do produto no mundo. A Adidância Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA na Embaixada em Tóquio já foi procurada por empresas japonesas importadoras ou mesmo aquelas que utilizam ovos como matéria prima buscando informações de produtores brasileiros potencialmente fornecedores de ovos ao Japão.

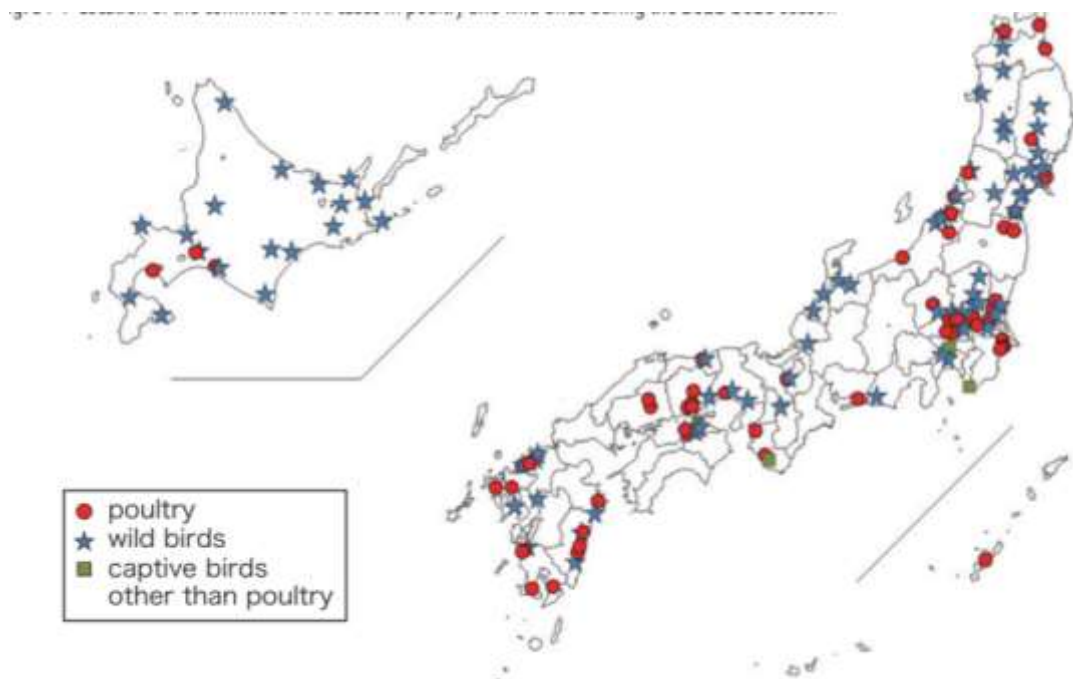
O MERCADO DE OVOS PARA O BRASIL NO JAPÃO

Os anos de 2023 e 2024 foram excelentes para as exportações brasileira de ovos ao Japão. Segundo o International Trade Center – ITC (<https://www.intracen.org/>), agência ligada à Organização Mundial do Comércio – OMC que compila dados de comércio mundial, em 2023 o Brasil foi o principal país exportador de ovos ao Japão, respondendo por mais de 68% das importações. O volume exportado do Brasil resultou em mais de USD 20 milhões. Com estas quantidades, o Japão foi o principal destino dos ovos exportados do Brasil naquele ano. Foram mais de 6 mil toneladas de ovos exportados classificados segundo o Sistema Harmonizado (SH) 0407 - Ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos.

Parte desta demanda por ovos fora do Japão se explica por conta da diminuição da oferta da produção interna, que tem sofrido com a ocorrência de focos da doença de Influenza Aviária que obriga o abate de animais infectados e de suas adjacências. Segundo relatório divulgado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão – MAFF, entre o período de 28 de outubro de 2022 quando foi registrado surto em granja comercial e 7 de abril do ano seguinte, um total de 84 surtos em 26 prefeituras foram registrados em instalações avícolas, e aproximadamente 17,71 milhões de aves foram abatidas. Os surtos afetaram tanto granjas de animais para corte como granjas de aves poedeiras.

O mapa abaixo ilustra a extensão dos surtos ocorridos, demonstrando que em praticamente todo o país houve a detecção de casos da doença.

Figura 1 – Localização de casos confirmados de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade em aves e animais silvestres no período de 2022-2023.



Fonte: Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão - MAFF.

A grande maioria dos surtos ocorridos foi em granjas de aves poedeiras, conforme explicitado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de casos de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade detectado em aves no Japão por tipo de produção. Período out/2022 a abr/2023

Números de casos de IAAP em aves por tipo de produção	
poedeiras	61
corte	11
matrizes	1
patos	7
codornas	1
emas	2
galinha dangola	1
total	84

AS HABILITAÇÕES PARA EXPORTAÇÃO AO JAPÃO

As exportações brasileiras de ovos ao Japão dependem do cumprimento de requisitos sanitários acordados entre os dois países. Portanto, é necessário que as cargas que cheguem aos pontos de entrada no país sejam acompanhadas de um Certificado Sanitário Internacional - CSI. Entretanto, o Brasil tem demonstrado excelência na condução do controle sanitário interno ao país, bem como na contenção de focos da doença. É hoje um dos poucos países do mundo que não teve caso da doença identificada em granjas comerciais. Este fato é importante para as negociações entre produtores brasileiros e importadores japoneses, bem como na internalização das cargas que chegam ao Japão e são submetidas aos procedimentos aduaneiros e de inspeção sanitária. Não há necessidade de indicação prévia (*pré-listing*) de estabelecimentos produtores e exportadores de ovos do Brasil ao Japão.

Caso haja interesse nas exportações ao Japão, sugere-se o aprofundamento na leitura dos requisitos sanitários necessários que podem ser solicitados ao MAPA ou à Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA. A consulta aos postos quarentenários responsáveis pela inspeção de produtos de origem animal também pode ser realizada e é recomendada. A relação dos principais postos está detalhada a seguir.

For Animal products

Contact list of Animal Quarantine Service at airport and seaport

210

Name	TEL E-mail address	Airport	Seaport
Hokkaido and Tohoku Branch	+81-123-24-6080 aqs.spk@maff.go.jp	New Chitose Airport , Obihiro, Asahikawa, Kushiro	Wakkanai, Tomakomai, Muran, Kushiro, Otaru, Ishikari-wan
Hakodate Airport Sub-branch	+81-138-84-5415 aqs.hkd@maff.go.jp	Hakodate, Aomori	Hakodate, Hachinohe
Sendai Airport Sub-branch	+81-22-383-2302 aqs.sdj@maff.go.jp	Akita, Sendai, Yamagata, Fukushima, Hanamaki	Ishinomaki, Akita, Onahama, Sendai-Shiogama, Akitafunakawa, Kamaishi
Narita Branch, Cargo Inspection Division	+81-476-32-6655 aqs.nrtcargo@maff.go.jp	Narita International Airport, Ibaraki (Hyakuri)	Kashima, Hitachinaka
Haneda Airport Branch (Cargo)	+81-3-5757-9755 aqs.hndcargo@maff.go.jp	Tokyo International Airport (Haneda)	
Tokyo Sub-branch	+81-3-3529-3021 aqs.tyo@maff.go.jp		Keihin Seaport (Tokyo), Chiba
Yokohama Head Office Animal-Products Inspection Division	+81-45- 201-9478 aqs.yokchiku@maff.go.jp		Keihin Seaport (Yokohama, Kawasaki)
Kawasaki Sub-branch	+81-44-287-7412 aqs.kws@maff.go.jp		Keihin Seaport (Kawasaki)
Niigata Airport Sub-branch	+81-25-275-4565 aqs.nii@maff.go.jp	Shonai, Niigata	Sakata, Niigata, Naoetsu
Shizuoka Sub-branch (Shimizu Seaport office) (Shizuoka Airport office)	+81-54-353-5086 +81-548-29-2440 aqs.smz@maff.go.jp	Shizuoka	Shimizu
Chubu Airport Branch	+81-569-38-8579 aqs.nga@maff.go.jp	Chubu International Airport	Mikawa
Nagoya Sub-branch	+81-52-651-0334 aqs.ngo@maff.go.jp	Nagoya	Nagoya
Yokkaichi Annex	+81-593-52-6918 aqs.ngo@maff.go.jp		Yokkaichi
Komatsu Sub-branch	+81-761-24-1407 aqs.kmq@maff.go.jp	Komatsu, Toyama	Fushiki-Toyama, Kanazawa
Kansai Airport Branch (Cargo)	+81-72-455-1958 aqs.kixcargo@maff.go.jp	Kansai International Airport Osaka International Airport	Wakayama-shimotsu

For Animal products

211

Kobe Branch	+81-78-222-8990 aqs.ukb@maff.go.jp	Kobe	Hanshin Seaport (Kobe, Amagasaki-Nishinomiya-Ashiya), Himeji, Maiduru
Osaka Sub-branch	+81-6-6575-3466 aqs.osa@maff.go.jp		Hanshin Seaport (Osaka)
Yonago Airport Sub-branch	+81-859-45-3800 aqs.yng@maff.go.jp	Yonago (Miho), Tottori, Izumo	Sakai, Hamada
Okayama Airport Sub-branch	+81-86-294-4737 aqs.okj@maff.go.jp	Okayama	Mizushima
Hiroshima Airport Sub-branch	+81- 848-86-8118 aqs.hit@maff.go.jp	Hiroshima	Hiroshima, Fukuyama
Shikoku Sub-branch (Komatsujima Seaport office) (Takamatsu Airport office)	+81-885-32-2422 +81-87-879-4654 aqs.tak@maff.go.jp	Tokushima, Kochi, Takamatsu, Matsuyama	Tokushima-Komatsujima, Kochi, Takamatsu, Matsuyama, Imabari, Mishima-Kawanoe
Moji Branch	+81-93-321-1116 aqs.moj@maff.go.jp	Kitakyusyu, Oita, Yamaguchi-Ube	Kanmon, Oita
Hakata Sub-branch	+81-92-262-5285 aqs.hkt@maff.go.jp		Hakata, Karatsu, Hitakatsu, Izuhara
Fukuoka Airport Sub-branch	+81-92-477-0080 aqs.fuk@maff.go.jp	Fukuoka, Kumamoto, Saga	Yatsushiro, Kumamoto
Nagasaki Airport Sub-branch	+81-957-54-4505 aqs.ngs@maff.go.jp	Nagasaki	Nagasaki, Imari
Kagoshima Airport Sub-branch	+81-995-43-9061 aqs.kop@maff.go.jp	Kagoshima, Miyazaki	Shibushi, Kagoshima, Hososhima, Satsumasendai
Okinawa Branch	+81-98-861-4370 aqs.nah@maff.go.jp	New Ishigaki	Naha, Hirara, Ishigaki
Naha Airport Sub-branch	+81-98-857-4468 aqs.nap@maff.go.jp	Naha	

JAPÃO

212

OPORTUNIDADES DO MERCADO JAPONÊS - AVOCADO HASS

Número: TYO-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Tóquio/Japão

Palavras-chave: Exportações. Oportunidades. Carne enlatada e Extrato de Carne. Avocado.

Responsável: Marco Aurélio Pavarino

SUMÁRIO: O Brasil abriu recentemente importantes mercados para exportação de produtos brasileiros do agro. Desde setembro de 2024 o Japão autorizou as importações de abacate variedade Hass (avocado) oriundos do Brasil. Este é um mercado que movimentou mais de USD 160 milhões em 2023. 100% do abacate hass consumido no Japão é importado. Os principais fornecedores deste produto ao Japão são o México (75%) e Peru (22%). Os produtores brasileiros têm a vantagem de oferecer seus produtos ao Japão exatamente quando a produção destes dois países está na entressafra. As vistorias que os fiscais japoneses devem fazer nos locais de produção e packing-house no Brasil para autorizar as exportações já na safra 25-26 devem acontecer no primeiro semestre de 2025.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

O mercado de exportações de abacate variedade hass, conhecido mundialmente como avocado, (*Persea americana* P. Mill.) está aberto para ao Brasil desde o mês de setembro de 2024. Após quase sete anos de discussões foi acordado o Plano de Trabalho para as Exportações do Avocado Hass do Brasil ao Japão. Este Plano de Trabalho estabelece os requisitos e restrições que os exportadores brasileiros devem observar e os procedimentos que deverão ser adotados para a autorização das exportações a cada ano.

O Brasil tem se estruturado fortemente para a produção desta espécie de abacate com aumento de mais de 50% de área plantada nos últimos cinco anos. Apesar das dificuldades logísticas e tarifárias a serem superadas, o mercado japonês se apresenta como uma perspectiva positiva para os produtores brasileiros que pretendem ampliar seus negócios.

O MERCADO DE AVOCADO HASS NO JAPÃO

O Japão é o oitavo maior país importado de avocado hass e o produto é amplamente consumido no país. Segundo dados do *International Trade Center – ITC*, das Nações Unidas (<https://www.intracen.org/>), somente no ano de 2023 foram importadas mais de 61 mil toneladas do fruto pelo país, o que representou mais de USD 160 milhões. O produto é associado à alimentação saudável e benéfica à saúde, sendo cada vez mais utilizado na culinária japonesa contemporânea, especialmente em pratos como sushi e saladas, o que reforça sua popularidade. A tendência é de crescimento das importações japonesas para a próxima década.

Os principais países exportadores de avocado ao Japão são o México e o Peru. A tabela abaixo ilustra a divisão do mercado dos países exportadores tanto em volume como valores.

Tabela 1 – Valor, quantidade e *share* das importações de avocado pelo Japão em 2023

Pais Exportador	Valor das importações em (mil USD)	% das importações	Quantidade importada (ton)	Valor comercializado (USD/ton)	Tarifa media aplicada (estimada) %
Mundo	160,439	100	61,654	2,602	
Mexico	121,411	75.7	45,560	2,665	0
Peru	35,252	22	14,861	2,372	0
Australia	2,429	1.5	794	3,059	0
Nova Zelandia	1,125	0.7	339	3,319	0
Estados Unidos da America	164	0.1	35	4,686	3
Israel	59	0	64	922	3

Fonte: Trade Center – ITC, baseado nas informações do Ministério da Economia do Japão

Os principais canais de venda ao consumidor do avocado no Japão são as redes de supermercado. As importações são feitas geralmente por meio de tradings ou empresas importadoras estabelecidas no país.

214

AS HABILITAÇÕES PARA EXPORTAÇÃO AO JAPÃO

Conforme os procedimentos acordados entre Brasil e Japão, O Ministério da Agricultura registrará os locais de produção de avocado e estes serão indicados ao Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão - MAFF. O MAFF realizará vistorias no início de cada safra no Brasil para atestar o cumprimento das exigências e autorizar as exportações. Ressalta-se que por questões fitossanitárias o Japão autorizou as exportações ao Japão apenas de frutos que não atingiram a maturação (frutos verdes). Isso deve ser levado em conta quando da decisão dos estabelecimentos exportarem ao país. Por outro lado, o fruto do avocado é tem uma resistência e durabilidade pós-colheita bastante grandes, o que permite uma maior flexibilidade na logística de transporte.

Caso haja interesse nas exportações ao Japão, sugere-se o aprofundamento na leitura dos requisitos necessários que pode ser solicitado ao MAPA ou às entidades de produtores como a Associação Brasileira dos produtores e Exportadores de Frutas e Derivados – ABRAFRUTAS.



215

MALÁSIA

MERCADO DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL NA MALÁSIA PARA A PRODUÇÃO DE CARNE

Número: KUALA-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Kuala Lumpur/Malásia

Palavras-chave: Malásia, mercado de alimentação animal, produção de carnes, consumo de carne, ração, importação de matérias-primas, milho, farelo de soja, farinhas de origem animal, DDG

Responsável: Dalci de Jesus Bagolin – Adido Agrícola

SUMÁRIO: Este relatório analisa o mercado de ração animal na Malásia, com foco na produção e consumo de carne, níveis de autossuficiência, necessidades de matéria-prima e potencial de importação para fornecedores brasileiros. Destina-se a potenciais exportadores brasileiros de matérias-primas para ração animal.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



216

A Malásia, com sua crescente população e urbanização, apresenta um mercado de alimentação animal dinâmico e com particularidades significativas. O consumo de carne, influenciado por fatores culturais e econômicos, desempenha um papel central na dieta dos malaaios, impulsionando a demanda por rações para a produção animal. O país tem uma demanda crescente por ração animal, o que torna as matérias-primas como milho, farelo de soja, farinhas de origem animal e DDG (Dried Distillers Grain) produtos estratégicos. Este relatório busca analisar o mercado de alimentação animal na Malásia, com foco no setor de carnes, considerando o consumo interno, o grau de autossuficiência e a dependência de matéria-prima externa.

Panorama do Mercado de Carnes na Malásia

O consumo de carne na Malásia tem apresentado um crescimento constante nos últimos anos, impulsionado por fatores como:

- **Aumento da renda:** A classe média em expansão tem maior poder aquisitivo para consumir produtos de origem animal, diversificando sua dieta.
- **Urbanização:** A concentração populacional em áreas urbanas aumenta a demanda por produtos processados e conveniência, incluindo carnes.
- **Influências culturais:** A culinária malaia tradicional, rica em carnes, continua sendo popular entre a população.

As principais carnes consumidas no país são:

- **Carne de Aves:** A carne de frango é, de longe, a mais consumida no país, devido ao preço acessível e à ampla disponibilidade. A produção de carne de frango na Malásia tem se expandido devido à demanda crescente da população local. A carne de aves representa mais de 60% do consumo total de carne.
- **Carne Bovina:** O consumo de carne bovina tem crescido, impulsionado pela crescente classe média. A produção de carne bovina na Malásia é limitada, e o país depende de importações, especialmente da Austrália e da Nova Zelândia, para suprir a demanda interna. Apesar disso, há esforços para aumentar a produção local, com a criação de gado em algumas regiões.
- **Carne Suína:** O consumo de carne suína é menor, devido a restrições religiosas em parte da população. No entanto, a um terço da população não muçulmana garante um consumo de carne suína *per capita* equivalente à carne bovina. A produção local atende uma grande parte da demanda. No entanto, a indústria enfrenta desafios, como surtos de doenças, o que pode impactar a produção e aumentar a dependência de importações.



- **Carne Caprina:** A carne caprina não é tão popular quanto as outras, mas tem um mercado de nicho, especialmente entre comunidades muçulmanas que preferem carne Halal. A produção local de carne caprina não é tão significativa quanto a de frango ou suína.



217

Na tabela abaixo apresentamos o consumo *per capita* das diferentes carnes na Malásia:

Carne/Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bovina	5,50	5,70	5,40	5,50	5,50	6,90
Caprina	1,30	1,30	1,10	1,30	1,00	1,40
Suína*	7,16	7,32	7,20	7,01	6,35	6,42
Aves	48,30	47,3	47,2	48,6	47,6	49,5
Total	62,26	61,62	60,9	62,41	60,45	64,22

Fonte: Agrofood Statistics, Ministry of Agriculture and Food Industries (MAFI), 2022

* Por ser um país islâmico, as estatísticas oficiais consideram o consumo *per capita* de carne de porco somente na população não muçulmana, sendo que os dados para 2022, por exemplo, são de 17,6 kg por habitante ano. Na tabela acima os valores foram ajustados para a população total.

Produção de Carne na Malásia

A Malásia tem uma produção diversificada de carnes, com destaque para carne de frango, bovina, suína e caprina. A Malásia busca aumentar sua autossuficiência na produção de carnes, porém enfrenta desafios como:

- **Disponibilidade de terras:** A expansão da produção animal, especialmente do gado de corte, é limitada pela disponibilidade de terras adequadas para pastagem e cultivo de forragens. As melhores áreas são destinadas às culturas de exportação como Palma e Seringueira ou para o cultivo de arroz irrigado.
- **Tecnologia:** O clima tropical, com chuvas intensas e temperaturas elevadas, impacta a produção animal e exige tecnologias de manejo adequadas.
- **Doenças animais:** A ocorrência de doenças animais, como a gripe aviária, pode afetar a produção e o comércio de carnes.
- **Disponibilidade de produtos para alimentação animal:** As limitações para produção local de matérias primas para a alimentação animal como milho e soja, faz com que a produção local de carne, especialmente frango e suínos seja altamente dependente da importação de matérias primas, o que eleva o custo e deixa os produtores sob os efeitos das oscilações de preços e de câmbio.



218

A Malásia enfrenta uma dependência crescente de importações para atender à demanda interna por várias carnes, especialmente carne bovina e suína. Abaixo estão os percentuais aproximados de autossuficiência na produção de cada tipo de carne:

- **Carne de Aves:** A Malásia é quase autossuficiente na produção de carne de frango, com uma taxa de autossuficiência de cerca de 95%. A produção é altamente eficiente, integrada, com a indústria local sendo bem desenvolvida. O maior fornecedor externo é a Tailândia.
- **Carne Bovina:** A autossuficiência na produção de carne bovina é baixa, cerca de 30%, o que significa que o país depende fortemente das importações para atender à demanda interna. A criação de gado de corte é feita predominantemente por pequenos produtores com baixa tecnologia. O maior fornecedor externo é a Índia, com a exportação de carne de búfalo.
- **Carne Suína:** A autossuficiência na produção de carne suína é de cerca de 80%. No entanto, a produção é suscetível a flutuações devido a fatores como doenças animais. As importações da Malásia vêm predominantemente da União Europeia.
- **Carne Caprina:** A produção de carne caprina na Malásia é pequena e atende a uma demanda limitada, com pouca necessidade de importação.

O aumento nos preços da ração e os controles de preços do frango ao consumidor levaram o governo a introduzir subsídios de produção para certos produtos avícolas em 2021. O sistema de subsídios para avicultores tem ajudado a mitigar o impacto da inflação nos alimentos, mas tem um custo anual estimado em USD 47 milhões.

Necessidades de Importação de Matérias-Primas para Ração Animal

A Malásia depende fortemente de matérias-primas importadas para a produção de ração animal. Aproximadamente 85% dos ingredientes da ração são importados, com ingredientes locais como farelo de arroz, óleo de palma e torta de caroço de palma (PKC) contribuindo com apenas 15%. Estima-se que o país importe aproximadamente 70% de seu milho e 80% de seu farelo de soja. As flutuações nos preços dessas commodities e as interrupções no fornecimento global podem impactar a produção de ração e, por consequência, a produção de carne.

Fatores que influenciam a dependência de importações:

- **Disponibilidade de terras:** A área cultivada com grãos na Malásia é limitada, o que torna necessário importar parte da demanda.
- **Custo de produção:** O custo de produção de grãos na Malásia pode ser mais elevado em comparação com outros países, tornando as importações mais competitivas.
- **Política agrícola:** A política agrícola do governo foca muito na produção de arroz, item mais importante na dieta local e nas commodities de exportação como o óleo de palma e borracha.





219

A produção comercial de milho para ração na Malásia é insignificante, apesar dos incentivos governamentais. A maior parte do milho plantado é milho doce para consumo humano. Alguns dos fatores que limitam o crescimento da produção de milho em grão incluem a falta de variedades adaptadas às condições climáticas locais, maior potencial de ganho de culturas alternativas e volatilidade de preços do mercado de milho em grão. Atualmente não é permitido a utilização de Organismos Geneticamente Modificados.

As importações de milho têm se mantido ao redor de 3,6 milhões de toneladas, sendo o Brasil responsável por entre 15 e 25% deste total e a Argentina por cerca de 70%.

Cartelização do Setor de Ração Animal

Recentemente, a Comissão de Concorrência da Malásia (MyCC) impôs uma multa recorde de 10 milhões de dólares a cinco empresas de ração animal por se envolverem em atividades de cartel para fixar preços de ração para aves. Essas empresas foram consideradas violadoras da Seção 4 da Lei de Concorrência de 2010 ao entrarem em acordos anticompetitivos para aumentar o preço da ração para aves contendo farelo de soja e milho entre o início de 2020 e meados de 2022. Esta multa, a maior já imposta pela MyCC em seus 12 anos de história, demonstra a seriedade desta infração.

O diretor executivo da MyCC, Iskandar Ismail, disse que qualquer distorção da concorrência no mercado de ração para aves afetaria toda a cadeia de suprimentos, afetando inevitavelmente os consumidores, que estão no final da cadeia de suprimentos. "Sugerimos ao governo que crie uma política nacional de ração animal porque a Malásia tem grande experiência em criação de animais. Não apenas na criação de galinhas e patos, também somos especialistas em criação de peixes por meio da aquicultura, bem como cabras, vacas e porcos, e a maioria desses animais de fazenda, sua alimentação é baseada nesses dois ingredientes crus — soja e milho", acrescentou.

De acordo com a Autoridade de Desenvolvimento de Investimentos da Malásia (Mida), a Malásia depende muito de grãos importados de milho, soja e cevada para ração de aves e ruminantes. O país importa milho em grão principalmente da Argentina e do Brasil, enquanto vários grãos são provenientes dos EUA, Ucrânia, Rússia, Canadá, Índia e Austrália.

Iskandar disse que uma política governamental nacional sobre ração animal pode ajudar os participantes da indústria a comprar os ingredientes a granel e por meio de compras de hedge, reduzindo assim os custos para os criadores de animais. "Se pudermos estabilizar o custo dos principais ingredientes para ração de frango, não haverá mais aumentos repentinos ou sérios no preço da ração de frango", disse ele.



220

Potencial do Brasil como Fornecedor de Matérias-Primas

O Brasil possui um grande potencial para se tornar um fornecedor chave de matérias-primas para ração animal na Malásia, apesar da distância. O país é um dos maiores produtores de milho e soja, e vem incrementando a produção e exportação de farinhas de origem animal e DDG. As vantagens competitivas do Brasil incluem:

- **Custo de Produção Competitivo:** O Brasil oferece preços competitivos em relação a outros fornecedores de milho e farelo de soja devido ao grande volume de produção e à eficiência das cadeias de suprimento.
- **Qualidade e Confiabilidade:** O Brasil é reconhecido pela qualidade das suas matérias-primas e pela confiabilidade no fornecimento, o que é crucial para a indústria de ração animal da Malásia.
- **Capacidade de Fornecimento:** O volume de produção do Brasil, somado a uma infraestrutura portuária suficientemente bem desenvolvida, permite uma exportação eficiente para mercados como a Malásia.
- **Diversificação de Produtos:** Além de milho e farelo de soja, o Brasil também é um fornecedor importante de farinhas de origem animal e DDG, produtos que têm ganhado relevância nas dietas de ração animal.

Dentre os produtos com grande potencial para o Brasil, destacamos:

- **Milho:** O milho é um dos ingredientes mais importantes na ração animal, utilizado como fonte de energia. A Malásia tem uma produção limitada de milho e depende fortemente da importação, inclusive do Brasil, que é um dos maiores produtores e exportadores de milho do mundo. O Brasil, mesmo já sendo um importante fornecedor de milho para a Malásia pode fortalecer ainda mais esta posição.
- **Farelo de Soja:** O farelo de soja é a principal fonte de proteína na ração animal, e a Malásia importa grandes quantidades de farelo de soja, sendo a Argentina um dos principais fornecedores desse produto. O Brasil é líder global na produção de soja e pode capitalizar a alta demanda por farelo de soja na alimentação animal da Malásia.
- **Farinha de Origem Animal:** Farinhas de carne e ossos são amplamente utilizadas em rações para animais, especialmente para suínos e aves. Embora a produção local exista, a demanda é superior à oferta interna, o que leva o país a importar esse tipo de farinha.
- **DDG (Dried Distillers Grain):** O DDG, um subproduto da produção de etanol, tem se tornado uma fonte crescente de proteína para ração animal. O Brasil, com sua produção significativa de etanol, tem potencial para se tornar um fornecedor chave.

Não foi incluído neste estudo o potencial de exportação de matérias primas para a produção de ração para a aquicultura, mas certamente o potencial também é bastante grande.

A Adidância Agrícola em Kuala Lumpur estará produzindo materiais com orientação específica para cada um destes produtos, de forma a facilitar o acesso dos exportadores brasileiros a este mercado



221

Conclusão

A Malásia é um mercado promissor para exportadores de matérias-primas brasileiras, especialmente milho, farelo de soja, farinhas de origem animal e DDG. A demanda por ração animal no país é forte, impulsionada pela produção de carne de aves e suína. Com uma baixa taxa de autossuficiência em alguns tipos de carne e uma dependência crescente de importações de matérias-primas, o Brasil tem uma excelente oportunidade de se consolidar como um fornecedor estratégico para a indústria de ração animal na Malásia.

MARROCOS

MERCADO DE CAFÉ

Número: RAB-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Rabat/Marrocos

Palavras-chave: Marrocos; café; importações; tendências de consumo; perfil do consumidor; dados de comércio; promoção comercial

Responsável: Ellen Elizabeth Laurindo – adida agrícola em Rabat e Sofia Faiz – assistente local

SUMÁRIO: O Marrocos não é um país produtor de café, e todos os seus suprimentos são provenientes de importações (café verde, café em grão torrado, torrado e moído e café instantâneo). O consumo no país é considerado relativamente baixo, porém há grande potencial de crescimento devido ao aumento da taxa de urbanização e consequente aumento no número de cafeterias (que respondem, atualmente, por 1/3 do consumo de café no país). Os cafés verde e torrado são importados principalmente da América do Sul, da Ásia e África, sendo que, em 2024, as importações oriundas do Brasil alcançaram sua máxima histórica, com 5,5 mil toneladas, correspondendo a 18,6 milhões de dólares. A crescente procura pelo café brasileiro, refletindo na importação recorde em 2024, além da importância deste produto na pauta exportadora brasileira, resultou na confecção deste estudo, que traz aspectos importantes sobre tendências de consumo, perfil do consumidor, organização do setor de comércio de café no país e oportunidades de promoção comercial.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



222



223

Produção local

O Marrocos não é um país produtor de café, e todos os seus suprimentos são provenientes de importações. A nível nacional, o mercado de café divide-se em quatro segmentos principais (café verde, café em grão torrado, torrado e moído e café instantâneo). As empresas importadoras de café dividem-se no setor tradicional que oferece café a granel, alguns torrefadores, fabricantes de café moído ou em grão, e outros que agora investem no setor de café solúvel, segmento com grande potencial devido ao seu preço acessível (crescimento médio anual de 13%).

A tendência de consumo

Em 2010, um marroquino consumia cerca de 0,9 kg de café por ano, o que corresponde a uma xícara a cada 4 dias. Hoje, o consumo médio do marroquino é em torno de uma xícara de café por dia, segundo estudo feito pela Nestlé em 2018, na maioria das vezes pela manhã para se estimular. Muitas vezes não irá consumir outras xícaras e prefere voltar-se para o chá.

O nível de consumo de café no Marrocos, portanto, continua crescendo muito. Contudo, continua modesto em comparação a outros países onde o consumo de café é contínuo durante o resto do dia. Isto é parcialmente explicado pelo alto consumo de chá verde no Marrocos, especialmente nas áreas rurais, que representa quase metade da população marroquina, e cujo nível de renda é relativamente baixo.

É importante salientar o elevado potencial para o crescimento do consumo de café, devido ao aumento da taxa de urbanização, sinônimo de aumento no número de cafés públicos. Basicamente, para impulsionar o consumo, as operadoras decidiram estimular os marroquinos o apreço pelo café, já que 1/3 da quantidade de café vendida no Marrocos é consumida em cafés públicos.

Em relação à ordem preferencial de consumo, constatou-se que mais de 60% das pessoas bebem café misturado com leite e açúcar e pouco menos de 40% bebem puro.

Perfil do consumidor

O café é uma bebida mais consumida na zona urbana do que na rural, dada a diferença nos hábitos alimentares e no nível de renda. No meio rural, o chá é tradicionalmente a bebida mais popular. No entanto, todas as classes sociais têm acesso ao café, embora eles não possam pagar pela mesma qualidade e pelo mesmo segmento por causa do poder de compra relativo de cada classe.

Em geral, pessoas do sexo masculino tendem a ser consumidores mais contumazes. Observa-se que os marroquinos estão consumindo cada vez mais café fora de casa. Não é apenas uma bebida que atende a uma necessidade física, há um aspecto social por trás disso. Os consumidores apreciam compartilhar um café com amigos ou colegas, conforme mostrado na figura 1.



Figura 1 – Imagem de uma cafeteria típica no Marrocos, com prevalência absoluta de consumidores do gênero masculino, sentado lado a lado, em duplas.



Fonte: [Jornal Aujoud'hui Le Maroc](#)

A organização do setor

O setor é supervisionado pela Associação Marroquina dos Industriais de Chá e Café (AMITC) com sede em Casablanca, cujo presidente é o Sr. Mohamed Astaib, proprietário da empresa Cafés de Sahara.

Análise de dados comerciais

No Marrocos, os cafés verde e torrado são importados principalmente da América do Sul, da Ásia e África. No entanto, com os aumentos de preços, alguns operadores têm gradualmente se voltado para as matérias-primas mais baratas, principalmente de países africanos, enquanto outros preferiram manter as mesmas origens para não decepcionarem os clientes com maior conhecimento de qualidade de bebida.

O mercado marroquino ainda está em processo de evolução, e os operadores estão tentando alavancar a comercialização de novos produtos. De modo que, além do café moído e em grão, os fabricantes se voltaram mais para o segmento de café solúvel, mais barato e adequado aos hábitos domésticos que privilegiam o café com leite. Por fim, as operadoras também investiram em doses individuais de café solúvel (adaptadas ao baixo poder aquisitivo) e, para o topo da linha, em cápsulas, que estão na moda hoje.

A tabela e o gráfico abaixo mostram a evolução dos números das importações marroquinas em termos de cafés torrado e verde:

Tabela 1 – Evolução das importações marroquinas de café torrado e verde, entre 2019 e 2023

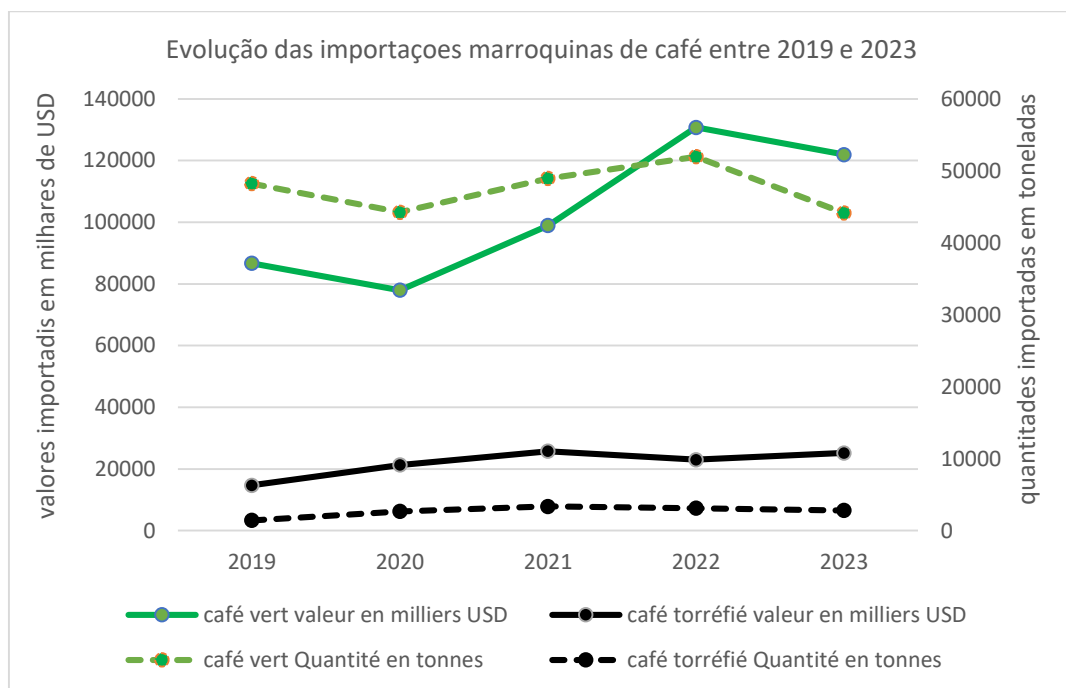
Código NCM	Designação do produto	Importação nos últimos 5 anos				
		2019	2020	2021	2022	2023
09.01. 21	Café torrado	14.685	21.380	25.745	22.840	25.137
11	Café verde	86.683	77.907	98.593	131.185	122.010

Fonte: ITC Trademap



224

Gráfico 1 – Evolução das importações marroquinas de cafés torrado e verde, entre 2019 e 2023



Como o Marrocos é um importador líquido de café, suas importações consistem principalmente de café verde (robusta 80% e arábica 20%) e café torrado dos seguintes países:

Tabela 2- Países parceiros em 2023 para os dois tipos de café torrado e não torrado

Código NCM	Nome	4 concorrentes principais (incluindo Brasil)	Exportações		Tarifa (%)	Valor unitário (USD / toneladas)	Participação de mercado de cada concorrente (%)
			Quantidade (toneladas)	Valor (milhares de dólares)			
09.01.21	Café torrado	Espanha	1 243	7 170	7,5	5 768	28,5
		Itália	1 013	8 967	7,5	8 852	35,6
		Suíça	188	4 318	25	22 968	17,2
		Brasil	0	0	25	-	-
09.01.11	Café verde	Uganda	11 919	32 271	0	2 708	26,5
		Indonésia	7 643	20 586	10	2 693	16,9
		Vietnã	8 426	21 276	10	2 525	17,5
		Brasil	2 169	6 812	10	3 141	5,6

Fonte : ITC Trademap

Em 2023, nota-se uma participação relativamente fraca do Brasil no mercado de café verde (5,6 %) em comparação com outros países, incluindo Indonésia e Vietnã, sendo que os três países têm a mesma tarifa de importação (10%).



225



Tabela 3: Evolução das importações brasileiras de café verde pelo Marrocos nos anos de 2022-2024

Importação marroquina de café brasileiro	Valor (milhares de dólares)	Quantidade (toneladas)
Ano 2022	2.735	585
Ano 2023	6.818	2.170
Ano 2024	18.675	5.534

Já em 2024, observamos um salto nas importações de café verde à partir do Brasil, aumentando em quase 3 vezes em valor e em volume, quando comparado ao ano anterior.

Análise das Forças Competitivas

Concorrentes estrangeiros e locais

A multiplicidade de produtos propostos, preferências de clientes, diferentes formas de consumir bem como preço de venda, fazem que a qualidade deste gênero seja diferente de um segmento para outro. O segmento de café moído geralmente detém a maior participação (72% em 2010). É 85% dominado pela Kraft Foods, Cafés Sahara, Cafés Dubois e Cafés Carrion.

No café solúvel, a Nestlé detém 77% do mercado, junto com os Cafés Sahara e os Cafés Dubois que estão em fase de teste. O segmento de cafés e cápsulas está principalmente nas mãos de marcas estrangeiras. Em 2015, cem milhões de cápsulas de café foram consumidas pelos marroquinos segundo estimativas de operadoras do setor. O mercado de cápsulas de café registra crescimento médio anual de 15%.

A existência hoje no mercado cafeeiro de bons produtos nacionais ou importados, oferecendo ao mesmo público a possibilidade de se ter um bom café com novos referenciais qualitativos, continua devido ao esforço de algumas marcas (Cafés de Brésil, Carrion, Cafés de Sahara) e o desejo de compensação noutras (Mécafé, Bourneix), bem como a chegada de marcas notórias: Malango, Nespresso, Senseo, Mauron e Molinari.

Requisitos regulamentares para importação

De acordo com a regulamentação do Escritório Nacional de Segurança Sanitária de Produtos Alimentares (ONSSA), todos os produtos vegetais e de origem vegetal estão sujeitos na importação à inspeção fitossanitária, com exceção dos grãos de café processados e torrados (*Coffea arabica* L., *Coffea liberica* Bull e *Coffea stenophylla* Dox) que estão entre os produtos dispensados, para sua importação ou seu trânsito pelo território nacional, da inspeção fitossanitária e do certificado fitossanitário ou do certificado fitossanitário para reexportação.



226



Oportunidades de promoção comercial e imagem

O principal evento de promoção comercial e imagem de produtos agropecuários é o Salão Internacional de Agricultura do Marrocos ([SIAM](#)), que está na 17ª edição, e ocorre todos os anos na cidade de Meknès. Desde 2023 o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do MAPA, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, promove a participação brasileira na SIAM, e nas duas últimas participações, contou com representantes do setor cafeeiro. Outro evento para promoção do café brasileiro será na 1ª edição do [Salão do Chá e do Café](#), que será realizado em Casablanca em 2025. Há expectativa da participação brasileira, como país de honra, em data a ser definida. Além dos salões, há possibilidade de realização de Dias do Café Brasileiro em cafeterias locais, na residência do embaixador do Brasil em Rabat, ou nas dependências da Embaixada, como já realizado anteriormente.



227



MARROCOS



228

PERCEPÇÃO DOS MARROQUINOS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE CARNE VERMELHA

Número: RAB-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Rabat/Marrocos

Palavras-chave: Marrocos; carne vermelha; importações; pesquisa de opinião; perfil do consumidor; preferências de consumo; controle de preço

Responsável: Ellen Elizabeth Laurindo – adida agrícola em Rabat

SUMÁRIO: O Marrocos abriu recentemente quotas tarifárias para importação de carnes vermelhas, fato inédito na história do país. Com isso, é normal que os consumidores locais tenham questionamentos sobre os produtos importados. Este informe traz os resultados de uma pesquisa de opinião sobre a importação de carnes vermelhas no país, realizada pelo jornal *L'Economiste* e a agência de pesquisas *Sunergia*. Os resultados trazem aspectos importantes sobre a percepção do consumidor marroquino, dependendo do gênero e classe social, as tendências de consumo, o perfil do consumidor, e demais informações relevantes para os exportadores brasileiros que visam o mercado marroquino de carnes vermelhas.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





229

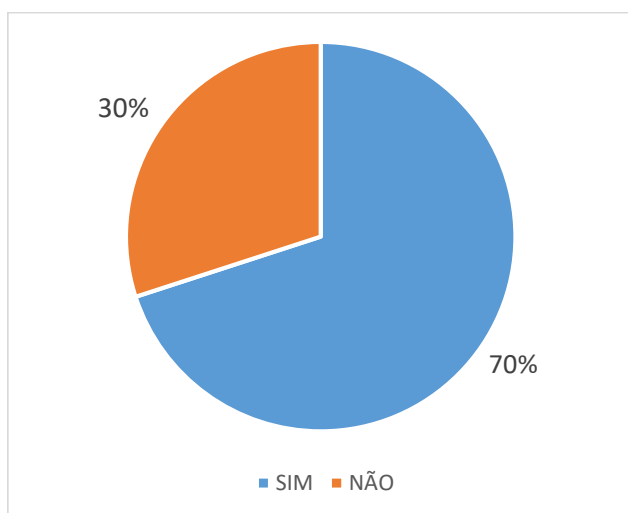
Em novembro de 2024, o governo marroquino, de forma inédita, implementou quotas tarifárias para a importação de carnes vermelhas, limitadas a 40 mil toneladas, visando controlar os preços destes produtos no mercado local.

Sendo a primeira medida robusta no sentido da abertura do mercado local às carnes importadas, foi realizada uma pesquisa sobre a percepção dos marroquinos sobre as carnes estrangeiras, uma parceria do periódico *L'Economiste Maroc* e da agência de pesquisas *Sunergia*. As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2024, e contou com 1.003 participantes, que foram entrevistados aleatoriamente em várias regiões. O universo amostral respeitou critérios de cotas de gênero, idade, região e categoria socioprofissional, de modo a coincidir com a estrutura populacional do país.

Foram realizadas perguntas sobre o interesse dos consumidores na origem das carnes vermelhas adquiridas nos açougues locais, sobre a preferência de consumo (carne local ou importada), percepção sobre o preço destes produtos, entre outros.

Como resultado, 70% dos marroquinos entrevistados afirmaram saber que o Marrocos importa carnes vermelhas, sendo maior o conhecimento entre homens com mais de 35 anos e entre as classes A e B (gráfico 1).

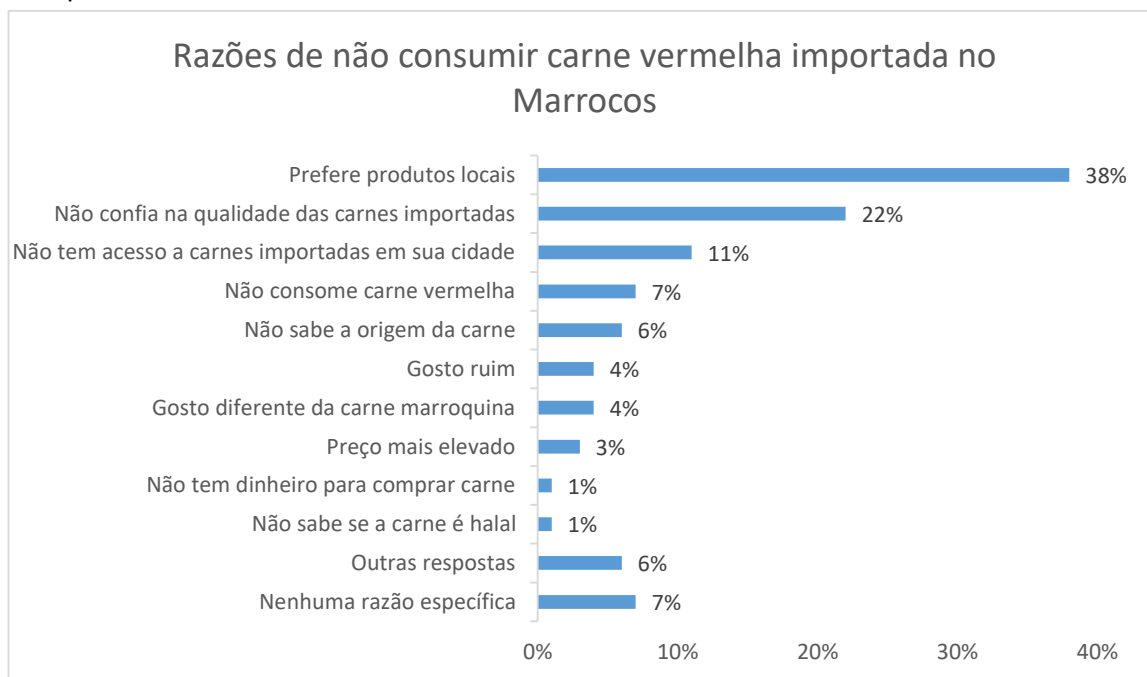
Gráfico 1 – Conhecimento sobre a presença de carnes vermelhas importadas no mercado marroquino



70% dos marroquinos sabem que o país importa carnes vermelhas. Este percentual aumenta entre os homens com mais de 35 anos e entre as classes A e B.

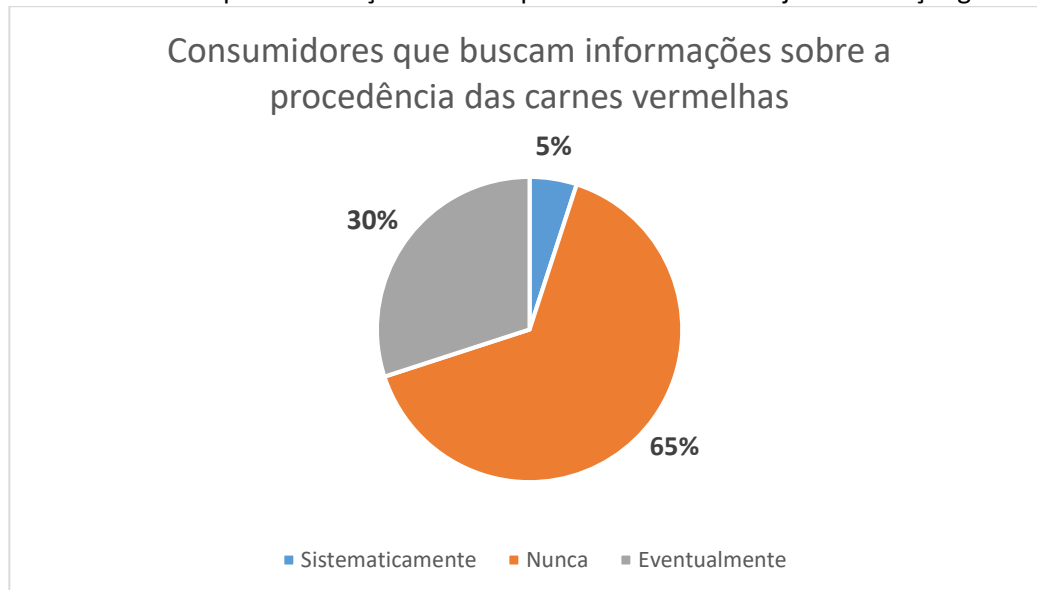
A pesquisa também mostrou que 66% dos entrevistados afirmam não comer carnes importadas, destes, 38% preferem produtos nacionais e outros 22% não confiam na qualidade das carnes importadas. Outros 11% afirmam que as carnes importadas não estão disponíveis em sua cidade, e 4% declaram não aprovar o gosto do produto importado (gráfico 2).

Gráfico 2 – Principais razões apontadas para o não consumo de carne vermelha importada no Marrocos



Outro dado importante é que apenas 65% dos marroquinos não questionam o açougueiro sobre a origem das carnes, para saber se é local ou importada. Dos 35% que questionam, observaram que a taxa aumenta entre mulheres e pessoas acima de 65 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – Busca por informações sobre a procedência da carne junto aos açougueiros

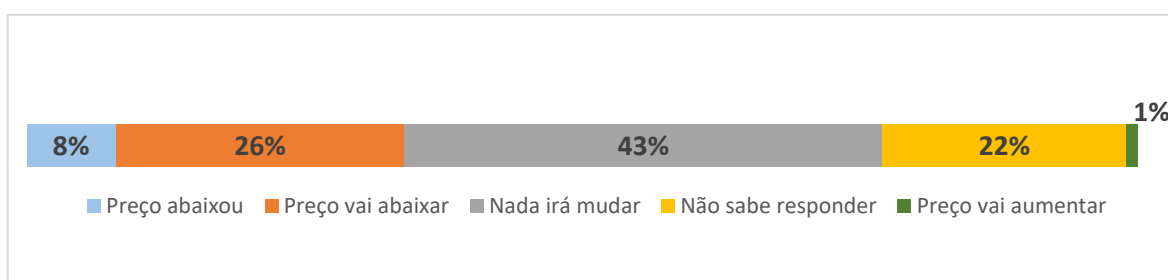


Em relação à percepção do preço e a perspectiva do efetivo controle da inflação observado nas carnes vermelhas, 43% dos entrevistados afirmam que a abertura de quotas para importação destes produtos não alterará o preço final das carnes ao consumidor, contra 26% que acreditam que a medida governamental irá reduzir os preços nas gôndolas, e 8% afirmam que o preço já abaixou (gráfico 4).



231

Gráfico 4 – Percepção dos consumidores sobre o controle dos preços ocasionada pela abertura das importações de carnes vermelhas



Em relação à redução dos preços das carnes vermelhas, os jovens entre 18-24 anos se mostram mais otimistas com a medida, sendo que 28% destes afirmam que a queda dos preços já é perceptível no comércio marroquino. Os mais pessimistas, tanto em relação às carnes importadas quanto à sua eficácia no controle dos preços locais, são os idosos (acima de 65 anos), das áreas rurais, nas classes C e D.

Conclusão

Apesar de 66% dos entrevistados alegarem não comer carnes importadas, e dos motivos apontados por estes que justificariam o não consumo, a pesquisa demonstrou que 65% dos consumidores marroquinos não questionam a origem da carne que consomem. Ou seja, muitos marroquinos estão consumindo e consumirão carnes importadas sem saber, pois, a rastreabilidade de produtos não é obrigatória no Marrocos. O fato de apenas 1% destes declararem o temor que a carne importada não seja halal é algo marcante, pois a adidância acreditava que o procedimento de abate seguindo os preceitos religiosos era o ponto mais sensível ao público marroquino em relação à carne importada. Vale ressaltar que aproximadamente 30% dos entrevistados creem que a carne importada é de pior qualidade, tem gosto inferior ou diferente da carne marroquina. Neste ponto, seria importante um trabalho de imagem e promoção da carne brasileira, realçando sua qualidade e sanidade.

MÉXICO

A RENOVAÇÃO DO PACIC (PACOTE CONTRA INFLAÇÃO E ESCASSEZ DE ALIMENTOS) E A PROTEÍNA ANIMAL BRASILEIRA



232

Número: MEX-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Cidade do México/México

Palavras-chave: inflação, comércio, tarifa, carne avícola, carne bovina, carne suína

Responsável: Adriane Reis Cruvinel

SUMÁRIO: A publicação do Pacote para controle da Inflação e Escassez de Alimentos do México em 2022, conhecido como PACIC, visava reduzir a inflação para 24 produtos da cesta básica mexicana. A retirada da tarifa de importação, particularmente para as carnes avícola, bovina e suína, possibilitou o aumento do comércio destes produtos entre os dois países. A liberação das tarifas, em certa medida impeditivas, como a do frango que era de 75%, possibilitou o comércio desses produtos sem a necessidade de publicação de cotas, reposicionando o México como destino das exportações do agro brasileiro.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





233

O conhecido PACIC, que zerou a tarifa de importação de produtos da cesta básica mexicana, desde 2022, foi mais uma vez renovado, até 31/12/2025.

Desde sua primeira publicação, em 16/05/2022, o comércio para carne de frango foi intensificado, visto anteriormente haver a necessidade de publicação de cotas para não ser aplicada a tarifa de importação de 75%. Já em 2022 o volume exportado passou para 140 mil toneladas das 103 mil toneladas em 2021. Em 2023 foram exportadas 171 mil toneladas e 2024 um total de 211 mil toneladas. O valor em dólares para os anos de 2022, 2023 e 2024 foi de 1,23 bilhão de dólares. Para ressaltar a importância do PACIC, os dados podem ser comparados com o ano de 2020, sem publicação de cotas, tendo sido exportadas nesse ano apenas 8 mil toneladas, com valor de 16 milhões de dólares.

O estabelecimento da tarifa zero para as carnes suína e bovina possibilitou que as negociações para a abertura desses mercados fossem aceleradas, o que ocorreu respectivamente no final de 2022 e início de 2023. Surpreendentemente, apesar de ser praticamente autossuficiente para carne bovina, o México passou de 5 mil toneladas desse produto, importadas do Brasil em 2023, para 95 mil toneladas em 2024, totalizando 195 milhões de dólares. Apesar de ser grande produtor de carne suína, com 1,7 milhão de toneladas, o México ainda importou em 2023 1,4 milhão de toneladas. Apesar de depender fortemente da importação dessa proteína para atender ao consumo interno, o volume importado da carne brasileira foi de apenas 28 mil toneladas em 2023 e 42 mil toneladas em 2024. Tal fator pode estar significativamente influenciado por ação judicial impetrada pela associação de suinocultores mexicanos em 2022, que acarretou na suspensão, no final do mencionado ano, dos requisitos sanitários negociados, o que gerou significativos prejuízos e insegurança jurídica, tanto ao setor mexicano quanto brasileiro.

Com a renovação do PACIC, estão previstos eventos de promoção comercial para nossos produtos, buscando consolidar ainda mais o Brasil como parceiro para apoiar o México no controle da inflação, oferecendo produtos de qualidade e a preços competitivos.

Cabe ressaltar a importância da retomada da negociação do Acordo de Complementação Econômica entre os dois países (ACE 53), para não serem necessárias as ferramentas de acesso ao mercado como decretos de redução de tarifas ou cotas, ferramentas que trazem insegurança aos setores, tanto para importadores como exportadores, acarretando a redução do comércio que ocorre próximo ao término da vigência dessas ferramentas.



MÉXICO

OS GRÃOS BRASILEIROS E O EFEITO DO SEU COMÉRCIO COM O MÉXICO PELA PUBLICAÇÃO DO PACIC (PACOTE CONTRA INFLAÇÃO E ESCASSEZ DE ALIMENTOS)

Número: MEX-02-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Cidade do México/México

Palavras-chave: inflação, comércio, tarifa, arroz, feijão

Responsável: Adriane Reis Cruvinel

SUMÁRIO: As renovações do Pacote para controle da Inflação e Escassez de Alimentos do México (PACIC), desde 2022, posicionaram o Brasil como importante fornecedor de arroz e feijão ao México, pela redução da tarifa de importação, particularmente para esses produtos que, apesar da produção interna, têm aumentado seu volume de importação. As secas vividas no território mexicano têm acarretado a diminuição de suas produções, e, conseqüentemente, o aumento das importações. O Brasil, com a retirada das tarifas de importação, passou a ser um provedor de produtos agrícolas de qualidade e preços competitivos ao México.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



234





235

Produtos como o arroz e o feijão, também incluídos no PACIC, apresentaram a intensificação do seu comércio após publicação do decreto que zerou a tarifa para produtos da cesta básica mexicana em 2022.

Especificamente para o arroz, do volume de 32 mil toneladas em 2021, passou-se a exportar ao México o volume de 446 mil toneladas em 2022, 311 mil toneladas em 2023 e 22 mil toneladas em 2024, totalizando nos últimos três anos o valor de 287 milhões de dólares. Em 2022, 100% do volume exportado foi de arroz com casca, pois era o único considerado no PACIC. Apesar da redução das exportações em 2024, por redução da oferta disponibilizada, foi verificado que 75% do volume importado pelo México passou a corresponder ao arroz polido, visto em 2023, esse produto ser incluído no PACIC. Na renovação atual do decreto, que vigorará até 31/12/2025, o arroz polido foi excluído, sendo mantido apenas o arroz com casca. Tal mudança foi acatada pelo governo mexicano, por demanda do setor. Nos anos de 2022 e 2023, o México se tornou o principal destino das exportações do arroz brasileiro.

No caso do feijão, após evento de promoção comercial realizado na Embaixada, em março de 2024, vários contratos foram fechados, passando a ser registrado o comércio desse produto entre os dois países, sendo exportadas 25 mil toneladas, num valor de 28 milhões de dólares, o que posicionou o México como terceiro destino do feijão brasileiro em 2024, diferentemente da décima quarta posição em 2023, quando o México ainda não era considerado como destino para as exportações brasileiras.

Desde a publicação do PACIC, a relação comercial para produtos do Agronegócio entre Brasil e México apresentou crescimento significativo, passando do 20º destino das exportações brasileiras, com 1,57 bilhão de dólares em 2021, para o 13º destino, com 2,92 bilhões de dólares exportados em 2024.

A possibilidade de retomada da negociação do Acordo de Complementação Econômica 53, entre Brasil e México, se apresenta numa janela de oportunidade peculiar, pelo interesse de ambos os países e pela possibilidade de negociação partindo-se de tarifas zeradas para produtos agrícolas relevantes ao comércio bilateral.



NIGÉRIA

PANORAMA DA PRODUÇÃO DE ARROZ NA NIGÉRIA



236

Número: ABUJA-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Abuja/Nigéria

Palavras-chave: produção agrícola; arroz; sustentabilidade; África Ocidental; segurança alimentar

Responsável: Frederique Abreu

SUMÁRIO: A Nigéria, maior produtor de arroz da África, enfrenta desafios críticos na busca pela autossuficiência nesse importante grão. Apesar do aumento recente na produção nacional, custos elevados de insumos, infraestrutura limitada e a crescente demanda doméstica pressionam o setor. O preço do arroz local deve aumentar em até 55% em 2025, agravando o custo de vida no país. Iniciativas como o Programa Anchor Borrowers, que oferece empréstimos a pequenos produtores, e campanhas governamentais indicam esforços para superar barreiras. Este artigo explora o atual cenário do setor, destacando avanços e entraves.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



237

A Nigéria desempenha um papel fundamental no cenário agrícola da África Ocidental, sendo o maior produtor de arroz do continente e um dos maiores consumidores de arroz parboilizado no mundo. Apesar de uma produção anual estimada em 5 milhões de toneladas em 2023, apenas 60% da demanda nacional é atendida, resultando em déficits significativos e aumento nos preços. Ainda que a importação do produto seja restrita ou permitida somente por waivers (isenções ocasionais de importação concedidas pelo governo), o arroz é frequentemente contrabandeado através de fronteiras porosas. Redes de contrabando são incentivadas pela alta demanda interna e pela diferença de preços entre o arroz produzido localmente e o importado.

Desafios da produção nacional

Embora políticas como o Programa Anchor Borrowers tenham incentivado a produção, fatores como o acesso limitado a financiamento, insumos agrícolas e terras cultiváveis continuam a impactar negativamente o setor. Entre 2010 e 2022, a área cultivada quase dobrou, de 2,4 milhões para 4,5 milhões/ha, mas a produtividade permanece baixa, com rendimentos pouco superior a 2 tons/ha, muito aquém da média global de 4 tons/ha e do Brasil que tem como média de 6,5 4 tons/ha.

O setor de beneficiamento também enfrenta desafios significativos. Pequenas indústrias de beneficiamento, que dependem de geradores a diesel devido à eletricidade inconsistente, gastam até US\$ 500/mês em energia, elevando os custos operacionais. Além disso, muitas delas operam abaixo da capacidade devido à oferta irregular de arroz em casca, falta de capital de giro e tecnologia desatualizada.

Entre 2023 e 2024, o preço do arroz subiu 78%, atingindo ₦630.000,00 (US\$ 405,00) por tonelada. Projeções para 2025 indicam um aumento adicional de até 55%, com preços previstos entre ₦1.100.000,00 e ₦1.300.000,00 (US\$ 835,00) no terceiro trimestre.

Impacto econômico e social

Os estados de Kebbi, Kogi e Ebonyi são os principais produtores do cereal, e o setor gera empregos em toda a cadeia, de agricultores a operadores de beneficiamento. A demanda, impulsionada por uma população que deve superar 230 milhões até 2030, excede a oferta local, levando o país a importar mais de 2 milhões de tons de arroz anualmente, mesmo com as restrições impostas pelo governo local. (barreiras tarifárias e não tarifárias).

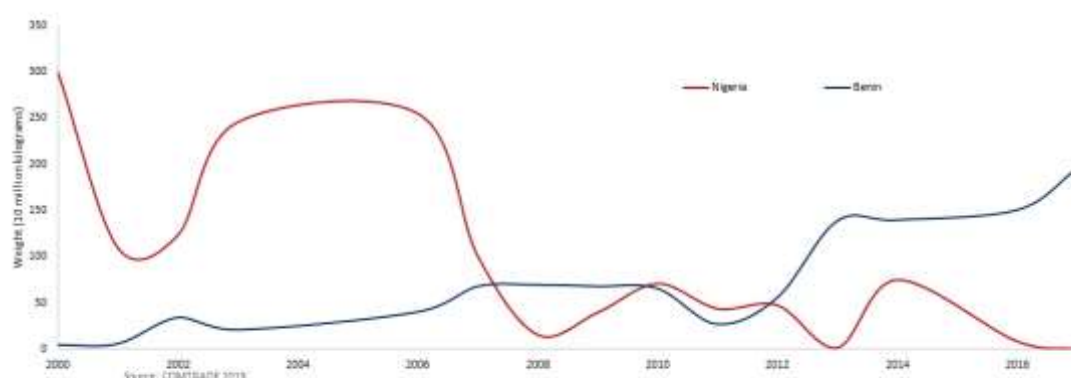
Até 2012 o Brasil era um dos principais fornecedores de arroz para a Nigéria, ano onde exportou 221 mil tons do produto para o país. Em 2013, com o argumento de desenvolver a produção doméstica, o governo local sobretaxou em 110% a importação, inviabilizando a venda. Curiosamente, em 2014, Benin reduziu sua tarifa sobre as importações de arroz de 35% para 7% tornando a prática de reexportação extremamente atraente para operadores formais e informais.



Em 2018, Benin, um país de 11 milhões de pessoas, foi o sexto maior importador de arroz do mundo e o maior importador de arroz da Tailândia. As importações de arroz do Benin têm aumentado constantemente, enquanto as da Nigéria têm caído em um ritmo semelhante, sugerindo grandes reexportações de arroz do Benin para a Nigéria, como mostrado no Gráfico 1.



238



Em agosto de 2019, a Nigéria fechou parcialmente suas fronteiras terrestres e, em outubro daquele ano, todo o comércio por meio terrestre ficou interrompido até dezembro de 2020, quando o país começou a reabrir as fronteiras terrestres para o comércio, porém a importação de itens como arroz e veículos continua proibida.

Em 2023 os principais fornecedores internacionais foram China e Índia, com participações de 59% e 39% respectivamente.

Iniciativas e perspectivas futuras

A transformação do setor requer intervenções estratégicas:

1. **Aumento da produtividade:** Investimentos em infraestrutura de irrigação e sementes de alta qualidade podem elevar os rendimentos para 4 tons/ha, duplicando os níveis atuais. Contratos entre agricultores e usinas também podem garantir oferta regular e estabilidade para operações.
2. **Otimização energética:** Soluções como mini-redes solares podem reduzir os custos energéticos em até 44%, tornando as operações mais sustentáveis e lucrativas.
3. **Financiamento Sustentável:** Modelos de financiamento misto e parcerias público-privadas são essenciais para apoiar as indústrias, melhorar infraestrutura e adquirir equipamentos modernos.

Com investimentos em equipamentos modernos e práticas sustentáveis, a Nigéria pode não apenas alcançar a autossuficiência, mas também se tornar um exportador competitivo no mercado global de arroz.





Considerações Finais

A indústria do arroz nigeriana avançou consideravelmente na última década, mas ainda enfrenta desafios sistêmicos. Soluções coordenadas entre governo, setor privado e organizações internacionais são essenciais para superar esses entraves e transformar o arroz em um motor de segurança alimentar e desenvolvimento econômico sustentável para o país.



NIGÉRIA

PANORAMA DO SETOR DE CARNES NA NIGÉRIA

Número: ABUJA-02-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Abuja/Nigéria

Palavras-chave: carne, pecuária, produção, desafios, oportunidades

Responsável: Frederique Abreu

SUMÁRIO: Apesar crescer 1,7% ao ano, a produção do setor pecuário da Nigéria atualmente é insuficiente para suprir a demanda interna. Com 22,4 milhões de bovinos, 90% da produção é conduzida de forma tradicional e utiliza sistemas extensivos. Desafios como mudanças climáticas, baixa produtividade e infraestrutura limitada afetam o setor. Estratégias como modernização da produção, integração climática, produção e conservação de pastagens, melhoramento genético e melhorias em infraestrutura são essenciais para impulsionar a competitividade sustentabilidade e crescimento econômico.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



241

O setor pecuário da Nigéria contribui significativamente para economia agrícola, gerando cerca de US\$6,8 bilhões por ano, mas com potencial de alcançar US\$20 bilhões. Com uma grande variedade de fontes de proteína animal, como carne bovina, frango, carneiro, cabrito e carne suína, o consumo de carne na Nigéria está profundamente enraizado em suas tradições sociais e culturais. No entanto, o setor enfrenta desafios significativos, incluindo questões ambientais, socioeconômicas e regulatórias, bem como práticas fraudulentas que afetam a segurança alimentar e a confiança dos consumidores.

Produção e importância econômica

Desempenhando um importante papel na economia, a pecuária contribui com cerca de 17% do PIB agrícola e 5% para o PIB nacional. Mais de 90% da produção bovina está concentrada na região norte do país e feita por produtores tradicionais que utilizam o sistema extensivo de produção, onde o gado pode percorrer longas distâncias para pastar livremente. Com uma população estimada de 22,4 milhões de cabeças de gado, 53 milhões de ovelhas e 99,9 milhões de cabras, a produção atual é insuficiente para atender à demanda nacional, levando o país a depender de importações de gado vivo de países vizinhos, como Chade e Camarões. O setor também enfrenta problemas como surtos de doenças, infraestrutura inadequada e dificuldades no acesso a insumos essenciais.

Raças de gado nativas da Nigéria

A Nigéria abriga diversas raças nativas de gado, cada uma adaptada às condições climáticas e ecológicas únicas do país. Essas raças contribuem significativamente para o abastecimento de carne, leite e outros produtos derivados:

1. **White Fulani (Bunaji):** A mais numerosa e difundida, representando 37% do rebanho nacional. Destaca-se pela resistência a doenças e capacidade de adaptação a diversas condições;
2. **Red Bororo (Rahaji):** Com 22% do rebanho nacional, é valorizada por seu grande porte e prestígio cultural entre os pastores;
3. **Sokoto Gudali e Adamawa Gudali:** Representam cerca de 34% do rebanho e são conhecidos pela boa produção de leite e carne. A Sokoto Gudali, em particular, é considerada uma raça leiteira local;
4. **Muturu:** Pequena e tolerante a tripanossomíase, é comum em áreas de florestas e savanas.
5. **N'dama e Kuri:** Adaptadas a ambientes específicos, como regiões semi-aquáticas no Lago Chade, combinam produtividade com tolerância a doenças.

Além de possuir relevância cultural e econômica, fornecendo carne, leite, couro e força de trabalho, a posse de gado frequentemente simboliza status social em comunidades pastoris.

Industria de Processamento

A indústria de processamento de carne no país ainda é pouco desenvolvida e é composta, em sua maioria, por matadouros públicos e estabelecimentos informais. As condições higiênicas nesses locais são frequentemente precárias, com animais sendo abatidos em ambientes abertos e insalubres. No entanto, pequenas empresas privadas têm surgido para oferecer carne processada em ambientes mais higiênicos, com cortes padronizados e embalagens adequadas. Essas iniciativas atendem a um público mais consciente da qualidade e segurança alimentar.

Mercado de carnes

O mercado de carnes é amplamente informal e desorganizado, com pontos de venda em mercados abertos, supermercados e através de vendedores ambulantes. A falta de refrigeração e de regulamentação de preços é um problema comum, especialmente no mercado de carne vermelha, enquanto o mercado de carne de aves apresenta um nível de higiene relativamente melhor devido à venda de produtos congelados. Além disso, o mercado de carne de animais silvestres também contribui significativamente para o consumo total de carne, apesar de operar em condições insalubres e sem padronização.

Fraudes no mercado de carnes

As fraudes alimentares na indústria de carnes local incluem a adulteração, rotulagem incorreta e venda de produtos de origem duvidosa. Casos comuns incluem a utilização de materiais tóxicos para processar produtos como o "ponmo" (pele de vaca), o uso de medicamentos não autorizados como paracetamol para amaciar carne, e a venda de carne contaminada ou de animais doentes. Esses atos comprometem a segurança dos consumidores e prejudicam a confiança na indústria. Embora existam leis e regulamentações, sua aplicação é limitada, o que permite que essas práticas persistam.

Desafios do setor

O setor enfrenta desafios estruturais e climáticos que limitam sua produtividade:

1. **Conflitos entre fazendeiros e pastores:** A escassez de pastagens e água, exacerbada pelas mudanças climáticas, tem aumentado os conflitos em áreas rurais.
2. **Baixa produtividade:** A falta de tecnologia, práticas modernas de manejo, nutrição inadequada e rebanhos com genética subdesenvolvida resultam em índices de produtividade abaixo da média global.
3. **Mudanças climáticas:** Temperaturas elevadas e precipitação errática afetam a qualidade das pastagens e aumentam a incidência de doenças nos rebanhos.
4. **Infraestrutura limitada:** A ausência de cadeias de frio e instalações de processamento resulta em perdas pós-produção significativas.



242



243

Oportunidades para o desenvolvimento

Com as políticas certas e investimentos direcionados, o setor de carnes na Nigéria tem um grande potencial para superar seus desafios e alcançar um desenvolvimento sustentável. As seguintes ações estratégicas podem contribuir para a transformação do setor:

1. **Modernização de sistemas de produção:** A adoção de tecnologias avançadas para o manejo de rebanhos, como o uso de rastreamento e monitoramento digital, pode aumentar a eficiência operacional e reduzir perdas.
2. **Integração climática:** A implementação de práticas resilientes ao clima, como sistemas de irrigação sustentável, tecnologias de baixo custo para conservação de forragens e coleta de água da chuva podem ajudar a mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas, garantindo maior estabilidade na produção.
3. **Melhoramento Genético:** Programas de melhoramento genético podem ser desenvolvidos para otimizar características importantes, como resistência a doenças e maior produção de leite e carne, aumentando a competitividade no mercado.
4. **Infraestrutura:** Investir em melhorias na infraestrutura, incluindo o armazenamento de alimentos, transporte e acesso a água, é essencial para mitigar os efeitos adversos das condições climáticas extremas e garantir a continuidade das operações.

Essas estratégias, combinadas com um ambiente regulatório favorável e parcerias público-privadas, podem impulsionar o crescimento do setor de carnes na Nigéria, contribuindo para a segurança alimentar, geração de empregos e aumento da receita nacional.

Conclusão

Apesar dos desafios significativos, o setor pecuário na Nigéria possui um imenso potencial para se tornar um motor de crescimento econômico e segurança alimentar. Estratégias como o fortalecimento das capacidades institucionais, investimentos em infraestrutura e a adoção de práticas modernas são cruciais para atingir esse potencial.



244

PAINEL NA OMC SOBRE ÓLEO DE PALMA PODE TER IMPLICAÇÕES PARA MEDIDAS DE CARÁTER AMBIENTAL COMO EUDR

Número: GEN-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: OMC

Palavras-chave: OMC; legislação extraterritorial; União Europeia; desmatamento

Responsável: Rafael d'Aquino Mafra

SUMÁRIO:

Em 10 de janeiro de 2025, a OMC publicou o relatório do painel iniciado pela Indonésia contra a União Europeia (UE) sobre restrições ao óleo de palma. A Indonésia alegava que as medidas violavam normas internacionais e eram excessivamente restritivas. O painel concluiu que as políticas da UE, em geral, estão alinhadas aos Acordos da OMC, mas identificou falhas, como discriminação contra produtos indonésios e falta de notificações adequadas.

Essas decisões podem influenciar o futuro do **EUDR**, que exigirá rastreabilidade rigorosa de produtos agrícolas e afetará negativamente os produtores brasileiros. O EUDR, previsto para entrar em vigor no final de 2025, pode aumentar custos e classificar países como "alto risco para desmatamento". Ainda é possível abrir um painel para contestar o novo regulamento europeu na OMC. Contudo, é um processo demorado e incerto. Assim, é essencial que governo e setor privado cooperem para minimizar impactos e explorar possíveis oportunidades.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

No dia 10 de janeiro de 2025, a Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou o relatório do painel sobre óleo de palma, aberto pela Indonésia contra a União Europeia. A Indonésia alegava que a restrição ou importação de óleo de palma em função do risco de mudança do uso da terra era muito restritiva e que não seguia as normas internacionais.

O painel concluiu que, de maneira geral, as medidas impostas pela União Europeia são **consistentes**, isto é, **não** ferem os Acordos da OMC, necessitando apenas de alguns ajustes. A conclusão é igual, em seu teor, à decisão que já havia sido publicada no painel aberto pela Malásia, contestando a mesma medida.

Essas restrições geram preocupações também para a área de animais vivos, material genético e produtos de origem animal. O resultado acende um alerta sobre a possibilidade de países, ou blocos, desenvolvidos adotem medidas que afetam a produção no território dos países exportadores em função de aspectos ambientais, exatamente como a União Europeia pretende fazer com o regulamento sobre desmatamento, conhecido como **EUDR** (Da sigla em inglês *European Union Deforestation Regulation*).

Seguem abaixo os detalhes do painel e, ao final, uma discussão sobre as implicações aos produtores brasileiros.

Produto em questão

Biocombustíveis feitos a partir de óleo de palma

Medida em questão

As medidas questionadas pela Indonésia são parte da política de energia renovável da União Europeia e, em particular, do que se chama de "regime de biocombustíveis". Os regulamentos examinados são as Diretiva 2003/30/EC e 2009/28/EC. São essas diretivas que estabelecem o quadro comum para energia renovável da União Europeia, que é conhecido como RED II (*Renewable Directive Energy*).

Nesta política de energia renovável, a União Europeia incentiva o uso de biocombustíveis. Estabelece, por exemplo, que 32% de toda energia consumida no bloco deve ter tal origem. O que seria uma boa notícia para as culturas usadas em biocombustíveis. Porém, a mesma política estabelece que a composição destes produtos não poderia ter mais que **7% de origem em culturas de alimentos humanos ou animais**. Isso limitaria fortemente a exportação de óleo de palma para o bloco.

Mais do que isso, a União Europeia determinou a eliminação de biocombustíveis que impliquem na mudança do uso da terra ou que tenham "alto risco" de mudança de uso da terra nesse percentual.

Contudo, de todas as culturas utilizadas na produção de biocombustíveis, apenas uma seria eliminada por esse critério: a de óleo de palma.

Conclusões do painel

O painel conclui que a União Europeia **não falhou** ao adotar o regulamento sem referir-se a uma norma internacional. A Indonésia argumentava que havia quatro normas ISO que tratam do tema, mas não conseguiu convencer os painelistas de que tais normas abordavam a questão pretendida pelo bloco europeu.

A Indonésia também falhou em convencer o painel de que a União Europeia estaria legislando fora de seu território, as chamadas “medidas extraterritoriais”. Os painelistas consideraram que a proteção de um recurso global exaurível é legítima.

Apesar de praticamente legitimar as medidas europeias, o painel considerou que a UE falhou em não notificar suas medidas e em não as revisar a partir de novas evidências. E, o que pode ser o descumprimento mais grave, que discriminou os produtos indonésios em relação aos produtos concorrentes na UE.

Agora, Bruxelas precisa rever seus regulamentos e torná-los compatíveis com os acordos da OMC. Porém, os aspectos considerados conformes poderão ser mantidos.

Relação com os produtores brasileiros

A decisão do painel pode ser negativa para todos os produtores da área animal. Isso porque ela dá indícios de que o regulamento sobre desmatamento da União Europeia pode não ser considerado ilegítimo nem mesmo com abertura de um painel na OMC.

O **EUDR** tem causado preocupação no setor privado brasileiro por exigir, entre outras coisas, uma rastreabilidade rigorosa para os produtores. Além do alto custo, o regulamento traz a possibilidade de um país como o Brasil ser considerado de “alto risco para desmatamento”, implicando **em exigências mais rigorosas para todos os produtores**, não apenas aqueles que possam ter produzido ou comprado de fornecedores de áreas desmatadas.

É importante que se diga que não há uma jurisprudência de verdade nas decisões de painéis da OMC. Juridicamente, cada caso é um caso. Na prática, no entanto, cada decisão influencia a decisão seguinte.

O que fazer com essa informação?

O EUDR está previsto para entrar em vigor no final de 2025. O governo brasileiro tem defendido condições mais justas e transparentes de implementação, tanto em Bruxelas, como em todos os foros internacionais possíveis. O Ministério da Agricultura e Pecuária, no Brasil e com os adidos agrícolas, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços têm executado um trabalho incansável junto às autoridades em Bruxelas para aumentar previsibilidade e reduzir custos de implementação.

Porém, após a entrada em vigor, pode haver um aumento de custos importantes. Pode haver também oportunidades, com deslocamentos de outros fornecedores da União Europeia com dificuldades de cumprir com o regulamento em um primeiro momento. É preciso estar preparado.

Com relação ao conteúdo deste comunicado, diante da possibilidade de um painel, vários países estão avaliando se é viável contestar o EUDR na OMC. Porém, é um processo demorado - o painel do óleo de palma da Indonésia iniciou-se em 2019 – e incerto, como vimos acima.

Assim, ainda que a medida pareça inconsistente com os Acordos da OMC, não é possível contar com uma anulação de seus efeitos no curto prazo. Por esse motivo, governo e setor privado precisam cooperar para negociar da melhor forma a implementação e incluir no planejamento daqueles que exportam para a Europa dos riscos decorrentes do EUDR.

PERU

ALGODÃO PIMA, UMA OPORTUNIDADE DE PARCERIAS

Número: LIMA-01-2025

Data: 10/01/2025

Posto: Lima/Peru

Palavras-chave: algodão, Pima, produção.

Responsável: Warley Efrem Campos

SUMÁRIO:

O algodão Pima é uma variedade de algodão conhecida por suas fibras longas, finas e extremamente resistentes, garantindo aos produtos maior suavidade, conforto, brilho e resistência. Em função de problemas internos sua produção no Peru decaiu ao longo do tempo, havendo grande esforço do governo peruano para a retomada da produção, o que constitui importante oportunidade de investimentos para empresários brasileiros.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





O algodão Pima é uma variedade de algodão conhecida por suas fibras longas, finas e extremamente resistentes, garantindo aos produtos maior suavidade, conforto, brilho e resistência. Originário da planta *Gossypium barbadense*, ele é cultivado principalmente no Peru e nos Estados Unidos

O Peru oferece várias oportunidades promissoras para investimento na produção de algodão Pima, conhecido por sua fibra extralonga e de alta qualidade. Alguns pontos importantes podem ser destacados:

1. **Expansão de Áreas de Cultivo:** Há planos para expandir o cultivo de algodão Pima em novas regiões, como [Olmos](#), [Lambayeque](#), [Arequipa](#) e [Piura](#). Essas áreas têm potencial para aumentar significativamente a produção. Conforme evidenciado pelo ministro da agricultura do Peru, Angel Manero, a meta do MIDAGRI é instalar [30.000 ha](#) de algodão Pima em 2025, sendo [8.000](#) com financiamento de 100% do custo a uma taxa de 3,5% ao ano. Evidencia-se que a produção de algodão na região de Piura vem [diminuindo](#) em função de problemas climáticos e baixa tecnologia de produção, o que representa oportunidade para alianças para os produtores brasileiros interessados no cultivo do algodão Pima.
2. **Apoio de Projetos e Cooperativas:** Iniciativas como o projeto +Algodão, em parceria com a FAO e a Agência Brasileira de Cooperação, estão ajudando [cooperativas de agricultores](#) a melhorar suas práticas de cultivo e gestão comercial, constituindo oportunidade de compra de fibra de excelente qualidade pela indústria têxtil brasileira.
3. **Demanda Internacional:** A demanda por algodão Pima continua alta, especialmente nos mercados dos Estados Unidos e Europa. Isso cria uma oportunidade para exportações lucrativas. Em função do alto custo do algodão Pima, as fábricas têm incluído [fibras sintéticas](#) em seus produtos, demonstrando que ainda há espaço para o aumento de produção desse algodão com boas margens de lucro.
4. **Sustentabilidade e Qualidade:** O algodão Pima peruano é valorizado por sua qualidade e métodos de cultivo sustentável, o que atrai consumidores conscientes e pode justificar preços diferenciados. A produção sustentável de algodão no Peru tem ganhado destaque, especialmente com iniciativas inovadoras como o projeto [+Algodão](#). Este projeto, uma colaboração entre a FAO, a Agência Brasileira de Cooperação e vários governos da América Latina, incluindo o Peru, utiliza tecnologia [blockchain](#) para rastrear e garantir a transparência em toda a cadeia produtiva do algodão.





Essas oportunidades fazem do Peru um destino atraente para investimentos na produção de algodão Pima, principalmente para conglomerados brasileiros que desejam participar do fomento da produção com compra garantida, objetivando mescla dessa fibra de melhor qualidade no algodão comum.

Para contato com possíveis interessados em Piura:

Roberto Salazar - Diretor Regional de Agricultura de Piura – Peru +51 969 255 270

Pedro Antonio Valdiviezo Palacios – Gerente Regional de Desenvolvimento Econômico do governo do Estado de Piura - +51 969 591 944



PERU

QUEIJOS FINOS, OPORTUNIDADES NO PERU

Número: LIMA-02-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Lima/Peru

Palavras-chave: queijos finos, peru, importação.

Responsável: Warley Efrem Campos

SUMÁRIO:

O documento trata da evolução do consumo de queijos no Peru, reportando os principais países que exportam queijos finos para o país e aporta informações sobre os procedimentos de exportação. Além disso, compila os dados de importação de queijos finos dos últimos 24 meses.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





252

Nos últimos anos, o consumo de queijos finos no Peru tem aumentado significativamente. Em 2022, a produção nacional de queijo atingiu 145.765 toneladas, representando um aumento de 15% em relação ao ano anterior. Embora baixo, na média o consumo per capita de queijo quase dobrou nos últimos 15 anos, passando de 2,4 kg em 2009 para 4,7 kg em 2023.

Esse crescimento pode ser atribuído a uma maior valorização dos produtos lácteos e à promoção de eventos como o Salón del Queso Peruano, que busca incentivar a produção e o consumo de queijos no país.

A importação de queijos finos no Peru é um mercado em crescimento, impulsionado pela demanda por produtos gourmet e pela sofisticação do paladar dos consumidores, especialmente em grandes centros como Lima. Embora o Peru produza alguns queijos locais, a variedade e a qualidade dos queijos importados, principalmente europeus e americanos, atendem a um nicho de mercado específico.

Países como França, Itália, Espanha e Holanda são grandes exportadores de queijos finos para o mundo, incluindo o Peru. Queijos como Brie, Camembert, Roquefort, Parmesão, Pecorino, Manchego, Gruyère e Gouda são frequentemente importados.

Além dos países europeus Estados Unidos, México e Uruguai se destacam como importantes fornecedores de queijos para o Peru, principalmente devido à proximidade geográfica e aos acordos comerciais, que facilitam a importação e oferecem vantagens como incentivos fiscais e menor tempo de transporte.

Os queijos finos importados são distribuídos principalmente através de empórios e lojas especializadas locais que oferecem uma grande variedade de queijos importados e outros produtos gourmet; supermercados de alto padrão, restaurantes e hotéis.

Para a exportação do queijo brasileiro ao Peru, o exportador deve encontrar um importador local, o qual vai ser responsável pelo [registro do produto](#) junto à [Direção-Geral de Saúde Ambiental e Inocuidade Alimentar – DIGESA](#); através do portal [VUCE](#). Para o registro do produto a autoridade peruana exige um [certificado de livre venda do produto no Brasil](#). Além do registro do produto é obrigatória a emissão de um [certificado sanitário](#) pela autoridade brasileira.

Oportunidades e Desafios:

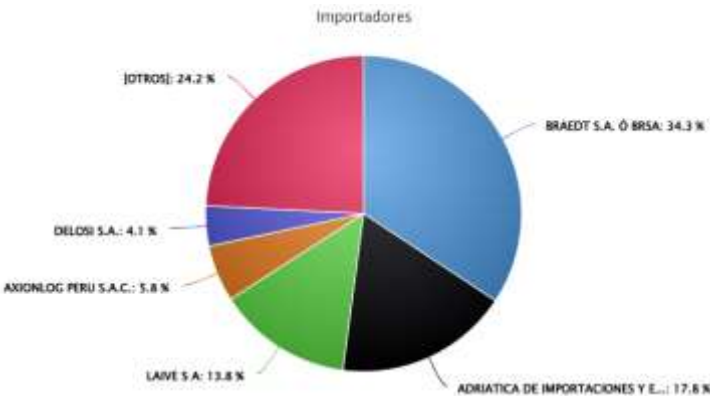
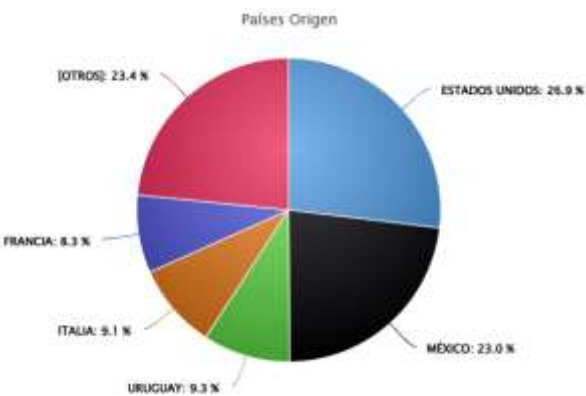
- Oportunidades: O mercado de queijos finos no Peru apresenta boas oportunidades para importadores e distribuidores, impulsionado pelo aumento da demanda por produtos gourmet.
- Concorrência: A concorrência é um fator a ser considerado, com a presença de diversas marcas e importadores no mercado.
- Logística: A logística de transporte e armazenamento refrigerado é crucial para garantir a qualidade dos queijos importados.
- Preços: Os preços dos queijos importados podem ser elevados, o que limita o acesso a uma parcela específica da população, entretanto, verifica-se significativa procura nos supermercados de Lima.



Por fim é importante evidenciar que a importação de queijos finos no Peru é um mercado em expansão, com demanda por produtos de alta qualidade e variedade, sendo os preços dos queijos finos bastante elevados nas gôndolas dos supermercados, constituindo interessante oportunidade para as empresas Brasileiras.

Abaixo incluímos alguns dados de mercado como referência. Foram consideradas as importações peruanas acumuladas nos anos de 2023 e 2024, sendo filtradas as seguintes NCMs:

NCM	Total US\$ CIFTot	%	Total KG	US\$ / KG
0406906000 CON UN CONTENIDO DE HUMEDAD SUPERIOR O IGUAL AL 50% PERO INFERIOR AL 56%, EN PESO, CALCULADO SOBRE UNA BASE TOTALMENTE DESGRASADA	12.114.166	49,44%	1.660.726	7,294
0406300000 QUESO FUNDIDO, EXCEPTO EL RALLADO O EN POLVO	7.096.746	28,96%	1.102.649	6,436
0406905000 CON UN CONTENIDO DE HUMEDAD SUPERIOR O IGUAL AL 50% PERO INFERIOR AL 56%, EN PESO, CALCULADO SOBRE UNA BASE TOTALMENTE DESGRASADA	2.126.391	8,68%	230.043	9,243
0406909000 LOS DEMAS QUESOS	2.034.228	8,30%	214.478	9,485
0406400000 QUESO DE PASTA AZUL	1.132.931	4,62%	100.818	11,237
Total	24.504.462	100,00%	3.308.715	7,406



IMPORTADORES	REGISTROS	TOTAL US\$ CIF	%	
[TODOS]	↑↓	↑↓		
BRAEDT S.A. Ó BRSA	143	8,415,569	34.34%	☐
ADRIATICA DE IMPORTACIONES Y EXPORTAC SA	811	4,360,052	17.79%	☐
LAIVE S A	44	3,387,750	13.83%	☐
AXIONLOG PERU S.A.C.	16	1,412,012	5.76%	☐
DELOSI S.A.	33	1,004,291	4.10%	☐
Totales	3,250	24,504,462	100.00%	

REINO UNIDO



254

FEBRE AFTOSA NA ALEMANHA AFETA OFERTA DE CARNE, LEITE E DERIVADOS NO REINO UNIDO

Número: LON-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Londres/Reino Unido

Palavras-chave: febre aftosa, carne bovina, carne suína, leite, couro, sangue, segurança alimentar

Responsável: Márcio Rezende Evaristo Carlos

SUMÁRIO: Com a restrição imposta às importações de carne e laticínios da Alemanha pelo Reino Unido após a confirmação de caso de febre aftosa, um dos maiores fornecedores de carne e laticínios para a Grã-Bretanha deixa de acessar esse mercado. A proibição afeta as importações de bovinos, suínos e ovinos e seus produtos como carne, couro, sangue e leite originários da Alemanha. As autoridades britânicas manifestaram a prioridade em proteger os agricultores britânicos e seus meios de subsistência, havendo disposição em adicionar novos países adicionais à lista de origens permitidas para garantir a oferta dos produtos envolvidos nessa restrição.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



255

Após as autoridades alemãs informarem no dia 09/01/2025 a ocorrência de foco de febre aftosa em rebanho de búfalos nos arredores de Berlim, o Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (DEFRA) do Reino Unido restringiu as importações de bovinos, suínos e ovinos e seus produtos como carne, couro, sangue e leite da Alemanha para o Reino Unido. A medida teve por base a perda do status de livre de febre aftosa pela Alemanha, conforme os requisitos da Organização Mundial de Saúde Animal. Essa condição leva à impossibilidade de emissão dos certificados sanitários necessários por parte do Ministério Federal da Agricultura da Alemanha nas exportações para o Reino Unido.

Segundo o DEFRA, a medida restritiva implementada atinge a importação de bovinos, suínos, ovelhas e seus produtos originários da Alemanha, um dos maiores fornecedores de carne e laticínios para a Grã-Bretanha. Entre os produtos mais afetados pela proibição, estão carne e produtos cárneos, couro e produtos de sangue, bem como leite e produtos lácteos.

Mesmo diante da esperada flutuação na oferta de carne e laticínios no Reino Unido após a decisão, o DEFRA manifestou prioridade em "*proteger os agricultores e seus meios de subsistência*". A Alemanha é o terceiro maior exportador de carne suína para o Reino Unido, com uma participação de mercado de 18%, além de ser o segundo maior exportador de produtos lácteos para o Reino Unido, com uma participação de mercado de 12%, segundo dados do Agriculture & Horticulture Development Board - AHDB. O impacto na oferta à indústria alimentar britânica deve ser observado principalmente em produtos como presunto, pernil, bacon e salame.

Entre janeiro e outubro de 2024, o Reino Unido importou da Alemanha cerca de 117.340 toneladas de carne suína no valor de £448 milhões, 130.000 toneladas de laticínios no valor de £283 milhões, além de 6.796 toneladas de carne bovina no valor de £23,2 milhões e 85 toneladas de carne ovina avaliadas em £963.000 – de acordo com dados da AHDB.

A segurança alimentar na Grã-Bretanha também é parte das preocupações do governo. O Ministro da Segurança Alimentar e Assuntos Rurais no DEFRA, Daniel Zeichner, assegurou que o governo "*não hesitará em adicionar países adicionais à lista se a doença se espalhar*". Tal declaração apresenta relevância com relação aos processos em andamento de interesse do Brasil em exportar carne suína e lácteos para a Grã-Bretanha, além de expandir oportunidade de negócios para os produtos agora restritos para a Alemanha que o Brasil já exporta para esse mercado, como carne bovina, couro e produtos derivados de sangue.

Será de interesse observar como as autoridades britânicas monitorarão e avaliarão a situação de importação de outros países da União Europeia, uma vez que o comércio intrabloco dos produtos originários da Alemanha na UE deverá continuar com restrição apenas das regiões específicas diretamente afetadas pela ocorrência sanitária, em vez de todo o país.



256

REINO UNIDO

GEOPOLÍTICA PODE AFETAR IMPORTAÇÕES DE SOJA E MILHO DO BRASIL PELO REINO UNIDO

Número: LON-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Londres/Reino Unido

Palavras-chave: soja, milho, tarifa, geopolítica, importações

Responsável: Márcio Rezende Evaristo Carlos

SUMÁRIO: Com a previsão de aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América (EUA) sobre produtos originários da China, é esperado que a China mantenha e amplie retaliação às importações de soja dos EUA. Esse movimento deverá favorecer as exportações do complexo soja dos EUA para a Europa, com deslocamento dos volumes importados pelos países europeus do Brasil para a China. Esse movimento deverá seguir paralelamente à implementação da regulação sobre o uso de commodities de risco florestal em atividade comercial definida na Lei Ambiental do Reino Unido.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Diante do cenário anunciado pelo presidente eleito dos EUA de imposição de tarifas de pelo menos 60% sobre importações chinesas, a perspectiva de uma retaliação chinesa deverá ser direcionada aos produtos agrícolas dos EUA. As tarifas aplicadas a produtos chineses no primeiro mandato do presidente Donald Trump atingiram US\$ 370 bilhões em produtos importados da China, que por sua vez retaliou com tarifas de até 25% sobre mais de US\$ 100 bilhões em produtos dos EUA, focando em soja, carne bovina, carne suína, trigo, milho e sorgo.

O aprofundamento da disputa comercial entre EUA e China deve afetar os fluxos de commodities como soja e milho do Brasil para países europeus (incluindo o Reino Unido), que podem ver no aceno de aumento das importações desses produtos dos EUA, uma oportunidade para buscar acordos comerciais transatlânticos que também favoreçam as suas exportações ao mercado americano.

Essa tendência vai ao encontro das leis antidesmatamento aplicadas ao comércio internacional de commodities aprovadas na União Europeia e no Reino Unido. Embora ainda não definidas, as regras de diligência devida do Reino Unido devem abarcar as importações de soja com exigência de comprovação de não serem oriundas de áreas de desmatamento em desacordo com a legislação brasileira. A soja americana provavelmente será considerada livre de desmatamento, segundo os critérios a serem implementados nessas regulações.

No caso específico do Reino Unido, embora haja atualmente questões de divergência política com o futuro governo dos EUA, os laços históricos entre os dois países podem auxiliar numa aproximação, que deve seguir de forma paralela a um alinhamento com a União Europeia.

As exportações do complexo soja do Brasil para o Reino Unido totalizaram US\$ 289 milhões em 2024, um valor 25% inferior ao registrado em 2023, quando alcançou US\$ 382 milhões. Essa redução pode ter origem nas incertezas relativas à implementação do Anexo 17 (Uso de commodities de risco florestal em atividade comercial) da Lei Ambiental do Reino Unido. É esperado que a sua implementação gere obrigações aos importadores de soja brasileira no Reino Unido, que terão que comprovar que os produtos importados não são oriundos de áreas desmatadas ilegalmente.



258

RÚSSIA

RÚSSIA ADOTA NOVAS TAXAS ADUANEIRAS E REVISA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS E ANIMAIS EM 2025

Número: MOW-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Moscou/Rússia

Palavras-chave: Rússia, importação, taxas, café, cotas, carne bovina, carne de aves, frango, impostos

Responsável: Marco Túlio Santiago, Adido Agrícola; Ekaterina Khudiakova, Assistente Técnica.

SUMÁRIO: Em 2025, taxas aduaneiras mais elevadas serão aplicadas às importações de países que a Rússia considera não amigáveis. Além disso, foram estabelecidas as cotas de importação de carne bovina e de aves.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Área vegetal

O governo russo prorrogou a vigência do decreto referente às taxas aduaneiras e alargou a lista das mercadorias importadas provenientes de países não amigáveis. As novas regras vão vigorar entre 2 de janeiro e 31 de dezembro de 2025. A medida é destinada a estimular o investimento, bem como o desenvolvimento da produção nacional em resposta às sanções internacionais contra a Rússia.

As taxas foram inicialmente introduzidas pelo decreto governamental n.º 2240 de 7 de dezembro de 2022. As medidas são aplicadas, em particular, às armas, perfumes, produtos químicos domésticos, vinho e cerveja, contraplacado, papel de parede, bem como produtos de confeitaria e pilhas.

[A lista](#) atualizada inclui, entre outros:

- Café, torrado ou não torrado, cascas de café e cascas de grãos de café; substitutos do café que contenham café em qualquer proporção, com cafeína. Taxa – 13, mas não menos que 1 euro (1,03 dólares) por 1 kg;
- Café em pó solúvel em embalagens primárias com peso líquido não superior a 3 kg. Taxa – 17,5, mas não menos que 1,3 euros (1,33 dólares) por 1 kg;
- Café solúvel granulado em embalagens primárias com peso líquido não superior a 3 kg. Taxa – 17,5, mas não menos que 1,3 euros (1,33 dólares) por 1 kg;
- Café instantâneo liofilizado em embalagens primárias com peso líquido não superior a 3 kg. Taxa – 17,5% do valor aduaneiro, mas não inferior a 1,3 (1,33 dólares) euros por kg;
- Cerveja sem álcool. Taxa – 0,2 euros (0,21 dólares) por litro.



Área animal

O governo russo aprovou o tamanho das cotas de importação de carne bovina e de aves para a Rússia em 2025, bem como sua distribuição por países e tipos de carne. A Comissão Econômica Eurasiática determinou o tamanho dessas cotas para todos os países da UEE em agosto deste ano. A cota russa e sua distribuição por país e variedade foram mantidas no nível dos anos anteriores.

Conforme o documento assinado em 12 de dezembro de 2024 e publicado no portal oficial de informações jurídicas, a cota de importação de carne bovina para a Rússia em 2025 será de 570 mil toneladas, incluindo 40 mil toneladas de carne bovina fresca e resfriada. Além disso, 29 mil toneladas da cota de importação de carne fresca e resfriada são destinadas aos países da UE, 11 mil toneladas, para outros países.

A cota de 530 mil toneladas de carne bovina congelada está distribuída entre a UE e os EUA (60 mil toneladas cada) e a Costa Rica (3 mil toneladas). Outros países respondem por 407 mil toneladas. A cota de importação de carne de aves será de 364 mil toneladas, incluindo 100 mil toneladas de carne moída (das quais 80 mil toneladas para embarques da UE), 250 mil toneladas de meias carcaças ou quartos de carcaças e 14 mil toneladas de carne de peru desossada congelada.

Enquanto isso, a cota de isenção de impostos sobre a importação de carne de frango para a Rússia em 2025 não será prorrogada. O tamanho da cota era de 140 mil toneladas. Atualmente, seu saldo é de 97,2 mil toneladas. Portanto, foram utilizadas 42,8 mil toneladas. Foram enviadas solicitações para a importação de outras 4.246 toneladas.



SINGAPURA

261

OPORTUNIDADES DE MERCADO EM SINGAPURA PARA O PESCADO BRASILEIRO

Número: SINGA-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Singapura

Palavras-chave: exportação; pescados; Singapura

Responsável: Luiz Claudio Caruso; Camila D'Aquino

SUMÁRIO:

O mercado de alimentos em Singapura apresenta uma tendência de mudança nos hábitos alimentares da população, com um aumento planejado no consumo de peixe e uma redução no consumo de cordeiro, cabra, carneiro e carne bovina. Essa mudança reflete o interesse por uma alimentação mais leve e saudável, alinhada às preocupações com sustentabilidade e bem-estar animal. Tal cenário representa uma oportunidade estratégica para empresas brasileiras especializadas em pescados, capazes de atender às exigências do mercado singapurense, que valoriza produtos frescos, sustentáveis e com alto padrão sanitário.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





262

De acordo com o Good Food Institute (GFI), *think tank* sem fins lucrativos que trabalha pela melhoria do sistema alimentar global, 31% dos consumidores em Singapura indicaram a intenção de aumentar o consumo de peixes no próximo ano. Esse dado reflete uma crescente preferência por fontes de proteína mais saudáveis e sustentáveis. Por outro lado, 28% dos entrevistados afirmaram que pretendem reduzir o consumo de carne bovina, cordeiro e similares, enquanto 22% demonstraram a intenção de diminuir o consumo de carne suína.

No ano de 2023, Singapura registrou importações de frutos do mar no valor aproximado de 895 milhões de dólares norte-americanos. Os principais fornecedores dessa categoria foram:

- **Malásia:** 13,1% (117 milhões de dólares);
- **Indonésia:** 10,5% (94 milhões de dólares);
- **China:** 10,4% (93 milhões de dólares);
- **Noruega:** 10,3% (92 milhões de dólares);
- **Japão:** 9,36% (83 milhões de dólares);
- **Vietnã:** 8,97% (80 milhões de dólares).

Esses seis países representaram juntos 63% do volume total importado. Entretanto, o mercado de Singapura também conta com uma ampla diversidade de fornecedores, como Espanha, Índia, Austrália e Chile, que desempenham papéis relevantes e reforçam a variedade de origens dos produtos comercializados.

Os principais produtos importados incluem camarões, caranguejos, peixes frescos, filés congelados e moluscos.

Uma análise comparativa entre as importações totais de Singapura e as exportações totais do Brasil destaca um potencial significativo de crescimento para produtos brasileiros nas seguintes linhas tarifárias:

- SH 0303: Peixes congelados (excluindo HS 0304);
- SH 0306: Crustáceos;
- SH 0302: Peixes frescos ou refrigerados (excluindo HS 0304).

Essas categorias representam áreas estratégicas para a expansão do Brasil no mercado de Singapura. Ao investir em qualidade e atender à demanda por opções saudáveis e sustentáveis, o Brasil pode ampliar sua participação e consolidar-se como fornecedor confiável, promovendo crescimento sustentável no setor.



Alguns dos potenciais importadores de pescados em Singapura:

Empresa	Website	Contato
Adamz Xtreme Pte Ltd	-	+65 9845 1205 mite4843@gmail.com
All Big Frozen Food Pte Ltd	https://www.allbig.com.sg/	vincent@allbig.com.sg
Big Spring Day Seafood Trading Pte Ltd	https://www.fishball.com.sg/	enquiries@fishball.com.sg
Chun Cheng Fishery Enterprise Pte Ltd	http://www.chuncheng.com/	sales@chuncheng.com
Everich Market Place Pte Ltd	http://www.everrich.com.sg/	+65 6757 8858
Fish International Sourcing House Pte Ltd	https://www.fishsingapore.com	contactus@fishsingapore.com
Foodtrade Pte Ltd	-	foodtrade@singnet.com.sg
Khoon Lee Fisheries & Co		khoonleefisheries@gmail.com

263



SINGAPURA

264

CULTURA DO CHOCOLATE EM SINGAPURA

Número: SINGA-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Singapura

Palavras-chave: chocolates; cacau; exportação. Singapura

Responsável: Luiz Caruso, Camila Agner D'Aquino

SUMÁRIO:

É identificada uma crescente demanda por produtos finos, incluindo chocolates artesanais em Singapura. Com importações de cacau atingindo USD 240 milhões e exportações de produtos de chocolate chegando a quase USD 500 milhões, o mercado é promissor especialmente para cacau como ingrediente. O Japão é o principal destino para produtos manufaturados localmente, com exportações brasileiras tendo oportunidades tanto para cacau e ingredientes (pastas, pós), quanto chocolates artesanais para consumo interno e re-exportação para a região APAC. Com as subsequentes quebras de safra de seus principais exportadores, Singapura busca opções competitivas e sustentáveis ao cacau da costa africana.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



Seguindo a onda de aumento de consumo de produtos finos, chocolates artesanais estão entre as grandes *trends* de Singapura. O país importa USD 240 milhões em cacau, enquanto exporta quase USD 500 milhões de produtos a base de chocolate, especialmente para o aquecido mercado japonês (USD 137,2 M). Produtos brasileiros podem se beneficiar tanto da exportação de produtos como ingredientes, quanto chocolates artesanais para consumo interno ou re-exportação para países da APAC.

Dentro desse contexto, destaca-se os seguintes pontos de oportunidades para exportadores brasileiros:

- Depois da pandemia, o comércio chegou a reportar até 50% de aumento da comercialização de chocolate e seus produtos, especialmente em marcas de alto valor agregado como a Awfully Chocolate, Hello Chocolate, Lemuel, Fossa Chocolate e Mr. Bucket, além da famosa chocolateria da chef Janice Wong.
- A APAC é o maior mercado das categorias combinadas de biscoitos, confeitaria e sorvete, tornando a região um destino relevante para cacau e chocolate de todo o mundo e a tendência é de crescimento. De acordo com a agência Coherent Market Insight, é projetado um mercado de USD 37 bilhões em receita e um crescimento de 7 % a.a. até 2030 na região.
- Quase 30% do cacau importado é proveniente da Costa do Marfim, com crescimento de 97% a.a. no período de 2019 – 2023. No entanto, as sucessivas quebras de safra africana têm preocupado o mundo todo, bem como práticas insustentáveis de produção, o que tem levado importadores à busca por opções de produção mais justas e sustentáveis ao redor do mundo, abrindo oportunidades para o cacau produzido em menor escala e com maior valor agregados na costa brasileira.

Oportunidades e desafios para exportadores brasileiros de cacau e chocolate:

Oportunidades	Desafios
• Aumento da popularidade do consumo de chocolate • Aumento do consumo de cacau como ingrediente, tanto em confeitarias quanto em chocolaterias • Demanda por chocolates orgânicos, single-origin, e práticas sustentáveis como Rainforest Alliance e Fair Trade • Suprimento APAC usando Singapura como hub de re-exportação	• Competição com marcas consolidadas, como produtos belgas e suíços • Re-branding dos produtos brasileiros quanto qualidade e sustentabilidade. • Logística pode ser fator de impacto, especialmente no preço final do produto



Alguns potenciais importadores de chocolates e cacau em Singapura:

Nome	Website	Contato
Aalst Chocolate	http://www.aalstchocolate.com/	connie.kwan@aalstwilmar.com
Chocoworks Pte Ltd	http://www.chocoelf.com/	info@chocoworks.com
Phoon Huat Pte Ltd	http://www.phoonhuat.com/	tjenchew@phoonhuat.com
Aalst Chocolate Pte Ltd	https://www.aalstchocolate.com/about	aalstchocolate@cargill.com

266

TAILÂNDIA



MERCADO DE MATERIAL GENÉTICO AVÍCOLA

Número: BAC-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Bangkok/Tailândia

Palavras-chave: Material genético avícola; importação e exportação; oportunidades de mercado

Responsáveis: Ana Carolina Miranda Lamy*, Wiranpat Boonyarattapan**

SUMÁRIO: A Tailândia é um dos maiores produtores e exportadores de produtos avícolas do mundo, com o consumo interno de carne de frango e ovos crescendo de forma consistente. Apesar de sua robusta produção interna, o país importa reprodutores de galinhas poedeiras e frangos de corte para expandir suas operações e atender à demanda. Em 2023, foram importados US\$ 39 milhões em material genético avícola, principalmente, dos Estados Unidos, Nova Zelândia e França. Esses dados evidenciam a importância estratégica da cadeia avícola para a economia tailandesa e a necessidade de equilibrar produção interna e importações. Nesse contexto, o Brasil surge como uma alternativa promissora, devido à qualidade de seus produtos e ao status sanitário livre de influenza aviária, consolidando-se como um potencial parceiro estratégico para o mercado tailandês.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

Plano Governamental 2025

A importação de pintos de um dia para a produção de ovos (galinhas poedeiras) é regulamentada pelo Ministério da Agricultura e Cooperativas da Tailândia (MOAC), com o estabelecimento de quotas anuais, visando manter a estabilidade dos preços e evitar um excesso de oferta de ovos no mercado. Recentemente, o Comitê de Desenvolvimento de Políticas para Ovos (*Egg Board*) daquele Ministério aprovou o Plano Nacional de Importação de pintos de um dia para a produção de ovos (galinhas poedeiras) para 2025. O plano inclui a importação de 3.800 avós (GP) e 440.000 pais (PS). A reunião também definiu a meta de produção de galinhas poedeiras e ovos para 2025, conforme detalhado a seguir:

1. Uma galinha avó (GP) produzirá 77 galinhas reprodutoras (PS), com descarte aos 72 semanas de idade.
2. Uma galinha reprodutora (PS) produzirá 107 pintas fêmeas poedeiras, com descarte aos 72 semanas de idade.
3. Uma galinha poedeira em gaiola produzirá 361 ovos, com descarte aos 80 semanas de idade.

No âmbito do MOAC, o Departamento de Desenvolvimento Pecuário (DLD) está encarregado de coordenar o Plano Nacional de Importação, e distribuir as quotas de importação entre as 16 empresas tailandeses autorizadas a importar material genético avícola.

Segundo informações disponíveis no site do Ministério do Comércio, as 10 principais empresas importadoras de pintos de um dia para a produção de ovos (HS 01051110001) são as seguintes:

Quadro 1. Principais Importadores Tailandeses de Genética Avícola.

	Importadores de Aves de Reprodução (Galinhas Poedeiras) (HS 01051110001)
1	BETTER FOODS CO., LTD
2	CPF (Thailand) CO., LTD
3	ANNOPFARM BANNA CO., LTD
4	KOEDCHAROEN CHICKEN FARM CO., LTD
5	SUN BREEDERS CO., LTD
6	NADEE PUNDEE BREEDING FARM CO., LTD
7	LAEMTHONG FARM CO., LTD
8	THAI EG FARM CO., LTD
9	KITIDAMRONGCHAI FARM CO., LTD
10	MAETHATHONG FARM CO., LTD

Fonte: Ministério do Comércio da Tailândia

Oportunidade de negócios para o Brasil

Representantes da empresa Lohmann Breeders Thailand entraram em contato com a Adidância Agrícola em Bangkok interessados na importação de material genético avícola de origem brasileira, visando a aquisição de pintos de um dia para a produção de ovos (galinhas poedeiras) no âmbito do Plano Nacional de Importação para 2025. A Lohmann Breeders Thailand intermedia a venda de material genético de suas fazendas em diversos países do mundo para as empresas tailandesas.

No entanto, ainda não há acordo sanitário vigente para a exportação do produto brasileiro à Tailândia. Em 2021, o MAPA encaminhou o questionário de avaliação de risco e saúde animal ao Departamento de Desenvolvimento Pecuário (DLD), que é a autoridade sanitária tailandesa para produtos de origem animal, e desde então, temos pressionado àquele Departamento para dar prosseguimento às negociações para um acordo sanitário.

Segundo representantes da empresa Lohmann Breeders Thailand, as importações tailandesas de raças de galinhas poedeiras, para uso como GP e PS, tem vindo principalmente da França, Países Baixos, Espanha, Austrália e Estados Unidos. No entanto, os frequentes surtos de gripe aviária e doença de Newcastle, principalmente na Europa, levaram a Lohmann a buscar fornecedores alternativos de material genético, com grande interesse no Brasil como uma fonte potencial. Nesse sentido, a empresa se prontificou a também pressionar o DLD para que as tratativas de abertura de mercado avancem.

Recentemente, o DLD suspendeu as importações de material genético avícola da Nova Zelândia e de algumas províncias francesas devido à gripe aviária. Além disso, não renovou o acordo sanitário com a Espanha devido a questões sanitárias.

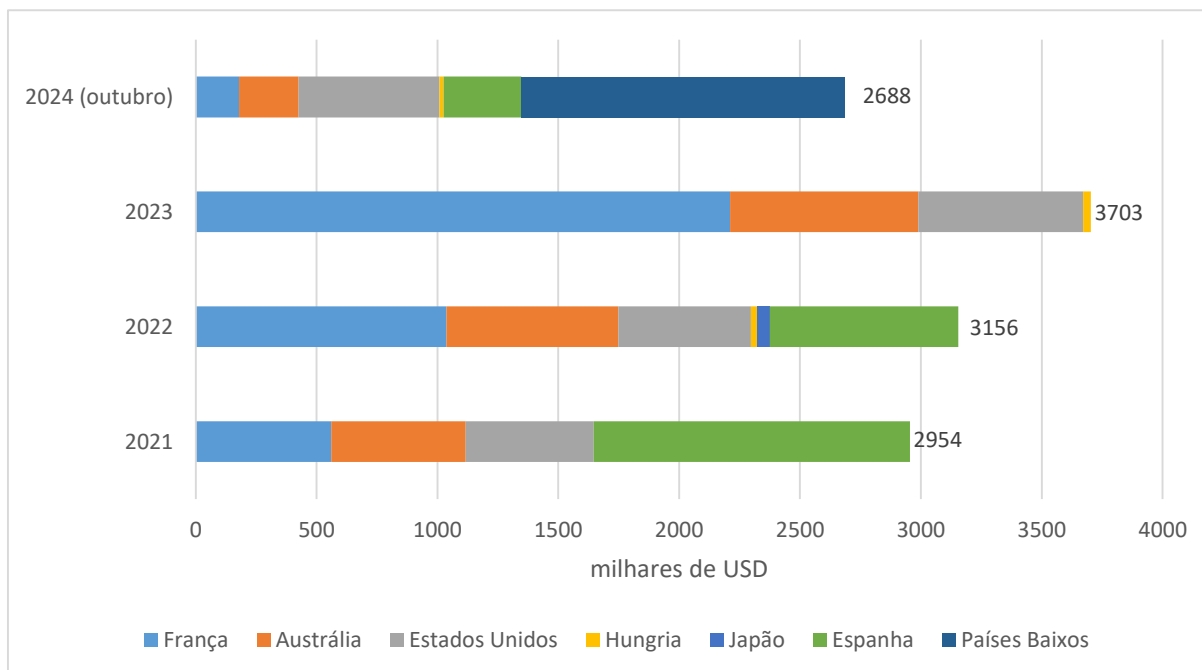
Panorama das importações de material genético avícola pela Tailândia

Aves de Reprodução (Poedeiras)

Em 2023, a importação de pintos de um dia para a produção de ovos (HS 01051110001) pela Tailândia alcançou o montante de US\$ 3,7 milhões, o que representa um aumento de 27% em relação a 2021. O Gráfico 1 abaixo revela o valor das importações de galinhas poedeiras ao longo dos anos de 2021 a 2024, considerando os dados disponíveis até outubro.



Gráfico 1. Importação de pintos de um dia para a produção de ovos (HS 01051110001) pela Tailândia, em milhares de USD, de 2021 a 2024 (outubro).



Fonte: ITC/Trade Map

Anualmente, o valor total das importações foi de US\$ 2,9 milhões em 2021, com a França liderando como principal fornecedora. Em 2022, houve um aumento para US\$ 3,1 milhões, com maior diversificação de fornecedores. O pico foi registrado em 2023, com US\$ 3,7 milhões, marcando o auge das importações. Contudo, até outubro de 2024, houve uma redução para US\$ 2,6 milhões, sugerindo uma desaceleração no mercado.

O crescimento até 2023 pode ser atribuído à expansão da indústria de ovos na Tailândia, impulsionada pela crescente demanda interna e internacional. Já a queda em 2024 pode estar relacionada à redução da oferta global devido à disseminação de doenças, em especial, a influenza aviária, que afetou os estoques de aves reprodutoras, além de possíveis ajustes na demanda local.

A França se destaca como o principal fornecedor ao longo de todo o período, com liderança nas exportações para a Tailândia, especialmente em 2023, quando atingiu seu maior volume. Além da França, outros fornecedores relevantes incluem os Países Baixos, que registraram um aumento expressivo em 2024, e a Espanha, cuja participação tem variado ao longo dos anos. Por outro lado, países como Austrália e Estados Unidos apresentaram contribuições menores, mas estáveis, enquanto Japão e Hungria desempenham papéis mais marginais.

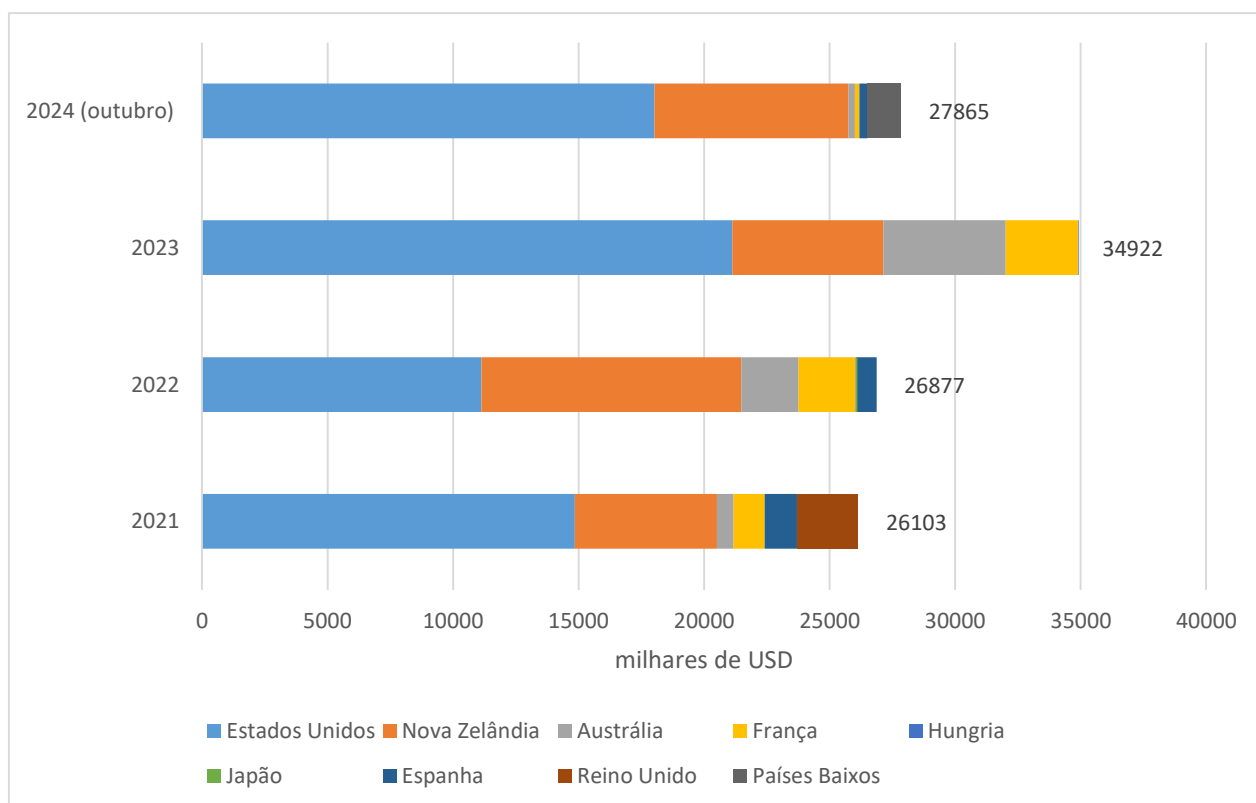


270

Aves de Reprodução (Corte)

O Gráfico 2 apresenta o valor das importações de pintos de um dia para corte (HS 010511) no período de 2021 a outubro de 2024. Observa-se um crescimento constante das importações entre 2021 e 2023, impulsionado pela maior demanda de grandes empresas produtoras de carne de aves, que buscam atender ao aumento do consumo, tanto no mercado interno quanto no internacional. Contudo, em 2024, até outubro, há uma redução nos valores de importação de aves de reprodução em relação a 2023.

Gráfico 2. Importação de pintos de um dia (corte) pela Tailândia, em milhares de USD, de 2021 a 2024 (outubro).



Fonte: ITC/Trade Map

Conforme pode-se observar no Gráfico 2, as importações de pintos de um dia (corte) passaram de US\$ 26 milhões, em 2021, para US\$ 35 milhões em 2023, o que representa um aumento superior a 25%. Em 2023, os Estados Unidos foram o maior exportador deste produto para a Tailândia, respondendo por 61% do total das importações, seguidos pela Nova Zelândia com 17%, Austrália com 14% e França com 8%.



271

No entanto, em 2024, até o mês de outubro, registra-se uma queda nos valores de importação de aves de reprodução em comparação ao ano de 2023. No primeiro semestre de 2024, os preços dos pintinhos de um dia, que representam aproximadamente 15% do custo total de produção, enfrentaram pressão de alta, atingindo 48 centavos de dólar por unidade em junho. A propagação da influenza aviária, tanto de baixa quanto de alta patogenicidade (HPAI), impactou significativamente a cadeia de suprimentos global, resultando em estoques menores de matrizes e avós. Como consequência, as importações no primeiro semestre de 2024 caíram 55% em relação ao mesmo período de 2023. Além disso, os preços médios dos pintos no mesmo período de 2024 apresentaram um aumento de 3% em comparação ao ano anterior.

Os Estados Unidos são o principal fornecedor ao longo de todo o período, com valores consistentes e crescimento até 2023, embora haja uma leve redução em 2024. A Nova Zelândia ocupa a segunda posição como maior fornecedora, também apresentando estabilidade. Outros países, como França, Hungria e Austrália, têm participações menores, mas crescentes em alguns anos. Países como Japão, Espanha, Reino Unido e Países Baixos aparecem de forma marginal, sem grandes oscilações.

As importações são altamente concentradas em dois fornecedores principais, Estados Unidos e Nova Zelândia, o que pode representar uma vulnerabilidade em caso de interrupções de fornecimento. Em termos de evolução, os valores de 2021 são os mais baixos, enquanto 2022 e 2023 mostram um aumento, com maior participação de fornecedores secundários, como França e Hungria. Em 2024, a redução parcial pode estar associada à sazonalidade ou à falta de dados completos do ano.

Segundo informações disponíveis no site do Ministério do Comércio, as 10 principais empresas importadoras de aves de reprodução para corte (HS 010511) são as seguintes:

Quadro 2. Principais Importadores Tailandeses de Genética Avícola.

	Importadores de Aves de Reprodução (Corte) (HS 010511)
1	CPF (Thailand) CO., LTD
2	ARBER ACERS THAILAND CO., LTD
3	ROSS BREEDERS SIAM CO., LTD
4	CENTRAL G.P. FARM CO., LTD
5	GP BREEDING CO., LTD
6	SAHAFARM CO., LTD
7	LAEMTHONG FARM CO., LTD
8	GOLDEN LINE BUSINESS CO., LTD
9	BETTER FOODS CO., LTD
10	ANNOPFARM BANNA CO., LTD

Fonte: Ministério do Comércio da Tailândia

Perspectivas

Dada a importância da Tailândia como um dos principais produtores e exportadores globais de carne de frango, além de seu relevante consumo interno de ovos, torna-se essencial o monitoramento contínuo dos principais fornecedores de material genético avícola. Oscilações ou interrupções nas cadeias de suprimento podem impactar diretamente a produção e a competitividade do setor tailandês no mercado internacional. Nesse contexto, diversificar as fontes de importação aparece como uma estratégia chave para mitigar riscos associados à alta dependência de um número limitado de fornecedores. Países adicionais podem ser considerados como parceiros comerciais, contribuindo para a estabilidade e segurança da cadeia produtiva.

Além disso, o fortalecimento de parcerias comerciais com fornecedores existentes e novos países pode ampliar o acesso a produtos de alta qualidade e assegurar a continuidade da produção local. Nesse cenário, o Brasil desponta como uma alternativa promissora para o mercado tailandês. Reconhecido internacionalmente pela qualidade de seus produtos avícolas e pelo rigor nas práticas de biossegurança, o Brasil possui atualmente o status sanitário de país livre de influenza aviária e outras doenças de relevância comercial, o que aumenta sua competitividade no mercado global.

Cabe destacar que estão suspensas as importações de material genético avícola da Nova Zelândia e de algumas províncias francesas devido à gripe aviária, bem como da Espanha em razão da não renovação do acordo sanitário.

O alinhamento entre as demandas da Tailândia e a capacidade de oferta brasileira pode beneficiar ambos os países, promovendo maior segurança no fornecimento para a Tailândia e expandindo a participação brasileira no mercado asiático. Investir nessa relação comercial pode trazer ganhos significativos para o fortalecimento da cadeia de suprimentos e para a estabilidade da produção avícola tailandesa.



TAILÂNDIA

MERCADO DE CAFÉ NA TAILÂNDIA

Número: BAC-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Bangkok/Tailândia

Palavras-chave: cultivo; consumo; importação e exportação; oportunidades de mercado

Responsáveis: Ana Carolina Miranda Lamy*, Wiranpat Boonyarattapan**

SUMÁRIO: A Tailândia, 19ª maior produtor global de café, destaca-se por variedades como Arábica e Robusta. O cultivo, incentivado por iniciativas governamentais, é concentrado no norte para o Arábica e no sul para o Robusta. O consumo interno cresce a uma taxa média de 8,55% ao ano, com mercado avaliado em US\$ 964 milhões em 2023, dominado pelo café solúvel. Embora a produção tailandesa tenha alcançado 16.574 toneladas em 2023, ela não é suficiente para atender à demanda, levando a importações crescentes, especialmente do Vietnã. Já as exportações, focadas em café solúvel, atingiram US\$ 124 milhões. Contudo, desafios climáticos e a substituição de plantações por durião indicam uma queda de 11,78% na produção de café na Tailândia até 2025, gerando oportunidades comerciais.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





MERCADO DE CAFÉ NA TAILÂNDIA

Produção de Café na Tailândia

A Tailândia ocupa a 19ª posição no ranking mundial de produção de café, representando 0,4% da produção global, conforme dados do USDA de 2023. Embora não seja um grande produtor global, o café tailandês se destaca pela sua qualidade e crescente reconhecimento no mercado internacional.

O cultivo do café ocorre predominantemente no norte do país, em regiões como Chiang Mai, Chiang Rai e Mae Hong Son, onde as condições climáticas e do solo são ideais. Este setor ganhou impulso com o apoio da família real e programas governamentais que incentivaram os agricultores a investir na cultura do café. Enquanto o Arábica é cultivado principalmente no norte, o Robusta é predominante no sul, caracterizado por planícies costeiras e clima quente.

O Quadro 1 apresenta as principais variedades de café cultivadas na Tailândia, conforme dados do Departamento de Agricultura do Ministério da Agricultura e Cooperativas da Tailândia (DOA/MOAC).

Quadro 1. Principais variedades de café cultivadas na Tailândia.

Variedades de Café Arábica	Variedades de Café Robusta
Chiang Mai 80 (Híbrido de Timor X Caturra X SL.28)	Chumphon 1
H420/9 (Mundo Novo 1535/33 X Híbrido de Timor X Caturra)	Chumphon 2
Typica	Chumphon 3
Bourbon	Chumphon 84-4
Caturra	Chumphon 84-5
Mundo Novo	Cartimor
Cartimor	Sarchimor

Fonte: DOA/MOAC

Em 2024, a área cultivada com café na Tailândia totalizou pouco mais de 34 mil hectares, sendo aproximadamente 60% destinada ao cultivo de arábica. Abaixo, a Tabela 1 apresenta a evolução da área dedicada ao cultivo de café na Tailândia entre 2021 e 2024, revelando uma redução de 19% no período. De acordo com o Escritório de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura e Cooperativas da Tailândia (OAE/MOAC), essa diminuição é atribuída principalmente à concorrência com culturas mais lucrativas, como o durião, e aos desafios impostos pelas condições climáticas.

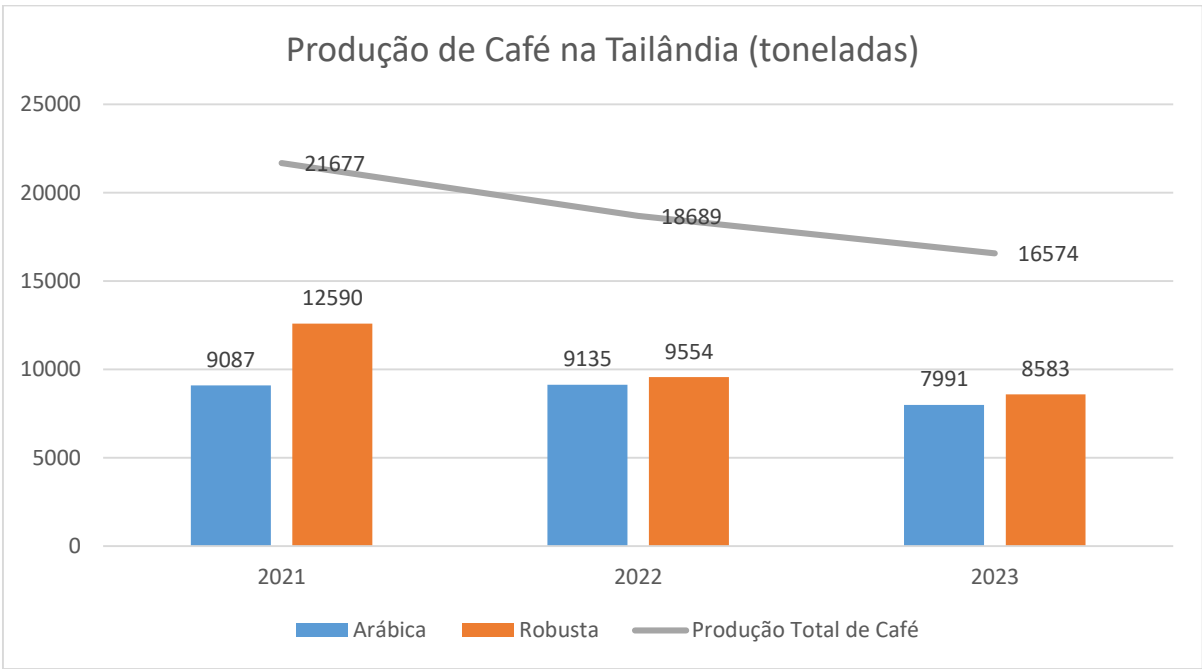
Tabela 1. Área de cultivo de café na Tailândia, em hectares, de 2021 a 2024.

Área de cultivo (hectare)	2021	2022	2023	2024
Arábica	19.449	19.695	19.917	20.764
Robusta	23.509	19.099	17.902	13.878
Total	42.958	38.794	37.819	34.642

Fonte: OAE/MOAC

Já A produção de café registrou uma redução de 23% entre 2021 e 2023. Em 2021, a produção nacional alcançou 21.677 toneladas de café (arábica e robusta), enquanto em 2023 caiu para 16.574 toneladas, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Produção de café na Tailândia, em toneladas, de 2021 a 2023.



Fonte: OAE/MOAC

Dados mais recentes revelam que a produção de café na Tailândia foi de pouco mais de 13 mil toneladas no período de outubro de 2023 a setembro de 2024. A Tabela 2 apresenta a produção por província, conforme informações do Escritório de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura e Cooperativas da Tailândia (OAE/MOAC).

Tabela 2. Produção de Café por Província (Outubro de 2023 a Setembro de 2024)

Província	Toneladas
Chiang Rai (região norte)	4.736
Chiang Mai (região norte)	3.430
Chumphon (região sul)	3.161
Nan (região norte)	885
Mae Hong Son (região norte)	882

Fonte: OAE/MOAC



Consumo de Café na Tailândia

Desde 2021, a demanda por café na Tailândia tem crescido de forma consistente, com um aumento médio anual de 8,55% no valor de mercado. Em 2023, o mercado foi avaliado em US\$ 964 milhões, sendo o café solúvel o principal segmento, com 84% de participação (US\$ 809 milhões), seguido pelo café verde ou torrado, com 16% (US\$ 154 milhões).

A crescente popularidade de bebidas prontas para consumo, como café gelado e embalado, é impulsionada pelo clima quente e pelas preferências dos consumidores. Apesar disso, há uma significativa valorização do café em grãos, associado à experiência de preparo artesanal.

Importação de Café pela Tailândia

Nos últimos anos, as importações de café (verde, torrado e solúvel) pela Tailândia mostraram um crescimento significativo. A Tabela 3 abaixo apresenta os dados de importação de café pela Tailândia entre 2021 e 2023, evidenciando não apenas o aumento da demanda interna, mas também a diversificação das fontes e dos tipos de café consumidos. O Vietnã, a Malásia e a Suíça se destacam como os principais parceiros comerciais da Tailândia no setor, refletindo tanto a proximidade geográfica quanto a variedade do produto oferecido e as tarifas de importação diferenciadas.

Tabela 3. Importações de café pela Tailândia, em milhares de USD, por tipo de produto, no período de 2021 a 2023.

	Código HS	Produto	2021	2022	2023	Market Share (2023)
Café verde	090111	Café (não torrado, não descafeinado)	112.795	155.031	187.705	Vietnã (66%) Indonésia (17%) Laos (17%)
	090112	Café (não torrado, descafeinado)	142	39	57	Vietnã (98%)

Café torrado	090121	Café (torrado, não descafeinado)	17.105	24.510	26.681	Malásia (41%) Suíça (22%) Vietnã (13%)
	090122	Café (torrado, descafeinado)	534	761	919	Malásia (43%) Suíça (31%) Austrália (9%)
Café solúvel	210111	Extratos de café (essências e concentrados)	85.947	92.352	96.486	Malásia (43%) Vietnã (39%) República da Coreia (5%)
	210112	Preparações de café à base de extratos	31.212	33.390	30.180	Malásia (57%) Indonésia (18%) Laos (17%)
Total			247.735	306.083	342.028	

Fonte: ITC/TradeMap

A análise das importações de café para a Tailândia entre 2021 e 2023 revela um crescimento contínuo e uma diversificação nas fontes e tipos de café consumidos no país. O volume total de importações aumentou substancialmente, passando de 247,7 milhões de dólares em 2021 para 306,1 milhões de dólares em 2022 e 342 milhões de dólares em 2023. Esse crescimento reflete a crescente demanda por café na Tailândia, impulsionada pela popularização do produto e pela expansão do mercado de bebidas à base de café, especialmente nas formas de café solúvel.

O café verde (não torrado e não descafeinado), representando a maior parte das importações, manteve-se como o principal produto, com um aumento consistente ao longo dos anos. Esse produto é importado para ser beneficiado na indústria de torrefação de café da Tailândia, o que reforça a relevância dessa matéria-prima para a cadeia produtiva local. O Vietnã é o maior exportador, respondendo por 66% das importações de café verde, seguido pela Indonésia e Laos, que somam 34%. Esse cenário indica a forte dependência da Tailândia de fornecedores próximos, destacando o papel do Sudeste Asiático como um hub de produção de café, especialmente em relação ao Vietnã, que se consolidou como um importante produtor e exportador global.

As importações de café torrado, tanto descafeinado quanto não descafeinado, também apresentaram crescimento, embora em proporções menores. O café torrado não descafeinado (HS 090121) teve um aumento de 56% entre 2021 e 2023, enquanto o torrado descafeinado (HS 090122) cresceu 72% no mesmo período. Os principais exportadores desses produtos para a Tailândia são a Malásia e a Suíça, o que sugere uma demanda crescente por cafés de qualidade mais refinada e diferenciada, possivelmente para atender aos gostos e exigências dos consumidores tailandeses.

O segmento de café solúvel (HS 210111) também mostrou um aumento significativo nas importações, com a Malásia e o Vietnã sendo os principais fornecedores. Esse aumento reflete o crescimento do consumo de café instantâneo e prático, especialmente em um mercado urbano e moderno, onde conveniência é altamente valorizada. Esse tipo de café se tornou uma





279

escolha popular tanto para consumidores que buscam rapidez quanto para o mercado de bebidas comerciais.

Além disso, as importações de preparações de café (HS 210112) se mantiveram relativamente estáveis, com destaque para a Malásia como o maior exportador. Esse segmento pode estar relacionado ao aumento da oferta de produtos prontos para consumo, como cápsulas de café e outras formas de café industrializado, que têm ganhado popularidade na Tailândia.

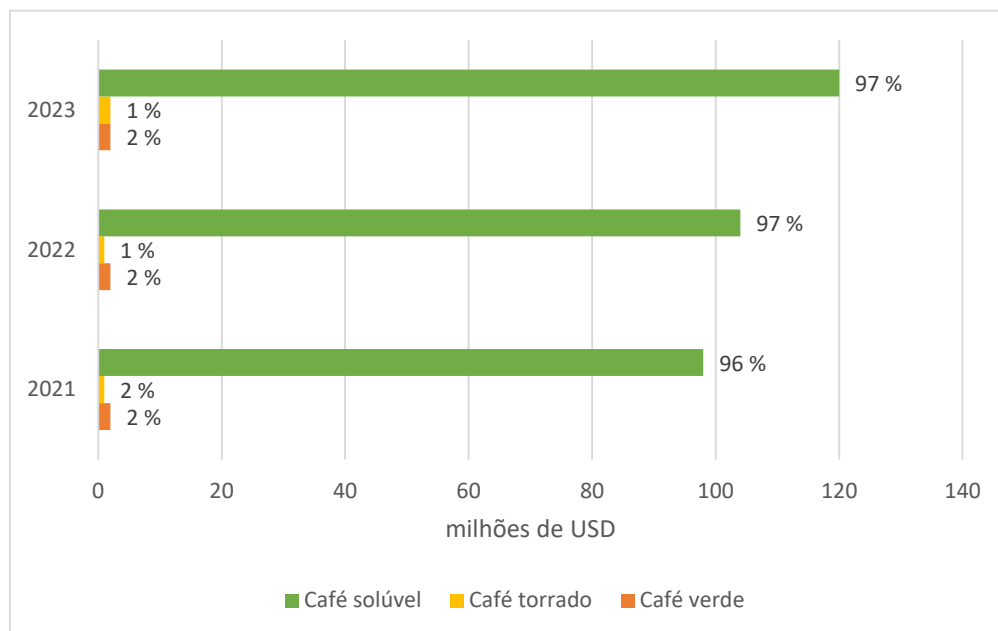
Exportações de Café da Tailândia

As exportações de café da Tailândia têm mostrado um crescimento significativo nos últimos anos, com o país exportando mais de 124 milhões de dólares em café em 2023. Deste total, 120 milhões de dólares corresponderam a café solúvel, que tem se consolidado como o principal produto exportado. Embora o café torrado e o café verde também façam parte das exportações, eles representam volumes bem menores, somando 2,75 milhões de dólares e 2,20 milhões de dólares, respectivamente (Gráfico 2).

Os principais destinos das exportações de café tailandês incluem Camboja, Japão, Estados Unidos, China e Alemanha, destacando a crescente demanda global pelo café da Tailândia. Em 2023, o Camboja foi o principal destino, com 33% do total das exportações, seguido pelo Japão, com 20%. Os Estados Unidos ocuparam a terceira posição, representando 9,49%, enquanto China e Alemanha ficaram em quarto e quinto lugares, com 6,52% e 4,27%, respectivamente.

Esses dados refletem o desenvolvimento e a competitividade da indústria de café solúvel na Tailândia, que tem sido reconhecida pela qualidade e pelo custo-benefício de seus produtos exportados.

Gráfico 2. Exportação de café da Tailândia, em milhões de USD, de 2021 a 2023



Fonte: ITC/TradeMap

Tarifas de Importação

O Conselho Nacional dos Agricultores da Tailândia, vinculado ao Comitê de Política e Plano de Desenvolvimento do Ministério da Agricultura e Cooperativas, e responsável por desenvolver as políticas para o setor do café, classificou o café como um item sensível em sua lista de bens a serem importados. Nesse sentido, a Tailândia protege seu mercado com tarifas de importação, além de cotas a 5,25 toneladas para grãos de café e 134 toneladas para produtos de café, conforme demonstrado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2. Tarifas de Importação aplicadas pela Tailândia para café.



281

Café verde / torrado	Tarifa de Importação		
Thai – Australia	0 % (Até o final de 2024), 81 %		
Thai – New Zealand	0 %		
Thai - Japan	0 %		
Thai - Chile	0 %		
Thai - Laos	20 % ou 2 Baht/kg		
ASEAN - Korea	0 %		
AFTA (ASEAN)	Café verde 5 %, Café torrado 0 %		
Países fora do acordo OMC	40 % ou 4 Baht/kg		
Países membros da OMC	Dentro da cota	Fora da cota	Cota (Toneladas)
	30 %	90 %	5,25
Café solúvel	Tarifa de Importação		
Thai – Australia	0 % (Até o final de 2024), 44.1 %		
Thai – New Zealand	0 %		
Thai - Japan	0 %		
Thai - Chile	0 %		
Thai - Laos	Idêntica aos dos países membros da OMC		
ASEAN - Korea	0 %		
AFTA (ASEAN)	0 %		
Países fora do acordo OMC	60 %		
Países membros da OMC	Dentro da cota	Fora da cota	Cota (Toneladas)
	40 %	49 %	134

Fonte: Alfândega da Tailândia

Diante do exposto, o café brasileiro enfrenta desafios significativos devido às altas tarifas de importação impostas pela Tailândia. Além disso, a cota tarifária estabelecida é extremamente limitada e costuma ser totalmente preenchida já no primeiro mês de cada ano. Para enfrentar essa situação, a Adidância Agrícola em Bangkok tem trabalhado em colaboração com a Associação Tailandesa de Café (*Thai Coffee Association*), que representa a indústria local de torrefação. O objetivo é pressionar o governo tailandês a ampliar a cota anual e/ou reduzir as tarifas de importação, viabilizando a comercialização do café brasileiro na Tailândia e fortalecendo, ao mesmo tempo, a indústria nacional.



Perspectivas

A produção de café na Tailândia tende a diminuir nos próximos anos, principalmente devido à substituição do cultivo de café Robusta pelo durião, uma fruta semelhante à jaca. De acordo com dados da FAO/ONU (FAOSTAT), no período de 2021–2022, o valor médio das exportações de durião da Tailândia alcançou USD 3,3 bilhões, posicionando a fruta como o terceiro maior produto agrícola de exportação do país. Apenas a borracha natural e o arroz superaram esse valor, com receitas médias de USD 3,9 bilhões e USD 3,7 bilhões, respectivamente, no mesmo período.

Além disso, os desafios climáticos cada vez mais acentuados no norte da Tailândia devem contribuir para a redução da produção de café.

Diante disso, espera-se um aumento nas importações para suprir a crescente demanda interna e a indústria de torrefação em expansão. A Tailândia tem se consolidado como um mercado estratégico para o comércio de café, atraindo fornecedores de diversas partes do mundo para atender a um mercado em expansão e com uma diversidade crescente de preferências.



282

TURQUIA



283

FEBRE AFTOSA: UM DUPLO DESAFIO NA TURQUIA E SEUS IMPACTOS

Número: ANCA-02-2025

Data: 08/01/2025

Posto: Ancara/Turquia

Palavras-chave: febre aftosa; controle de trânsito animal; impacto produtivo

Responsável: Diego Leonardo Rodrigues

SUMÁRIO: A febre aftosa é endêmica na Turquia, exceto pela Trácia, na porção europeia do país. O controle da doença é desafiador na região e as ações adotadas até o momento ainda não permitiram avanço consistente. Recentemente, medida de controle na movimentação animal foi adotada em duas regiões do país, revelando irregularidades na movimentação animal que podem contribuir para a disseminação da doença. Por outro lado, a Turquia, com apoio da UE, tem envidado esforços para a manutenção de região livre de FA na parte europeia do país, adotando vacinação massiva e vigilância baseada em risco para a detecção precoce do vírus. O controle efetivo da doença pode limitar os rebanhos das espécies afetadas até a obtenção de áreas livres, aumentando a demanda por importações.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

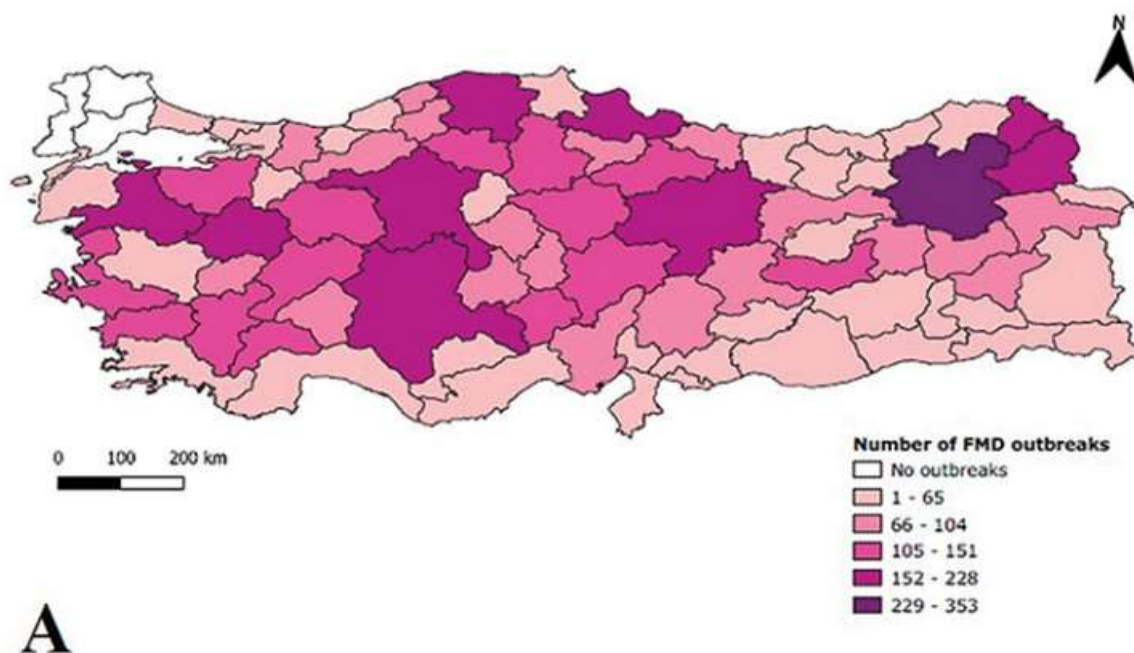




284

A febre aftosa tem distribuição endêmica na Turquia e representa importante desafio para a região.

Fig. 01 – Distribuição de focos de febre aftosa na Turquia entre 2010 e 2019



[BAYIR T., GÜRCAN I. S.](#)

O controle da doença se apresenta sob duas perspectivas. Na Anatólia (porção asiática do país), a distribuição da doença é endêmica, mas heterogênea no tempo e no espaço, e exige esforços para a diminuição da circulação do vírus, enquanto na região da Trácia (Europa) o desafio é no sentido de manter a área livre com vacinação.

Sucessivos esforços têm sido empregados pelo Departamento de Saúde Animal e Quarentena e outras estruturas governamentais na Anatólia, porém sem evidências robustas de sucesso. Em 2023, iniciou o funcionamento do primeiro ponto de controle de movimentação interna de animais, em Erzurum, seguindo pelo ponto de controle de Elazığ em abril de 2024 e com previsão de mais três postos em 2025.

Resultados iniciais das barreiras implantadas no país demonstram que 2,5% das movimentações animais verificadas eram irregulares, indicando falha no controle de um dos fatores de risco mais relevantes para a febre aftosa.

Na porção europeia do país, a comissão europeia para o controle da febre aftosa (EuFMD) tem apoiado as ações para manter a região livre. A estratégia de vigilância baseada em risco e a vacinação da população sob risco têm sido adotadas de forma consistente. A região representa uma das maiores fragilidades para a reintrodução da enfermidade na União Europeia. Recentemente, o Ministério da Agricultura e Florestas da Turquia realizou simulado de aplicação do plano de contingência nacional na região do estreito do Bósforo, que tem funcionado como tampão entre as áreas livre e não livre de febre aftosa do país.

As perdas provocadas pela doença na produção bovina do país foram estimadas entre \$152 e \$294 por animal. O prejuízo da presença da doença também se dá na falta de perspectiva de melhoria na exportação de produtos das espécies afetadas, devido à limitação sanitária e incapacidade de certificação das mercadorias. Embora a Turquia tenha autorização para exportar lácteos para a UE (principal parceiro comercial do país), o bloco exige tratamentos tecnológicos adicionais para receber estes produtos e não conformidades importantes no sistema de controle turco foram recentemente reportadas pela DG Sante.

Por fim, caso o controle da doença no país seja enfrentado de forma franca, deverá haver impacto nos rebanhos nacionais e na produção nacional turca das espécies envolvidas, considerando aqui aspectos como a eliminação de animais positivos e de focos da doença e impactos sociais no arranjo produtivo do país. Como consequência, a demanda pela importação de bovinos e outras espécies afetadas pode crescer, bem como produtos destas espécies.



285



TURQUIA



286

AGRAVAMENTO DA SECA NA TURQUIA LIMITA ÁREA DE PLANTIO E PRODUÇÃO NACIONAL

Número: ANCA-01-2025

Data: 08/01/2025

Posto: Ancara/Turquia

Palavras-chave: seca; restrições de plantio.

Responsável: Diego Leonardo Rodrigues

SUMÁRIO: A restrição hídrica para a agricultura na Turquia avança de forma consistente e pressionou as autoridades a desenvolverem um plano agrícola que colocou a água no centro do planejamento agropecuário, criando diretrizes que direcionam recursos públicos e subsídios preferenciais para os produtores que atendam a regionalização imposta pelo governo central. Os produtores afetados procuram um novo arranjo produtivo que os permita continuar sua atividade, mas em muitos casos restrições severas têm sido impostas, como no caso da região de Seyhan, Adana. As limitações impostas podem gerar oportunidades para alguns setores, como a fruticultura e para espécies de alta demanda hídrica.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL

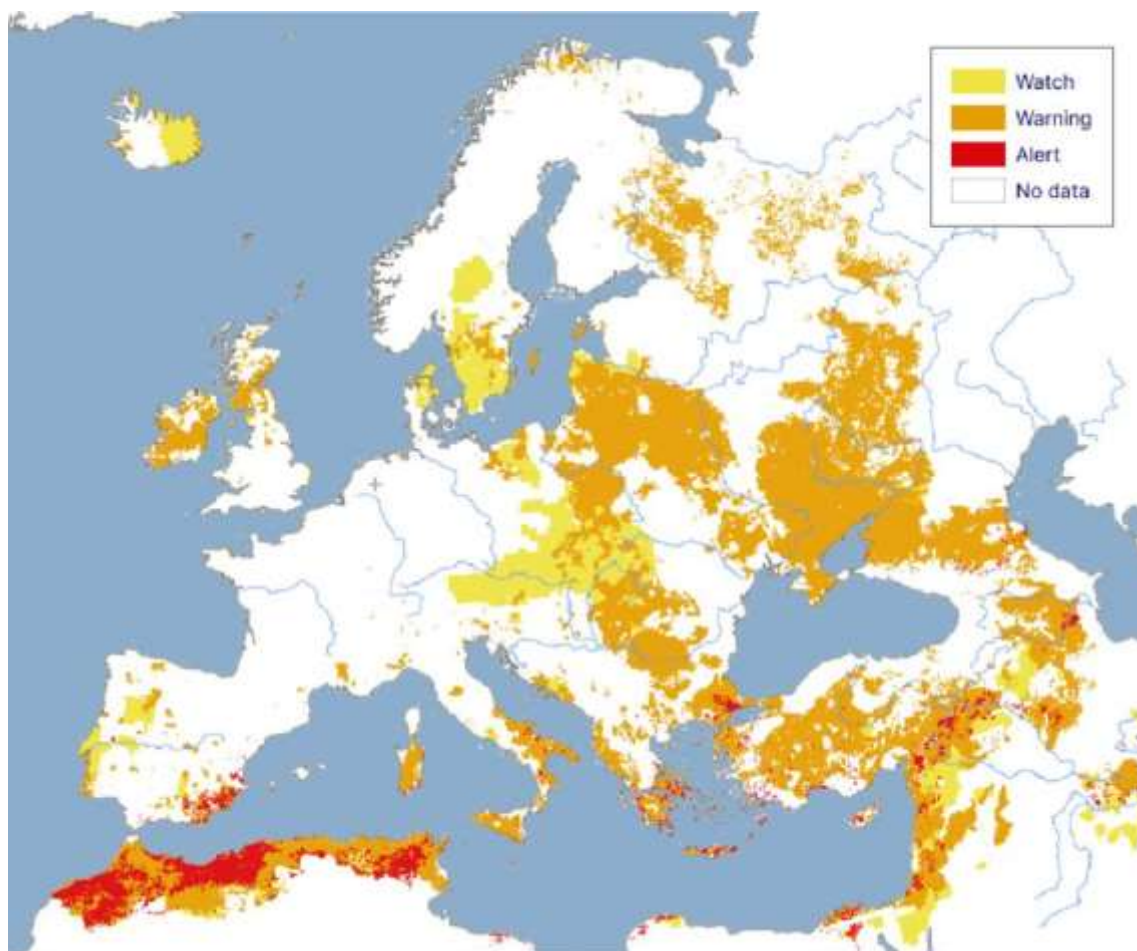




287

A produção agrícola depende intrinsecamente da disponibilidade hídrica. As secas e a desertificação têm afetado a atividade amplamente, porém na Turquia estes processos têm sido mais intensos.

Fig. 01 – Seca na Europa, 20 a 31 de dezembro de 2024



EU,2025

O governo da Turquia estabeleceu em 2023 [plano estratégico](#) da agropecuária nacional com ênfase no uso racional da água. Posteriormente, foram definidos princípios de regionalização que garantem melhor acesso aos recursos públicos para os produtores que seguem as diretrizes governamentais quanto aos tipos de produção recomendadas para as condições hídricas de cada região do país.

A discussão sobre o tema no país não é recente, pois os efeitos foram percebidos de forma crescente e contínua: a academia turca tem produzido diversos trabalhos neste campo, com repercussão em órgãos multilaterais como a [OCDE](#) e FAO e diversas manifestações do governo turco têm convergido neste sentido. Ainda, o setor privado tem respondido à questão, sendo interessante notar, por exemplo, a forte expansão do setor de irrigação da terra e produção controlada em estufas. Tais tecnologias, entretanto, pressionam os custos de produção.



Os governos regionais também têm adotado medidas neste sentido. Um caso emblemático foi a recente decisão das autoridades de Seyhan, na província de Adana, de divulgar [aviso formal](#) para que as lavouras de outono deixassem de ser cultivadas, seguindo alerta de estiagem e a restrição de recursos hídricos.

Neste cenário, podem ser favorecidas as importações de produtos de alta demanda hídrica, como como é o caso dos cítricos, que representa [desafios](#) para os produtores turcos. Note-se que esta condição não é transitória e deve se agravar nos próximos anos, apesar dos esforços da Turquia.



288

UNIÃO EUROPEIA



289

EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PARA A UE. VALE O ESFORÇO?

Número: BRU-02-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Bruxelas/Bélgica-UE

Palavras-chave: carne bovina, União Europeia; exportação; acesso a mercado; padrões normativos.

Responsável: Nilton de Moraes

SUMÁRIO:

Embora possa ter perdido relevância no total das exportações de carne bovina do Brasil, o mercado da União Europeia continua a ter uma dimensão estratégica. Com exigências cada vez mais rigorosas, por exemplo, no que se refere à necessidade de rastrear toda a cadeia a partir da implementação da EUDR em 2026, o selo de qualidade do bloco considerado o mais normativo do mundo compensa o esforço. A importância do mercado para os interesses do Brasil é medida pelo tamanho e exigência do seu público consumidor e contribui para manter a produção nacional em alta e fornecer ao mercado interno brasileiro, que absorve 75% da produção, alimentos de elevada qualidade.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





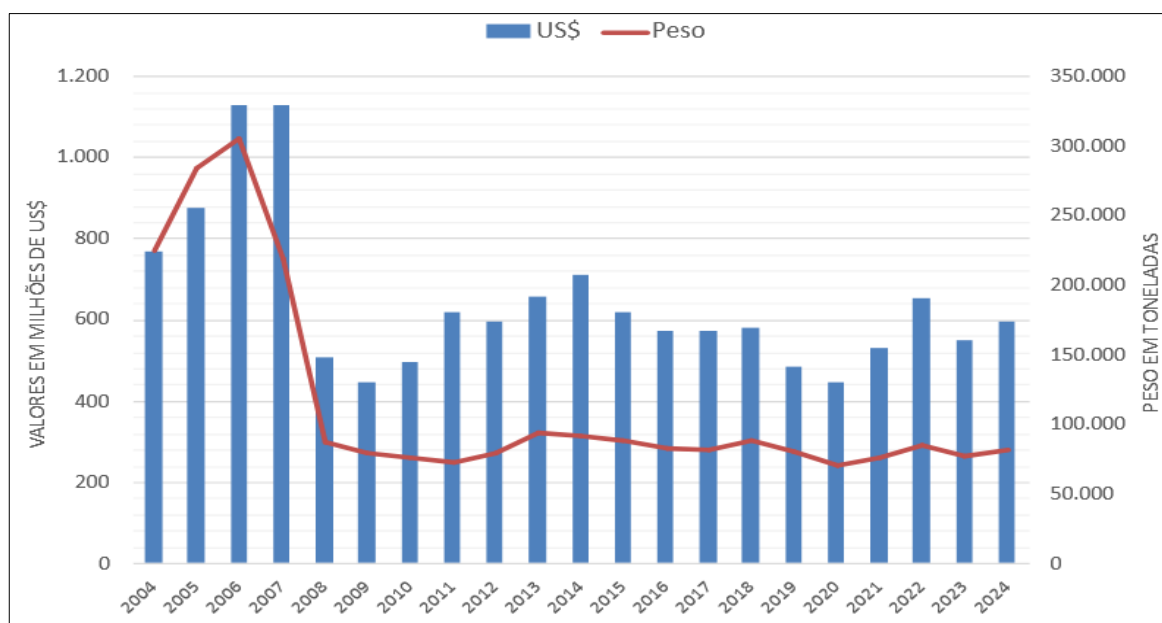
290

Nos últimos 20 anos, a exportação de carne bovina para a União Europeia (UE) saiu de 305 mil toneladas e valor de US\$ 1,1 bilhão em 2006 para 81,5 mil toneladas e US\$ 594 milhões em 2024. Em termos de porcentagem do total das exportações de carne bovina, o mercado europeu representava 28,9% das exportações em 2006, caindo para 4,63% em 2024.

A pergunta que sempre se ouve é: compensa o esforço para continuar exportando para a UE? As exigências da UE vão da avaliação do sistema de saúde animal, passando pelo sistema de inspeção e saúde pública, até o plano de controle de resíduos. E em breve, com a implementação da *EUDR*, exigirá ainda a certificação e rastreabilidade, de todos os bovinos nascidos após junho de 2023, do primeiro até o último produtor que enviou os animais ao abatedouro, de maneira a comprovar que a cadeia não está associada ao desmatamento.

No gráfico, a seguir, é descrita uma série histórica dos últimos 20 anos considerando somente os 27 atuais países da UE, isto é, sem o Reino Unido. É possível observar que, em 2006 e 2007, o Brasil chegou a exportar mais de US\$ 1 bilhão para a UE, com este valor caindo a partir de 2008.

Figura 1 – Exportação de carne bovina do Brasil para a UE (2004 a 2024)



Fonte: elaborada pelo autor, com dados do Agrostat/MAPA



291

No ano de 2007, o Brasil quase perdeu o mercado de carne bovina para a UE, em razão do não cumprimento da rastreabilidade individual dos animais de acordo com as regras do Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). Após muito esforço dos governos federal e estaduais, certificadoras e produtores, o mercado foi mantido. Pode ser avaliado agora, passados 18 anos, que foi um esforço válido, pois o Brasil continua exportando para a UE e acessando muitos outros mercados exigentes e provendo para a população brasileira produtos com os mesmos padrões. Em 2024, por exemplo, 75% da carne bovina produzida no país foi destinada ao mercado interno, sendo os outros 25% direcionados à exportação.

Neste contexto, convém registrar o exemplo da suspensão das exportações de pescados para a UE. A perda de acesso ao mercado europeu, ocorrida em 2018 devido a questões sanitárias, perdura por seis anos e representando prejuízo comercial para toda a cadeia, tanto da pesca extrativa como da piscicultura, causando um impacto duradouro e negativo em toda a cadeia produtiva do setor.

O cumprimento das regras e normas da UE garante à produção brasileira, por conseguinte, três importantes valores: a) acesso a um mercado europeu que consumiu US\$ 594 milhões em 2024; b) selo de qualidade para o produto brasileiro pelo simples fato de a UE ser a principal formadora de padrões normativos para o mundo; e c) mantêm a produção do país no alto nível, juntamente com países que garantem às suas populações carne de qualidade e dentro dos melhores padrões sanitários.

Em vista disso, é correto afirmar que a importância do mercado da UE para os interesses do Brasil é medida pelo tamanho e exigência do público consumidor europeu. Isto posto, o risco de não cumprimento das normas e regras, além do prejuízo comercial com a perda do mercado, seria não atender e acompanhar os mais altos e exigente padrões, fato que poderia representar vulnerabilidade para o país em temas como saúde animal, sanidade vegetal, inocuidade alimentar, bem-estar animal e sustentabilidade.

Referências: [Agrostat](#) (dados de 14/01/2025) e [notícia](#) do site do MAPA



292

UNIÃO EUROPEIA

NOVAS TÉCNICAS GENÔMICAS NA UE

Número: BRU-01-2025

Data: 14/01/2025

Posto: Bruxelas/Bélgica-UE

Palavras-chave: novas técnicas genômicas; NGTs; biotecnologia; inovação; propriedade intelectual; melhoramento genético vegetal

Responsável: Glauco Bertoldo

SUMÁRIO:

Em discussão desde 2021, a proposta de regulamento da UE sobre novas técnicas genômicas (NTGs) pode ganhar fôlego na presidência rotativa polonesa do Conselho da UE. A proposta inicial da Comissão, aprovada com alterações pelo Parlamento Europeu, estabelece novas regras para produtos geneticamente modificados e pode criar barreiras ou oportunidades para os produtos brasileiros. Discussão sobre patentes mobiliza atores em Bruxelas.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





293

As novas técnicas genômicas (NGT) em discussão na União Europeia foram definidas como uma variedade de técnicas que podem alterar o material genético de um organismo e que surgiram ou foram desenvolvidas desde 2001, quando a legislação existente sobre organismos geneticamente modificados (OGM) entrou em vigor.

A Comissão Europeia adotou em julho de 2023 a proposta de regulamento sobre novas técnicas genômicas. O texto prevê duas categorias de NGTs, que receberiam tratamento distinto daquele dado às plantas convencionais e às geneticamente modificadas.

Em fevereiro de 2024, foi a vez do Parlamento Europeu aprovar em sessão plenária o relatório elaborado por seu Comitê de Meio Ambiente, sugerindo determinadas alterações na proposta inicial da Comissão. O texto agora encontra-se com o Conselho da UE, o qual será responsável por negociar um acordo entre os poderes da UE para a sua aprovação final.

À frente da presidência rotativa do Conselho desde o início de janeiro, a Polônia já manifestou intenção de avançar com o tema.

Figura 1 – Timeline da proposta da UE



Fonte: elaborada pelo autor





No Brasil, por sua vez, as regras em vigor foram estabelecidas pela Resolução Normativa CTNBio nº 16, de 15 de janeiro de 2018. O texto determinou que, a partir de consulta, a CTNBio emitirá parecer com o devido enquadramento do organismo que utilizou NGTs (TIMP - Tecnologias Inovadoras de Melhoramento Genético). O resultado pode ser um enquadramento como organismo convencional ou geneticamente modificado, segundo a Lei 11.105/2005, marco legal do país sobre OGMs.

Figura 2 – Quadro comparativo sobre as abordagens BR e UE

TIMP BRASIL		NGT UNIÃO EUROPEIA	
Conjunto de novas metodologias e abordagens que diferem da estratégia de engenharia genética por transgênia, por resultar na ausência de ADN/ARN recombinante no produto final		Planta geneticamente modificada obtida por mutagênese direcionada ou cisgênese, ou combinação deles, desde que não contenha material genético originário de fora do grupo genético dos criadores que temporariamente possa ter sido inserido durante o desenvolvimento da planta NGT	
TIMP		que <u>atende critérios</u> de equivalência às plantas convencionais	que <u>não atende critérios</u> de equivalência às plantas convencionais
		NGT Cat 1	NGT Cat 2
Procedimento de aprovação			
Consulta com informações sobre o organismo original e o produto para verificação de que <u>não se trata de OGM</u> , recebendo um parecer positivo		Verificação para avaliar equivalência com produtos convencionais, recebendo um <u>parecer positivo</u>	Verificação para avaliar equivalência com produtos convencionais. Com <u>parecer negativo</u> , inicia procedimento de <u>autorização</u> com base em <u>avaliação de risco</u>
Autoridade competente			
CTNBio		Estado-Membro UE + EFSA	EFSA
Prazos			
90 + 90 dias para parecer de enquadramento		90 + 45 para testes de campo e 60 para autorização de comercialização	120 para testes de campo e 270 + 60 para autorização de comercialização
Rotulagem			
Seguem as regras dos produtos convencionais		Embalagens de sementes devem conter rótulo indicando "Cat 1 NGT" (Comissão) Seguem as regras dos produtos convencionais (Parlamento)	Devem conter geneticamente modificado ou produzido a partir de geneticamente modificado
Produção orgânica			
Permitido		Não permitido	Não permitido

Fonte: elaborado pelo autor, com informações da CTNBio e Comissão Europeia



295

Na UE, a questão das patentes relativas às NGTs seguem no centro das discussões, com o Parlamento entendendo que o assunto não deveria ser tratado neste regulamento. Organização acadêmica independente que atualmente representa 70 membros institucionais, mais de 200 institutos de pesquisa, departamentos e universidades de 31 países da Europa e de outros continentes, a *European Plant Science Organisation* (EPSO) concorda e destaca que questões de propriedade intelectual são comumente tratadas em regulamento separado.

No ambiente de Bruxelas, percebe-se grande interesse no assunto. *Croplife Europe*, as grandes multinacionais do agro, embaixadas e missões de terceiros países, institutos de pesquisa e associações do setor privado europeu encontram-se com frequência para novas discussões e acompanhamento do tema.

No que diz respeito às oportunidades para o setor no Brasil, o próprio texto do Parlamento afirma não ter por objeto ou efeito impedir ou dificultar importações de países terceiros de plantas e produtos NGT que atendam aos mesmos padrões estabelecidos no regulamento.

Ainda assim, é recomendado que empresas de biotecnologia e melhoramento genético vegetal estejam atentas a oportunidades advindas da nova legislação.

Referências: [Legislative Train Schedule](#) e [Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council](#)

VIETNÃ



296

OPORTUNIDADES PARA EXPORTADORES BRASILEIROS DE CARNE SUÍNA NO MERCADO VIETNAMITA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESAFIOS

Número: HANOI-01-2025

Data: 15/01/2025

Posto: Hanói/Vietnã

Palavras-chave: Vietnã; carne suína; tarifas; promoção comercial; oportunidades

Responsável: Juliano Vieira – Adido Agrícola em Hanói.

SUMÁRIO: O Vietnã tem demonstrado crescimento econômico substancial, resultando em um aumento da demanda por carne suína, o que representa uma oportunidade estratégica para os exportadores brasileiros. A redução de tarifas, a participação em feiras comerciais internacionais e a dependência do país por importações consolidam o Brasil como um fornecedor estratégico para o mercado vietnamita.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE
NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL





297

O Vietnã tem registrado um ritmo notável de crescimento econômico ao longo das últimas décadas. Entre 1990 até 2023, o país alcançou uma média anual de 6% no aumento do PIB, consolidando-se como uma das economias que mais cresceram no cenário global. Projeções governamentais e de agências especializadas indicam que a renda média da população vietnamita continuará em ascensão, impulsionando mudanças nos hábitos de consumo e, por conseguinte, uma maior demanda por proteínas de origem animal.

O mercado vietnamita de carne suína oferece uma oportunidade estratégica para os exportadores brasileiros. Apesar de ser o sexto maior produtor mundial de carne suína, com uma produção estimada de 5,4 milhões de toneladas em 2024, o Vietnã ainda depende de importações para atender à demanda interna.

O aumento da renda média tem contribuído para a ampliação do consumo local de carne suína, um dos pilares da dieta vietnamita. Entretanto, a capacidade de produção doméstica enfrenta desafios expressivos, incluindo surtos de Peste Suína Africana (ASF). Em 2024, foram registrados 1.575 surtos de ASF entre janeiro e outubro, representando um aumento de 79% em relação ao mesmo período de 2023, conforme relatório do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã (MARD).

Outros desafios enfrentados pelos produtos vietnamitas estão relacionados a intensa dependência da importação de insumos para alimentação animal, impactos das mudanças climáticas e desastres naturais. Apesar de investimentos recentes para a modernização da produção, essas adversidades limitam o crescimento da oferta interna, criando uma lacuna que favorece o aumento das importações.

Segundo o Departamento Geral de Alfândega do Vietnã, entre janeiro e novembro de 2024, o país importou cerca de 100 mil toneladas de carne suína. O Brasil consolidou-se como o principal fornecedor internacional, representando 37% do volume total importado. Outros fornecedores relevantes incluem Rússia (30%), Canadá (6%), Alemanha (6%), Países Baixos (5%) e Estados Unidos (3%).

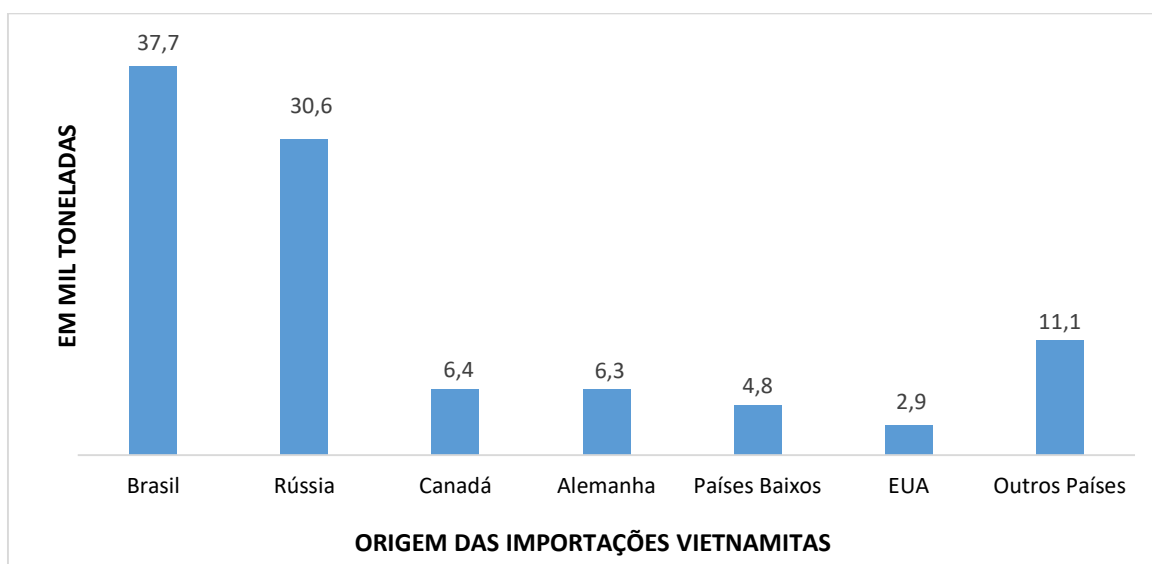




298

Importações vietnamitas de carne suína

Janeiro a novembro de 2024



Fonte: Departamento Geral de Alfândega do Vietnã

Durante as celebrações do Ano Novo Lunar, conhecidas como Têt, que ocorrem nos primeiros meses do ano, o consumo de carne suína no Vietnã atinge seu ápice. Esse período é marcado por reuniões familiares em todo o país, nas quais diversos pratos tradicionais são preparados, resultando em um aumento significativo da demanda por carne suína. Essa sazonalidade representa uma janela estratégica para os exportadores brasileiros, especialmente no segundo semestre, quando o Vietnã intensifica os esforços para garantir o abastecimento necessário às festividades do Têt.

Em 2022, os exportadores brasileiros de carne suína foram beneficiados por uma relevante decisão estratégica do governo vietnamita, que reduziu a tarifa de importação aplicável à categoria de Nação Mais Favorecida (NMF), da qual o Brasil faz parte. Regulamentada pelo Decreto nº 101/2021/ND-CP, a decisão promoveu a redução da tarifa *ad valorem* de 15% para 10%, com vigência a partir de julho daquele ano. As linhas tarifárias beneficiadas foram:

- **0203.21.00:** carcaças e meias-carcaças;
- **0203.22.00:** pernas, patas e pedaços não desossados; e
- **0203.29.00:** demais cortes de carne suína.

O Vietnã mantém 16 Acordos de Livre Comércio (ALC) em vigor com países e blocos econômicos, proporcionando benefícios tarifários aos nossos concorrentes internacionais naquele mercado. Entre os beneficiados, destaca-se a Rússia, que em 2024 consolidou-se como o segundo maior fornecedor de carne suína ao mercado vietnamita, com isenção tarifária. De igual forma, os produtos oriundos da União Europeia e do Canadá também se beneficiam de condições tarifárias preferenciais.



299

Para as empresas brasileiras interessadas em participar de iniciativas de promoção comercial no Vietnã, a Food and Hotel Vietnam (FHV) é reconhecida como uma das mais importantes feiras internacionais para o setor cárneo no Vietnã. O evento é realizado bianualmente na cidade de Ho Chi Minh, e sua próxima edição está programada para ocorrer entre os dias 25 e 27 de março de 2026. Informações complementares podem ser obtidas pelo site oficial do evento: <https://foodnhospitalityvietnam.com/?lang=en>.

A autoridade sanitária vietnamita exige que as empresas brasileiras que tenham interesse em exportar para o mercado local sejam aprovadas primeiramente pelo MAPA e pelo Departamento de Saúde Animal (DAH), do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã (MARD) antes de iniciarem as suas exportações. O serviço veterinário oficial vietnamita analisa os pedidos de habilitação considerando os produtos/cortes que as empresas tencionam exportar.

O serviço veterinário oficial vietnamita analisa os pedidos de habilitação com base nos produtos ou cortes específicos que as empresas pretendem exportar. Atualmente, 37 estabelecimentos brasileiros estão habilitados para exportação de carne suína ao Vietnã.

O mercado vietnamita de carne suína oferece um panorama de oportunidades para os exportadores brasileiros, impulsionado por fatores como o crescimento econômico, a alta demanda sazonal durante o Têt e os desafios enfrentados pela produção local. Com uma participação consolidada, o Brasil está posicionado para expandir, ainda mais, sua presença naquele mercado.

VIETNÃ



300

VIETNÃ REDUZ A TARIFA PARA IMPORTAÇÕES DE FARELO DE SOJA APLICÁVEL À NAÇÃO MAIS FAVORECIDA (NMF)

Número: HANOI-02-2025

Data: 15/01/2025

Criado por: Hanói/Vietnã

Palavras-chave: Vietnã; farelo de soja; tarifa

Responsável: Juliano Vieira - Adido Agrícola em Hanói

SUMÁRIO: O Vietnã reduz a tarifa de importação para farelo de soja aplicável à Nação Mais Favorecida (NMF). Entretanto, desafios regulatórios precisam ser superados para maximizar os benefícios dessa medida. O Brasil foi o segundo fornecedor desse produto ao país asiático em 2023.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRODUZIDAS POR SERVIDOR (A) DO MAPA QUE NÃO NECESSARIAMENTE REPRESENTAM AS POSIÇÕES OFICIAIS DO GOVERNO DO BRASIL



301

A redução da tarifa de importação de farelo de soja no Vietnã, implementada pelo Decreto 144/2024/ND-CP, datado de 16 de dezembro de 2024, amplia oportunidades para os produtores e exportadores brasileiros desse produto. A medida estabelece redução, de 2% para 1% da tarifa *ad valorem* aplicável à Nação Mais Favorecida (NMF) para os produtos classificados sob o código HS 2304.00.90.

Entretanto, é fundamental observar os desafios regulatórios decorrentes da implementação dessa medida. Empresas locais têm enfrentado dificuldades para acessar o benefício tarifário, devido à aplicação de códigos alfandegários distintos para o farelo de soja, cuja tarifa continua em 2%. As autoridades vietnamitas informaram que estão revisando a questão e que a uniformização dos códigos constitui uma das prioridades a serem resolvidas.

De acordo com dados do ICT TRADEMAP, a Argentina foi o principal fornecedor de farelo de soja para o Vietnã em 2023, com embarques no valor de US\$ 1,2 bilhão, seguida pelo Brasil (US\$ 735 milhões), pelos Estados Unidos (US\$ 214 milhões) e pela Índia (US\$ 207 milhões)

A íntegra do Decreto 144/2024/ND-CP (em vietnamita) pode ser acessada no site do Departamento Geral de Alfândega do Vietnã (<https://vanban.chinhphu.vn/>).